



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROF. MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA: as manifestações de junho de 2013 em Salvador

ANA CAROLINA DANTAS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. MESSIAS GUIMARÃES BANDEIRA

Salvador
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROF. MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA: as manifestações de junho de 2013 em Salvador

ANA CAROLINA DANTAS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. MESSIAS GUIMARÃES BANDEIRA

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dantas Santos, Ana Carolina

VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA: as manifestações de junho
de 2013 em Salvador / Ana Carolina Dantas Santos. --
Salvador, 2018.

244 f. : il

Orientador: Messias Guimarães Bandeira.

Dissertação (Mestrado - Programa Multidisciplinar
de Pós-graduação em Cultura e Sociedade) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos
(IHAC), 2018.



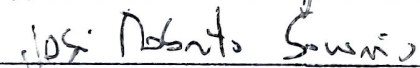

1. Manifestações. 2. Ciberespaço. 3. Identidade. 4.
Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). 5. Movimento
Passe Livre/Tarifa Zero. I. Guimarães Bandeira,
Messias. II. Título.



Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de ANA CAROLINA DANTAS SANTOS

Intitulada: "VOZ(ES) DE RESISTÊNCIA: as manifestações de junho de 2013 em Salvador".

Aos 17 (dezesete) dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, no IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação intitulada: "VOZ(ES) DE RESISTÊNCIA: as manifestações de junho de 2013 em Salvador". Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: Prof.(a) Dr.(a) Messias Guimarães Bandeira - Orientador(a) - e pelo(a) examinador(a) externo(a): Prof.(a) Dr.(a) Patrícia Valim e interno(a) do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Severino. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o/a avaliador (a) externo/a Prof.(a) Dr.(a) Patrícia Valim. Após o/a examinador(a) externo(a), fez suas arguições o/a Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Severino, avaliador(a) interna/o. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de ANA CAROLINA DANTAS SANTOS como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Dr.(a) Messias Guimarães Bandeira lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo/a mestrando/a. Salvador, 17 de agosto de 2018.

Prof.(a) Dr.(a) Messias Guimarães Bandeira 
Prof.(a) Dr.(a) Patrícia Valim 
Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Severino 
Mestrando(a) ANA CAROLINA DANTAS SANTOS 

À Deus, que me trouxe sorriso em forma de Alice nessa longa e árdua caminhada. Ao vô Ney, que das andanças de caixeiro viajante trazia-me verso, prosa e afetos culturais. À vó Tereza e ao meu pai, que viram esse trabalho começar, mas não viram terminar...

AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos com grande sensação de alma refrigerada. A caminhada até aqui foi longa (muito mais do que eu gostaria) e espinhosa. Mas, em todas as minhas fraquezas o poder de Deus se aperfeiçoou; é dEle a minha indizível gratidão. Em toda a trajetória Ele ia se fazendo presente por meio de seres abençoados, que foram se apresentando mesmo antes de adentrar as portas dessa Academia como aluna regular do PósCultura.

À grande amiga de longa data, Josemira, muito obrigada por me privilegiar com seus apontamentos esclarecedores, desde a etapa do processo seletivo, e por compartilhar comigo as vicissitudes da vida acadêmica. Agradeço ao Professor Dr. Messias Bandeira, meu orientador, por ter o dom de, com poucas palavras, desanuviar minhas ideias e iluminar os sentidos do percurso até aqui. Há por você uma profunda admiração pessoal e profissional. Ao professor Dr. Roberto Severino, muito obrigada pelo olhar afetuoso e pelo trato sensível com a minha história desde o princípio neste Programa. Saiba que esse foi um dos motivos por não ter desistido. Não posso esquecer das tardes de sexta-feira e das altamente profícuas discussões proporcionadas pela Professora Dra. Marinyse Prates, nas quais tentávamos interpretar a profundidade da sociedade e da cultura brasileiras. Enfim, a todos os mestres que cruzaram esse meu caminho e que, de alguma forma, compartilharam comigo seus ensinamentos e suas visões de mundo.

Agradeço imensamente à secretaria do PósCultura pela acolhida sempre que precisei, principalmente na fase final desse trabalho. Contudo não posso deixar de fazer referência à Marlus e à Andreia, pelas palavras reconfortantes que acalmavam o pranto, pelos incentivos, por ouvir, por acreditar que de alguma forma eu chegaria até aqui. Vocês são a personificação da delicadeza e sou muito grata por ter podido contar com vocês. Jamais os esquecerei.

Guardo essas últimas linhas para agradecer a minha família. Aos meus queridos e inesquecíveis pai e avó Teresa que partiram e me deixaram um grande vazio nessa caminhada. Tudo que sou devo a vocês. Agradeço a minha pequena Alice, minha medida transbordante de alegria e renovo a cada manhã. Ao companheiro André e a minha mãe, porto seguro de todas as horas. Aos irmãos Manuela e Danilo, pelas orações diárias e pelo presente que foi a chegada do pequeno João Miguel, mais uma benção em meio às tempestades. Gratidão por toda a vida!

SANTOS. Ana Carolina Dantas. Voz (es) de resistência: as manifestações de junho de 2013 em Salvador. 244 f. il. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Sob o pano de fundo das manifestações de 2013, em Salvador, essa dissertação traz como objetivo pensar o significado e o valor das redes *online* enquanto vias condutoras para (re) construção de uma identidade política e participativa em meio à diversidade cultural. Essa temática nasce a partir da eclosão rizomática de uma série de manifestações multitudinárias que se dava desde dezembro de 2010, inspiradas na Primavera Árabe, e que explode no Brasil em Junho de 2013, com um ciclo de protestos capitaneado pelo Movimento Passe Livre. A pesquisa volta-se para a construção de novos sentidos dados pelos atores sociais à atuação política e à sua biografia de ativismo, estas circunscritas em um processo disruptivo que proporciona a abertura de novos espaços de participação política, donde se destaca o terreno ciberespacial. A internet e as novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) parecem contribuir não só para um novo fazer político, mas também para a emergência de novos perfis de ativismo. O estudo se desenvolve com o aporte da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e traz como pano de fundo as perspectivas de participação de membros ativos do Coletivo Tarifa Zero (CTZ), coletivo baiano membro da federação do Movimento Passe Livre.

Palavras-chave: manifestações, redes sociais, ator político, identidade, cultura, ciberespaço, discurso do sujeito coletivo, Movimento Passe Livre, Coletivo Tarifa Zero.

SANTOS. Ana Carolina Dantas. Resistance voice (s): the manifestations of June 2013 in Salvador. 244 f. yl. 2018. Dissertation (Masters) - Institute of Humanities, Arts and Sciences Prof. Milton Santos, Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

Under the background of the 2013 events in Salvador, this dissertation aims to think about the meaning and value of online networks as a conduit for (re) building a political and participatory identity in the midst of cultural diversity. This theme comes from the rhizomatic outbreak of a series of mass manifestations that took place since December 2010, inspired by the Arab Spring, and which explodes in Brazil in June 2013, with a cycle of protests led by the Passe Livre Movement. The research turns to the construction of new senses given by the social actors to the political action and its biography of activism, these circumscribed in a disruptive process that provides the opening of new spaces of political participation, where the digital environment stands out. The Internet and new information and communication technologies (NICTs) seem to contribute not only to a new political make, but also to the emergence of new activism profiles. The study develops with the contribution of the Collective Subject Discourse Methodology (DSC) and brings into background the perspectives of participation of active members of the Collective Tarifa Zero (CTZ), a collective from Bahia of the federation of the Passe Livre Movement.

Keywords: manifestations, social networks, political actor, identity, culture, cyberspace, collective subject discourse, Passe Livre Movement, Collective Tarifa Zero.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragem
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ACM Neto	Antônio Carlos Magalhães Neto
CA	Centro Acadêmico
CCO	Centro de Controle Operacional
CMI	Centro de Mídia Independente
CTZ	Coletivo Tarifa Zero
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Partido Democratas
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressão-Chave
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAD1	Instrumento de Análise do Discurso 1
IAD2	Instrumento de Análise do Discurso 2
IC	Ideia Central
MPL SSA	Movimento Passe Livre Salvador
MST	Movimento Sem Terra
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
NTICs	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
ONG	Organização não-Governamental
P2P	Peer-two-Peer
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PPGSAT	Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Representações Sociais
TI	Tecnologia da Informação
TRS	Teoria das Representações Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tela de cadastro da pesquisa	157
Figura 2	Tela de cadastro da pergunta.....	157
Figura 3	Tela de cadastro do entrevistado.....	158
Figura 4	Tela do IAD 1, inclusão de resposta.....	158
Figura 5	Tela do IAD 1, inclusão de EC e IC.....	159
Figura 6	Tela do IAD 1, inclusão de categorias de IC.....	160
Figura 7	Tela para registro de ancoragem.....	161
Figura 8	Tela do DSC IAD 2, listagem de ECH.....	161
Figura 9	Tela do DSC propriamente dito.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Operadores metodológicos do Discurso do Sujeito Coletivo.....	144
Tabela 2	Subdivisão do Roteiro de Entrevista.....	154
Tabela 3	Protocolo da entrevista.....	155
Tabela 4	Percurso da Tabulação de dados.....	156
Tabela 5	Discurso do Sujeito Coletivo 1.....	164
Tabela 6	Discurso do Sujeito Coletivo 2.....	173
Tabela 7	Discurso do Sujeito Coletivo 3.....	182
Tabela 8	Discurso do Sujeito Coletivo 4.....	188
Tabela 9	Discurso do Sujeito Coletivo 5.....	193
Tabela 10	Discurso do Sujeito Coletivo 6.....	198
Tabela 11	Discurso do Sujeito Coletivo 7.....	205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 AO BRASIL NAÇÃO, JUNHO DE 2013	31
1.1 PODERES OBLÍQUOS: ENFRENTAMENTO E VIOLÊNCIA	33
1.1.1 Cordialidade e patrimonialismo em pauta	35
1.1.2 As ruas: nuvem de discursos e nuances sociais	36
1.1.3 Interações políticas: as ruas e as instituições	40
1.2 ARQUEOLOGIAS DO MOVIMENTO: DA REVOLTA DO BUZU AO MOVIMENTO PASSE LIVRE	41
1.3 SUJEITO-MOVIMENTO (PASSE LIVRE): TESSITURAS PARA UM NOVO AGIR POLÍTICO E SOCIAL	46
1.3.1 Do transporte à cidade	48
1.3.2 Por trás das vozes: horizontes de um novo agir político	50
1.4 “NÃO COMEÇOU EM SALVADOR, NÃO VAI TERMINAR EM SÃO PAULO”: BREVIÁRIO DAS MANIFESTAÇÕES EM SALVADOR	54
1.4.1 Dissidências: do Tarifa Zero à Resistência MPL	63
1.4.2 MPL Salvador e Revolta do Buzu: possíveis convergências, marcantes diferenças	68
1.4.3 Sentidos e tendências das Jornadas de Junho	72
2 NOTAS SOBRE O SER OU NÃO SER NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA: MILITANTE E/OU ATIVISTA, EIS A QUESTÃO (?)	79
2.1 SEIS HISTÓRIAS, SEIS PROTAGONISTAS: BREVE HISTÓRIA DE VIDA DOS ATORES SOCIAIS DA PESQUISA	90
2.1.1 Luanda	90
2.1.2 Gump	93
2.1.3 Flor	97
2.1.4 Poeta	102
2.1.5 Zeca	107
2.1.6 Lua	114
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	121
3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)	125
3.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)	136
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E INTERPRETAÇÃO	145
3.3.1 Do campo social: os atores da pesquisa	149
3.3.2 Da coleta e análise dos dados	153
4 VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA: INTERPRETANDO E DISCUTINDO OS DSCs	163
4.1 DSC 1: DE QUE MANEIRA VOCÊ PARTICIPOU DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013? QUAL O SENTIDO POLÍTICO DESSE SEU ATO? FALE SOBRE ISSO	164
4.1.1 Categoria A: solidariedade aos companheiros de São Paulo	166
4.1.2 Categoria B: mudança na cultura política local	167
4.1.3 Ancoragem C: autonomismo como via de reordenamento político	171
4.2 DSC 2: NAQUELE MOMENTO QUAL O ARCO DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO? QUAIS FORAM SEUS DESDOBRAMENTOS?	173
4.2.1 Categoria A: mudanças no comportamento social e institucional	173
4.2.2 Categoria B: esfacelamento do movimento por disputas	178

4.3	DSC 3: PARA VOCÊ HÁ DIFERENÇA ENTRE O ATIVISMO ON LINE E O ATIVISMO OFF LINE? QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS?	181
4.3.1	Categoria A: existe diferença, mas é necessário ocupar a rua	182
4.3.2	Categoria B: somente o ativismo <i>on line</i> não provoca mudança	186
4.4	DSC 4: VOCÊ ACHA QUE A TECNOLOGIA, ESPECIFICAMENTE O USO DAS REDES, INFLUENCIOU NAS MANIFESTAÇÕES E NA SUA PARTICIPAÇÃO? COMO?	186
4.4.1	Categoria A: influenciou na minha participação e nas manifestações	188
4.4.2	Categoria B: não influenciou na minha participação, mas influenciou nas manifestações	191
4.5	DSC 5: COMO VOCÊ SE DEFINE: ATIVISTA OU MILITANTE?	193
4.5.1	Categoria A: se define militante	194
4.5.2	Categoria B: nem militante, nem ativista	196
4.6	DSC 6: QUAL A IMPORTÂNCIA DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PARA SALVADOR? E DOS MOVIMENTOS QUE DELAS DECORRERAM?	198
4.6.1	Categoria A: retomada das manifestações políticas da população	198
4.6.2	Categoria B: salientou diferenças entre os espectros políticos	202
4.7	DSC 7: EM SUA OPINIÃO, HOUVE UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM (POLÍTICO, DE ENGAJAMENTO CÍVICO, CIDADANIA) DISPARADO PELA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO? FALE SOBRE.	205
4.7.1	Categoria A: com certeza houve aprendizado	205
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os atores sociais da pesquisa	231
	APÊNDICE B – Demais conjuntos de DSCs da pesquisa	235
	ANEXO A – Carta de reivindicações do MPL SSA – 20/6/2013	241
	ANEXO B – Carta de reivindicações do MPL SSA, pós desocupação da câmara municipal	244

INTRODUÇÃO

Foi ao sabor dos ventos frios do inverno na Tunísia que se precipitou uma grande onda de protestos multitudinários ao redor do mundo e que ressoam até os dias de hoje. Aquele Dezembro de 2010, contudo, ao contrário dos ânimos recolhidos pelas baixas temperaturas de inverno, representou o florescer cadenciado de uma multidão que se empoderava, lembrando mais os ares primaveris de Praga, que sopram esperanças aos que buscam dias melhores, do que os gélidos ares de inverno que nos paralisa a energia. E foi assim muito justo que a Primavera Árabe, cujo avanço rizomático alcançara todo o Oriente Médio e norte da África, aludisse, ao menos na alcunha, aos dias de liberalização política da Primavera de Praga¹, ocorrida em 1968, que embora tenham sido curtos, certamente soou aos seus cidadãos como uma esperança de que o fim do autoritarismo seria possivelmente uma utopia concreta. O ano de 68, aliás, parece ter sido o ano das esperanças, já que as lutas cotidianas desencadeadas por estudantes ávidos por reforma no setor educacional em maio daquele mesmo ano na França, produziram uma forte herança de mudança cultural que, mais de 50 anos depois, permanece retroalimentando os ciclos de protestos que não param de acontecer.

A “primavera” de manifestações contra a repressão e censuras na internet, contra as calamitosas condições de vida, contra o desemprego, as injustiças políticas e sociais de seus governos, reacendem a esperança e a indignação² de uma multidão, alcançando uma Europa abalada pela crise de 2008 e pelas políticas de austeridade econômica em maio de 2011, quando o movimento 15M – em alusão ao dia 15 de maio de 2011, dia em que foi deflagrado – tomou ruas e praças com reivindicações em defesa de uma reforma no sistema democrático em que se efetivasse, de fato, a participação popular, sem interferências do empresariado e dos bancos. A proliferação internacional se dá com a ocupação da Praça Liberty, nos Estados Unidos: unidos por uma “mudança global” no centro financeiro de *Wall Street*, o movimento *Occupy Wall Street* (*OWS*) conclama para o dia 15 de outubro de 2011 – o 15-O – uma mobilização transnacional organizada por ativistas, movimentos e coletivos a ele ligados. Protestavam

¹ O nome “Primavera Árabe” foi uma alusão à Primavera de Praga, curto período em que se deu, na capital da hoje República Tcheca, naquela época ainda dominada pela União Soviética, um movimento de liberalização política e um florescer de democratizações e reformas econômicas. O movimento foi empreendido pelo presidente Alexander Dubcek, do Partido Comunista da Tchecoslováquia, de janeiro de 1968 até 21 de agosto do mesmo ano, quando as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a cidade para interromper as reformas e proceder um período de normalização a fim de restaurar os valores políticos e econômicos que prevaleciam antes de Dubcek.

² Para Castells (2013), considerando a instância afetiva, levantes dessa ordem são deflagrados a partir de uma indignação generalizada que, combinada com um misto de medo e raiva, inflexiona a ação contestatória e transforma-se em esperança de mudança social.

contra a desigualdade política, contra a destruição do meio ambiente e contra os mercados financeiros. Segundo Castells (2013), essa mobilização alcançou 951 cidades de 82 países, incluindo o Brasil, mas em virtude do caráter informal, descentralizado e viral do movimento, é provável que, somente nos EUA, o número de *Occupy*s chegasse a mais de mil. O 15-O foi o maior protesto transnacional e simultâneo já ocorrido, levando às ruas mais de um milhão de pessoas, em quase mil cidades ao redor do mundo.

A onda de movimentos multitudinários chega nesse mesmo ano de 2011 ao Brasil, com a Marcha das Vadias em São Paulo - se estendendo por outras cidades -, as Marchas da Maconha e da Liberdade, como prenúncio de que os brasileiros já mostravam o desejo de participação na cena política do país. Desdobramentos do *Occupy* alcançam também Salvador, que participara da convocação mundial com uma passeata em suporte ao 15-O, onde 100 pessoas caminharam em protesto pela região do centro antigo da cidade. Reunidas em assembleia, um terço dessas pessoas decide acampar na Praça de Ondina; assim nascia o Movimento Ocupa Salvador³. Contudo, o estopim do ciclo de protestos ocorre em junho de 2013, quando um enorme contingente populacional na cidade de São Paulo - espaço onde se destacam as manifestações capitaneadas pelo Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP) - sai às ruas contra o aumento da tarifa dos ônibus municipais. À medida da repressão violenta deflagrada pela polícia militar na capital paulista, o movimento avança e ganha corpo, se capilarizando por todo o território nacional, de modo que na segunda semana de junho os protestos já atingiam 438 cidades, com participação de 2 milhões de brasileiros⁴. Os acontecimentos repercutem internacionalmente e manifestações em solidariedade aos brasileiros são registradas em várias cidades do exterior.

Salvador mais uma vez é palco dessas manifestações que, como um rizoma, foram se espalhando pelas redes sociais *on-line*, hoje estabelecidas como um novo espaço de se “fazer a sociedade” (LE MOS; LÉVY, 2010, p. 101), até se robustecerem nos espaços públicos da urbe. Na capital baiana os protestos começaram em 15 de junho de 2011 e tiveram como mote inicial a onda de solidariedade que já alcançara o Brasil e o mundo. Embora houvesse a centralidade do transporte público, sua precariedade e encarecimento, as causas eram múltiplas – pela mobilidade urbana, pelo direito à cidade, pelo fim da corrupção, contra a violência policial,

³ Um estudo mais detalhado sobre o Movimento Ocupa Salvador, que depois passa a se chamar Desocupa Salvador, e de como repercutiu na cidade, pode ser acessado em REIS, J. **#Desocupa e manifestações de junho de 2013: trajetórias políticas construídas em espaços de fluxos e espaços de lugares**. 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

⁴ Conforme levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CMN), disponível em: <http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/pesquisa-da-cnm-mostra-que-manifesta%C3%A7%C3%B5es-ocorreram-em-mais-de-430-munic%C3%ADpios>. Acesso em: 7 maio 2018.

contra os gastos públicos com a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, entre tantas outras – mas a urgência era uma: os manifestantes requeriam a condição de serem narradores de suas próprias histórias. Dos chamados comumente iniciados pelo Facebook, cuja página de eventos já tinha sido criada por um círculo de amigos ativistas, os protestos eram precedidos por reuniões no Passeio Público, onde as assembleias se configuraram como ponto de convergência entre esses atores e o espaço urbano de discussões, no qual o episódio crucial se dá quando do reagregamento de antigos integrantes do MPL Salvador, cujas origens datam de 2005 e que se mantiveram reunidos até 2008. A apropriação do espaço urbano para convergência de singularidades em coletivos grandes e heterogêneos está suscetível à emergência de divergências comuns a qualquer reunião dessa natureza, e dessa maneira resultaram em dissidências que geraram novos grupos em torno da problemática do transporte público naquele contexto. Destacou-se, nesse sentido, o Coletivo Tarifa Zero, reconhecido oficialmente pela federação de movimentos Passe Livre, e que reuniu grande parte de atores políticos que atuaram na primeira constituição do MPL em Salvador.

Às maiores manifestações populares realizadas no país desde o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992, o Governo Federal responde, para conter os ânimos, com concessões de uma série de medidas antes engavetadas – PEC 37, PLS 204/2011 (corrupção tida como crime hediondo) –, o transporte é alçado à categoria de direito social e revogações de aumento das tarifas de transporte ocorrem em diversas capitais. Especificidades locais juntam-se as pautas mais gerais, e no caso de Salvador, por exemplo, a retomada das obras do metrô, paralisadas há quase 14 anos, ganham centralidade, culminando na finalização das linhas e no seu atual funcionamento. Por outro lado, um plebiscito para reforma política foi proposto com vigência nas eleições de 2014 sem nunca ter se realizado, aprovou-se a Lei 13.260/2016 (lei antiterrorismo), empreendem-se tramitações por via parlamentar com vistas à criminalização dos protestos de ruas⁵. E assim caminha a democracia brasileira: com alguns avanços e um sem número de retrocessos. Como diria Cocco (2013), no Brasil “o poder declara abertamente que seu objetivo é desarticular a democracia.” (p. 13).

⁵ Tramita em Câmara dos Deputados, desde 2016, o PL 5065/2016, de autoria do deputado delegado Edson Moreira (PR-MG), que altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016 de forma que apresenta nova redação para seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º. Em suma, essa alteração tipifica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. O parágrafo 2º da lei em vigor que o projeto pretende revogar diz que os atos de terrorismo não se aplicam “à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatório, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>. Acesso em: 8 ago. 2018.

Na resistência a esse poder de desarticulação, a assimilação e a incorporação dos novos meios de comunicação por parte da população representa papel fundamental. A (re) apropriação pela multidão de seu lugar nas discussões políticas para além das urnas eleitorais, ocorre simultaneamente ao maior acesso de um contingente populacional mundial à internet e as redes sociais por meio de celulares: 2,9 bilhões de pessoas, 39% da população mundial, o fazem por meio de smartphones, segundo o relatório *Digital in 2018*, realizado pelas companhias de serviços *on-line We are Social e Hootsuite*⁶. A centralidade dada às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) tem ênfase na última década do século XX e início do XXI. Castells (2011) afirma que nas últimas duas décadas configurou-se uma nova estrutura social, constituída por redes de interações, delineando novas práticas sociais, a qual conceituou de sociedade em rede. Estas novas configurações sugerem, então, uma necessidade de buscar novos meios de identificar o que tem se apresentado no âmbito da sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, as sociedades são pautadas por mediações e interações entre sujeitos⁷ que dela fazem parte. A revolução tecnológica e o advento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) contribuem para uma nova ordem destas mediações e interações.

Dessa forma, as redes sociais *on-line*, nascidas no bojo destas novas tecnologias, têm um papel de destaque na realidade da sociedade contemporânea. Lemos e Lévy (2010) definem redes sociais como uma comunidade social em que pessoas ou grupos de pessoas se relacionam por intermédio do ciberespaço. Nestas comunidades, contudo, notamos duas formas de

⁶ Relatório disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 7 maio 2018.

⁷ Tomo de empréstimo o termo sujeito das ciências sociais ao longo desse trabalho, não para enveredar nas discussões teóricas a respeito do tema, já que o espaço não permite, mas para refletir sobre uma nova consciência de si e dos outros que emerge da participação em processos políticos como o que se deu em 2013 e que vem acontecendo até hoje. À guisa de esclarecimentos, a perspectiva de sujeito aqui segue a linha de Touraine (2005), para quem o sujeito forma-se “na vontade de evitar as forças, as regras, os poderes, que nos impedem de **ser nós mesmos**, que tentam reduzir-nos ao estado de componentes do seu sistema e da sua influência sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. [...]. Não há sujeito que não seja rebelde, dividido entre a cólera e a esperança.” (p. 119, grifo nosso). Ou seja, a partir da consciência de si é que resistimos e nos afirmamos, em garantia da autonomia individual e no contexto da coletividade, sendo nós a finalidade de nossas próprias ações. No pensamento de Touraine, a ideia de sujeito como ideal do ator político é a de que ele serve às causas, mas não se identifica completamente com nenhuma delas, pois acima de tudo estão os direitos dos homens e a luta contra a violência, qualquer que seja. Nesse sentido, uma contribuição muito cara e que complementa essa concepção com a qual aderimos, advém do pensamento de Foucault com relação ao sujeito, tendo em vista que ele o entende como um composto histórico. Assim sendo, para Foucault o sujeito é uma determinada identidade produzida por forças, em determinado momento histórico. A subjetividade se faz a partir das formações e transformações das relações consigo mesmo que ocorrem em contexto histórico-cultural; é através das “práticas de si” e do “cuidado de si” que os homens tornam-se sujeitos de uma maneira ativa (FOUCAULT, 2004). E é nessa perspectiva “ativa” que, preferencialmente, tomo o termo ator político, sem que isso signifique restrição ao termo “sujeito”. Primeiro, porque consideramos, para fins desta dissertação, se tratar de uma atuação política delimitada pelo episódio em análise; segundo, pela restrição do espaço limitado pelo escopo deste trabalho, que não me permite adentrar em questões aprofundadas sobre as concepções de sujeito já bem estabelecidas no campo das Ciências Sociais.

interação: a primeira, onde essa relação é voltada apenas para compartilhar conhecimentos e experiências, constituindo-se de forma mais desagregada e efêmera; a segunda, onde as noções de comunidade - entendida como a construção de relações de caráter mais íntimo e contínuo - se dão de forma mais coesa e perene, onde os sujeitos imprimem um significado de pertencimento e estabelecem vínculos identitários. Para os autores, as duas formas têm papel importante no âmbito das discussões sobre ciberdemocracia enquanto espaço e composição de atividade política e da esfera pública. É neste terreno que emergem novas formas de participação, onde redes de mobilização⁸ e ações de grupos identitários se apropriam do poder da rede para compartilhamento de ideais civilizatórios e a construção de uma sociedade democrática, em que buscam além do autodesenvolvimento, a sustentabilidade em amplo sentido, em todas as esferas: democrática, política, cultural, econômica, ambiental e da vida de cada um. Seguramente, essas novas tecnologias tornaram possível novas formas de articulação e mobilização por parte da população, e, sobretudo, fez surgir nova forma de produção e difusão de conteúdo e de conhecimento: a partir deste momento, pessoas comuns relatam suas próprias vidas e suas experiências de mundo. E ao assumir a posição de “narradores de si”, utilizando expressão de Antoun e Malini (2013), de dentro do campo social representado pelo ciclo de protestos em torno do transporte público, esses atores políticos agora pautam as discussões, reconvertem práticas, disseminam representações e sentidos em interação com a coletividade e se libertam das redes submersas de poder e das fontes tradicionais de informação e condução da vida pública. É o que podemos ver a partir dessa onda de protestos que chega ao Brasil e à Salvador, ponto focal dessa pesquisa.

Portanto, é com base no impacto causado pelo fenômeno dos movimentos que emergiram a partir da convocatória para as manifestações de junho de 2013 e pela possibilidade de transformações na vida política da cidade de Salvador e do país que se dá a justificativa desse trabalho - sem esquecer que entre o político, o cultural e o social existe um entrelaçamento permanente. Todavia, é notório que justamente pelo impacto causado é que o poder de alcance e os desdobramentos daquelas manifestações não se esgotaram em 2013; o período de instabilidade que elas inauguraram é perceptível até os dias de hoje e se retroalimenta constantemente, dando vazão a manifestações que ressurgem com frequência. Além disso, esse contexto de ciclos de protestos que nascem a partir de convocatórias públicas em rede traz consigo a vinculação de perfis, tanto de atores com trajetória política consolidada, quanto de

⁸ Redes de mobilização social são vistas aqui como elo de articulações políticas e culturais e não como um possível substituto de Movimentos Sociais (GOHN, 2010, p. 169).

atores sem qualquer vinculação política e/ou sem qualquer registro de atuação política, mas que agora se veem imersos num mundo de possibilidades no exercício de sua cidadania, de produção social, política e cultural em comum. Por outro lado, esse campo de investigação tem se mostrado de peso considerável para se compreender ressignificações da noção de democracia ante a fluidez contemporânea, tanto do ponto de vista da sociedade enquanto reunião de coletividades, quanto do ponto de vista do ator político.

Sob o prisma da sociedade, o que tem se discutido em termos de sentidos para mudança é uma necessidade de incorporar às agendas das instituições as pautas de reivindicações destes movimentos, por se constituírem em espaços de interlocução política e projeção de uma nova utopia de democracia com base na constituição de grupos sociais. Por outro lado, ao se pensar em termos de indivíduo, o que se observa é um sentido cosmopolita de identidade, onde reside uma pluralidade que ultrapassa os contextos identitários local e global. Nesta linha, verificamos um campo altamente profícuo para estudo se, em virtude deste contexto, vislumbrarmos também uma proposta de nova utopia no centro da cultura da sociedade em rede, que é a autonomia do indivíduo em relação às instituições sociais. É neste entre lugar que emerge um indivíduo contemporâneo reflexivo (GIDDENS; BACK; LASH, 1997), que por meio da internet se vê ciente dos riscos que afligem seu cotidiano, mas também adquire conhecimento de suas estruturas sociais, assim abrindo caminho para sua própria atuação.

Em perspectiva está o fato de que esses movimentos possuem uma peculiar dinâmica constitutiva em que se verifica a absorção das características típicas de seu lugar de origem: o ambiente digital. Na internet, da mesma forma que os movimentos que nela se originam, destacam-se uma rápida proliferação de agenciamentos subjetivos, onde se compartilha celeremente narrativas, discursos e sentidos, numa produção do comum que não se circunscreve apenas ali, mas transborda para o espaço urbano – o movimento contrário também é verdadeiro! -, ao tempo em que solidifica o enlace entre os fluxos digitais e os lugares.

Foi pensando nessas representações que se conformam entre esses espaços cada vez mais entrelaçados, e no acesso à autonomia ora requeridos na arena de discussões políticas, que optamos, nesta pesquisa, pela adoção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como metodologia principal (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2015; 2012). Tal aporte metodológico tem como princípio fundamental as representações sociais (RS), elemento central da Teoria das Representações Sociais (TRS), concebida por Moscovici (2007). Para a metodologia do DSC, as formações sociais (os intercâmbios de conhecimentos e modos de vida, e as interações relacionais de uma sociedade) são compreendidas, em acordo com a TRS, como entidades

constituídas de representações sociais que se apresentam sob a forma de discursos que os indivíduos internalizam e adotam como seus, mas também intercambiam em coletividade. Assim, os pensamentos e sentidos que ganham corpo nos discursos, e que são compartilhados em determinado contexto social, são altamente relevantes para o DSC.

Enquanto manifestações de conhecimento do senso comum, as representações sociais estão sempre presentes numa opinião, em posicionamentos, em formas de conduta das pessoas na vida cotidiana. Permeando sempre um contexto histórico-cultural, essas representações são compartilhadas socialmente a partir de interações comunicativas, e é isso que determina a presença das RS em atores sociais de uma dada formação social, revelando sua consciência e suas atribuições de sentido sobre determinado momento histórico. É com base nesse pressuposto que podemos verificar a frequência de pensamentos semelhantes ou complementares sobre um dado tema se manifestar numa coletividade que vivencia de forma partilhada esse contexto, produzindo em relação a ele um conjunto de discursos ou formações discursivas ou representações sociais existentes na sociedade e na cultura que os envolve.

Ao considerar que o pensamento coletivo, ou seja, as representações que são partilhadas, podem ser vistas como um conjunto de discursos sobre um dado fenômeno social em determinado contexto histórico-cultural, em acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005), o DSC tem como objetivo “dar à luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social” (p. 16). Portanto, é com base na produção comum de discursos e representações sociais entre os atores políticos, participantes ativos do fenômeno aqui estudado – sem desconsiderar as especificidades e o comum de suas trajetórias políticas aqui recontada – que se constitui o corpus dessa pesquisa.

O DSC, enquanto metodologia que se destina a fazer uma coletividade falar diretamente, foi aqui utilizado com o aporte do DSCSoft, software de suporte para mineração, processamento e categorização dos fragmentos de discursos diferentes e semelhantes, de modo a possibilitar a produção dos DSCs propriamente ditos. Enquanto técnica, a mineração consistiu em uma série de operações sobre a matéria-prima de depoimentos narrativos individuais, que se converteram, ao final do processamento, em depoimentos coletivos, estes construídos com extratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que possuíam sentido semelhante. À minúcia desse tratamento, especialmente em se tratando de análise e interpretação, se deveu a extensão de tais etapas, condição necessária para que melhor se expressasse os sentidos extraídos dos DSCs, ao tempo que estabelecesse uma relação recíproca com o aporte teórico da pesquisa, procurando atender primorosamente às necessidades da metodologia.

Simultaneamente a aplicação da metodologia, se deu a discussão teórica com o suporte de atores clássicos e contemporâneos, voltados para uma perspectiva filosófica e política, envolvendo aspectos sociais, culturais e de ação coletiva, esta última centrada no período em que se evidencia um notável crescimento de movimentos transnacionais e uma mudança de repertórios de práticas coletivas, reputadas, em grande parte, por *reconversões*⁹ suscitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) e por um ativismo *on-line* que nasce nesse bojo. Foram utilizados autores como Foucault, Touraine, Negri, Hardt, Gohn, Tarrow, Guatarri, Hall, Spivak, Castells, entre outros. A intenção é, pois, intercambiar histórias singulares de atores políticos participantes do ciclo de protestos em torno do transporte público que aportou na cidade de Salvador no ano de 2013, às experiências coletivas no contexto do Coletivo Tarifa Zero/MPL SSA, na medida em que se resgata e se apresenta os significados e sentidos políticos, sociais e culturais partilhados com base em suas representações sociais.

Nesse sentido, todo percurso teórico-metodológico buscou reflexões que apontam para possibilidades de respostas ante a questão central: quais seriam as implicações de possíveis reconfigurações identitárias e culturais, considerando os processos de atuação política em território semântico digital e urbano, no cerne dos movimentos sociais da contemporaneidade, resultantes da grande onda de protestos iniciada no Brasil em junho de 2013? Desse modo, o principal objetivo aqui é estudar, no âmbito do Coletivo Tarifa Zero/MPL Salvador, de que forma membros atuantes nas manifestações ocorridas em junho de 2013 em Salvador, significam e valoram as redes nos processos emergenciais de possíveis reconversões identitárias do ator político, em meio a diversidade cultural. Esse objetivo principal se ramifica em três objetivos específicos, quais sejam:

- Analisar as reconversões identitárias no cerne dos processos de organização e articulação social em novos contextos (uso das redes sociais);
- Analisar como os membros mais atuantes do Coletivo Tarifa Zero/MPL Salvador valoram o uso das redes *on-line* em processos de mobilização social e construção de outra(s) identidade(s) de atuação política;
- Refletir sobre as reconversões culturais que a luta pela mobilidade urbana suscita à cidade.

Assim, essa dissertação se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo faço um resgate do contexto das manifestações em Salvador no ano de 2013, e de suas bases

⁹ Canclini (2013), utiliza o termo *reconversões* para falar, sob o ponto de vista do significado cultural, sobre como práticas culturais são (re) modeladas de modo a atender as novas demandas de um contexto contemporâneo.

genealógicas. Todavia, não se trata, apenas, de mero relato daqueles episódios (a essa altura bem conhecidos), mas de uma tessitura entre eles e alguns temas que tratam, por exemplo, de biopolítica/biopoder, cordialidade/patrimonialismo, discurso e composição social das manifestações, bem como de uma oportunidade para destacar possíveis convergências e diferenças entre dois momentos históricos relacionados intimamente: o ciclo de protestos de 2013 e a Revolta do Buzu, em 2003, no contexto de Salvador. Finalizando este capítulo, apresento alguns sentidos e tendências que servirão de base para a posterior análise e discussão dos DSCs. No segundo capítulo apresento o percurso metodológico da pesquisa, começando pelas bases conceituais da Teoria das Representações Sociais (TRS) e o seu substrato principal, as representações sociais, que são princípios fundamentais que orientam a Metodologia do DSC. Ainda no mesmo capítulo, a metodologia do DSC é apresentada em detalhes: procedimentos de coleta e interpretação; especificidades do campo social da pesquisa; da coleta e análise de dados, findando com uma apresentação geral do DSCSoft - software de apoio da metodologia - e de como se dá, em linhas gerais, a alimentação de sua base de dados. Já no terceiro capítulo, apresento as trajetórias políticas dos seis atores sociais desta pesquisa, mas não sem antes introduzir uma discussão sobre os sentidos de militância e/ou ativismo face à liquidez contemporânea. O quarto capítulo é o espaço em que são apresentados os DSC provenientes dos depoimentos coletados, e onde os interpreto e discuto à luz dos autores escolhidos e dos temas que eles trazem de contribuição para o estudo em questão. Nas considerações finais, reflito sobre as nuances e sentidos das narrativas aqui discutidas, retomando cada ponto deste trabalho, especialmente o que nos traz o quarto capítulo mediante os objetivos, debruçando olhares para qual ou quais lugares apontam esse trabalho, ou seja, quais os desdobramentos e inquietações que podem conduzir a trabalhos futuros.

1 AO BRASIL NAÇÃO, JUNHO DE 2013

Um galo sozinho não tece a manhã:
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro: de outro galo
 que apanhe o grito que um galo antes
 e o lance a outro; e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzam
 os fios de sol de seus gritos de galo
 para que a manhã, desde uma tela tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.
 E se encorpando em tela, entre todos,
 se erguendo tenda, onde entrem todos,
 se entretendendo para todos, no toldo
 (a manhã) que plana livre de armação.
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.¹⁰

Junho de 2013, fins de um “outono quente” e rasuras em um histórico marcadamente patriarcalista imputado há séculos na sociedade e na política brasileiras. Pelas ruas tortuosas do Brasil escreviam-se novas linhas cujo traçado atropelava as folhas secas da inércia e do comodismo deitadas ao chão. Uma carta, escrita nas linhas da história por meio da eclosão de manifestações multitudinárias, tinha como propulsores sentimentos, no mínimo, paradoxais: de um lado a indignação ante o estado de precariedade acintosa em que vive a maioria da população brasileira, diariamente reafirmada pela atuação das instituições políticas; de outro, a esperança utópica de urgente mudança conjuntural dos campos social, político e econômico, de modo que garantisse condições dignas de sobrevivência e respeito cidadão. Como já diria Oscar Wilde, em seu *A alma do homem sob o socialismo* (2003) “um mapa do mundo que não inclua utopia não vale nem a pena ser olhado... Progresso é a realização de utopias”. Apesar das ambiguidades e da pluralidade de sentidos inerentes ao termo, a utopia vociferada nas ruas e nas redes, transcende as quimeras do campo do desejo e da simples imaginação para propor mudanças factuais amparadas por uma crítica contundente das atuais condições sociais de vida e por um projeto que contraponha a ordem existente e melhore as condições presentes. Assim como preconizou Marx (1848) ao dizer que toda a história da sociedade é também uma história da luta de classes, é impossível dissociar a utopia de projetos de mudança política, já que esta pressupõe sempre algo novo que acarreta esforços permeados de um maior ou menor grau de incertezas quanto aos resultados. Sobre isto, Scherer-Warren (2014) escreve “O utopianismo tem sido, portanto, o ingrediente necessário que possibilita a indivíduos e movimentos sociais

¹⁰ João Cabral de Melo Neto, Tecendo a manhã. In: A educação pela pedra e outros poemas, 1966.

transcender as limitações da realidade presente, procurando e lutando por uma nova e melhor vida social”. Em busca da igualdade e da superação das mazelas político-sociais e da discriminação, a utopia tecida com os retalhos da esperança e da indignação, tem sido, nestes tempos difíceis, uma importante força de atuação política.

Movidas por esta força, as manifestações de Junho no Brasil de 2013 levaram às ruas da nação uma marcha de mais de um milhão e meio de pessoas, em centenas de cidades¹¹. Iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), movimento social que luta pelo direito a mobilidade urbana, e convocadas pelas redes sociais, as marchas tiveram como estopim o aumento do transporte urbano na cidade de São Paulo, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20¹², mas se estenderam por outras capitais brasileiras - Salvador, Belo Horizonte, Recife, Belém, Rio de Janeiro, Paraná, entre outras. Um dia após o aumento da tarifa em São Paulo, em 3 de junho de 2013, uma série de protestos se sucederam na cidade até o estopim de conflitos entre manifestantes e polícia.

No dia 6 de junho, houve o 1º grande ato¹³ das manifestações convocadas pelo MPL-SP, com concentração no Teatro Municipal, região central da capital paulista. O movimento seguia em direção à Avenida Paulista, pelas ruas do centro, com participação de 5 mil pessoas, quando foi fortemente reprimido por 30 a 40 homens da Polícia Militar, chamados para conter os protestos. Já neste dia, no momento do confronto, registram-se cenas de depredação do patrimônio público e privado, cuja responsabilidade foi atribuída aos manifestantes e noticiada de forma negativa (primeiros registros da alcunha de “vândalos”) pela grande mídia, além de contabilizadas 15 prisões. Na noite do dia seguinte, o contingente policial sobe para 350 homens e a média de manifestantes continua a mesma. Embora houvesse confronto com lançamento de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para liberação das pistas ao retorno do tráfego de veículos, não há registros de detenções nem depredações.

¹¹ O quantitativo de número de pessoas e cidades participantes destas manifestações é controverso, sempre relatados pela imprensa (a menos que assinalado). Por exemplo, conforme apareceram no UOL Notícias (<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/21/manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades.htm>), foram 388 cidades participantes; já a plataforma colaborativa Wikipédia, documenta 438 cidades (https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013). Todavia, tais dados são aqui utilizados apenas como referência, não pretendendo que estejam sempre corretos.

¹² Segundo site oficial do MPL-SP, a tarifa já havia sofrido aumento em janeiro de 2011, atingindo o posto de mais cara do Brasil, daí emergindo uma série de manifestações sequenciais de janeiro a abril daquele ano. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2/>. Acesso em 17 mai. 2016.

¹³ Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>; <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>; <http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224>. Acesso em: 18 mai. 2016.

1.1 PODERES OBLÍQUOS: ENFRENTAMENTO E VIOLÊNCIA

No dia 13 de junho, quarto dia de protestos, os conflitos entre polícia e manifestantes se intensificam com cerca de 200 pessoas detidas, dentre as quais transeuntes, jornalistas e fotógrafos a trabalho¹⁴. Sete profissionais de imprensa foram atingidos, entre eles dois casos mais graves: a jornalista da Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, atingida no olho direito, e o fotógrafo Sérgio Silva, que perdeu a visão esquerda após ser atingido por bala de borracha.

Esses casos se apresentam como exemplos práticos de enquadramentos de violência, onde o Estado se apresenta como único ator social com poder de exercê-la em caráter legal e legítimo (HARDT; NEGRI, 2014). Isso significa dizer que a violência policial, como foi o caso, não se justifica pelas características específicas dos agentes, mas se legitima pela função que exercem sob a tutela do Estado. Essa “violência legítima”, como colocam Hardt e Negri (2014) é quadro favorável às reflexões acerca do poder coercitivo que se instaura no país desde a época da colonização. Melhor dizendo, se mostra como um enquadramento, como bem colocado por Butler (2015), já que traz consigo um sentido de “molduras pelas quais apreendemos ou (...), não conseguimos apreender, a vida dos outros como perdida ou lesada” e que se encerra em si mesmo como operações de poder. Operações estas que, através de uma problematização ontológica, delimitam a própria esfera de aparição e atuação do ser, quando miramos os mecanismos específicos de poder através dos quais a vida é produzida e, sobretudo regulada. Dessa forma, vêm à tona reflexões sobre a precariedade social de determinados grupos que conduz a uma potencialização da violência de Estado – tendo a polícia como seu principal aparelho disciplinar – quando da percepção da vulnerabilidade, especialmente física, destes grupos a qual incita o desejo de destruí-las. Em *Quadros de Guerra*, Judith Butler (2015), assim nos convida,

[...] se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre o direito a proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social (BUTLER, 2015, p. 15)

Penso que esse caminho para ampliação das reivindicações e dos direitos, sobretudo para o conhecimento de si e da capacitação à crítica política, possa ser guiado pelas contribuições

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/4-protesto-contratarifa-em-sp-tem-novo-confronto-e-mais-de-150-detidos.html>. Acesso em 18 mai. 2016.

deixadas por Foucault (2005) a respeito do racismo de estado, da biopolítica, da sociedade da normalização. De modo que quando se retoma os enquadramentos dos ataques policiais às manifestações do 13 de junho de 2013, torna-se claro o funcionamento das estruturas de poder e o lastro de coerção que transita entre o homem-corpo e o homem-espécie, num vai-e-vem delirante, que parece ser essa nova ontologia corporal dita por Butler. Tais estruturas hierarquizantes que permeiam o poder do Estado, depois do exercício do poder sobre o indivíduo, exerce-o também sobre um grupo, uma “massa global”, que posta numa sociedade de normatização, assiste perplexa a dança frenética do Estado tomando posse da vida, na medida em que, concomitantemente, disciplina e regulamenta as instâncias que vai do orgânico (corpo) ao biológico (população).

Por outro lado, torna-se operante um outro aparelho de fragmentação e hierarquização de um contingente biológico que viabiliza uma tecnologia de poder, cujo objeto e objetivo é a vida, o direito de parar, de ferir, de matar, a função de assassínio. A inserção do racismo nas instâncias do Estado proporciona a emergência do biopoder. Visto dessa forma, o racismo se apresenta como uma reconversão legal que serve ao Estado, na medida em que é remodelado de um ideal de guerra, uma relação militar (preciso matar para poder viver), em ideal biológico: é preciso subjugar espécies inferiores; é preciso garantir a não garantia aos “restos humanos”, de modo que as hierarquias superiores sejam mais fortes, detentoras de todas as benesses da nação. Assim, “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2015, p. 306). O racismo de estado, uma reflexão de Foucault (2015), é então a via que procura incessantemente conduzir à morte, ao extermínio na sociedade de normalização, mas não só o extermínio físico, antes e também o extermínio social, político e econômico da população desvalida, através do movimento de lançá-los às margens, às bordas.

A despeito dos ataques policiais, seguem-se os revides dos manifestantes, de modo que a Avenida Paulista se transforma em campo de guerra. Outros repórteres e manifestantes são detidos por porte de vinagre, usado para atenuar os efeitos dos gases lacrimogêneos lançados pela polícia. Essas e outras milhares de imagens circularam em tempo real na internet, desvelando o truculento poder coercitivo da polícia enquanto aparelho do Estado, e repetindo situações similares ocorridas nos protestos da Primavera Árabe, *Ocuppy* e Indignados da Espanha, precursores dos levantes.

Com a viralização das imagens e vídeos na internet e nas redes sociais, a nível nacional e internacional, da truculenta ação policial nas manifestações, bem como sua repercussão negativa – e inesperada, registre-se – transmitida no discurso da mídia tradicional logo após a constatação de terem seus profissionais entre as vítimas, a conduta abusiva da PM transformase na via condutora de legitimação destes protestos pela imprensa nacional, que, não obstante, passa a apoiá-los. Nesse momento, auge da indignação nacional e internacional é importante revelar que o incremento na repressão policial e o discurso inicial da mídia, que passou a taxar os manifestantes de “vândalos”, ao contrário de provocar a rejeição da sociedade, colocam as manifestações no patamar de aceitação de 75% da população brasileira, como mostra pesquisa realizada em parceria entre Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Ibope¹⁵.

1.1.1 Cordialidade e patrimonialismo em pauta

A essa altura a “epidemia” (CARNEIRO, 2012) já assolava o território brasileiro quando, em 17 de junho registra-se que mais de 250 mil pessoas protestaram em cerca de 28 cidades, de 12 estados da Federação (PUJOL; ROCHA; SAMPAIO, 2014). Neste ponto das manifestações, desenrola-se uma segunda etapa do movimento, que em seu auge, ganha a adesão de outras frações da sociedade, trazendo mais potência aos protestos, contudo, apresentando uma gama maior de demandas. A pauta principal deixa de ser a redução e a gratuidade das tarifas do transporte público - que a essa altura já apresenta anúncio de redução em Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa - para levar à debate os gastos com a Copa das Confederações de 2014, a precariedade da Saúde e da Educação, a atuação do deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, pautas em voga no momento, que passaram a unir os manifestantes pela indignação com o panorama conjuntural político, econômico e social historicamente posto no país, permeado de corrupção e uso patrimonialista do Estado, através dos partidos e seus representantes. O patrimonialismo que trato aqui é utilizado no sentido empregado por Sérgio Buarque de Holanda (2015), como ideia essencial na descrição do “Homem Cordial”. Assim, na medida em que coexistem na cultura brasileira, velhas mentalidades (patriarcalismo/patrimonialismo) com modernas estruturas políticas e econômicas constituídas

¹⁵ Pesquisa CNT/Ibope, 2013. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Pesquisa/pesquisa-cnt-manifestacoes-junho-2013>.

quando da transição do modelo agrícola-oligárquico-patriarcal para o padrão urbano-industrial da Era Vargas, a modernização do sistema social se vê cotidianamente burlada por uma resiliente mentalidade pré-moderna que teima em não estabelecer – sobretudo, no exercício do poder - distinções entre os limites do público e os limites do privado.

Neste ponto, torna-se imprescindível mencionar a atualidade dos escritos sobre o “homem cordial” ao se tratar do panorama da política brasileira e do fisiologismo que permeia a atuação das instituições representativas no país. Já em 1936, em *Raízes do Brasil*, ao esquadriñar o modo de ser brasileiro a partir de uma interpretação da identidade nacional, Holanda (1995) assim escreve: “já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial” (p.146).

Contudo, essa cordialidade está longe de ser um aspecto positivo do modo de ser brasileiro, e para além das questões semânticas, o autor assim justifica “seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. [...] Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.” (p.147). Assim, ao estabelecer intimidade com esferas de fóro público e formal, passados mais de 80 anos da escrita de *Raízes do Brasil*, seu pensamento continua atual visto que o que se constata, ao observar a atuação política dos partidos e seus representantes, continua sendo a transformação da repartição pública no prolongamento de suas casas. A política brasileira recobre-se da colcha de afabilidades, enquanto acoberta interesses privados. Segue-se assim no fazer político, dando ênfase ao padrão patriarcal e propagando o jeitinho brasileiro que, de mão dadas com uma ética de fundo emotivo, exercita a política em busca de conveniências pessoais e de interesses partidários, com vistas a garantir o enraizamento da corrupção estrutural.

1.1.2 As ruas: nuvem de discursos e nuances sociais

Na sequência das manifestações, no dia 20 de junho as marchas se espalharam por mais de 100 cidades, com mais de 1,2 milhões de pessoas. Dois dias antes (18/6) um pronunciamento, em cadeia nacional, da presidente Dilma Rousseff, onde reconheceu a legitimidade dos protestos e propôs a realização de reforma política, pareceu ter incentivado o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT-SP), a admitir pela primeira vez a possibilidade de revisão do valor da tarifa dos ônibus, o que de fato se concretiza um dia depois (19/6), descarrilhando sucessivas revogações no Rio de Janeiro, Aracaju e Belo Horizonte, seguidas de Curitiba e Campina Grande (20/6). Contudo, neste ínterim, episódios de violência generalizada faz o MPL-SP

reconhecer o descontrole da situação e declarar que não mais convocará atos. Todavia, esta declaração não impede que tais eventos continuem se alastrando, embora a partir daí se revelasse uma ausência de centralidade na estratégia, que podia ser observada na pluralidade de pautas, no discurso “apartidário” e pluripolítico – dada a adesão de outros grupos sociais, que a despeito de um suposto universo homogêneo de manifestantes e de ação juvenil, encobre a expressão heterogênea da realidade social, política e econômica da nossa sociedade (CHAUÍ, 2013). Tal ausência de centralidade e a conseqüente fragmentação destes eventos é perfeitamente previsível se pensarmos na perspectiva de novos movimentos sociais, ou mesmo, em redes de mobilização social (GOHN, 2010; SCHERER-WARREN, 2014), na medida em que são uma realidade recente onde se acomodam uma série de pequenos grupos, sendo isso inerente à natureza ideológica destas ações coletivas, que operam nos interstícios da diversidade e do pluralismo cultural.

Em 24 de junho, a presidente Dilma Roussef realizou duas reuniões para pensar conjuntamente as reivindicações trazidas pelos protestos: uma com representantes do MPL, onde foram chamados para apresentar a pauta de reivindicações do movimento e discutir a problemática do transporte público, bem como a viabilização de propostas para implantar gratuidade; a outra se deu com governadores e prefeitos das capitais para discutir a extensão das manifestações. Na oportunidade, Roussef propõe cinco pactos nacionais: (1) pela responsabilidade fiscal e controle da inflação, como garantia de controle econômico; (2) pela instalação de um plebiscito para formação de constituinte sobre a reforma política; (3) pela melhoria na qualidade do transporte público; (4) pela qualidade da prestação dos serviços públicos de saúde, com a proposta de ampliação da contratação de médicos até 2015; e (5) pela melhoria da educação pública. Concomitantemente, o Congresso Nacional, na mesma intenção de responder às “vozes da rua” deu início a votação e aprovação de pautas antes engavetadas: a qualificação de corrupção como crime hediondo (PLS 204/2011); inclusão do transporte público como direito social (PEC 90/2011); redução de exigências para apresentação de Projetos de Iniciativa Popular (PEC 03/2011 e PEC 45/2011); veto à PEC 37 e garantia para que o Ministério Público continuasse a conduzir investigações criminais (PUJOL; ROCHA; SAMPAIO, 2014).

Ao se pensar nas nuvens de discursos que pairavam sobre as ruas, podemos notar um certo clamor esquizofrênico que se fazia por dois vieses: de um lado, vozes progressistas ensurdeciam os ouvidos do Estado ao gritar por mais direitos; de outro, uma forma de expressão conservadora resumia tudo à corrupção e rechaçavam partidos políticos, numa explícita rejeição

à sua legitimidade como instituições republicanas e democráticas, portanto negando as possibilidades de mediação institucional, função a eles imanente (CHAUÍ, 2013). Ora, quando notamos um discurso essencialmente fundado na corrupção, lembramos que essa sempre foi a mensagem ideológica transmitida a se perder de vista pelos meios de comunicação, sendo todos os partidos políticos corruptos por natureza. Assim, apesar do uso das redes enquanto via alternativa aos meios de comunicação outrora criticados, boa parte dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica propagada por aqueles, de modo que, em vias paralelas, seguiam em marcha o discurso reacionário adotado por uma classe média conservadora e o discurso progressista das classes populares que exigia mais direitos.

Nesse sentido ao esquadriñar dados dos principais institutos de pesquisa, Singer (2013) aponta para um perfil majoritário dos manifestantes em todo país: compunham a massa 80% de jovens, entre 12 e 25 anos, ou jovens adultos, entre 26 e 39 anos, sobretudo quando se observa o dia 20 de junho, quando as manifestações se espalham pelo país. Destes, cerca de 50% possuíam renda familiar abaixo de cinco salários mínimos; mais de 70% estavam no mercado de trabalho. Em contrapartida, comparando a média nacional de nível escolar estimada pelo Ministério da Educação em 2011, que diz ser de apenas 15% a presença de jovens na universidade, o autor observa que mais de 70% dos manifestantes cursavam o nível superior¹⁶. Desse contingente, a maioria (62%) tomou conhecimento das manifestações pelo *Facebook* e 75% convidou amigos pelas redes sociais. Em vista disso, o autor levanta a hipótese de que

[a composição social das manifestações de junho foi] tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado (...): trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013, p. 27)

Ao que parece e em certa medida, do ponto de vista político, foi possível notar uma apropriação do discurso reacionário pelos grupos populares, capitaneada pela grande mídia e disseminada pela classe média tradicional. Ao negar a legitimidade dos partidos enquanto mediadores institucionais, vê-se estabelecida a brecha através da qual o discurso midiático se aproveita para reacender a centelha do rechaço aos governos populares, neste caso o PT e a figura da presidente Dilma Roussef. Afinal de contas, numa pertinente reflexão sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil em comparação com sua atuação nos países

¹⁶ Para André Singer, esse contraste entre renda familiar baixa e alta escolaridade, pode estar relacionada a políticas públicas voltadas para a educação nas últimas décadas, como o PROUNI, a ampliação de vagas nas universidades públicas, inserção de cotas para afrodescendentes e indígenas, bem como a explosão do ensino superior privado. Tais fatos fizeram a quantidade de ingressantes nas universidades saltar de 1 para 2,3 milhões, ao ano, de 2001 à 2011.

industrializados, Santos (1989) sugere que aqui “(...) não trabalham com a hipótese de uma sociedade onde predominam as noções de igualdade, de universalidade (...)” (p.56), visto que, a partir da problematização das noções de indivíduo e pessoa, e da hierarquização e desigualdade social sugeridas por uma possível posição superior que este último ocupa na sociedade, os governos populares nada mais são que uma composição de insurgentes que não se colocam em seus devidos lugares e que buscam uma equidade a que não têm direito. Como já é sabido, tal posição ideológica assumida pelos meios de comunicação tem menos interesse em veicular a criação de uma prática inovadora que coíba estruturas públicas de cometer a corrupção, que garantam participação, representação e controle de interesses públicos e direitos cidadãos, do que trazer para si o monopólio das funções do espaço público em favor dos seus interesses privados, capitalistas que são.

Nesse sentido, ao tratar de um “pensamento mágico” que emana da participação nas redes sociais, e que foi às ruas, Marilena Chauí (2013), problematiza entre outras questões, essa recusa às mediações institucionais ao lembrar que a democracia sem representação partidária assemelha-se aos governos ditatoriais, onde se concentra na figura de uma pessoa o poder ilimitado e absoluto. Talvez nisto se explique o fato de, não raro, vermos nas manifestações que se sucederam após o segundo mandato de Dilma Rousseff, uma frequente invocação da ditadura militar, enquanto seus simpáticos, enrolados na bandeira nacional - que já figuravam nos eventos de junho -, vociferavam: “minha bandeira é o meu país”.

Em termos econômicos, a carestia que já avançava sobre os setores médios em meses que precederam as manifestações poderia explicar, de certo modo, as insatisfações postas às ruas em junho. Contudo, para Singer (2013),

Sozinha a inflação não teria [...] potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança. (SINGER, 2013, p.34)

Retomando a proposta de perfil social das manifestações de Singer (2013), flutuante entre uma classe média tradicional e o “novo proletariado”, ao utilizar dados do Datafolha, constata-se que no dia 20 de junho de 2013, manifestantes de São Paulo apresentavam a seguinte orientação política: 22% eram de esquerda; 14% centro-esquerda; 31% centro; 11% centro-direita; 10% direita; 13% não tinham orientação. Para o autor, prevalece a posição de centro, capaz de abrigar tanto as demandas da esquerda – gastos públicos em favor do capitalismo, mazelas da vida urbana -, quanto as da direita, expressas no discurso anticorrupção relacionado às carências sociais, rejeição aos partidos políticos e ilegitimidade de mediação

institucional. Bem verdade é que, como no caso espanhol com o movimento dos Indignados, a esquerda no Brasil não perde adesão para direita, mas para as posições de centro, o que provoca a partir daí uma disputa institucional entre PT e PSDB, e posteriormente, o próprio PMDB.

1.1.3 Interações políticas: as ruas e as instituições

À despeito da anuência das massas às ruas, características peculiares fizeram deste, um dos acontecimentos mais polêmicos dos últimos tempos da história do país. Ao se pensar os anos marcados pelas sombras da Ditadura Militar, foi a primeira vez que uma grande manifestação não foi convocada unilateralmente por instituições de pesos representativos como foram outrora por sindicatos, partidos de esquerda e grande mídia, nos casos, por exemplo, das Diretas Já e do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Ainda pela primeira vez, não surgiu da multidão a figura centralizadora de um líder que negociasse em prol dos manifestantes, embora se reconheça que a mediação é um processo estratégico importante na coesão interna de um movimento. Ineditamente, informações e convocações de atos foram reproduzidos e reverberados em tempo real por civis, através das mídias sociais em volume infinitamente maior que qualquer mídia tradicional poderia alcançar; sobretudo, as demandas não se traduziam em uma única pauta, não havia um roteiro de negociação política pré-estabelecido; iniciam-se com a exigência de revogação do valor das passagens de ônibus e posteriormente agregaram-se outras pautas, surgidas quase que no calor dos protestos.

Entretanto, importante a ressalva a dois pontos que transcendem os limites territoriais quando colocamos na mesma balança os movimentos internacionais e as manifestações no Brasil. Primeiro, espera-se que manifestações deste porte, tal qual como foram em outros contextos, aconteçam sob a incidência de crises políticas e econômicas¹⁷. Contudo, no Brasil não foi assim. Žižek (2013) nos traz a seguinte indagação: “(...) mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia e o Brasil?”. Em seguida nos apresenta uma possibilidade de resposta quando pontua que existe um sentimento fluido de desconforto e descontentamento compartilhado, relacionando questões econômicas e político-ideológicas,

¹⁷ Há época, ainda não estava estabelecida a conjuntura de crise política e econômica que culminou, em 2016, no pedido e aceitação de impeachment, nas instâncias da Câmara e do Senado, e o consequente afastamento da presidente Dilma Rousseff, embora já houvessem indícios de crise no PT e uma queda na aceitação da população para com a presidente. Tal quadro, começou a se desvelar nas corridas eleitorais de 2014.

que une e sustenta demandas particulares em torno de “democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual”.

O segundo ponto diz respeito à postura inédita, assumida pela presidente Dilma Rousseff, quando declarou ter “obrigação de escutar a voz das ruas”, quando no dia 18 de junho foi à TV na tentativa de responder a “carta” de indignação e animosidade escrita pelas ruas do país por milhares de brasileiros. Assim, reconheceu a legitimidade de tais eventos em estados democráticos e ao fazê-lo, reabriu um tema recorrente no Brasil, que é a urgência de uma reforma política. A ideia de um plebiscito para aprovação desta reforma marcou o que foi mais significativo no movimento brasileiro: a interação entre a política das ruas e a política das instituições. Contudo, posteriormente, o plebiscito caiu no esquecimento, após ser duramente boicotado pelo Congresso e pelo Legislativo.

Posta a contextualização da emergência e dos desdobramentos, ainda em curso, das manifestações no Brasil nos meses de junho-julho de 2013, na seção posterior faço um recorte do que se constitui o corpus desta pesquisa: O MPL/Coletivo Tarifa Zero e as manifestações em Salvador. Para tanto, início com uma escavação de suas bases embrionárias, observando na dança frenética da história, a similaridade, e por que não, a retomada dos passos, dez anos depois.

1.2 ARQUEOLOGIAS DO MOVIMENTO: DA REVOLTA DO BUZU AO MOVIMENTO PASSE LIVRE

Neste ponto, tal qual no fazer arqueológico, escavo o passado e a memória no tempo de treze anos atrás. No dizer de Ricoeur (2007, p. 40) “... não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”. Assim, exercitando a memória e escarafunchando documentos desembarco em 2003, na tentativa de seguir os rastros e os ecos da Revolta do Buzu deixados pelas vias da cidade, em busca dos vestígios e indícios de um mover político e cultural que foi, de fato, o embrião originário do Movimento Passe Livre (MPL), dois anos depois, em 2005. Com isso não pretendo desqualificar manifestações anteriores que tinham como mote a situação de precariedade do transporte coletivo - a exemplo do “Quebra Bondes”, em Salvador, em 1930,

ou mesmo em São Paulo, especialmente nos anos de 1947 e 1958¹⁸ - pelo aumento da passagem de trens e ônibus, tampouco sugerir que essa luta está inscrita na historicidade brasileira de forma pontual, isolada e sem continuidade. Antes destaco que a luta por um transporte público nunca cessou, é recorrente e irrompe a cada vez que cidadãos brasileiros saem em busca de trabalho, de educação e de saúde, ainda que seja sob a forma de micro manifestos ou sob a exposição de olhares descrentes, corpos cansados e vozes emudecidas. É necessário, como sugere Melucci (1989), debruçar-se sobre as redes submersas dificilmente perceptíveis em se tratando de movimentos sociais inscritos na contemporaneidade. Foi assim que, de agosto a setembro de 2003, estudantes secundaristas e universitários, agremiações estudantis e associações de estudantes, movidos por indignação e pela utopia de um mundo melhor, - tão impregnada nas estações juvenis - mas conscientes de seus direitos cidadãos, tomaram as ruas de Salvador numa série de protestos, que sem liderança e organização institucional que os convocasse, desencadeou uma das maiores manifestações antes vistas, motivadas pelo aumento da tarifa de transportes de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, reivindicando prioritariamente o passe livre estudantil. Em verdade, uma sucessão de fatores críticos conjunturais e históricos, entre os quais a crise no transporte urbano de Salvador e a paralisação das obras do metrô, iniciadas no ano 2000, já se configuravam em contribuições suficientes para desencadear tais protestos.

No âmbito do Governo Federal, a política nacional também teve grande influência nas manifestações: era ano de reforma da previdência, proposta neste primeiro ano de gestão do então presidente Lula. Este foi um fator preponderante para acirramento dos ânimos e descarrilho de desconfiança popular nos partidos de esquerda, especialmente os da base do governo – PT, PTB, PC do B, PPS entre outros. De fato, esperava-se que o novo governo prosseguisse com o processo de universalização da cobertura risco-velhice iniciado na Constituição de 1988, superando entraves que circunscreviam essa proteção a uma minoria da população ocupada, ao passo que desprotegia milhões de trabalhadores brasileiros e suas famílias. Paralelamente, esperava-se a aplicação do “fator previdenciário” como resolução das iniquidades presentes no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Contudo, as propostas de reforma encaminhadas pelo presidente Lula não contemplaram estas mudanças. Antes “(...)

¹⁸ Para estas e outras manifestações sobre transporte público no Brasil consultar: Gohn, M. G. M. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011; NUNES, E. A revolta das barcas. Rio de Janeiro: Garamond, 2000; SANTOS, R. B. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Editora UNESP, 2008; MOISÉS, J. Á.; MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou'. In: MOISÉS, J. A. Contradições urbanas e movimentos sociais. São Paulo: Paz e terra, 1978; TAKEMOTO, Walter. Tarifa, mobilidade e exclusão social (Coleção o que saber). São Paulo: Fund. Perseu Abramo-PT, 2014.

se restringiu a propor modificações das condições de acesso e dos valores dos benefícios dos servidores públicos” (MARQUES; MENDES, 2004). Dessa forma, não foram objetos de sua proposta o amplo contingente de trabalhadores não cobertos por nenhum tipo de proteção ao risco-velhice.

Torna-se recorrente que em contraposição a um estado de expansão em serviços públicos, tal qual saúde, educação, transporte e moradia, se verifique, em verdade, uma retração de investimentos por parte das instâncias representativas nas políticas públicas relacionadas, configurando um rompimento com o *welfare state*¹⁹ (GIDDENS; BECK; LASH, 1997). Se por um lado isso revela a conformação de quadros hegemônicos e os riscos sociais aos quais estamos expostos, por outro traz a vista as invisibilidades das estruturas sociais e oportunizam abertura de espaços de atuação, consequentemente um novo perfil de ator político. Parece-me que a Revolta do Buzu refletiu bem essa nova perspectiva de transformação, já que se fez a partir de um grupamento social essencialmente de jovens pobres, em sua maioria moradores de bairros periféricos e afastados da cidade, e estudantes de escola pública. Quando muito, houve aderência de alunos de escolas particulares e oriundos de uma classe média que já passava por um processo de progressivo empobrecimento, e timidamente, de universitários, em sua maioria ligados à partidos ou organizações políticas e entidades estudantis (MANOLO, 2003). Filhos de uma população afetada pelo desemprego, pelo trabalho precário ou pelo empobrecimento progressivo, os jovens somavam às suas indignações de uma multidão de pais, reclamando as mazelas de um transporte público marcado pela escassez de frota, péssimas condições e degradação do transporte coletivo urbano (ônibus e trem), que não justificavam um aumento cujo acréscimo de R\$ 0,20 representaria um gasto mensal de R\$ 12,00 a mais na renda do assalariado, já que em 2003 o salário mínimo era de R\$ 240,00.

Assim, a insatisfação popular generalizada crescia ao tempo que o movimento estudantil recrudescia, de modo que naquele período, os bloqueios e passeatas paralisavam, quase que diariamente, as principais vias da cidade em reivindicação à redução da tarifa, à meia-passagem aos finais de semana e a criação de um Conselho Municipal de Transporte que garantisse a participação popular. Estava claro que, a despeito das pautas apresentadas pelo movimento fossem em grande medida estudantis, estas tinham uma íntima relação com a situação econômica familiar. Não obstante, jovens ali presentes justificavam sua participação nos

¹⁹ Estado de bem-estar (tradução nossa) é um termo com origem no pensamento *keynesiano*, mencionado por Giddens, Beck e Lash, na obra “Modernização Reflexiva”, que diz respeito à ação do Estado na garantia e promoção de serviços públicos e proteção à população.

protestos pela redução da passagem argumentando que a família não podia arcar com os custos daquele aumento ou que o salário mínimo que os pais perfaziam ao final do mês não cobria o acréscimo. Única dentre as reivindicações que transpôs as demandas estudantis, a exigência na redução da passagem de ônibus traduzia, dentre outras questões, a precariedade dos ganhos de famílias afligidas com os gastos de transporte nos deslocamentos laborais e no transporte dos filhos em idade escolar, portanto fora da faixa de ocupação.

Celeiro de conflitos, a Revolta do Buzu promoveu pelas ruas e avenidas da capital baiana o encontro de vozes que preconizavam interesses diversos, por hora dispersos, uma pluralidade de pautas que se entrecrocavam, mas que sobretudo traduzia uma luta presente na historicidade brasileira, travada no esteio das hierarquias sociais e culturais, que diz respeito neste caso à garantia das liberdades substantivas (SEN, 2011) – representadas por saúde, educação, transporte, saneamento, serviços públicos de qualidade – que estabelecesse um estado de bem estar social equitativo para um enorme contingente populacional que sobrevive às margens, portanto posto de lado quanto a distribuição de renda e aos recursos essenciais que deveriam ser fornecidos pela nação. Dada a dificuldade de identificar liderança que respondesse pelo movimento, as deliberações aconteciam nas assembleias – lá decidiam o percurso das passeatas, locais dos bloqueios, traçavam estratégias para despistar as tropas policiais.

No dia 2 de setembro de 2003, uma pauta de reivindicações da Revolta do Buzu foi levada por uma comissão estabelecida numa destas assembleias, para o primeiro encontro com o Prefeito Antônio Imbassahy (PFL), o secretário de Transportes, Ivan Barbosa, e a Câmara de Vereadores. A pauta, além das demandas postas em protesto como revogação do aumento da tarifa de transporte para R\$ 1,30 e congelamento do preço pelo período de 1 ano, passe-livre para estudantes de escolas públicas (não alcançado pelo comitê de negociações), meia-passagem o ano inteiro extensivo aos cursos de pós-graduação, levantou questões relativas à democratização do transporte coletivo em geral, como a constituição de Comissão para Estudos da Desoneração da Tarifa e a reabertura do Conselho Municipal de Transportes. Entre idas e vindas de negociações, a redução da tarifa, principal requerimento do movimento, não foi alcançada: a prefeitura ofereceu apenas garantia de congelamento do valor de R\$ 1,50 até setembro de 2004. Quanto à meia-passagem, foi garantido seu benefício aos domingos, feriados e férias; aumento da sua cota de uso diário (4 para secundaristas/ 6 para universitários), também concedida aos cursos de pós-graduação; admissão da meia-passagem no transporte complementar (vans de linhas curtas entre bairros periféricos). Por outro lado, conseguiram a

reabertura do Conselho Municipal de Transportes e a criação de uma Comissão para Estudos da Desoneração da Tarifa.

Do ponto de vista das implicações sociais e políticas deste movimento, é imprescindível destacar, depois de um longo período a partir da redemocratização, a emergência de um novo modo de comunicação e de configuração de uma nova cultura política a partir da atuação dos movimentos sociais em contexto contemporâneo, que marca mudanças desde a forma de atuação até os processos de ativismo político e identidade construída neste panorama. Desse modo, àquela época, os celulares, no uso de mensagens SMS, foram artefatos importantes no processo de articulação e mobilização durante os dias da revolta, o que já sinalizava um processo crescente de mobilização oportunizada pelas TIC's. Mesmo sem as redes sociais, a Revolta do Buzu já dava sinais dos novos tempos com a criação de um chat específico para deliberações na rede BrasNET²⁰, chamado *#contratarifa* (MANOLO, 2003). Todavia, a despeito dos artefatos tecnológicos e grande parte da comunicação e convocação ter sido feita por estes meios, o espaço das escolas continuou sendo imprescindível como lugar de aproximação, da sociabilidade organizada e para tomada de decisões, estabelecendo, desde já, forte interação entre as redes on-line e o espaço público. A congruência entre os manifestantes se fazia de modo paradoxal: necessidades particulares pululavam entre as reivindicações em prol do bem comum, sem que isto se tornasse ponto de afastamento do coletivo. Não haviam repetições de formas e ideologias de protesto articuladas pelos iniciadores das mobilizações, tudo acontecia de forma experimental, no calor dos protestos.

Marcada pela heterogeneidade, não raro, as assembleias gerais da Revolta do Buzu se faziam tumultuadas, atingindo os limites de conversação e consenso apenas para as questões práticas ligadas às pautas principais e a liberação de partícipes presos nos confrontos com a polícia. A despeito da recusa aos partidos políticos e entidades estudantis (ABES, UNE, UBES, DCEs), foi certa a participação de militantes partidários e dirigentes destas entidades nas manifestações. Das miscelâneas que se faziam nas próprias assembleias, de acordo com os registros de Manolo (2003), um dos membros mais atuantes deste movimento (posteriormente, membro fundador do MPL Salvador) era grande o apelo que se fazia à presença das representações de cada escola ou universidade em prol de manter a organização, quando, por

²⁰ BrasNET foi uma das principais redes de Internet Relay Chat (IRC) - sistema *on-line* de troca de mensagens textuais, através do qual vários usuários podiam conversar ao mesmo tempo. Curiosamente, em 2003, alcançou seu pico de participação, quando 60 mil usuários conversaram simultaneamente. Com o surgimento do Orkut (Google) e ampliação dos serviços do MSN (Microsoft), usuários de IRC migraram para aquelas redes, o que levou ao encerramento da BrasNET, em 2007, após onze anos de atividade. Disponível em: www.brasnet.org. Acesso em 18 maio, 2016.

exemplo, se pedia que estas entidades elegessem um estudante para falar por sua escola. Nas próprias negociações com a prefeitura e com a secretaria de transporte se fez necessária essa estratégia. Talvez aí tenha se delimitado o terreno fértil para instalação dos impasses organizacionais e institucionais do movimento, uma vez que era possível notar, a esta altura, uma divisão: de um lado, os que expressavam a vontade de formar comissões para os pleitos com o prefeito; de outro, aqueles jovens independentes que não admitiam qualquer negociação com a prefeitura, almejando o convencimento pelo enfrentamento. Assim que, após a interferência de entidades estudantis, antes recusadas pelo movimento como UBES e UNE, e a forte repressão policial, o movimento perdeu força, sem conseguir a revogação do aumento, findando as manifestações de grande vulto.

Não obstante os impasses, a Revolta do Buzu abriu caminhos em termos de autonomia e protagonismo político inaugurando “novos de circuitos de cooperação e colaboração” que se encontram, a despeito de suas diferenças, para possibilitar a descoberta de pontos comuns que promovam uma atuação conjunta por um tema central como é a questão dos transportes (NEGRI; HARDT, 2004). A experiência de Salvador oportunizou novas dinâmicas em eventos subsequentes que se deram em outras cidades e que giraram em torno da luta pelo passe livre, como em Florianópolis - que já abrigava um movimento pelo passe livre há seis anos, organizado em fórum municipal -, palco da Revolta da Catraca, que capitaneou as manifestações, paralisando quase completamente a cidade por mais de dez dias, culminando com a revogação da tarifa de ônibus. Essas experiências, precursoras de um novo agir político, influenciaram a criação do Movimento Passe Livre em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

1.3 SUJEITO-MOVIMENTO (PASSE LIVRE): TESSITURAS DE UM NOVO AGIR POLÍTICO/SOCIAL

V Fórum Social Mundial (FSM), janeiro de 2005. Horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo. Estes foram os pilares constitutivos da identidade do Movimento Passe Livre (MPL) em ocasião do seu nascimento, na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em Porto Alegre, ocorrida durante o FSM, e que passaram aos princípios do movimento, orientando toda a sua forma de atuação em nível nacional. No exercício de auto apresentação e na formação da consciência de si empreendida pelo próprio MPL, cada um destes pilares

passam a compor sua Carta de Princípios em âmbito nacional²¹, instrumento que norteia toda sua atuação, bem como de seus federados locais. Contudo é em seu endereço eletrônico²² que cada princípio é exposto de maneira clara e didática, como que em um fazer subjetivo implícito no esforço de delinear seu próprio perfil comportamental. Assim, nasce não só um movimento social, mas um sujeito-movimento que transmuta meros substantivos em valores de existência entendendo que:

- Por horizontalidade fica claro que o MPL não reconhece hierarquias; o poder de participação é direito de todos;
- Por autonomia e independência estabelece que “as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas”²³; em sua carta de princípios, recusa também a associação à ONGs, instituições religiosas, financeiras;
- Quanto ao apartidarismo, deixam claro que não se trata de anti-partidarismo, uma vez que militantes de partidos políticos são aceitos como colaboradores da luta. O que defendem é que não se organizam para eleições e que em sua prática cotidiana a política está além do voto, pressionando o governo na criação de políticas públicas.

Sob essa égide, o movimento estabelece a causa de sua existência – “(...) a luta por um transporte verdadeiramente público, de acesso a todas as pessoas, sem exclusão social” (MPL, 2005, p.1) - que por ocasião do seu nascimento se restringia à luta pelo passe livre estudantil, realidade que já podia ser observada na cidade do Rio de Janeiro e Cuiabá. Posteriormente, em oportunidade de um terceiro encontro nacional ocorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes, acampamento do Movimento dos Sem-Terra (MST), em Guararema, São Paulo, ampliam através de resoluções, o espectro de luta passando a reivindicar o passe livre universal,

²¹ A Carta de Princípios do MPL Nacional é parte integrante do site oficial do movimento - <http://www.mpl.org.br/>. Entretanto, em visita recente, o site parece estar passando por uma transição. Todavia, é possível o acesso a informações através do endereço <http://tarifazero.org/mpl/>, site vinculado ao MPL, já que trata de temas comuns à este último: mobilidade urbana e direito à cidade e defesa de um transporte coletivo público e gratuito. Em virtude da inacessibilidade ao site do MPL, encontrei a carta de princípios disponível em <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

²² Por motivos abordados em nota anterior, disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

²³ Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl/>. Acesso em: 25 jul. 2016.

passage livre para desempregados e um transporte livre da iniciativa privada, de controle público²⁴.

À guisa de apresentação, é imprescindível entender as questões que fundamentam as razões de luta do MPL que, a meu ver, são de (1) ordem objetiva, uma vez que dizem respeito à marcadores estruturais relativos ao sistema de transporte e à cidade; e (2) de ordem subjetiva, na medida em que relaciona-se à condição do ator político integrante do movimento e, portanto, simpático aos projetos de mudança política e social e da utopia neles estabelecidos, e sua íntima relação com espaço social em que vive, sendo então por ele afetado. Sobretudo, ao pensar um conjunto de fatores cambiantes entre estas duas ordens – questões estruturais e as singularidades do ator e do coletivo do ponto de vista político – desvela um quadro de condições que possivelmente, ao longo dos anos de lutas pelo transporte público, culminou nas manifestações de 2013 e que reverberam até os dias de hoje.

1.3.1 Do transporte à cidade

Partindo da concepção de transporte, o MPL entende o transporte público através de um viés político-social que rejeita a lógica de mercadoria comumente imposta pelo sistema capitalista que, ao contrário, o concebe como fonte de poder econômico e político, gerido, portanto, pela iniciativa privada, em concessão do Estado. Desnecessário é dizer que essa gestão privatizada encontra-se distribuída nas mãos de algumas poucas famílias proprietárias de empresas de ônibus e tradicionalmente estabelecidas neste segmento. No caso de Salvador, por exemplo, atualmente são apenas três as empresas que controlam, por meio de concessão, o transporte público de ônibus. Nesse sentido, para o MPL, sendo o transporte de natureza pública, deve o mesmo ser retirado da administração privada e passar à gerência do poder público, com orientação para os interesses da coletividade e pautada por uma outra forma de financiamento, que não seja o lucro pura e simplesmente. Para Marcelo Pomar, um dos membros fundadores do MPL quando do FSM, em 2005,

(...) é preciso pensar numa nova forma de tributação que onere os setores que verdadeiramente se beneficiam do funcionamento diário do transporte coletivo, e não os usuários. Os setores que se beneficiam são os grandes industriais, as grandes empresas de comércio, os detentores dos grandes meios de produção e de circulação de mercadorias. (POMAR, 2005, p. 6)

²⁴ Resoluções do 3º encontro nacional do Movimento Passe Livre, Guararema/SP, Julho de 2006. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2013/06//520894.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

O transporte público coletivo é assim entendido como serviço público essencial, tal qual a saúde, a educação, os serviços de iluminação e coleta de lixo, devendo ser, dessa maneira, isento de pagamento no momento de sua utilização. Na perspectiva do MPL, não se apregoa que a tarifa é gratuita, está claro que assim como os demais serviços públicos que são cobrados de maneira indireta por meio de impostos, assim também deva ser o transporte público (POMAR, 2013). Contudo, uma vez que o transporte continua tendo custos - de insumos, de força de trabalho, de manutenção -, a grande discussão por trás é quem deve ser responsável por estas contas. Sob a ótica do movimento, deve haver uma inversão da lógica “do paga quem usa, para o paga quem se beneficia” e apontam um meio para isso a partir da cobrança de impostos progressivos sobre setores mais ricos da sociedade que se beneficiam do fluxo regular de mercadorias e do lucro que advém deste círculo, acreditando ser este um importante passo para a democratização e acesso ao sistema de transporte coletivo no Brasil. Apenas a redução de tarifa subsidiada pelo município não tem outro fim que não o arrefecimento dos ânimos da população. Para Pomar (2013)

“(...) você diminui o custo da tarifa, mas você mantém a margem de lucro dos empresários e não discute o que está por trás. Que é uma concepção do transporte público não como serviço público essencial, não como direito essencial, mas como mercadoria, como um elemento de manutenção ou de produção de lucro para determinados grupos que controlam a exploração desse serviço”. (POMAR, 2013)

A partir dessa proposta de se pensar o transporte público no Brasil, ocorre dentro do MPL o que arrisco chamar de uma virada progressista relacionada às questões políticas e elaborações teóricas do movimento, um aprofundamento da temática basilar de luta. Ocorre em seu interior uma inflexão de pauta que vai do passe livre, agora considerada uma questão menor, pois ligada historicamente ao movimento estudantil, à uma temática que se insere na dimensão do direito à cidade. Essa transição, que se deu entre 2008 e 2009, é que introduz na pauta do movimento a Tarifa Zero²⁵, a qual consideram imanente ao direito à cidade; sendo esta o espaço onde se concentram as grandes conquistas tecnológicas, científicas e culturais da humanidade, ela deve ser democratizada. Lefebvre (1996), em suas formulações sobre o conceito de direito à cidade diz que este “(...) não pode ser concebido como um simples direito de visita ou um retrocesso às cidades tradicionais”. Antes, esse direito “(...) só pode ser formulado como um direito

²⁵ Projeto do engenheiro civil Lúcio Gregori, então secretário dos Transportes na gestão de Luiza Erundina (PT) na prefeitura de São Paulo (1989-1992), o Tarifa Zero consistia na criação de um fundo de transportes que reuniria recursos públicos a partir da taxa progressiva do IPTU em áreas mais valorizadas da cidade e que subsidiariam a totalidade do sistema de transporte. O projeto foi fortemente atacado, inclusive dentro do Partido dos Trabalhadores, impedindo a elaboração do Projeto de Lei do Fundo de Transporte, impossibilitando, assim, que o Tarifa Zero fosse levado à votação na Câmara.

transformado e renovado para a vida urbana”²⁶ (p. 158). Com efeito, essa democratização pressupõe a garantia do acesso, o direito de ir e vir aos equipamentos públicos e privados que na cidade se encontram distribuídos. Essa livre circulação na cidade, transcende ao simples acesso àquilo que nela já existe; “(...) é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 28). Por isso, de acordo com o autor, este direito não pode estar vinculado somente ao direito individual, já que recai sobre um grupamento de pessoas que imprime vida à cidade, sendo, portanto, imprescindível o esforço da coletividade para a construção de direitos políticos em torno de “solidariedades sociais”. Assim sendo, esta é uma luta que preconiza que,

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político. (HARVEY, 2013, p. 34)

Ao defender a tarifa zero, está posto pelo MPL que os custos de operação do transporte público devem ser desvinculados do pagamento de tarifa pelo usuário de forma a impedir que os mesmos recaiam sobre a classe trabalhadora. A tarifação imposta pelo sistema de concessão à iniciativa privada preconiza, por um lado, abusivas isenções fiscais, sempre depositadas nas contas de outros serviços públicos e materializadas nos cortes orçamentários, e de outro, a segregação espacial engendrada pelos sucessivos e abusivos aumentos nos valores das passagens. Assim, visto como direito fundamental e inegociável, a cobrança de tarifa no transporte não só limita a locomoção, mas também subtrai do indivíduo o direito de interferir na cidade.

1.3.2 Por trás das vozes: horizontes de um novo agir político

Ao reconhecer o direito à cidade inerente aos direitos humanos, o MPL estabelece em seus princípios de luta que a mobilidade é um direito universal e que as questões estruturais relativas a imobilidade desordenada das metrópoles advém de um projeto urbano que preconiza o crescimento caótico, produto de uma especulação imobiliária feroz e ancorado na corrupção

²⁶ Tradução nossa do original: “*The right to the city cannot be conceived of as a simple visiting right or as a return to traditional cities. It can only be formulated as a transformed and renewed right to urban life*”. Henri Lefebvre, *Writings on cities*. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1996, p. 158 (versão PDF). Disponível em: <https://chisineu.files.wordpress.com/2012/09/lefebvre-henri-writings-on-cities.pdf>. Acesso em: 31 de jul. 2016.

municipal. Contudo, ao fazê-lo também deixa claro que ao lado de questões estruturais que justifiquem sua luta, existem condições de ordem subjetiva inscritas nas ações do ator político que o compõe e que determina sua existência. Sobre essa condição de existência, Castells (2013) adverte que tanto quanto a ordem prática de luta, a condição humana, materializada em seus direitos e na esperança de uma realidade melhor, é essencial para um movimento social:

[...] como todos os outros movimentos a redor do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão. (CASTELLS, 2013, p. 178)

Da mesma forma que os protestos contra a precariedade dos transportes fazem parte da história do Brasil contemporâneo, assim também o são as reivindicações pelo passe livre capitaneadas pelo movimento estudantil, especialmente dos secundaristas. Marcadamente no período de redemocratização do país, em finais dos anos 80, já haviam movimentos estudantis incisivos em capitais como o Rio de Janeiro, por exemplo, quando estudantes ocuparam ruas em passeatas pelo passe livre nos transportes, pela meia entrada em cinemas e pela garantia de educação pública gratuita e de qualidade para todos, prevista na Lei de Diretrizes e Bases – LDB da educação brasileira. Essa, portanto, não é uma causa exclusiva nem iniciada historicamente pelo MPL. Contudo, de forma inicial, o que pretendo neste momento sobre as questões de ordem subjetiva do movimento, que dizem respeito aos atores políticos partícipes em seu processo constitutivo, é que - do mesmo modo que podemos observar uma virada progressista de pauta e suporte teórico - também vai se desvelando, à medida dos anos, um novo perfil de ator político. É necessário, todavia, saber que este processo não se submete a marcadores temporais e não se encerrará com ele; é um fluxo em (in)constante movimento.

Por outro lado, essa instabilidade não diminui a importância de mirar o horizonte que revela a emergência de uma nova cultura política, sobretudo, um novo papel do ator no fortalecimento de movimentos sociais no Brasil contemporâneo (SCHERER-WARREN, 2014). No contexto destes movimentos, é possível notar entre uma “função de socialização e participação submersa” da qual fala Melucci (1989), a existência de um ideal básico que substancia o seu agir, qual seja a criação de um novo ator social que reconverte o espaço da cidadania em virtude de um triplo sentimento de exclusão relativa, residente nas instâncias política, econômica e cultural/ideológica, marcadamente presente na construção social de uma “subcidadania brasileira” (SOUZA, 2006).

Antes mesmo da constituição do MPL nacional, já em 2000, em Florianópolis, existia um grupo organizado de jovens ligados ao PT – Juventude Revolução Independente – que,

certamente inspirados por aquela experiência do Rio de Janeiro, resolveram dar início a uma campanha pelo Passe Livre na cidade. Tomando corpo a campanha, iniciaram um trabalho de base com o mapeamento de escolas, onde discutiam o tema do passe livre, que serviu de inflexão para micro manifestações entre os anos 2000 e 2004, que certamente criou um conjunto de elementos subjetivos para impulsionar uma grande movimentação em Florianópolis conhecida como Revolta da Catraca, ocorrida entre 2004 e 2005, em que participaram ativamente de 15 a 20 mil pessoas, onde agora entre estudantes, somavam-se professores, sindicatos, associação de moradores e população em geral, reivindicando a redução da tarifa de ônibus e o Passe Livre para estudantes (DUARTE, 2016; FILHO, 2015; POMAR, 2013). Por dois anos consecutivos (2004-2005) estes movimentos conseguiram frear o aumento das passagens na cidade.

A partir deste momento, já começa a se delinear um perfil de jovens participantes destes protestos que, ao se desvincularem de instituições partidárias e sindicatos, traduzem a insatisfação dos manifestantes com a postura destas instituições de tomar para si o protagonismo das lutas, bem como um anseio pela independência na construção de suas próprias experiências políticas, que a tutela de uma organização adulta os impedia de alcançar. Marcelo Pomar (2013), um dos membros fundadores do MPL Nacional e atuante da revolta de Florianópolis, relata em entrevista²⁷ que este foi o motivo do rompimento e expulsão - dele e de outros companheiros - da Juventude Revolução:

Em 2004 nós já éramos um grupo amplo, de frente única, que reunia várias organizações partidárias e muitos jovens independentes. E foram basicamente esses jovens independentes que acabaram tocando a coisa a partir de 2002 junto com esse grupo que foi expulso da Juventude Revolução. (POMAR, 2013)

A ideologia imposta pelo partido e o engessamento das instituições parecia ser, ao ver da juventude, como os pais no princípio da idade adulta: um celeiro de limitações e recusas. Por outro lado, esses jovens personificavam a desobediência e a rebeldia que, para além da inconsequência, transformavam, gradativamente, meras quimeras em utopias concretas. Não obstante, é possível observar este quadro na Revolta do Buzu (2003), em Salvador: entre vozes e protestos, claramente dois grupos reivindicavam a redução no valor da tarifa. O primeiro, reunia uma intersecção de entidades e representações estudantis; o segundo distinguia-se por estudantes que sequer possuíam vinculação com quaisquer destas agremiações - União Nacional dos Estudantes (UNE), Diretório Central de Estudantes (DCEs), ou mesmo grêmios

²⁷ TONHA, Coletivo Maria. Ele ajudou a fundar o Movimento Passe Livre: entrevista com Marcelo Pomar. **Tarifa Zero.Org**. São Paulo, jul. 2013. Seção Entrevistas. Disponível em: <http://tarifazero.org/2013/07/25/ele-ajudou-a-fundar-o-movimento-passe-livre-entrevista-com-marcelo-pomar/>. Acesso em: 28 jul.2016.

escolares. Estes queriam independência; sedentos pela liberdade, recusavam cabrestos, palavras de ordem ou qualquer imposição ideológica. Sabiam que - por admissão de alguns membros das próprias entidades estudantis -, “as mesmas não faziam parte do cotidiano da maioria daqueles estudantes que estavam nas ruas, por isso recusavam sua interferência nos rumos da manifestação.” (FREITAS, 2009, p. 102-103). A partir daí, começa a se delinear um processo diferente, genuíno e singular de ação política, que desvelava um novo perfil de ativismo, desligado de entidades estudantis e de instituições partidárias, disposto ao embate por meio de uma organização horizontalizada, livre e espontânea. Sobre essa negação, natural de lutas pela redefinição de cidadania em contextos de novos movimentos sociais, Scherer-Warren (2014), diz que é comum esta recusa de modelos políticos existentes por parte desses novos atores, ao tempo que caminham para a construção de novas formas de relações societárias: “esta negação se expressa através de um crescente processo de deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado ou assumidas historicamente de acordo com os interesses das classes dominantes” (p. 54).

Mas como, a despeito das diferenças e singularidades individuais e locais, estabelecer com capilaridade nacional uma conexão com outros atores de proximidade política com o que pensamos e em que acreditamos? Como organizar, a partir destas conexões e sem vínculos nem manobras partidárias, um movimento de característica urbana cuja bandeira fosse a luta pelo transporte coletivo e o passe livre? Estas eram questões pulsantes, à medida que os anos passavam e recrudesciam manifestações isoladas por outras cidades brasileiras. É fato que naquele momento, o prazer da interrogação sublimava qualquer tentativa de solução em forma de respostas prontas para àquelas questões. Porém um caminho, não para responder, mas para se pensar a respeito delas, arrefecer os ânimos e atenuar o que poderia ser um problema, parece ser indicado por Gohn (2010) ao refletir sobre a função do espelho. Assim que, ao nos apropriamos da nossa imagem no outro, este nos serve de espelho; após refletida a imagem, é que se inicia o processo de construção da identidade. A partir daí surge a ideia de permanência, de solidez de existência:

Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e desejos, tomando referentes com os quais se identifica: outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos. Um movimento social não assume ou “veste” uma identidade pré-construída [...]. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta [...] (GOHN, 2010, p. 31)

Da união de vozes dissonantes, o marco gestacional do MPL Nacional. Alguns meses depois, encontramos-nos novamente no Fórum Social Mundial, Porto Alegre (RS). É importante

destacar neste momento de constituição nacional, numa frente única de luta, o papel desempenhado pelo Centro de Mídia Independente (CMI)²⁸, rede alternativa de produtores de mídia, com capilaridade internacional, que durante e após o processo gestacional do movimento, auxiliou especialmente no que diz respeito à comunicação entre os grupos constituintes de diversas localidades.

Assim nascido um “sujeito-homem-movimento”, forte e da união plural de dez capitais, surgiu o MPL. Sem nenhum grande aporte estrutural e institucional, sem nenhum partido ou organização de peso que o sustentasse, a partir da simbiose paradoxal entre diferenças e similaridades, o movimento seguiu capitaneando, ao longo dos anos nas ruas dos vários “Brasis”, as jornadas de luta que, ora representadas pelo gesto simbólico de quem “pula a catraca” ou “passa por baixo da borboleta”, ora se apropriando dos espaços urbanos, chegaram às “Jornadas de Junho de 2013” e “(...) rasgaram toda e qualquer perspectiva técnica acerca das tarifas e da gestão dos transportes que procurasse restringir seu entendimento aos especialistas e sua ‘racionalidade’, a serviço dos de cima.” (MPL-SP, 2013, p. 17)

1.4 “NÃO COMEÇOU EM SALVADOR, NÃO VAI TERMINAR EM SÃO PAULO”²⁹: BREVIÁRIO DAS MANIFESTAÇÕES EM SALVADOR

Da viagem pelas arqueologias do passado, retomo ao ponto dos acontecimentos em Junho de 2013, porém agora no contexto da cidade de Salvador, espaço de fluxos onde se estabelece essa pesquisa. A (re) constituição³⁰ do MPL Salvador está intimamente ligada ao processo reivindicatório na cidade, pois ela se deu concomitantemente às marchas de grande vulto nas quais o objetivo inicial era prestar solidariedade ao processo coercitivo engendrado pelo aparelhamento policial do Estado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim que, apesar

²⁸ O Centro de Mídia Independente (CMI) ou Indymedia é uma rede internacional de produtores (as) de informação de ordem política e social, que se autodeclararam independentes e livres de quaisquer interesses empresariais ou governamentais. Com site de publicação aberta (todos podem disponibilizar textos, vídeos, sons, imagens), dão ênfase a cobertura de “movimentos sociais de ação de direta e sobre as políticas as quais se opõem”. O CMI será abordado mais especificamente em capítulo posterior. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>.

²⁹ Frase emblemática que dá nome ao título do artigo de autoria do MPL-SP e publicado no livro *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Boitempo-Carta Maior, 2013), idealizado e organizado coletivamente, reunindo uma sequência de artigos de diversas autorias, sobre as manifestações de Junho de 2013.

³⁰ A primeira constituição do MPL Salvador, de 2005 a 2008, se deu juntamente com a constituição do MPL Nacional, e se fez a partir da reunião de membros atuantes na Revolta do Buzu. Nas manifestações de 2013 na cidade, alguns membros desta primeira composição se fizeram presentes nos dias de articulação, e juntamente com outros coletivos e militantes independentes deram início ao Coletivo Tarifa Zero, como será visto adiante.

do marco inicial das manifestações na cidade esteja datado no dia 15 de junho de 2013, quando cerca de 400 pessoas se reuniram em plenária no Passeio Público e marcharam em direção à Estação da Lapa, onde foi realizado o “passe livre”³¹, foi no dia 17 de junho que, após realização de nova assembleia seguida de marcha para a região do Iguatemi, surge a perspectiva de criar um movimento social na cidade que logo ficou conhecido como Movimento Passe Livre Salvador (MPL SSA), de acordo com Reis (2015). A partir daí o movimento começa a assinar comunicados oficiais, mesmo sem submeter ao MPL Nacional autorização para filiação e uso da sigla. É também, a partir deste dia 17 de junho de 2013, que as manifestações baianas ganham espaço nos noticiários da mídia local, além de registros mais tímidos a nível nacional. O quantitativo de manifestantes se transforma numa ciranda de números incoerentes: a polícia dá conta de 4 mil participantes; a Transalvador, 8 mil; o jornal A Tarde contabiliza 10 mil pessoas³². À época, o evento de convocatória para a manifestação no *Facebook* contou com confirmação de 22 mil perfis³³.

O maior ato convocado na capital baiana, ficou por conta do terceiro chamado, ocorrido propositalmente no dia 20 de junho, abertura da Copa das Confederações na cidade, com partida entre as seleções da Nigéria e do Uruguai, disputada na Arena Fonte Nova. O número de manifestantes chegou a cerca de 20 mil pessoas, de acordo com a cobertura da imprensa³⁴. Um dos objetivos da marcha era barrar o jogo – numa crítica aos megaeventos em virtude da Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil – inaugurando assim uma ampliação da pauta, outrora capitaneada somente pela solidariedade às outras cidades e pela tarifa zero. Uma multidão de pessoas concentrou-se no Campo Grande para de lá, seguir ao estádio. Na saída, o contingente era tão grande que, na existência de duas possibilidades de trajeto até a Fonte Nova

³¹ O passe livre ou “pula catraca” – como conhecido em outras regiões dos coletivos – é uma tática de ação direta do movimento, em que é viabilizado o acesso da população aos ônibus pela porta de saída, oportunizando a gratuidade e impossibilitando o controle de passageiros pela catraca.

³² MANIFESTAÇÃO do Passe Livre acontece nesta tarde (17) em Salvador. **IBahia**, Notícias, Salvador, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/manifestacao-do-passe-livre-acontece-nesta-tarde-17-no-iguatemi/?cHash=768a7fa1fdc8d9150eae66a0f65227ba>.; ARAÚJO, Ana C. BA: milhares protestam em clima pacífico no centro de Salvador. **Terra**, Cidades, Salvador, 17. Jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/ba-milhares-protestam-em-clima-pacifico-no-centro-de-salvador.8d350d283945f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>.; REDAÇÃO. Movimento Passe Livre reúne cerca de 10 mil em Salvador. **A Tarde**, Notícias, Salvador, 17. Jun. 2013. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1511562-movimento-passe-livre-reune-cerca-de-10-mil-em-salvador>. Acesso em: 4 ago. 2016.

³³ MANIFESTAÇÃO do Passe Livre acontece nesta tarde (17) em Salvador. **IBahia**, Notícias, Salvador, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/manifestacao-do-passe-livre-acontece-nesta-tarde-17-no-iguatemi/?cHash=768a7fa1fdc8d9150eae66a0f65227ba>. Acesso em: 4 ago. 2016.

³⁴ PROTESTO começa de forma pacífica e termina com vandalismo em Salvador. **Portal G1 Bahia**, 20 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/protesto-comeca-de-forma-pacifica-e-termina-com-vandalismo-em-salvador.html>. Acesso em: 8 ago. 2016.

– seguindo pela Av. Joana Angélica ou descendo o Vale dos Barris – e na ausência de acordo prévio, o povo se dividiu: uma parte seguindo pela avenida, outra pelo Vale dos Barris.

Todo o processo de realização de megaeventos esportivos no país, preparatórios para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, especialmente no que diz respeito ao emprego de quantias exorbitantes – que muitas vezes ultrapassam gastos com serviços essenciais à população -, para o provimento de infraestrutura e viabilidade dos mesmos, já tinham ganhado espaço e alimentavam o espírito indignado das manifestações em todo o país. O adiamento ou inexistência de obras relacionadas à mobilidade urbana de Salvador, como a inauguração do metrô – cujas obras, atrasadas por 14 anos, se converteram em sinônimo de escândalos e de incompetência e descaso da gestão pública – marcava, na pauta pluralística das manifestações, as especificidades locais, bem como a crítica à política regional.

Ato marcado pela forte repressão policial, o percurso até ao estádio não pôde ser completado. Ao chegar no Vale dos Barris, alguns metros após o Complexo de Delegacias, já se podia avistar uma polícia altamente reforçada e uma nuvem de fumaça, resultado das primeiras explosões de bombas de efeito moral, tiros e um corre-corre generalizado. Ao avanço da cavalaria da PM, a contrapartida dos manifestantes. Imagens viralizadas³⁵ através dos portais de notícias dão conta de um campo de batalha de onde se viam barricadas erguidas com banheiros químicos por trás dos quais se lançavam pedaços de pau, pedregulhos e o que se achasse no caminho. O balanço do dia 20 de junho foi de depredações de lojas, bancos e ônibus pelo Campo Grande, Avenida 7 de Setembro, Avenida Centenário. Sobre aquele momento, Zeca³⁶ relata:

Dois ou três quilômetros após o ponto inicial, as duas colunas foram duramente reprimidas, o embate contra a polícia durou algumas horas, houve algumas prisões e alguns feridos. O grupo que estava com a faixa da “Tarifa Zero Já”, formado pelo antigo MPL Salvador e pessoas próximas, foi tensionado pelos infiltrados a tomar o rumo dos Barris e muita gente acabou descendo atrás. Após dispersar os manifestantes das duas colunas na base da bomba e do cassetete, a polícia saiu “varrendo” o Centro da cidade. Os embates recomeçaram e chegaram até o Campo Grande. O jogo aconteceu normalmente.

³⁵ G1 BA. Duas pessoas foram baleadas e 2 PMs feridos durante manifestações, **G1 Bahia**, Salvador, 21 jun. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/duas-pessoas-foram-baleadas-e-2-pms-feridos-durante-manifestacoes.html>>; Eu doo minha vida por você. **G1 Bahia**, Salvador, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/eu-dou-minha-vida-por-voce-diz-pm-durante-discussao-com-manifestante.html>.; GALERIA: acompanhe oo protesto na Bahia por imagens. **G1 Bahia**, Salvador, 20 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/fotos/2013/06/galeria-acompanhe-o-protesto-de-salvador-por-imagens.html#F848195>.; NÃO SÃO BALAS DE BORRACHA. Marcelo Reis, 1m52s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NL8Mvz8X-GA&feature=youtu.be>. Acesso em: 6 ago. 2013.

³⁶ Zeca é um dos membros atuantes dos Coletivo Tarifa Zero/MPL Salvador, presente no ato do dia 20 de junho de 2013. Ele compõe o quadro de atores participantes dessa pesquisa e por isso sua identidade foi resguardada por codinome.

Dois dias depois, tarde do sábado, 22 de junho de 2013, ocorre o quarto ato na capital, convocado via *Facebook*. Embora a página do evento tenha confirmados 67 mil comparecimentos³⁷, os números oficiais mostram um contingente bem mais reduzido neste dia: 2500 pessoas, segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA)³⁸. O drástico esvaziamento das ruas em comparação aos dias anteriores, certamente não encontra explicação no temor ocasionado pelas cenas de repressão policial repercutidas pela grande mídia, mas sim pelo fato do esvaziamento da cidade em virtude do feriado prolongado das festas juninas, quando um grande contingente de soteropolitanos viajam para as cidades do interior do estado. Fato é que os que permaneceram, concentraram-se no Campo Grande e de lá dispersaram-se para diversos pontos da cidade: uns seguiam fechando as Avenidas ACM, Lucaia, Bonocô e Tancredo Neves; outros dirigiram-se à Arena Fonte Nova, onde ocorria nova partida da Copa das Confederações (Brasil x Itália), naquela tarde. Ali houve confronto com a polícia e correria; um grupo tentou furar a barreira de soldados, no que foram retaliados com os disparos de bombas. Este não foi o único episódio de confrontos: ocorrências também se deram em frente ao antigo Shopping Iguatemi, onde houve relatos de lançamento de bombas de gás lacrimogêneo em suas dependências por parte da polícia. Saldo do dia: cinco jovens foram detidos, um repórter preso, outro agredido e um fotógrafo obrigado a apagar os registros feitos da repressão ao movimento de protesto³⁹.

Episódios de coação física e apreensão de material documental de midiativistas soteropolitanos e mesmo de profissionais da mídia corporativa, não foram isolados e se repetiram nas manifestações por todo o país. Contudo, muito embora a polícia não necessite de motivos especiais para aplicar sanções punitivas desmedidas e garantir sua atuação de aparelho repressor do Estado, estes foram episódios especiais para fazer cumprir o seu papel. É certo que o empenho conjunto do governo, da mídia e da repressão brutal em atemorizar e encurralar manifestantes e movimentos sociais tinha intrínseca ligação com o momento de visibilidade do país em virtude dos megaeventos que estariam por vir – Copa do mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – e estava justificado pela

[...] preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o

³⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/events/343577015744966/?active_tab=posts. Acesso em: Nov. 2013.

³⁸ EM 3º DIA DE PROTESTOS, Salvador tem passeatas, confrontos e cinco presos. **G1 Bahia**, 22 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/em-3-dia-de-protestos-salvador-tem-passeatas-confrontos-e-cinco-presos.html>. Acesso em: 8 ago. 2016.

³⁹ SINDICATO critica PM por agressão a jornalistas. **Brasil 247.com**, Bahia 247, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/bahia247/106367/Sindicato-critica-PM-por-agress%C3%A3o-a-jornalistas.htm>. Acesso em: 8 ag. 2013.

país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles”. A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais. (VAINER, 2013, p. 37)

A despeito da repressão, há de se considerar as transformações que vêm a reboque com esses megaeventos e que são impressas em nossas cidades, juntamente com a própria concepção de cidade que eles circulam e que, inclusive, atualizam de forma frenética. Nesse sentido, imperam a adoção de medidas e concepções ancoradas no neoliberalismo que reconfigurou as relações entre capital, Estado e sociedade, desde a década de 70, e que preza pela valorização e financeirização exacerbadas do capital, conseqüentemente pensando a cidade pelo viés mercadológico. Escanteando o consenso keynesiano fundado na assistência do Estado quanto a garantia e promoção de serviços públicos e proteção aos direitos da população, e sob a égide do Consenso de Washington que, a grosso modo, preconiza a liberalização e a abertura para os fluxos de capitais internacionais, as cidades são concebidas como empresas em livre concorrência, numa corrida desenfreada pela atração de capitais e, obviamente, de eventos. Na esteira das múltiplas possibilidades de restrição, segue-se a usurpação do direito fundamental de circulação e usufruto do espaço urbano por parte dos cidadãos, como parte das reflexões a respeito das reconversões culturais que a luta pela mobilidade urbana em rede suscita à cidade.

Nesse sentido, em Salvador, por exemplo, nos dias de jogos da Copa das Confederações, ficava terminantemente proibido, até mesmo aos moradores dos bairros e regiões próximas à Arena Fonte Nova (onde partidas foram disputadas à época) a livre circulação de seus veículos caso não tivessem credencial. As restrições se intensificavam nos períodos de 6h antes dos jogos e 1h após o término das partidas, quando mesmo com a credencial, os veículos não poderiam retornar aos seus imóveis, induzindo moradores a uma espécie de cárcere privado consentido. Não obstante, em dias de jogos, regiões inteiras nas imediações do estádio eram interditadas das 7h até 1h após as partidas, como as avenidas Bonocô, Ogunjá, Vasco da Gama, Av. Joana Angélica. Vale de Nazaré, Dique do Tororó, Terminal Aquidabã, Praça da Piedade, foram outros locais interditados⁴⁰. Visto desta forma, torna-se indissociável da pauta iniciada pelo aumento das passagens em diversas capitais e da solidariedade que impulsionou inicialmente os ânimos soteropolitanos, a luta pela mobilidade e pela democratização dos espaços públicos.

Uma nova manifestação aconteceu em 27 de junho, quando às 14h uma marcha saiu do Campo Grande em direção à Prefeitura de Salvador. Esta teve um objetivo especial: entregar

⁴⁰ SALVADOR começa a ser sinalizada para a Copa das confederações. **Transalvador**, Notícias, Salvador, 6 jun. 2013. Disponível em: <http://transalvador.salvador.ba.gov.br/?pagina=noticia&i=630>. Acesso em: 8 ago. 2016.

ao prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto) uma carta de reivindicações sobre a mobilidade urbana⁴¹ escrita em assembleia no Passeio Público e divulgada no dia anterior (26) pela imprensa local que cobria a reunião⁴². Apesar de possuir um fim específico relacionado a questão da mobilidade e de estar endereçada ao gestor municipal, a carta encerra uma série de outras questões que fogem à sua alçada e alcançam os âmbitos estadual e federal, além de atestar uma ampliação de pautas, que vão desde os repúdios a projetos de lei em votação na câmara federal ao extermínio de comunidades indígenas, como pode ser observado no seguinte trecho:

Repudiamos, ainda, os gastos indevidos do dinheiro público com eventos esportivos de grande porte, como a Copa do Mundo. Repudiamos o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), conhecido como “Cura Gay”. Repudiamos a presença do pastor e deputado Marcos Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Repudiamos o projeto que cria o “Estatuto do Nascituro”. Repudiamos o projeto de lei 7663/10, de autoria do Deputado Osmar Terra (PMDB/RS) que prevê, entre outros equívocos, a internação forçada de dependentes químicos. Repudiamos a PEC 215, que transfere a autonomia para decidir sobre demarcação de terras indígenas para o Legislativo. Repudiamos a construção da Usina de Belo Monte e o extermínio das comunidades indígenas. (MPL SSA 2013)

Essa pluralidade de pautas é perfeitamente previsível nos movimentos sociais contemporâneos, considerando o seu próprio contexto, que apresenta, de um lado, uma sociedade marcadamente (re) modelada no que diz respeito aos seus significados culturais e políticos, expressando um incessante exercício de reconversão de suas práticas, de modo a contemplar as novas demandas de um contexto contemporâneo, como nos propõe Canclini (2013). De outro lado, ao observamos as circunstâncias de constituição de um movimento, nos deparamos com uma “possibilidade de união de atores aparentemente plurais e da formação de redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 118) que garante a coesão fundamental e o sentimento de pertença a uma coletividade nacional ou internacional. Desta forma, esse processo difuso de pautas parece estar relacionado mais às necessidades de auto realização, que propriamente às orientações políticas destes atores, uma vez que, para além da conquista de meros bens materiais e do aumento de participação no sistema, contesta-se sua lógica nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas. Assim,

Eles [os atores] lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade (MELUCCI, 1989, p. 59)

⁴¹ A carta de reivindicações está disponível na página do MPL Salvador no Facebook <https://www.facebook.com/mplssa/posts/355433774559614> e nos anexos desta pesquisa.

⁴² MPL divulga carta de reivindicações que levará a Neto. **Jornal A Tarde**, Salvador, 26. Jun. 2013. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1514015-mpl-divulga-carta-de-reivindicacoes-que-levara-a-neto>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Essas mudanças gerais implícitas na pluralidade de pautas do movimento podem ser melhor observadas em uma enquete realizada colaborativamente na página do evento do MPL SSA no *Facebook*, no período das manifestações, onde mais de 80 reivindicações foram reunidas e votadas a partir da pergunta “Quais são as prioridades de Salvador? Temos que reivindicar pelo que?” (sic)⁴³ criada pelo perfil de uma usuária. Na enquete o metrô aparece em primeiro lugar com 3.557 votos; em segundo está a PEC 37, com 3.461 votos; em terceiro, a reforma da Estação da Lapa, com 2.934 votos; seguido de melhorias no SUS, com 2.404 votos; e melhorias nas escolas públicas, com 2.123 votos. Na sexta e nona posições aparecem, respectivamente, a melhoria da qualidade do transporte público, com 2.056 votos, e a redução da tarifa do ônibus, com 1.467 votos, supostamente as principais causas do movimento.

Embora não apresente validade científica, é interessante confrontar os resultados da enquete aos divulgados por pesquisa do Ibope (2013)⁴⁴ sobre o perfil dos manifestantes realizada em São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Fortaleza. Ao serem questionados sobre quais reivindicações os levavam as ruas, 37,6% dos entrevistados apontaram a questão do transporte público como primeiro motivo de seus protestos; 29,9% reivindicam por mudanças no ambiente político; 12,1% apontaram a saúde e 4,5% apontaram os gastos com a Copa do Mundo/Copa das Confederações. Ao final o que se observa, é que o percurso impresso pelo plano de propostas multifacetadas, cambiantes entre ordens de relevância, desembocam sempre em necessidades gerais que promoveriam um estado de bem estar ao cotidiano de todos.

Após a entrega da carta ao prefeito, integrantes do MPL Salvador reuniram-se na Câmara dos Vereadores, no dia 3 de julho para estabelecer o formato de audiência pública onde se discutiriam as reivindicações listadas. Agendada para o dia 11 de julho, a audiência aconteceu às 14h, com a ausência do prefeito ACM Neto e do governador Jacques Wagner - tendo estes enviado representantes -, bem como do Ministério Público e do Sindicato das Empresas de Transportes (SETPS), estes sem representação. Na oportunidade, a principal reivindicação foi a redução da tarifa diante da péssima qualidade dos serviços prestados e do sucateamento da frota do transporte coletivo, justificando ser esta uma demanda concreta com base na reforma

⁴³Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/343577015744966/permalink/346013848834616/>>. Último acesso em: 29 jul. 2018.

⁴⁴ A pesquisa teve um universo de 2002 entrevistados, com idade acima de 14 anos. Margem de erro de dois pontos percentuais para mais e para menos. 89% DOS MANIFESTANTES não se sentem representados por partidos. Ibope, Notícias, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>> e <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em 9 ago. 2015.

tributária e em renúncia fiscal do governo federal. Considerada improdutiva pelo MPL Salvador, dada a falta dos gestores municipal e estadual, bem como demais instituições democráticas, para o estabelecimento de diálogo sobre os pontos requeridos na carta aberta, a constituição daquela audiência serviu para promoção em maior escala das pequenas tensões já notadas em assembleias anteriores que, em suma, estavam relacionadas à diversidade de ideologias políticas: no Passeio Público reuniam-se para as deliberações desde libertários e independentes à antipartidários e pessoas ligadas a instituições partidárias de esquerda. O ponto máximo destes embates se deu, justamente, a partir das discussões em torno da composição dos representantes do movimento que iriam àquela audiência pública. De acordo com Zeca:

Na primeira assembleia com esta pauta os grupos partidários elegeram quase todos os representantes a partir dos seus quadros e os poucos independentes escolhidos eram bem próximos a eles, o que causou uma revolta geral. Na assembleia seguinte a comissão foi revogada e uma nova posta no lugar. O grupo que se formava em torno do antigo MPL Salvador debatia se ainda valia a pena participar daquele espaço e não chegava a nenhum consenso, quando a plenária da assembleia os chamou para elegê-los, por aclamação, representantes do movimento para a audiência pública, pondo-os no lugar dos representantes escolhidos na assembleia anterior. Junto a eles um advogado do Coletivo de Advogados Populares ligado ao PSOL e uma independente também foram escolhidos.

São naturalmente previsíveis estes embates e os confrontos ideológicos dentro de um movimento social, já que é essencialmente constituído em espaços relacionais heterogêneos mediados por pessoas. Touraine (1989, p. 182) tem uma importante contribuição sobre movimento social que reflete bem a questão, quando diz que este existe a partir de “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização de recursos e valores culturais”. Para além de interesses particulares, sobressaem políticas gerais de organização em prol de transformações na vida social. Nesse sentido, a contribuição de Melucci (1989, p. 57) é bastante adequada quando define movimento social “como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. A rejeição às formas hierárquicas e burocráticas de organização tem seu preço: ao estabelecer que as decisões e encaminhamentos das lutas devem ser tomados a partir das bases, fica claro que as representações e a delegação serão instituídas em último caso, mas não por isso isentas de contradições internas. Atitudes vanguardistas do passado, sentimento de propriedade quanto ao movimento e contradições ideológicas certamente contribuem para rachaduras e fragmentações do mesmo (CASTELLS, 2013; SCHERER-WARREN, 2014).

Os protestos e as assembleias continuaram a acontecer durante o mês de julho, mas o movimento já começava a dar sinais de esvaziamento com redução do número de manifestantes nas ruas e com a cobertura midiática cada vez mais esparsa. Os grupos partidários tinham

sempre reservas quanto aos atos contra os governos estadual e federal, ambos do PT, e procuravam a todo momento dissuadir demais membros de realizá-los. Entretanto, foi marcado para o dia 23 de julho um ato em direção ao Centro Administrativo da Bahia (CAB), com o intuito de questionar o governo estadual. Porém, no dia 22 de julho um grupo de manifestantes ocupou a Câmara Municipal. Em postagem na página do MPL SSA no Facebook, a qual intitularam *1ª edição do Diário de ocupação da Câmara Municipal de Salvador (CMS)*⁴⁵, assim justificam a ação:

Há mais de um mês estamos nas ruas, integrando o Movimento Passe Livre (MPL), reivindicando a redução da tarifa de ônibus e melhorias para a cidade no que tange ao sistema de transportes. Até então ainda não recebemos respostas CONCRETAS aos nossos questionamentos, nem mesmo na audiência pública do dia 11/07. Muitos de nós estivemos presentes em todas as sessões da CMS que aconteceram após a audiência pública e nos indignamos profundamente com a falta de compromisso por parte da maioria dos Vereadores, que **ESVAZIARAM O QUÓRUM INTENCIONALMENTE** para derrubar as sessões e não votarem as pautas do movimento. Uma vez que o povo não tem sido bem quisto onde, supostamente, é a sua casa, e em face do grande desrespeito e demonstração de descaso com as pautas do movimento, optamos por ocupar a Câmara Municipal após a última manobra de derrubada do quórum nesta segunda-feira. Exigimos, dentre outras 6 pautas, a **REDUÇÃO IMEDIATA** da tarifa pra R\$2,50, a qual é condição necessária para desocupação do espaço (MPL SSA, 2013, grifos do autor).

Ao que parece, a ocupação foi o ponto de inflexão para acirramento dos conflitos internos do movimento e o início de sua fragmentação. Alguns reprovaram a ação por julgar que a ausência daqueles manifestantes enfraqueceria o movimento e as reuniões nas assembleias, que já se encontravam em processo de dispersão; outros acusavam os ocupantes de sabotar o ato do dia 23 de julho que aconteceria no CAB e confrontaria o governador Jacques Wagner, do PT (REIS, 2015). Como já foi dito o grupo de manifestantes ligados a partido nas assembleias era bastante numeroso, e essencialmente de esquerda, dessa forma sempre se mostravam pouco dispostos aos embates com o governo estadual, o que era sempre motivo de tensões nos debates, já que havia uma contundente cobrança dos demais em que se confrontasse o governo da mesma forma que vinha se fazendo em relação ao prefeito ACM Neto (DEM).

As controvérsias em torno de posições ideológicas (anarquistas, libertários, esquerdistas, apartidários), táticas de ações (rejeição à via parlamentar, negociação propositiva) e formas de deliberação (votação, consenso) vão produzindo fissuras no movimento e os membros do MPL Salvador de 2005 (chamado pelos manifestantes de 2013 de “MPL antigo”), juntamente com os grupos que se organizavam em torno deles, acabaram por se afastar. Em grande medida, esse afastamento deveu-se à falta de fidelidade aos regimentos estabelecidos em Carta de Princípios

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mplssa/posts/365201623582829>. Último acesso em: 29 jul. 2018.

desde a sua fundação como movimento nacional de frente única. Ao menos, é que está implícito na resposta de Manoel Nascimento (Manolo)⁴⁶ - um dos membros fundadores do MPL Salvador em 2005 – à uma manifestante que questionava, no *Facebook*, a sua saída e sua discordância em relação a composição de membros em grupos de trabalho para atuação em vias institucionais, no período da ocupação. Manoel deixa claro que a participação em comissões ou conselhos de construção de políticas não é tática do MPL, com base em sua carta de princípios e completa:

A participação numa audiência pública e numa comissão como esta têm naturezas diferentes. A primeira é um espaço para cada parte dizer o que tem a dizer e ouvir o que tem a ouvir; a segunda é um espaço onde é lançada sobre o movimento a responsabilidade por dizer como será implementada uma política pública, de onde pode sair o dinheiro, etc. A primeira não compromete, a segunda envolve completamente. E qualquer resultado que venha da implementação das propostas elaboradas por esta comissão será imediatamente lançado sobre os ombros do movimento.

Ainda assim, Manoel diz ter prestado apoio à ocupação da Câmara, deixando claro que a ação ocorreu em momento inadequado, pois esta deveria ter sido levada a cabo em momento de manifestação massiva onde se teriam as condições necessárias de sustentação e legitimação; de outro modo, configurou-se em “ato de desespero político”. Demonstrando certa preocupação com a continuidade da ocupação, declara:

Agora, para se segurar, a ocupação da Câmara depende de alianças táticas com a União da Juventude Socialista (UJS) e com a Associação de Grêmios Estudantis de Salvador (AGES) [...] no momento em que qualquer destas alianças ruir, por haver chegado o limite da mobilização de cada entidade, cai também o movimento por não haver construído bases próprias para além dos que hoje constituem seu "núcleo duro". [...]. Sem mobilização massiva para garantir a pressão política, o movimento depende de jogar Prefeitura e Governo um contra o outro para forçar conquistas mínimas. E a esta altura o acúmulo de equívocos já é tanto que não vejo mais perspectiva de se mudar os rumos.

1.4.1 Dissidências: do Tarifa Zero à Resistência MPL

Durante a ocupação da câmara, os membros mais antigos oficializaram a dissidência e optaram por se intitular Coletivo Tarifa Zero Salvador (CTZ Salvador), em virtude da captura da sigla MPL pelo grupo que ocupava a Câmara, formado essencialmente por partidários do governo estadual e federal que, de acordo com Daniel Caribé (2013), “se diziam lideranças e

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/manoelnascimento/posts/4829169581921>. Último acesso em: 29 jul. 2018.

representantes, mas não tinham nenhuma ligação com a história do Movimento Passe Livre, além de não respeitarem as pautas e estrutura organizativa”. Dessa forma, o Coletivo Tarifa Zero Salvador submeteu formalmente ao MPL Nacional pedido de aceitação na federação, o que se concretizou em seguida. Na qualidade de oficialmente federados, travaram na mídia alternativa nacional⁴⁷, uma série de discussões sobre o sequestro da sigla MPL que já se iniciara nas assembleias, sob o pano de fundo das divergências e da não observância dos princípios de existência e atuação do movimento. Até que em maio de 2014, o MPL Nacional lança uma nota onde, entre outros pontos, dizem o seguinte:

Desde junho, a grande mídia e alguns setores da esquerda têm tentado confundir o movimento social organizado, que é o MPL, com uma frente de lutas ampla e irrestrita, para abafar e diluir aquilo com que o MPL contribuiu decisivamente em junho (...) Por isso nos preocupamos com o sequestro do nome “Movimento Passe Livre” por organizações políticas e indivíduos oportunistas, que tentam se aproveitar da legitimidade que o Movimento construiu ao longo de todos esses anos e em junho. Usam o nome do nosso coletivo desrespeitando completamente nossa história de luta. (...). Em Salvador (BA) uma frente hegemônica por indivíduos e organizações de esquerda de cunho nitidamente governista usa a sigla do MPL para se projetar politicamente, e tem hostilizado a própria federação nacional do MPL. (...) reafirmamos que só integram a federação nacional do Movimento Passe Livre, aqueles coletivos que passaram pelo processo de adesão ao MPL: que mostraram ter concordância com os princípios do movimento, dos quais conhecemos a história na própria cidade, que procuraram e foram acompanhados por outros coletivos já federados, e nos quais temos plena confiança e laços de solidariedade de luta. (MPL NACIONAL, 2014)⁴⁸

Com a nota, expõem os obstáculos que se colocam à frente da luta comum. Como adequadamente observado por Castells (2013, p. 102), “a questão mais crítica para o movimento tem sido, contudo, como colocar em prática os princípios da democracia que ele propôs à sociedade em geral”. Neste caso, ele referia-se especificamente ao caso dos Indignados da Espanha, que teve uma experiência muito produtiva com a condução das assembleias, prática muito comum aos movimentos horizontais, mas que pode, pelas semelhanças em parte, ser perfeitamente aplicável ao contexto do MPL. Por falar em horizontalidade, a opção pela autogestão autônoma, não salvaguarda o movimento, como podemos ver pelo conteúdo do trecho acima e pela experiência da ocupação da Câmara, de clivagens irreversíveis entre determinados atores do movimento e projetos empreendidos em seu nome, muitas vezes sem seu conhecimento ou concordância. O aparecimento repentino de supostos líderes, representantes ou ideólogos, trazem consideráveis consequências, como fissuras e fragmentações no corpo do movimento, como foi o caso. Se por um lado, o MPL herdeiro da

⁴⁷ O MPL tem como orientação o uso prioritário de mídia alternativa em detrimento da mídia corporativa, que deve ser vista com ressalvas.

⁴⁸ MPL NACIONAL. **Nota sobre o sequestro da sigla do MPL**. São Paulo, Maio 2014. Disponível em: <<https://mplfloripa.wordpress.com/2014/05/12/notasobreosequestrodasigladompl/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

tradição autonomista presente no Brasil a partir dos anos 80 com os movimentos antiglobalização (REIS, 2015), admite a cooperação com instituições de esquerda, por outro não deseja ver sua história vinculada a quaisquer destas estruturas, tendo em vista que declara em seus princípios que “a via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas” (MPL, 2005).

Um segundo episódio de desmembramento dentro do MPL Salvador seguiu-se com a aproximação, do ponto de vista identitário, de manifestantes que rejeitavam duramente a presença de pessoas ligadas às instituições partidárias de qualquer natureza. Surge assim a União Independente Passe Livre Salvador (UIPLS ou UI), que declara em sua página no *Facebook*:

A União Independente Passe Livre Salvador (UI) não é um movimento contra os partidos, é um movimento que se estabelece na essência da palavra apartidária, no sentido etimológico de origem grega: A (não) partidário, portanto sem partido. O que somos contra é a partidarização do movimento Passe Livre e a submissão do mesmo a organizações externas sejam essas quais forem, os partidos tem o direito de se organizarem e atuarem e construir suas lutas com suas diretrizes, forças e bandeiras fora do movimento. Porque internamente deveriam participar sem se apropriar do mesmo, no entanto temos presenciado o oposto, já explicitado em postagens anteriores, por isso optamos formar uma organização sem a presença de membros de partido [...] (UIPLS, 2013)⁴⁹

Posteriormente, após dura repressão no ato ocorrido no 7 de setembro de 2013 e idealizado pela UI, este resolve unir forças ao CTZ Salvador e passam a construir algumas atividades em conjunto.

Após 16 dias de ocupação na câmara, os acampados emitem um novo diário, onde relatam uma reunião com o presidente da Casa no intuito de exigir uma facilitação para negociação com o prefeito que até o momento não atendera o chamamento dos manifestantes. Acordaram que reformulariam os pontos reivindicados para que houvesse imediata solução das demandas prioritárias, com base no que já havia sido contemplado pela prefeitura, desde a ocupação e que eles consideraram projetos “aprovados de forma insuficiente e sem um diálogo prévio conosco” (MPL SSA, 2013)⁵⁰. Esses projetos a que se referem, dizem respeito às medidas anunciadas pelo prefeito ACM Neto em coletiva de imprensa no dia 25 de julho, que contemplaram a implantação do Bilhete Único por prazo de 2 horas – para o qual se reorganizaria as linhas de

⁴⁹Disponível em:

<https://www.facebook.com/UI.PasseLivre/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info>. Acesso em 11 ago. 2016. Em último acesso, em 29 de julho de 2018, a descrição do grupo já havia sido alterada para: “Grupo apartidário e horizontal com a finalidade de promover o debate sobre mobilidade urbana em Salvador-Ba”.

⁵⁰Disponível em: <<https://www.facebook.com/mplssa/posts/369915519778106:0>>. Acesso em: 10 ago. 2016. Último acesso em: 29 jul. 2018.

transporte existentes – e ampliação do benefício Domingo é meia, implantado desde março, para os usuários do cartão de bilhete avulso; o cartão de estudante e usuários de vale transporte continuariam de fora do benefício. Na ocasião, mesmo acampados na câmara, os manifestantes emitiram uma nota pública de repúdio a iniciativa do prefeito, na qual reclamam que as medidas não contemplam suas reivindicações e as contestam:

A proposta do Bilhete Único apresentada hoje não é de acordo com a pauta exigida pelo Movimento Passe Livre Salvador, tendo em vista que a duração do bilhete, de duas horas, não condiz com a realidade da população periférica a qual diariamente demora mais de duas horas para chegar a seu destino. Propomos que o bilhete tenha duração de quatro horas, sendo válido em todas as modalidades de transporte público existentes em Salvador (rodoviário, ferroviário, aquaviário, intermunicipal e, futuramente, metroviário), ou seja, reivindicamos um sistema integrado com tarifa única e acessível a toda população. Quanto ao programa Domingo É Meia, declaramos que não concordamos com a restrição desses benefícios aos estudantes. Nossa proposta é que o valor cobrado aos mesmos seja de setenta centavos. (MPL SSA, 2013)⁵¹

Contudo, o ponto crítico destes 16 dias esteve na votação que endossou a decisão do prefeito de veto à cobrança do ISS para incorporadoras imobiliárias locais: por 35 votos a favor e 7 contra, as incorporadoras agora estariam isentas de 5% do ISS. A decisão, juntamente com a ausência de integrantes do MPL que os sustentassem, ocasionada pelos conflitos internos e fragmentações que vinham ocorrendo e somadas a hostilidade de parte dos membros do movimento em rede, bem como dos combates da mídia, fizeram com que o ato perdesse o sentido, até que em 21 de agosto de 2013, após 31 dias, a ocupação interna da câmara foi desfeita. Há relatos de que a ocupação externa, que já acontecia desde o princípio do ato, perdurou por mais 20 dias, totalizando 51 dias de acampamento (REIS, 2015).

Sem conseguir reduzir o valor da tarifa ou mesmo ter metade dos 21 pontos listados em carta de reivindicações atendidos, alguns ganhos foram sinalizados pelo MPL Salvador em comunicado oficial à imprensa: conseguiram a abertura das planilhas do SETPS e a convocação por parte do Executivo do Conselho Municipal de Transportes. Ademais, as medidas anteriormente anunciadas pela prefeitura – Bilhete único e Domingo é Meia - foram atendidas em parte. Outros ganhos simbólicos puderam ser contabilizados durante o acampamento polêmico. Como suporte à ocupação interna, uma rede de solidariedade foi acionada para proteção de possíveis ações repressoras da polícia durante as madrugadas, ou em momentos em que não houvesse testemunho público. A ocupação externa se organizou com barracas garantindo um fluxo permanente de pessoas. Manifestantes que trabalhavam, ao final do

⁵¹Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/movimento-passe-livre-salvador/nota-apresentada-na-coletiva-de-imprensa-do-dia-25072013/366000933502898>>. Acesso em: 20 jul. 2016. Último acesso em: 30 jul. 2018.

expediente compareciam para engrossar o contingente e levar mantimentos. Atividades artísticas – performances, recitais, projeções de filmes – foram realizadas e estreitou-se o relacionamento com uma camada mais pobre da população, frequentadora do centro de Salvador. Em resposta às suspensões propositais das sessões, o movimento organizou a Tribuna Passe Livre, uma sessão pública onde qualquer cidadão tinha acesso ao microfone para relatar e discutir sobre os problemas de seu bairro ou da cidade (REIS, 2015).

Após a desocupação, as reuniões no Passeio Público foram retomadas, porém com um contingente bastante reduzido, o que dava mais visibilidade a presença de membros ligados a movimentos da esquerda tradicional (em sua maioria PT, movimento estudantil, movimento negro, entre outros), que muitas vezes tinham grande peso no que dizia respeito às deliberações via voto, dado o expressivo poder de articulação característico de tais instituições. De modo que, com as reuniões, tensões anteriores entre partidários e apartidários ganham novo vigor, o que ocasiona a expulsão de dois membros que se negaram a entregar a senha de administração do grupo de discussão no *Facebook*, ligado ao MPL Salvador. Com o ocorrido, os dois fundaram mais um novo coletivo intitulado Resistência Passe Livre (Resistência MPL) (REIS, 2015)⁵².

Findado o período das grandes manifestações na capital, grandes expectativas surgiram com a chegada de 2014. Esperava-se uma nova onda de protestos: era ano de Copa do Mundo e de eleições para presidente. Contudo, quando se esperava que mais uma vez manifestantes se apoderassem das ruas, o que houve foram protestos incipientes que congregavam não mais que uma centena de pessoas. Não posso afirmar ou negar aqui que as dissidências e o desmembramento em quatro grupos voltados para a defesa da mobilidade urbana, estejam relacionados a perda de capacidade de congregar pessoas nas ruas de Salvador, por que não se tratou de um caso isolado. Se bem recordo, as manifestações que ocorreram, no período da Copa em outras cidades, como São Paulo, foram marcadamente dispersas. Parece que as precauções tomadas nas instâncias federais em prol de se “manter a ordem” em um momento que os olhos do mundo se voltavam para o país tenham mais relação com esta dispersão do que propriamente os desmembramentos ocorridos.

⁵² Uma documentação mais detalhada das fragmentações sofridas pelo MPL Salvador encontra-se em Reis (2015). As fragmentações que se deram com o MPL SSA durante o processo das manifestações na capital, e citadas nesta pesquisa, tem apenas o propósito de registrar, para além das questões estruturais, as complexas dinâmicas de um movimento social, que apesar dos 11 anos de história, não está imune às complicações oriundas dos processos de subjetividade inerente ao capital humano, presentes nas redes submersas de tais organismos. É neste entre-lugar dos espaços de (in)visibilidade e que tendem a nos fugir da vista, que emergem novas concepções de ativismo, marcada pelas vozes de seus militantes e de suas experiências recentes, interesse maior desta pesquisa.

O MPL Salvador⁵³, continua existindo, mas já não se reunia com frequência em virtude dos esvaziamentos. No período eleitoral, em 2014, era corriqueiro se ver em perfis dos integrantes do movimento campanhas em prol dos candidatos do PT. Também se fizeram presentes nas manifestações, ocorridas em Salvador em 2016, contra o impeachment e o pedido de afastamento da presidente Dilma Roussef, votado na Câmara dos Deputados em maio daquele ano⁵⁴. O Coletivo Tarifa Zero Salvador, continua compondo a lista de membros federados ao MPL Nacional, e até 2016, realizava manifestações pontuais na cidade, a última ocorrida nas comemorações do 2 de Julho, data que marca a independência da Bahia. Seu último registro de ato data de 29 de janeiro de 2016⁵⁵, quando se reuniram no Campo Grande em protesto específico contra mais um aumento de tarifa de ônibus e pelo retorno e efetivação da tarifa zero no metrô. Os membros do Resistência MPL e a UIPL não deram continuidade aos coletivos, o que não impede que a qualquer momento possam ser reativados.

1.4.2 MPL Salvador e Revolta do Buzu: possíveis convergências, marcantes diferenças

Nesse ponto proponho uma breve ilustração, acompanhada de reflexão sobre a condição dos movimentos no contexto da contemporaneidade e das sutis diferenças com um passado recente de movimentos antiglobalização, do qual o MPL – em termos de federação – é declaradamente herdeiro, contexto esse em que reverberou a Revolta do Buzu. Assim, lembro as similaridades com os processos de ação direta engendrados pela Revolta do Buzu há 13 anos atrás, que envolve hoje a reapropriação e reconversão de táticas, ideias, discursos, desenhando um itinerário constitutivo similar aos processos oportunizados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, onde limites autorais são radicalmente rasurados.

Nesse sentido, em ambos os processos é possível notar a mesma sucessão de fatos: o anúncio de uma medida por parte das instâncias representativas, no caso o aumento das tarifas de transporte coletivo, é a fagulha que reacende a indignação por um estado permanente de precariedade relacionado aos serviços básicos oferecidos pelo Estado e que desencadeiam uma

⁵³ Aqui me refiro ao grupamento que ficou com a sigla MPL (https://www.facebook.com/pg/mplssa/posts/?ref=page_internal), não ao coletivo formalmente federado, este sendo o Coletivo Tarifa Zero (CTZ).

⁵⁴ Passeata de Artistas e Educadores contra o golpe, do Campo Grande ao Passeio Público, ocorrido no dia 19 de maio de 2016, às 16h. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mplssa/posts/?ref=page_internal. Acesso em: 21 mai. 2016. Último acesso em: 30 jul. 2018.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/541955795983142/>. Acesso em: 21 mai. 2016. Último acesso em: 30 jul. 2018. Ver também: <https://tarifazerossa.wordpress.com/>.

série de mobilizações. No caso das manifestações em Salvador, primeiro tratou-se de uma capilarização do que vinha ocorrendo em nível nacional, iniciando na capital baiana, em solidariedade ao movimento paulistano, depois agregando à pauta a revogação do aumento que já havia sido anunciado desde o dia 1 de janeiro de 2013. No primeiro caso, havia uma pauta definida unicamente pela revogação de um aumento que traduzia insatisfações com o sistema de transporte. Em junho, apesar da demarcação do aumento das tarifas e da causa da mobilidade urbana, haviam bandeiras para todos os gostos – da cura gay aos gastos com a Copa das Confederações. Neste ponto, passam a diferenciar-se da Revolta do Buzu, portanto, pela pluralidade de demandas comuns às manifestações multitudinárias surgidas ao redor do mundo desde finais de 2010.

Mobilizações me lembram o trabalho manual empregado na tessitura de uma colcha de retalhos: de repente as mãos insurgem-se contra as costuras rotineiras e dão a tecer, entre adaptações e reconfigurações de habilidades, retalhos de múltiplos e diferenciados tecidos, que traduzem a inquietude individual ou de um grupo de artesãos. Ao fim (se é que o fim existe e torna-se um determinante), mais importante que o resultado do descontentamento (a colcha, que sendo de retalhos, pode nunca ter fim) são as novas habilidades e experiências desenvolvidas que, de uma forma ou de outra, mudaram os rumos do tecer. Do mesmo modo, em meio ao ateliê social, períodos insurgentes, são marcados por reelaboração e reconfiguração de práticas sociais e formas de canalização dos descontentamentos individual e coletivo, que impossibilitam qualquer análise conclusiva sobre os recentes acontecimentos no Brasil. Enquanto termômetros da sociedade, as mobilizações trazem à cena tensões, contradições e possibilidades de rupturas com um sistema dominante, cujo sentidos não se encontram cristalizados por pautas definidas ou demandas bem estruturadas. Aqui se faz muito pertinente uma contribuição de Bringel (2013) sobre a fluidez dessas ações coletivas e sobre o papel da sociologia dos movimentos sociais na tentativa de entender tais eventos:

Alguns de seus achados são relevantes para problematizar a emergência e possíveis desdobramentos de novos ciclos de protestos. McAdam (1995), por exemplo, chama a atenção para a importância de distinguir analiticamente “movimentos iniciadores” de “movimentos derivados”. Os primeiros seriam responsáveis por identificar brechas, realizar enquadramentos provisórios, agitar e encorajar a mobilização social, e, quando bem-sucedidos (através de diversos fatores e processos que incluem o contágio e a capacidade de difusão, entre outros), passariam a acompanhar-se dos segundos, os derivados, “intérpretes criativos” do cenário aberto. (BRINGEL, 2013)

Parece-me pertinente, dentro desta proposta, classificar a Revolta do Buzu como um movimento iniciador de 13 anos atrás. Ao congrega nas ruas de Salvador milhares de estudantes secundaristas de agosto a setembro de 2003, a revolta parece ter criado as condições

necessárias para uma nova perspectiva de movimento social que mudaria a cena política nos anos seguintes. Não obstante, possibilitou uma visão mais ampla sobre o tema do transporte urbano que, para além de tarifação, lança olhares sobre a questão da mobilidade urbana entendida sob a perspectiva do livre acesso aos espaços públicos como direito inalienável dos cidadãos, bandeira de luta do MPL. Não à toa, este coletivo torna-se oficialmente movimento social a partir desta e da experiência de Florianópolis, com a Revolta da Catraca, em 2004. Na qualidade de movimento derivado, o MPL assumiu bem o papel de “intérprete criativo” de um cenário outrora aberto.

No que diz respeito aos aspectos de difusão, os celulares foram artefatos importantes no processo de articulação e mobilização durante os dias da revolta com o uso das mensagens SMS, o que já sinalizava um processo crescente de mobilização oportunizada pelas novas TIC's. Nas Jornadas de Junho, é impossível dissociar a capacidade de capilarização, agitação e encorajamento das mobilizações do papel preponderante que as redes sociais teve neste processo. Para além de um possível determinismo tecnológico, a Professora Marilena Chauí comenta sobre a experiência de São Paulo:

Acompanhei as tentativas de manifestação do Passe Livre na USP e vi que o movimento não conseguia mais do que três gatos pingados para escutar. Nem digo participar da manifestação, mas escutar. Imaginei que iriam para a rua com cinquenta, cem pessoas. Então, levei um susto, pois não tinha entendido a relação entre o que eles estavam fazendo, ou seja, a fórmula clássica da mobilização, e o uso das redes sociais. Se eu soubesse que eles iriam usar as redes sociais, não teria me assustado, pois associaria com outros eventos que já vi no mundo (CHAUÍ, 2013).⁵⁶

A experiência não foi diferente em Salvador. Se em 2003, vigoravam o “boca a boca” nas escolas e os SMS antes e durante as marchas, em 2013 eles foram substituídos pela difusão em massa: uma hora depois de criado o evento no *Facebook*, já havia três mil pessoas confirmadas, conta Roberto⁵⁷, sobre a primeira assembleia do Movimento Passe Livre (MPL) em Salvador, em 15 de junho, no Passeio Público. O número confirmado, porém, não indica o real quantitativo presente, já que, como relata o próprio Roberto, em torno de 1200 pessoas se fizeram presentes. Quebrems “à marteladas” o edifício da metafísica; sigamos Nietzsche, acreditando que a multiplicidade é rica para analisar comportamentos humanos. Parece ser urgente a superação de aparentes dicotomias presentes nos binarismos *on-line* – *off-line*, local – global para pensar em convergência entre fluxos e lugares, uma vez que o uso da internet não prescinde de interações em espaços físicos. Vozes dissonantes se encontram em rede, mas

⁵⁶ MARILENA CHAUÍ. Pela responsabilidade intelectual e política. **Revista Cult**. São Paulo, nº 182, Ago. 2013. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho.

⁵⁷ Roberto é outro participante dessa pesquisa que cedeu entrevista para a fase empírica. Contudo seu depoimento não foi selecionado para compor os DSCs.

bradam nas ruas. Longe de minimizar o impacto de novas tecnologias e das redes sobre o ator político e as sociedades contemporâneas, o convite consiste em deslocar o olhar para as intersecções e articulações entre a internet e as ruas: “ativismo *on-line* e ancoragem territorial, conexões globais e quadros nacionais, usos de mídias alternativas e referências à mídia estão bem mais articulados do que em oposição” (PLEYERS, 2013 p. 88).

Se em 2003, os momentos de tensões e confrontos entre polícia e manifestantes não roubaram a cena, em 2013 não faltaram detenções, bombas, borrachadas e muito vinagre. Em 2003 a estratégia para evitar confrontos era divulgar uma rota e seguir outra (MANOLO, 2003); em 2013, as marcantes hierarquias e as desvantagens por elas operadas, pareciam não importar, a estratégia era o enfrentamento: os eventos marcados na internet divulgavam ponto de encontro, horário e rota; ao final dela, ou mesmo antes, devidamente equipada, a PM os aguardava. E em tempos de Copa das Confederações, a FIFA parece ter assumido também o papel de chefe de estado, pois nas fronteiras demarcadas ao redor da Fonte Nova, estava lá “a Choque” fazendo as vezes de cordeiro de bloco de carnaval. Longe de confetes e serpentinas, o cenário era de guerra. Para além do poder de mobilização, neste caso as redes serviram para influenciar as ações policiais: em 2003 a maior cobertura era feita pela imprensa tradicional, embora o CMI, enquanto mídia radical alternativa, tivesse desempenhado um papel preponderante na cobertura e reverberação daqueles protestos; dez anos depois câmeras digitais, smartphones e midiativistas estavam por toda parte, os acontecimentos eram transmitidos em tempo real e os excessos policiais, eram, até certo ponto, contidos.

Interpretando criativamente um cenário aberto fazia dez anos pelas mobilizações da Revolta do Buzu, as manifestações na Salvador de 2013 parecem ter refinado suas práticas, sem contudo, manter com as iniciais fortes amarras, tampouco formas organizativas ou repertórios de atuação que os unisse as manifestações dos secundaristas em 2003. O amplo apoio ausente na primeira experiência, marcava agora uma realidade de ativismo que não tinha classe, idade, cor ou renda e propiciara a emergência de uma nova forma de ação política difusa, viral, rizomática, desencadeando uma configuração de novos atores que, por meio de sua atuação individual, promove um entrecruzamento de novos repertórios mediáticos e performáticos. Por isso, a única certeza que se tem sobre as manifestações que proliferaram Brasil afora é que de São Paulo retornou à Salvador, mas não começou aqui, nem terminará lá.

1.4.3 Sentidos e tendências das Jornadas de Junho

Em torno das dificuldades de interpretação e análise de processos de atuação política marcados por uma emergência transitória, cuja continuidade se verifica até os dias de hoje, procuro neste ponto, relacionar algumas mudanças e sentidos, que inegavelmente brotaram destes acontecimentos. Nesse sentido, é imprescindível fugir de uma análise comum aos sentidos hegemônicos, que revela uma dificuldade de dar o devido lugar de destaque a tudo que foge da perspectiva vertical e centralizadora e que imputa a movimentos horizontais e descentralizados em busca de autonomia e democracia participativa, a mesmice de enquadramentos únicos e homogêneos do social e das pessoas. Assim, para além da revolta e indignação inicial causada pelo aumento das passagens, as manifestações reverberaram no país em torno de uma pauta plural, traduzindo os anseios da população pela revisão das bases democráticas existentes, tal qual de uma classe governamental de postura fisiológica, que prioriza interesses da classe empresarial, em detrimento da população, negando-lhes o direito a qualidade de vida. Sobre a necessidade de que o povo reivindique seu direito à participação nas decisões que envolvem a vida pública, Milton Santos apud Tandler (2001) declara

Nunca a humanidade experimentou condições técnicas e científicas tão adequadas a produzir um mundo da dignidade humana. Apenas essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso. Cabe a nós fazermos dessas condições materiais, a condição material de uma outra política (SANTOS apud TENDLER, 2001).

A esperança da “condição material de uma outra política”, começa com pequenas manifestações, a partir de pequenos pontos focais já nos primeiros meses de 2013. Num piscar de olhos, reverberaram por todo o território nacional, com a ajuda das redes sociais, que entre nós e *hubs*, se constituíram em novas arenas de discussão democrática e articulação das lutas, transcenderam os espaços de fluxos e alcançaram os espaços públicos. Longe de enxergá-los como novos mitos fundadores, dos quais a nossa história sempre foi permeada, procuro me precaver da falta de memória histórica ao desconsiderar lutas de igual importância social travadas em períodos anteriores, inclusive, pelas mesmas causas. Neste ponto a primeira urgência é fugir de uma espontaneidade das manifestações, como se elas tivessem brotado subitamente a partir de fatores pontuais e externos – aumento das passagens, articulações nas redes sociais ou mesmo a repressão policial – e de pautas descentralizadas. Não se pode esquecer que o MPL, personagem fundamental nas Jornadas de Junho, tem uma trajetória de dez anos de lutas pelo transporte público e pela mobilidade urbana, contribuindo ao longo dos anos para a difusão de debates acerca das reais possibilidades da tarifa zero. Sobretudo, não se

pode prescindir da historicidade de trajetórias e sentidos de revoltas relacionadas ao sistema de transporte coletivo, já mencionadas anteriormente, que ocorrem muito antes da década de 30, uma vez que “percorrer os caminhos dos fluxos de inspiração que cada mobilização produz sobre as outras nos fornece elementos para irmos além da face visível das manifestações” (LACERDA; PERES, 2013).

Ao tratar as recentes manifestações sob a perspectiva de “movimentos iniciadores” e “movimentos derivados” (BRINGEL, 2013), fica evidente que as Jornadas de Junho de 2013 se beneficiaram de um acúmulo produzido por manifestações anteriores que, definitivamente, entre convergências e afastamentos, produziram uma nova cultura política ao introduzir novas formas de lutas e de organização que desvelaram o descompasso e a incapacidade, por parte das instâncias representativas vigentes, de responder aos desafios impostos por uma nova ordem social. Assim, ao assumir uma direção coletiva em detrimento da individual, ao destacarem a horizontalidade, ao rechaçar categoricamente uma cultura organizacional burocrática, ao priorizar o consenso para que maiorias não fossem consolidadas e ao impor sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, promovem um momento de abertura societária no país e com ela uma nova proposta de ativismo social, em que outros atores se uniram para trazer suas próprias reivindicações sem, contudo, manter laços, repetir formas, referências ideológicas ou repertórios de ação com aqueles que iniciaram as mobilizações (ZIBECHI, 2013; BRINGEL; PLEYERS, 2015). Inaugura-se uma nova gramática social e histórica, interpretada pela sociedade e por grupos sociais. Essa produção muito tem a ver com os imbricamentos entre militantes de esquerda e direita, bem como uma polarização destas ideologias que destacam um aprofundamento do experimentalismo cultural e político. Em meio a tensões e contradições, surgem novos horizontes de rasuras no sistema dominante onde “(...) nenhum tipo de narrativa unificada se colocou de saída como modelo para a formação de um movimento” (NOBRE, 2013, p.4).

Um segundo ponto que gostaria de abordar aqui está relacionado com as especificidades do caso brasileiro no que diz respeito às relações que se estabelecem entre o local e o global. Dessa forma, a despeito das manifestações no Brasil insurgirem-se no esteio dos movimentos multitudinários que se capilarizavam ao redor do mundo desde os finais de 2010 – como a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos e os Indignados, na Espanha, por exemplo – é importante considerarmos as dinâmicas de manifestação no Brasil observando suas especificidades, sobretudo considerando as diferenças regionais. À época das manifestações ainda não havia a incidência de crises políticas e econômicas, que logo vimos irromper nos anos

seguintes, depois das eleições de 2014. Após a corrida progressista, marcada por um primeiro momento de redemocratização do país em busca da superação dos anos ditatoriais, e uma suposta estabilidade econômica e política alcançada no governo Lula e continuado na primeira gestão da presidente Dilma Rousseff, parecia não haver “problemas no paraíso” (ZIZEK, 2013). Dessa forma, no Brasil, as manifestações surgem com um caráter proativo, em contraposição a situação de outros países:

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos a indignação recente esteve relacionada a um “repertório reativo” (TILLY, 1978) de ações coletivas – defesa de direitos conquistados historicamente –, aqui estamos diante de um repertório proativo” de ações coletivas – reivindicação de novos direitos (ou simplesmente execução de direitos já reconhecidos, como muitos dos contemplados na Constituição de 1988) (BRINGEL, 2013).

A internacionalização no Brasil de modos contestatórios internacionais se deu sob a perspectiva dos atores políticos, de forma individual e coletiva: priorizou-se uma conexão efêmera em detrimento do intercâmbio constante e dialógico de práticas em ações contestatórias. Ao manter os velhos discursos de direita, avivados por algumas posições nacionalistas que tiveram espaço na manifestações tivemos bloqueadas as possibilidades de engendrar algo além de marcadores discursivos nacionais sobre o Estado-Nação e da utopia nacional de um “Brasil melhor”, que ao fim e ao cabo, quer dizer: continuemos demarcando as diferenças entre pessoas e indivíduos, colocando todos em seus devidos lugares; continuemos garantido as desigualdades abissais, promovendo para uns a proliferação de seus bens e sua capacidade de consumo, e lançando ladeira abaixo toda possibilidade de inflexão social que possibilite indivíduos a prescindirem da condição de “restos humanos” e acenderem na pirâmide social, como vinha acontecendo. Afinal, quem eles pensam que são? Melhor assim para prosseguir com a naturalização do Estado-Nação, do ponto de vista de estado hegemônico, que perpassa a economia e a política brasileiras, e garantir o reforço do capital-imperialismo.

Por outro lado, ao se considerar as especificidades dos locais onde as manifestações se deram, percebíamos diferenças de demandas e críticas específicas à política local e regional – em Salvador, por exemplo, existia um latente questionamento sobre a entrega do metrô, que embora estivesse relacionada a questões da mobilidade urbana, trazia o desgaste ocasionado por 13 anos de obras atrasadas e escândalos envolvendo desvios de verbas à ele destinadas. Bringel (2013) nos chama atenção para a importância de apreender os impactos diferenciados das mobilizações em cidades que possuem uma maior capacidade de influência na delimitação de cenários, ao recordar que apesar das manifestações estarem ocorrendo no Brasil desde o início de 2013, foi em São Paulo se deu o estopim para o levante de junho. De igual modo, as

manifestações em Salvador ocorreram, num primeiro momento, em solidariedade as manifestações de São Paulo, para depois adquirir o fôlego necessário para as imposições de demandas locais. Contudo, ao cessar as manifestações paulistas sobre a batuta do MPL SP, o movimento soteropolitano começa a perder força, culminando na desocupação da câmara com algumas pautas atendidas, mas sem a revogação do aumento.

Para além da política de resultados, é necessário olhar os acontecimentos de junho de 2013 ultrapassando os limites dos campos político-institucional e eleitoral, uma vez que mais que resultados aparentes, gerou importantes impactos sociais e culturais (BRINGEL; PLEYERS;2015). A reconfiguração dos grupos sociais e a geração de novos enquadramentos sociopolíticos, permitiu abalos nas posições, visões e correlações de forças entre partidos, ONGs, sindicatos, movimentos sociais e coletividades; ocorre um realinhamento, uma revisão de valores e trajetos políticos buscando um (re) posicionamento ante uma nova conjuntura. Novas nuances vão se delineando na tela da vida social de modo que um (re) pensar, tanto individual, quanto coletivo, direciona atenções à qualidade de vida nas cidades, à interferência e manipulação midiáticas, à violência social e estatal - que coloca na corda bamba da desesperança, jovens negros, mulheres e todo um contingente social que vive às margens -, à homofobia, à misoginia. Estão instituídos novos devires quanto à vivência social que conduzem a uma reconversão do viver em comum, do (bem) estar comum, permitindo uma crescente politização da vida cotidiana:

São processos de reelaboração da vivência social que produzem, paulatinamente, ressignificações das constelações semânticas da sociedade a partir de experiências diversas de politização da vida cotidiana, a maioria delas invisíveis à mídia e aos intelectuais de escritório (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 11).

Ao tomar as redes como fonte de informação diversa e produtora alternativa de notícias, que possibilita e amplia a arena de discussão com outros, vimos nascer um ator político que expõe suas opiniões de forma aberta, compartilhada e alternativa. Essa constatação nos leva a outra igualmente importante: a quebra do monopólio das mídias tradicionais. O contrapoder que brotou das ruas força uma mudança de situação: a credibilidade da mídia hegemônica necessita da legitimação da base da pirâmide social. A reação ao menor sinal da ameaça, generaliza manifestantes e os transforma em “vândalos”. Impossível encobrir a aurora de novos tempos, marcados por deslocamentos nas dinâmicas de mobilização e ressignificação de processos relacionais e interativos. Em meio a conflitos, pluralidade, viralização de ideias, ideais e ações, identidades multirreferenciais insurgem-se e manipulam a política pelo viés da

cultura nos processos de engajamento político. Muitas interferências artístico-culturais⁵⁸ independentes permearam os dias de protesto. Castells (2013, p. 85) nos aponta alguns efeitos importantes presentes nos movimentos sociais da Sociedade da Informação, que nos apresenta um viés de uma cultura política de debate e ativismo, fomento ao pensamento crítico e mudança de atitude cívica, dentre eles a criatividade político-artística. O poder de tais narrativas produz novos contextos de arte e significado, fazendo da cultura instrumento de mudança política pela via de condução da estética. Assim, os impactos culturais oriundos de movimentos como este propõem uma ruptura com uma cultura política da apatia e possibilita uma crescente de participação popular.

Ao olhar as manifestações pela perspectiva do ator político, notamos mudanças biográficas relacionadas à trajetória de ativismo; uma introspecção, que de um lado resultou em uma estreia no engajamento e participação política, e de outro, a reavaliação das variantes e dos marcadores de um envolvimento político já maduro (BRINGEL; PLEYERS, 2015; NOBRE, 2014). Esse ator político, que se movimenta e se articula nas ruas, apresenta uma nova maneira de viver a democracia, para o qual ela deixa de ser um regime político e se converte em forma de vida. Nesta perspectiva, a sociedade pergunta para a sociedade: como faremos para transformar a nós mesmos de modo que, a partir daí, possamos transformar o sistema político? Como transformar a nossa vida cotidiana em uma vida mais democrática e participativa? As respostas ainda pairam no curso continuado dos acontecimentos. O que se sabe é que a experiência das “Jornadas de Junho” representou o marco dos primeiros contatos com um mover político de jovens que tiveram presença maçante nas mobilizações, e que, a despeito da fluidez e transitoriedade dos acontecimentos, produzirá maior propensão em engajamentos futuros, o que modifica a médio ou longo prazo a perspectiva de suas identidades sociais e de seus valores políticos. Talvez aqui esteja o grande legado dessas manifestações.

Chegando ao final deste capítulo, me deparei com a seguinte questão: Como seguir adiante tendo em vista que o corpus desta pesquisa sofreu ao longo do percurso das manifestações fragmentações que resultaram na existência de quatro novos coletivos? A proposta desta pesquisa nasce a partir das implicações de uma nova perspectiva de ator político em meio as manifestações de Junho de 2013, tendo como pano de fundo o MPL Salvador, sobretudo levando em consideração as novas configurações de movimento social na

⁵⁸ Leituras de poemas, canto, performances de dança e a troca de nome do Monumento Luís Eduardo Magalhães para Monumento Carlos Mariguella, são exemplos de algumas intervenções ocorridas nos protestos que se seguiam na capital baiana.

contemporaneidade, marcadamente horizontais, autônomos (sem liderança estabelecida) e multitudinários. Como verificamos no decorrer dos protestos e reuniões em assembleias a grande questão era o afastamento dos princípios que regem a atuação do MPL Nacional e seus federados já discutidos ao longo deste capítulo. Embora o coletivo MPL Salvador permaneça com o uso do nome, apesar de ter protagonizado a celeuma do sequestro da sigla, o mesmo segue em desacordo com os princípios do movimento, congregando membros partidários, apoiando candidatos destas instituições, comumente da esquerda tradicional, e agindo por vias parlamentares, ainda que essa atuação relacione os temas da mobilidade urbana. Desta forma, a pesquisa segue tendo como pano de fundo o Coletivo Tarifa Zero Salvador (CTZ Salvador), que congrega alguns dos membros mais antigos do MPL Salvador em sua primeira formação (2005-2008), e único representante regional aceito formalmente pelo MPL Nacional, permanecendo federado até o momento.

No próximo item, discorreremos sobre possíveis ressignificações de identidades a partir de enquadramentos semânticos, considerando novos contextos em relação as trajetórias de participação política na liquidez contemporânea.

2 NOTAS SOBRE O SER OU NÃO SER NA LIQUIDEZ CONTEMPORÂNEA: MILITANTE E/OU ATIVISTA, EIS A QUESTÃO (?)

Militar é agir. Pouco importam as palavras, o que interessa são os atos.

(Félix Guatarri, A revolução molecular, 1985)

Frequentemente na caminhada para o processo de conclusão desse trabalho e, sobretudo, no momento da realização das entrevistas com os atores aqui citados, presenciei dramáticas discussões acerca de como se definiria a execução da prática de ações de tais atores no contexto dos movimentos sociais na contemporaneidade, que basicamente giravam em torno de se dizer destes “militantes” ou “ativistas”, distinção essa que, segundo as colocações mais usuais, diz respeito ao nível de envolvimento – integral ou circunstancial, respectivamente – em prol de uma causa ou luta com fins de uma efetiva transformação da realidade social ou política, ora orientada para conquistas em prol das classes subalternas. Tais discussões justificam esse texto que precede a apresentação da metodologia e dos atores sociais dessa pesquisa, bem como a inclusão de uma questão específica no roteiro de entrevista, na parte relativa ao seu bloco 3 (Apêndice A).

Para início, a questão que norteia esse texto introdutório diz respeito aos determinismos e enquadramentos em tempos fluidos como o que vivemos, onde as sólidas fronteiras entre o ser ou o não ser encontram-se frequentemente rasuradas, onde as confluências e hibridações (CANCLINI, 2013) são imperativos essenciais e onde, no dizer de Bauman (2010, p. 13), o “[...] ‘estado permanente de liquidez’, é o paradigma estabelecido para alcançar e compreender os tempos mais recentes – esses tempos em que nossas vidas estão sendo escritas.”. Assim, será possível distinguir entre ser militante ou ser ativista frente à liquidez contemporânea? Eis a questão.

No que diz respeito a dimensão política das lutas sociais que se dão, quer seja em movimentos sociais ou redes de mobilização em espaços de lugares, quer seja em redes sociais *on-line*, é possível observar a existência de uma série de entrelaçamentos ideológicos, programáticos (especialmente quando se trata de movimentos iniciadores e derivados, como abordado no capítulo inicial), de organização e de formas de ação, que confluem e se materializam nos pontos nodais que as constituem, dando-lhes corpo e alma. Esses pontos

nodais somos nós. Sujeitos ou atores sociais - como preferir -, nós somos os nós que possibilitam os movimentos. Dessa forma,

Ainda que as noções de ativismo e militância se confundam tanto na prática como na teoria – quer dizer nas correntes sociológicas que as estudam – elas *podem* ser distinguidas para denominar e delimitar dois pontos cardeais de uma *tensão* entre formas e conteúdos da participação em partidos, sindicatos, movimentos e outras modalidades de associação social e política. (MODONESI, 2016, grifo nosso)⁵⁹

Acredito que o “podem” está diretamente associado e dependente do termo “tensão” que propositadamente grifei no excerto, uma vez que apenas sob um contexto circunstancial, com fins de uma delimitação provisória, é que essas distinções podem ser marcadas, se levarmos em consideração a fluidez e a fragmentação de atitudes e práticas representacionais inerentes aos tempos em que vivemos. Assim, os atores sociais podem perfeitamente combinar formas de atuação empregadas em contextos circunscritos aos enfrentamentos de determinadas questões sociais, sem que necessariamente precisem ser classificados quanto ao tempo dedicado ao engajamento nesta ou naquela causa, neste ou naquele movimento, ou mesmo quanto ao nível de especialização intelectual e/ou prática que possui para compor determinado coletivo.

A distinção é comumente justificada, de um lado, em termos da origem do termo “militante” proveniente do latim *militare*, relacionada ao combate, à organização hierárquica, à disciplina, à dedicação, e por outro lado, da condição do termo “ativista” relacionado à ativação de ação coletiva direta, à circunstancialidade de atuação em movimentos sociais. Entretanto, se tomarmos como auxílio o dicionário, veremos que os termos se confundem. Encontramos no Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2012), não a palavra ativista, mas a definição para ativismo: “doutrina que privilegia a ação em detrimento da especulação; engajamento, **militância** (grifo nosso), ativista.”. Sobre o verbete militante se diz: “que (m) defende **ativamente** uma causa; que (m) adere a um partido, instituição etc. **militância** (grifos nossos).”. Já o Dicionário Gama Kury da língua portuguesa (2002) não cita a palavra ativismo, mas o verbete ativista, e define: “membro ativo de uma organização, de um partido; **militante** (grifo nosso).”. Sobre o verbete militante ele diz ser o “que milita; que está em exercício; combatente.”. A respeito de militância entende ser a “qualidade ou estado de militante; exercício, prática, atuação.”. Vê-se que Gama Kury (2002), a respeito dos termos militante e

⁵⁹ Estudioso de movimentos sociais em México e América Latina, o historiador, sociólogo e professor da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Massimo Modonesi, escreve esse artigo, do qual o excerto pertence, no contexto de uma pesquisa que coordena com a participação de alguns jovens acadêmicos e ativistas intitulado “Movimientos antagonistas en México y América Latina”, em que pesquisa, entre outras questões, noções de uso corrente a respeito das configurações internas desses movimentos. Originalmente publicado em “Desinformémonos”, 8 de agosto de 2016, México. Disponível em: <https://desinformemonos.org/activistas-yo-militantes/>. Último acesso em 2 mar. 2018.

militância, trabalha suas definições, não em dissociação com as concepções de ativismo e ativista (ver as palavras exercício, prática, atuação que compõem a definição), mas considerando as origens do termo em latim associado ao combate (*militare*). Nas demais definições dos dois dicionários é possível notar o entrecruzamento dos termos (grifos).

Se consideramos a literatura sociológica, da mesma forma veremos que não há cultivo de uma distinção semântica, mas uma direção que aponta para o uso similar dos termos, onde ocorre o resgate e a síntese de tendências ora visíveis no sentido orgânico a que corresponde a passagem do movimento operário e socialista, ou seja, dos movimentos ditos tradicionais aos chamados “novos movimentos sociais” e suas variações, que emergem a partir do final da década de 60. Assim é possível encontrar a utilização dos dois termos – militante e ativista –, de forma similar, em uma série de escritos que vão dos autores mais clássicos – Tilly (2010), Tarrow (2009), Melucci (1989, 1999) – aos mais contemporâneos – Ghon (2010), Bringel e Pleyers (2015), Nobre (2013), Scherer-Warren (2014), para citar alguns. Um movimento de abordagem face às tensões entre conteúdos e formas da participação diz respeito a tentativas de superar paradigmas relacionados à passagem do que se diz do “militante integral” ao “ativista pontual”, que podem corresponder, respectivamente, aos movimentos tradicionais e aos novos movimentos sociais (MODONESI, 2016) e que está basicamente relacionado à integralidade do tempo dedicado a uma causa, como mencionado mais acima, e à recusa das abordagens militarizadas do qual o sentido do termo foi impregnado ao longo do tempo, bem como ao assujeitamento das demais esferas da vida em prol da entrega total à dimensão política, como abordarei adiante.

É importante notar que, embora estejam interligados atualmente, os termos “militante” e “movimento social” surgiram em contextos temporais diferentes. Tilly (2010) aponta que o surgimento de uma “forma específica de política contenciosa” e da expressão movimento social remontam ao século XVIII, embora nas discussões acadêmicas sobre lutas populares o termo tenha sido introduzido somente no século XIX pelo sociólogo alemão Lorenz von Stein, a partir de sua obra *History of the French Social Movement from 1789 to the Present* (1850). De outro lado, o momento corresponde com o nascimento do *Manifesto Comunista* (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels, e acompanha o processo de consolidação da teoria marxista. Tilly nos chama atenção que no *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels já faziam uso de expressões como “movimento proletário”, “movimento independente”, “movimento de minorias”, “movimentos históricos”.

O termo militante (do latim *militare* = servir como soldado), por sua vez, remonta à Idade Média, relacionado à cultura eclesiástica, tendo sido fixado em seu sentido original, a partir da ascensão da Igreja Católica naquele período, quando o militante estaria mais voltado para o combate dos inimigos em prol de uma causa única, qual seja a conquista da salvação em um “mundo novo”⁶⁰ (SOUZA, 1999). Contudo, é no século XVII que o termo passa a ser utilizado no sentido do “[...] soldado de milícia que guerreia para alcançar o objetivo final preestabelecido.” (p. 133). Em texto cujo os excertos cito e onde escreve sobre as ambiguidades do militantismo de esquerda e suas possibilidades de superação com base num paralelo entre o debate marxista sobre o militante revolucionário e os militantes dos chamados novos movimentos sociais, o cientista político Nelson Rosário de Souza (1999) traz uma interessante reflexão sobre as relações entre a origem do termo militante e as relações com características do militarismo que Foucault já abordara em uma série de textos organizados em coletânea no livro *Microfísica do Poder* (2015), por exemplo.

A partir dessa abordagem, disciplina, obediência, obstinação por resultados e devoção às obrigações, valores ensinados na formação militar moderna, já teriam sido aproveitados pela prática militante da época da igreja medieval, e reproduzidas ao longo do tempo. Essa combinação era capaz de promover uma convergência entre militância, religião e poder com estreita ligação na atividade do Pastorado, desempenhada nas sociedades mais antigas como a hebraica e oriental, e que personificava atributos divinos na figura de um pastor, este responsável pela condução zelosa de suas “ovelhas” no caminho que as levaria à “terra prometida”. O exercício do pastorado destinado a uns poucos capazes, além da capacidade intelectual superior, exigia a sublimação de todas as demais esferas da vida em virtude do cumprimento da jornada de renúncias e obstinação até a “terra prometida”, e isso era também reproduzido para o “rebanho”. Nessa atividade, resgatada e aprimorada pelo cristianismo na condução de seus “soldados da fé”, é mister notar a inauguração de um tipo singular de relação de poder, que se exerce não pela coerção/punição de um coletivo disforme, mas por meio de uma servidão consentida que penetra nas individualidades, vez que “[...] numa espécie de complementação ao poder central que desce verticalmente e atinge seu alvo de forma repressiva o pastorado desencadeia, pela primeira vez na história, uma série de relações de poder **horizontais e positivas**, ou seja, produtivas.” (SOUZA, 1999, p. 133, grifo nosso). Logo adiante veremos que as relações horizontais, em um movimento recursivo, serão esquecidas no

⁶⁰ Esse “mundo novo” está relacionado com a concepção divina de alcance da salvação para a vida eterna; uma salvação e remissão de pecados para vida após a morte na Terra Prometida.

período socialista, para serem retomadas anos mais tarde com a emergência dos “novos movimentos sociais”.

Na Modernidade, a militância transforma-se após a Reforma Protestante, responsável pela disseminação do calvinismo, filosofia que preconiza a politização da atuação religiosa com fins de instituir uma “República Cristã”, forjada no que deveria ser a vontade divina (REIS, 2015). Tal empreendimento requeria necessariamente homens reflexivos e disciplinados, dedicados a promover uma transformação social. Nessa etapa, o sentido da militância dava uma guinada de foco, transferindo a necessidade da salvação pós morte, proposta do pastorado católico, para uma necessidade política com propósito de mobilização e participação, portanto valorização da vida terrena. Por meio de um discurso fundado na racionalidade, a confluência entre política e religião promove agora a evolução e naturalização “[...] de técnicas de incitação e controle de indivíduos engajados coletivamente” (SOUZA, 1999).

Quando é resgatado pelo socialismo no século XIX, o termo militante volta-se de forma mais estrita para as questões políticas. Nesse momento, militante refere-se a indivíduos que, organizados em partidos ou sindicatos, voltam-se totalmente para a destituição de um *status quo*, estabelecido por uma classe hegemônica, e em busca da transformação da sociedade por meio da conquista do Estado. Esse contexto marcado, sobretudo, pelas lutas revolucionárias do movimento operário imprime, de acordo com Souza (1999) novas reconfigurações no militantismo, embora sua atividade ainda se baseie na reprodução da tecnologia formativa “militar-cristã”. Assim, o militante em tempo integral se torna figura típica das lutas sociais do século XIX, quando da consolidação da expressão movimentos sociais até os anos 70. Naquele momento exaltado pelo marxismo, o militante era visto como parte integrante do coletivo da classe operária, como figura proeminente da organização partidária e visto, pelas classes subalternas, como figura heroica e transformadora.

Lênin, por exemplo, um dos criadores do Partido Bolchevique e promotores da teoria marxista, em seu tempo defendia a perspectiva do “revolucionário profissional”, destacando a importância de sua formação intelectual e da dedicação total a causa, ou seja, o militante profissional que empreende todo o seu tempo à ação revolucionária: “[...] estes homens devem ser forjados com paciência e tenacidade até se converterem em revolucionários profissionais” (LÊNIN, 1979, apud SOUZA, 1999, p. 136). Para Lênin, a massa de trabalhadores sem condições de estabelecer bases ideológicas consistentes rumo a tomada de poder, deveria ser conscientizada, mobilizada e conduzida pela “vanguarda do proletariado”, um guia (ou um grupo deles) disciplinado, treinado de forma a contribuir para a conquista de um objetivo

histórico e final. Além, disso o grupo de atores sociais da vanguarda revolucionária seria responsável, também, por identificar e treinar novos potenciais militantes, o que possibilitaria um partido coeso, profissional e teriam reduzidas as chances de que as massas fossem ludibriadas demagogicamente⁶¹. Não podemos deixar de notar que essa ideia de militante aos moldes do pastorado, dotado de intelectualidade superior, obstinado, combativo, dedicado, responsável pela condução do coletivo, traz ainda certa ligação com o repertório religioso e militar, mas agora na reconfiguração moderna de militância vista na esquerda socialista. Contudo, essa concepção parece abandonar aquela aparente relação de poder horizontal inaugurada no pastorado, vez que o ordenamento intelectual das funções promove agora uma hierarquização vertical do movimento.

Um contraponto ao pensamento de Lênin, nesse sentido, é o de sua contemporânea Rosa Luxemburgo (2009). A autora é uma das primeiras que problematiza os riscos do “ultracentralismo preconizado por Lênin” (p. 163), referindo-se a forma do russo conduzir o partido sujeitando a massa proletária ao comitê dirigente, sob o risco de restringir o movimento ao invés de desenvolvê-lo; de controlá-lo, ao invés de fecundá-lo. Para Rosa, a centralização fundada na obediência cega, e a subordinação mecânica dos militantes a um poder central deveria ser abandonada em favor de um “autocentralismo”, resultado do domínio da maioria no interior de sua própria organização partidária. E esse movimento se daria a partir da quebra de uma “disciplina servil” em favor de uma “autodisciplina voluntária”, baseada em processo dinâmico de educação política dos trabalhadores no processo de luta (LUXEMBURGO, 2009).

Embora o esforço de Luxemburgo tenha sido em busca de quebrar os vínculos entre o que seria uma proposta revolucionária autocentrada e a militarização e sujeição de todas as esferas da vida do ator social à invasão da dimensão política, deve-se frisar que seu pensamento não prescinde do papel da direção no processo do movimento revolucionário. O que ela propõe é uma ressignificação do que seria um “caráter regulamentador e fechado” no movimento para que a organização tivesse um “caráter coordenador e unificador”, o que ainda se afasta dos movimentos do século XXI contextualizados nesta pesquisa, baseados no autonomismo e na horizontalidade.

⁶¹ Deve-se ressaltar que embora Lênin acreditasse numa vanguarda revolucionária composta de intelectuais especializados, responsável por centralizar conhecimentos teórico-práticos e conduzir a massa de trabalhadores na conquista do poder, não significava que para ele essa massa estivesse destituída do processo participativo. Sua ideia era que havia a necessidade de grupos com responsabilidades distintas, porém complementares, trabalhando por uma causa única (SOUZA, 1999).

Gramsci foi outro autor que fez coro com Luxemburgo no quesito crítica à reprodução da dominação e da militarização no interior do partido operário. Para ele, apenas a participação direta dos indivíduos e a multiplicidade de vozes conflitantes seria capaz de gerar uma consciência coletiva. Portanto a diversidade não deveria ser execrada, já que ela seria o ponto de partida para a construção de um organismo vivo (SOUZA, 1999). Gramsci entende que, embora a hegemonia⁶² se construa a partir da sociedade civil e da articulação com o Estado e suas diversas instituições, haverá sempre uma instabilidade proporcionada por forças contrárias resistentes a essa hegemonia e presentes na própria sociedade, na medida em que se apresentam ou se propõem planos alternativos ao que vigora. Assim, sugere que a resistência de cidadãos com base no desenvolvimento e implantação de novos códigos culturais podem gerar a crise ou a queda de uma ordem hegemônica vigente (ALMEIDA, 2011).

Os tratados de Foucault (2015) acerca da renúncia de si e sujeição ao outro, responsabilização e disciplina dos corpos, são uma alternativa mais contemporânea para uma reflexão sobre os circuitos de verdade e poder sobre indivíduos que são formados militantes, ainda considerando as engrenagens do militantismo que funcionam entre ações de teoria e prática. Nesse sentido, suas contribuições muito mais direcionadas às malhas mais finas das redes de poder, que se davam no contexto das lutas cotidianas engendradas à partir de 1968, do que na estrutura macro de constituição desses mecanismos, nos faz pensar a partir de um resgate dessas práticas pastorais reconvertidas com enfoque na figura do ator político, ou seja, em como as maneiras de agir e a reprodução de suas representações sociais de códigos culturais podem desvelar, especialmente no que diz respeito às interações na coletividade, os usos de procedimentos microfísicos de poder. Porque, se de um lado a prática militante pós maio de 68 trouxe consigo vestígios de uma militância pastoral, por outro, ela também desenvolveu a resistência a esses procedimentos.

Esse é o prelúdio da morte do guia intelectual como condutor da e na política, pois do mesmo modo que este toma consciência de que deve resistir a falar e agir pelo outro, também a massa, antes conduzida, toma ciência de que pode falar por si, sem necessitar de representantes. Tanto a totalização da dimensão política na luta contra o poder, quanto a reprodução de procedimentos de exclusão e cerceamento de falas e de resistências, alimentam de igual maneira, o jogo do poder que não se dá somente na macroestrutura, mas penetra de

⁶² De acordo com Almeida (2011), Gramsci entendia a hegemonia como sendo “uma combinação de direção moral, política, cultural e intelectual com dominação. Combinação de liderança ideológica e cultural com coerção.” (p. 11)

forma sutil os interstícios da sociedade. Assim, não há mais espaço para que as “vanguardas revolucionárias” se coloquem no papel de representantes daqueles que lutam como se fossem suas consciências, os portadores da verdade, pois que a palavra e a ação não necessitam de legitimação por uma via centralizadora; é a multiplicidade que fala e que age, sem precisar de intermediários. A conjuntura do início dos anos 70 mostra que a luta do militantismo especializado de esquerda deve ser contra formas de poder que invisibilizam falas e ações, já que “não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede” (FOUCAULT; DELEUZE, 2015, p. 130; SPIVAK, 2010).

A história revela que é justamente a partir desse período que se dá o processo de emergência de novos atores sociais, mais descentralizados e menos totalizados, quanto ao fato da dimensão política invadir e subjugar as demais esferas de sua vida, e também essa implantação de novos códigos culturais de que fala Gramsci, ressaltando o aparecimento de reivindicações identitárias e do reconhecimento de sua possibilidade de falar por si nas arenas de discussão política.

Este último perfil se fundiria e exacerbaria nos anos 1990, no contexto da proliferação do associativismo e das ONGs e também será uma chave de leitura da nova onda de mobilização, marcada pelo altermundialismo e as distintas variantes de indignados nas últimas décadas. (MODONESI, 2016, p. 2)

É nesse contexto que parece surgir o dito “ativista pontual”, como nomeado pelo autor, que prefiro pensar como sendo um militante líquido - ou simplesmente ativista, como já é corriqueiro na literatura sociológica - , uma alternativa à figura do “militante integral”, colocado por Modonesi (2016), visto que assim parece ser uma forma de fugir de pensamentos preconcebidos⁶³ em relação ao empenho à especialização na formação intelectual, tanto quanto ao endeusamento daquele que abdica das demais esferas da vida em virtude da invasão total de si pela dimensão política, assim se tornando um canal da instituição (partido, sindicato, movimento social) para, como destaca Souza (1999) despejar “sua verdade homogeneizadora sobre um social totalizado” (p. 141).

Por sua vez, a “chave de leitura” muito mais relacionada à possibilidade temporária de diminuir as tensões que se colocam entre as duas distinções, está no entre-lugar de uma mudança de época e outras formas de se fazer política, que se caracteriza por distinções entre:

⁶³ Com isso não estou a afirmar que essa seja a postura do autor, mas tomando como base a influência do pensamento de Bauman à respeito da fluidez dos nossos tempos e que invade todas as esferas de nossas vidas permitindo que combinemos, ou não, práticas, formas de pensar e de agir, sem a necessidade de enquadramentos e patrulhamentos.

um relaxamento dos princípios de disciplina-dever, ser-sacrifício com vistas a ressaltar a humanidade dos participantes na ação coletiva; uma substituição das lógicas organizacionais burocráticas e hierarquizantes em favor de formatos mais descentralizados e informais; uma maior laxidão do compromisso e da formação doutrinária; um envolvimento parcial em termos de tempos e de investimento afetivo ou passional; uma flexibilização temática e tática com relação à rigidez anterior de programas e projetos; uma participação intermitente versus o compromisso permanente; uma opção pela resistência pacífica versus atitudes beligerantes... (MODONESI, 2016)

Mas, a despeito das distinções entre “dois pontos cardeais”, a metáfora da liquidez nos impele a convivência com o efêmero e o transitório, ao abandono da rigidez normatizadora, para lançarmo-nos nas benfeitorias da liberação e, conseqüentemente, das infinitas possibilidades de ser/estar no mundo, ainda que esse trânsito venha acompanhado da incerteza e da indecisão. Entretanto, ao destruir a certeza, ao conviver com a ambigüidade, ao vivenciar a quebra dos limites espaço-temporais, a individualização das vivências, a globalização, inevitavelmente requerem-se novas formas de organização social. Talvez essa emergência contínua de novas formas de organização deva ser o contexto para se pensar a militância e/ou o ativismo de hoje – concordo com boa parte da literatura sociológica e dicionários em não fazer distinção entre termos, e dar preferência à captá-los de acordo com a transitoriedade desses tempos – já que “não há sentido em comparar sofrimentos do passado e do presente, tentando descobrir qual deles é menos suportável. Cada angústia fere e atormenta no seu próprio tempo” (BAUMAN, 2004, p. 49). Quando entendemos a sociedade como um processo dinâmico e inacabado na perspectiva das relações sócio históricas, entendemos que a ação nos é inerente e que, assim sendo, é impossível não agir, que no processo contínuo e permanente de construção social não existem expectadores; sem exceção, todo agir, seja ativo, seja passivo, contribui de alguma maneira para construção de determinado acontecimento histórico. Como afirma Löwy (2010), a história é um rio em que não há contempladores, “nós somos o rio”.

Da geração “romântico-revolucionária” (LÖWY; SAYRE, 2015) do pós maio de 68, com forte influência do espírito transformador e apoiada na utopia anticapitalista e do resgate de um homem novo, ao final dos anos 80 e início dos 90 com a queda da ditadura nos países latino-americanos e o crescimento do associativismo derivado dos processos de mobilizações pontuais, muitas águas-ações rolaram na correnteza do rio da história; a única coisa que parece permanente nos movimentos sociais é a sua potência criativa e subversiva. Após os anos 90 muitas alterações se deram na constituição dos movimentos sociais, onde passou a vigorar mais estratégia e mais ações propositivas. O processo de luta agora é pautado por participações periódicas e planejadas, em busca do fortalecimento dos laços com a sociedade civil para a construção de uma nova realidade social (GOHN, 2003).

Hoje, grande parte dos movimentos sociais na contemporaneidade atuam nas redes sociais; com o aporte das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) intercambiam informações, pautam notícias, articulam mobilizações. Temas político-partidários vão perdendo espaço para as demandas plurais e universais, para a exigência da ética na política. A lutas de classes da esquerda socialista de outrora não dão mais conta das demandas dos dias atuais, e cedem terreno para movimentos contra as devastações da globalização e o esmagamento das culturais locais. Movimentos de minorias com temas como gênero, sexo, etnia, religião, ecologia, direitos humanos, estampam o processo de evolução política das lutas sociais. Obrigatoriamente, o “ultracentralismo” dá lugar aos descentramentos, à flexibilização, às novas formas de agir.

Modificada a conjuntura, deslocam-se e transformam-se os espaços ocupados por movimentos sociais e, por consequência, o perfil do militante/ativista que o move também se altera. Esvaziam-se as obrigações e os deveres permanentes com uma organização. Os que eram excluídos podem experimentar o pertencimento ao sentir-se incluídos nas ações de grupos ativos, mas os atores sociais de hoje, ainda que julguem importantes as vinculações, mobilizam-se independentemente de laços anteriores de pertencimento (GOHN, 2003; MELUCCI, 2001).

Nesse sentido, a revolução, expressão tão corriqueira no repertório dos atores engajados em lutas sociais, incide agora em seus próprios perfis, e seu sentido aqui está relacionado aos processos de mudança que se deslocam de um ponto ao outro e que causam profundas transformações. Assim, o empréstimo aqui vem do conceito de revolução proposto por Guatarri e Rolnik (1996), onde afirmam que aquela acontece nos mais variados âmbitos da vida, na cultura, na arte, nas relações, no trabalho. A revolução é tida como uma singularização⁶⁴ imprevisível, com profundas alterações que não podem ser programadas, nem controladas. Para os autores, o que define esse processo é que ele opera numa perspectiva subjetiva em primeira instância, no sentido de automodelação, ou seja

[...] que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo

⁶⁴ Guatarri utiliza o termo “singularização” para descrever “...processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção”. O autor ressalta a importância política desses processos, entre os quais se situariam os movimentos sociais, as minorias, enfim, os “desvios” de toda espécie. Outros termos são utilizados para designar os mesmos processos: autonomização, minorização, revolução molecular, etc. A partir dessa concepção do autor, esse processo ocorre numa perspectiva microssocial, ou seja, uma revolução molecular, em primeira instância, no interior do ator político que incide no seu exterior.

que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhe dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante. (GUATARRI; ROLNIK, 1996, p. 46)

Trata-se de um certo momento de transformação, mas não permanente, que diz respeito a todos os movimentos de indivíduos e grupos que se põem a questionar o sistema de produção das subjetividades. Isso nos leva a pensar que a ação militante também está sujeita a outras possibilidades de exercício, este sendo uma alternativa a formas de atuação anteriores, sem que se pretenda nenhum juízo de valor, pois que esse movimento está para além do que categorizações em termos de bom e de mau poderiam explicar. Assim, nos tempos líquidos em que vivemos, o que parece ser possível são as revoluções cotidianas que se dão por meio de ações micropolíticas, cuja potência reside no desejo de detectar o intolerável e criar modos para combatê-lo.

Embora seja necessário lutar por necessidades substantivas, parece que essa luta hoje, mediante a enormidade de obstáculos na busca da democracia e da igualdade social, não torna efetivamente possível “dar a vida pela causa”, relegar família, profissão, estudo, entre tantas outras esferas da vida do indivíduo. Assim que as querelas entre ser (ou não ser) ativista e/ou militante parecem professar um sentido de despolitização do ator político e uma matriz analítica que tende a ser estritamente institucional e nada transversal. Talvez as formas de distinção sejam uma chave de leitura altamente limitada e condicionante, por não levar em consideração que nesses tempos líquidos podemos ser isso, mas também podemos ser aquilo, que os modos de viver no mundo são reinventados a todo momento e que isso não é, necessariamente, nem mau, nem bom. Que o militante e/ou ativista aprende (ou poderia aprender) que a revolução é a do dia a dia, que ela se dá em movimentos frenéticos que oportunizam a construção de realidades diferentes e em pé de igualdade para uma diversidade de pessoas. Que não existe um modelo a seguir, nenhuma prescrição que indique a trajetória. Existe, isso sim, multiplicidade de caminhos que se proliferam como rizomas; que as fendas e as tensões são necessárias para que se eleve a potência proporcionada pelas incertezas líquidas. Que toda forma de totalização, como diriam Foucault e Deleuze (2015), pertence ao poder e à reação.

2.1 SEIS HISTÓRIAS, SEIS PROTAGONISTAS⁶⁵: BREVE HISTÓRIA DE VIDA DOS ATORES SOCIAIS DA PESQUISA

Com base na proposta de liberdade de trajetórias e de escolhas, discussão que iniciou esse capítulo, apresento aqui as histórias dos atores sociais dessa pesquisa e os prelúdios de ativismo em suas trajetórias.

2.1.1 Luanda⁶⁶

Luanda tem 25 anos e é estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. Anteriormente cursou o BI de Artes, na mesma universidade. Se declara preta, filha adotada de uma família humilde de Salvador, com a qual não reside mais. Estudou os anos de ensino fundamental em uma pequena escola particular do bairro onde residia, tendo cursado o ensino médio no Colégio Estadual Manoel Devoto. Atualmente, mora na residência universitária da UFBA, na Garibaldi. À época das manifestações era mais uma moça do telemarketing, onde buscava uma renda que pudesse custear seus gastos mais básicos e ajudar com as demandas da universidade. Mas a sua profissão mesmo é poetisa; atuar como artista de rua é um dos trabalhos mais relevantes que acredita ter desempenhado. Data do período das manifestações as demonstrações mais recorrentes e maior envolvimento com as questões políticas, momento em que passa a se preocupar mais atentamente com as iniquidades político-sociais, época que coincidiu com a entrada na universidade:

Acho que foi o processo de indignação. Meu primeiro contato com as questões políticas foi em 2013. Foi o momento que estava no processo de transformação, tinha saído de casa, foi o processo de ver aquela movimentação e aquele impulso coletivo de buscar uma transformação que me moveu também, já que a gente não concorda com boa parte das coisas que acontecem no nosso país com relação à política. E aí, foi a partir de 2013 que eu comecei a entrar nesse processo e tentar entender o que

⁶⁵ A palavra “protagonista” não é utilizada aqui no sentido de terem se projetado estes atores sobre os outros (de alguma maneira, ou em alguma situação) no processo das manifestações em Salvador, exercendo dessa forma, o papel, ainda que circunstancial, de atores principais naqueles protestos. Do contrário estaria eu contradizendo o princípio da horizontalidade, um dos pilares em que se fundamenta a atuação dos movimentos de caráter multitudinário na contemporaneidade. À parte a acepção semântica da palavra, quero dizer com isso que cada um, de forma individual, assume um papel importante no decurso dos protestos baianos, ainda que atuem em coletividade, sendo um e parte do todo, não transferindo o seu papel para o outro, mas exercendo uma espécie de coprotagonismo, sendo narradores de si, dos outros e das circunstâncias da qual faziam parte, assegurando naquele momento a importância do papel que cada um, individualmente, desempenhava.

⁶⁶ Os atores são identificados por codinomes, escolhidos por eles mesmos, como forma de preservar suas identidades e de garantir a imersão na proposta multitudinária que marca a atuação e a orientação política nesse contexto.

acontecia realmente com a política, a partir dessa movimentação que me moveu. [...]era uma pessoa comum, trabalhava e estudava, apenas.

Esse *début* nas práticas militantes não é um caso isolado de Luanda, já que aqueles movimentos serviram de disparadores, para muitos jovens de sua idade e até mais novos, no exercício da cidadania e no envolvimento participante em movimentos sociais. É o momento, inclusive, que a jovem se vincula ao Movimento Passe Livre (MPL) – neste estágio, ainda sem os rachas –, envolvimento que dura um ano (aproximadamente de junho de 2013 aos meados de 2014), quando parte para a atuação desvinculada nas manifestações que, naquele ano já ocorrem tendo como mote principal a Copa do Mundo e com menos incidência. Data desse período também, o contato com o Coletivo ATUAR⁶⁷ que lhe possibilitou, do mesmo modo, o envolvimento político, já que se trata de um coletivo de formação de artistas que trabalha com poesia e arte de rua, em sua maioria de protesto, na cidade de Salvador. Luanda destaca, na entrevista, a representatividade que tiveram tanto o ATUAR, quanto o MPL para sua vida, deixando subentendido sobre esse último que sua saída foi ocasionada pela interferência de partidos políticos no movimento: “a questão do movimento Passe Livre só foi a influência de partidos políticos que tinha seus interesses e acabava de certa forma manipulando, conduzindo...”. Sobre o Coletivo Atuar, deixa transparecer um nível maior de importância quando frisa não ser este ligado a nenhum outro movimento ou partido político e quando declara:

[...] foi a partir de 2013 que comecei a desenvolver o processo artístico. Então, assim, hoje, eu vejo como uma maneira alternativa de militar, já que a gente faz esse processo de formação com artista e também tenta levar a arte como uma forma de se manifestar, uma forma de militância através dos coletivos, no caso, os ônibus que, coincidentemente, vem da questão do passe livre, e da questão de trabalhar dentro da mobilidade urbana. E aí a gente faz o processo educacional dentro dos coletivos, *ferry boats* e lanchas. É uma forma alternativa de militância; eu considero uma forma válida e importante.

A jovem parece estar certa de que a filiação partidária é um problema, até mesmo impedimento, para que ela venha a se aproximar e permanecer em qualquer movimento, se declara antipartidária e explica:

⁶⁷ O Coletivo Atuar, como a entrevistada define, é um coletivo de formação de artistas e de intervenções poéticas e arte de rua. Na página do Facebook do ATUAR, sua “bio” descreve: “O Coletivo Atuar é um grupo de arte-educadores que desenvolve espetáculos, formações e oficinas em espaços públicos, utilizando a cultura oral como principal ferramenta de expressão e desenvolvimento da arte-cultura no contexto social em que vivemos.”. O coletivo nasceu, nos anos 2000, da reunião de atores, poetas, palhaços, músicos e um psicólogo social, como um movimento cultural no município de Saúde, interior centro-norte da Bahia, onde propôs um projeto de ensino escolar fora dos padrões daquela época. Com a boa recepção, em 2002 expande sua atuação instalando-se em Salvador, onde, desde então, produz e fomenta espetáculos artístico-culturais nos espaços públicos da cidade. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coletivoatuar/about/?ref=page_internal. Acesso em: 21 dez. 2017.

Acho que a gente precisa superar essa questão política partidária porque a gente sempre se vê presa ao jogo de interesses de influências políticas, que não estão a favor da população, e sim de interesses econômicos-políticos. Mas muita gente se aproveitando da população para galgar um espaço dentro da política, se inserir nos espaços de poder. [...] a gente fica muito preso nessa questão político partidária e acha que é a única solução, o único modo de organização. Eu acho que a gente precisa se desprender e resgatar outras formas, outros modos, se repensar como sociedade mesmo.

Por outro lado, quando ela reconhece a cultura e a arte como possibilidade de atuação e conscientização política, atesta mais uma vez a importância das intervenções político-artísticas nestes espaços de transformações sociais, que surge com seu poder transgressor a partir dos movimentos de contracultura, na década de 60, e permanece, desde então, com forte participação nos movimentos multitudinários na contemporaneidade. É certo que a necessidade de transgredir por outras vias, como, por exemplo, pelos movimentos culturais ligados a arte, à música e à literatura, vem a reboque da instalação de regimes ditatoriais ou totalitários naquela época. Hoje, na iminência de retornos de regime como esses aos dias em que vivemos, as artes têm papel preponderante e, embora o autor estivesse se referindo ao estado das artes nos finais da década de 60, no caso o fim dos movimentos de vanguarda, a afirmação de Hobsbawm (1995) permanece aplicável ao contexto atual quando ele diz que “[...] na ausência de verdadeira política e imprensa livre, os praticantes das artes eram os *únicos* que falavam do que o povo [...] pensava e sentia.” (grifo do autor).

Talvez pela aversão demonstrada ao partidarismo, Luanda tenha declarado categoricamente ser anarquista quando perguntada sobre sua orientação política, já que, baseado na autogestão, o Anarquismo se apresenta como uma ideologia política que rechaça qualquer tipo de hierarquia e de dominação (econômica, política e social), portanto busca o fim da autoridade do Estado, via de regra, representada pelos partidos políticos. Explícita, também, o descontentamento com a atual esquerda quando diz:

O anarquismo me representa mais, a esquerda é uma falsa esquerda, não me sinto representada pela esquerda que se apresenta. Essa esquerda se vincula a questão econômica do empresariado, não está, ainda, visando o interesse da sociedade como um todo.

Luanda nunca teve influência da família com relação aos temas políticos ou mesmo sobre sua orientação nessa área. Sua trajetória política é fruto, sobretudo, da experiência vivida em 2013, que se confunde com a própria trajetória acadêmica, com sua escrita poética, com o sobe e desce dos coletivos, onde diariamente recita seus versos, com o contato com artistas grafiteiros, pichadores, artistas gráficos e músicos, companheiros do cotidiano, que militam através da arte. Encontra inspiração nos movimentos voltados para a poesia na cidade, dos quais

destaca o Sarau da Onça⁶⁸, os slams⁶⁹ em que participa e em nomes como Conceição Evaristo, Eliza Lucinda, Mario Quintana, Vinicius de Moraes, Cecília Meireles, Clarice Lispector.

2.1.2 Gump

Gump começou a se preocupar com as questões político-sociais em 2011, quando se envolveu com as questões do Ocupa Salvador, movimento de caráter transnacional que acontecia na cidade, conectado à onda de manifestações globais que já ocorriam e que integravam o evento *United for a Global Change*, especialmente ao *Movimiento 15 M*, da Espanha, e ao *Ocuppy Wall Street (OWS)*, nos Estados Unidos. Dito de classe média, o rapaz reconhece que até então “...tinha convicções de vida e práticas bem conservadoras, talvez até reacionárias, mas a vontade lá dentro é uma vontade social, vontade de socializar as coisas...”. Naquele momento, ao relatar um processo de mudança pessoal e de reavaliação de convicções, questiona seus modos de pensar e se aproxima do Ocupa Salvador, onde relata ter tido maiores interações com militantes de esquerda. No mesmo período conhece a Bicicletada de Salvador, movimento no Brasil e em Portugal, cujo principal mote é “...divulgar a bicicleta como um meio de transporte, criar condições favoráveis para o uso deste veículo e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano.” (BICICLETADA.ORG, 2013)⁷⁰. Na Bicicletada ciclistas saíam juntos como uma forma de reivindicar seu espaço nas ruas da cidade. Em Salvador, o movimento parece ter se esvaziado em setembro de 2013 (data do último post no blog do movimento), quando da instalação de

⁶⁸ Trata-se de um sarau de poesia que ocorre quinzenalmente, aos sábados, em Sussuarana, bairro periférico de Salvador. Inicialmente com o propósito de desestigmatizar o lugar das muitas ocorrências policiais e demarcá-lo como um espaço de acontecimentos culturais, a proposta do Sarau é ressignificar a periferia e sensibilizar a comunidade local, e a sociedade em geral, para novos olhares a respeito do bairro. O evento acontece desde maio de 2011, e já é bem conhecido na cidade. Além dos recitais de poesia e dos slams, ocorrem debates, palestras e rodas de conversa com temas relevantes para minorias, em especial para a comunidade negra.

⁶⁹ Trata-se de uma competição na qual cada poeta deve recitar ou ler poesias autorais. As performances são, em seguida, julgadas por membros selecionados da plateia ou por uma comissão de jurados.

⁷⁰ Disponível em: <http://bicicletada.org/O+que+e> ; <http://bicicletadasalvador.blogspot.com.br/>. Acesso em: 11 de jan. 2018. Em última revisão, o propósito da Bicicletada já não se manifesta com a carga política de outrora, passando a constar em sua página, agora atualizada, a seguinte missão: “Nossa missão é encorajá-los a um estilo de vida saudável, além da compreensão e troca de experiências de como é possível desfrutar da natureza e meio ambiente, da sociedade e da vida como um todo com uma ferramenta muito simples, sua própria bicicleta. Mais do que dissertar sobre o esporte, nosso espaço tem o objetivo de mudar os conceitos mundiais através destas premissas e transformá-lo em um ambiente melhor para vivermos.” (BICICLETADA.ORG, 2019). Disponível em: <<https://www.bicicletada.org/sobre-nos/>>. Acesso em: 29 de mai. 2019.

postos de bicicletas públicas em pontos da cidade, numa parceria entre a Prefeitura e o Banco Itaú, juntamente com a construção de ciclofaixas em bairros e orla marítima. Ele relata:

[...] eu comecei a andar de bicicleta também, e isso abriu meus olhos pra várias outras coisas. Então, conhecer uma outra Salvador pra mim foi fundamental pra mudar minha visão política [...] eu conheci uma outra Salvador, uma Salvador que poucos soteropolitanos conhecem porque só anda dentro do ônibus, só vai para lugares específicos, tem medo de passar por tais lugares.

O rapaz deixa claro, em seu relato de trajetória militante, que, a partir do contato com estes movimentos, teve conhecimento e entendimento sobre várias linhas políticas e suas premissas, assim como estreitou relações, tanto com militantes de direita, como de esquerda, e diz que essa participação “...abriu meus olhos pra várias outras coisas.” Destaca que sua “formação política original” - a conservadora, reacionária, como classifica - teve grande influência de sua família em primeiro grau, mas a mudança de pensamento teve início com o afastamento dos pais, ao sair da cidade de São Sebastião do Passé (interior da Bahia), para dar continuidade aos estudos na capital. Segundo ele, o distanciamento da família proporcionou experienciar outros caminhos. Com o envolvimento no Ocupa SSA e na Bicicletada pôde conhecer uma “outra Salvador” e isso foi fundamental para mudar a sua visão política ou sua “política de vida”, como ele mesmo expressa. Considerando sua idade à época da entrevista (2017) – 32 anos – e o início de sua trajetória política que disse ter sido em 2011, podemos destacar que esta também se deu a reboque dos movimentos multitudinários que ocorriam em várias regiões do mundo naquele período, e que os movimentos autonomistas e zapatistas que tiveram centralidade na década de 90, no México, se destacam também como movimentos iniciadores de um legado intelectual e de um repertório de ações consideráveis, que demarcam uma amplitude de atuação no cenário político (sentido que rapidamente se funde ao cenário econômico, social e cultural) até os dias de hoje.

Convivendo na adolescência com os valores conservadores da cidade onde morava, especialmente da educação familiar, o jovem tem na vinda para Salvador a oportunidade de dar vazão às suas inquietações políticas e mudar o rumo de suas convicções. Assim, encontra no cicloativismo a via para questionar a hegemonia do transporte motorizado a partir da Bicicletada, bem como ter uma visão real das desigualdades presentes na cidade. Seguramente, destaca que aquele movimento lhe acarretou uma mudança interior significativa quando o permitiu “...ver a cidade de uma outra forma, experimentar a cidade de uma outra forma, e se relacionar de uma outra forma...”. A partir daí, adere ao pensamento anarquista especificista, explicando que

[...] é uma galera que se propõe a estudar também, não há mudança sem estudo, não há mudança sem teoria, mas também não ache que você vai um dia discursar e o mundo vai mudar, sabe? As pessoas não vão mudar assim, se você não tiver um trabalho de base com as pessoas, de estar mudando ali na realidade.

Nota-se que a explicação de Gump, ao ressaltar a importância do conhecimento e da proximidade com o social para que a mudança logre êxito, se fundamenta basicamente nos ideais do Anarquismo Especifista ou simplesmente Especifismo, que é uma das concepções de organização da corrente de pensamento político do Anarquismo⁷¹. De acordo com Corrêa (2013), o especificismo retoma dois eixos fundamentais – organização e inserção social - que marcam a atuação anarquista, com base em dois conceitos clássicos do anarquismo trazidos por (1) Bakunin (2003), que trata da atuação anarquista diferenciada nos níveis políticos e social, buscando não só o reforço da memória e a promoção da cultura libertária, mas sobretudo, desempenhando um papel de relevância na luta de movimentos sociais e populares; e (2) por Malatesta (2010), que preconiza uma organização específica anarquista coesa, também nos âmbitos político e social, através de uma “minoria ativa” capaz de persuadir e influenciar na luta de classes, nos movimentos sociais e populares, de modo que unidos têm menos chances de serem atropelados por partidos de esquerda, grupos autoritários, instituições religiosas, ou qualquer grupo que tenta utilizar o movimento social para benefício próprio.

É interessante, que embora passados mais de um século da introdução do Anarquismo na Bahia⁷², a corrente política marcadamente libertária e baseada na autogestão, notadamente exerça, ainda hoje, marcante influência nos movimentos transnacionais contemporâneos e inspire gerações que sequer presenciaram o seu surgimento, como é o caso de Gump. O jovem que se descobriu anarquista a partir da imersão na Bicicletada e no Ocupa SSA, nesse ínterim concluiu a graduação em Gestão de Redes, ajudou na criação do Mobicidade - organização civil dos representantes e usuários de bicicleta – e, paradoxalmente, vinculou-se ao Partido Pirata, “...movimento de resistência civil a tentativas de criminalização de maneiras de compartilhar

⁷¹ O Anarquismo preconiza a autogestão, ou seja, defende uma sociedade em que ninguém tem poder sobre o outro, por isso rejeita o poder do Estado, de partidos e de qualquer organização de cunho autoritário, e enfatiza a liberdade, tendo a igualdade como meio para alcançá-la. Sendo assim, opõe-se à toda forma de hierarquia e dominação; internacionalista, não reconhece fronteiras, nem nações. Acredito que a essência do Anarquismo não pode ser melhor expressada que neste excerto do anarquista italiano Malatesta: “*Nós não lutamos para tomar o lugar dos exploradores, tampouco para o triunfo de uma abstração vazia [...]. Nós desejamos a liberdade e o bem-estar de todos os homens, de todos os homens sem exceção. Queremos que cada ser humano possa se desenvolver e viver do modo mais feliz possível. E acreditamos que esta liberdade e este bem-estar não poderão ser dados nem por um homem, nem por um partido, mas todos deverão descobrir neles mesmos suas condições, e conquistá-las. Consideramos que somente a mais completa aplicação do princípio da solidariedade pode destruir a luta, a opressão e a exploração, e a solidariedade só pode nascer do livre acordo, da harmonização espontânea e desejada dos interessados.*” (MALATESTA, 2010, p. 12-13)

⁷² Data de 1908 as primeiras influências anarquistas no Estado da Bahia, com a criação de Centro Operário da Bahia, filiado a Segunda Internacional, e do periódico “A voz do Trabalhador” e “Germinal”, este último editado por Agripino Nazaré.

conhecimento propiciadas pela popularização das tecnologias digitais...”⁷³ que surgiu no Brasil em 2007 e que aqui busca se tornar partido, embora afirmem que não em acordo com o modelo de partido moderno levado ao cabo nos séculos 19 e 20 pelos socialistas. Quando questionado a esse respeito, diz reticente: “Eu me filei mais por uma questão de poder formalmente fazer determinadas coisas da área de informática”.

No Ocupa SSA, Gump já começara a atuar na mobilização de pessoas via redes, como chamado à participação no movimento. Mas é em 2013 que se torna um dos articuladores, com mais dois amigos, do primeiro chamado no *Facebook* para as “Jornadas de Junho” em Salvador, ocorrido após o recrudescimento das manifestações paulistas e a contenção de forma violenta por parte daquele Estado, que vinha acompanhando nas postagens de uma rede de amigos no *Facebook*. A criação da página do evento de convocação em solidariedade aos companheiros de São Paulo, surpreende até ele mesmo:

[...] nós dois criamos, botou as três pessoas como organizadoras e puxou o evento. Aí de 6 da noite até meia noite, sei lá, tinha duas, três mil pessoas confirmadas, dizendo que iam, sabe? Inclusive, ao longo do dia, o evento foi pra 6 mil pessoas. No dia deu quase duas mil pessoas, eu acho, no primeiro dia lá no Passeio Público [...]

Embora sua militância tenha se intensificado com a chegada das manifestações na cidade de Salvador, ele relata que depois de ter sofrido repressão policial ainda na criação do evento na rede social, se viu impossibilitado de participar da primeira reunião no Passeio Público. Tal situação, não encerra sua atuação, mas provoca estado de alerta e atuação mais cautelosa. Também é no decurso das reuniões no Passeio Público, muitas vezes ponto de saída das manifestações, que ele se aproxima de membros do antigo MPL SSA, alguns dos quais já conhecia, a essa altura já tendo iniciado os desentendimentos por conta da sigla MPL com os demais grupos organizados:

Depois da terceira ou quarta manifestação, que o antigo MPL SSA passou a participar mais ativamente, fez uma oficina lá no Passeio Público, e algumas pessoas, que inclusive, se colocaram na época para ajudar... mas depois foram elas mesmas que racharam pra continuar com o nome MPL SSA, sabendo que estavam fazendo coisas que não faziam sentido [com a carta de princípios do movimento]. Mesmo a gente falando que se fosse pra ser MPL é isso aqui que tem que seguir [os princípios]. Resolveu-se então, não brigar mais pelo nome, fundar um outro [coletivo] com pessoas do antigo movimento e com pessoas novas e continuar um trabalho que a gente fazia, mas agora nessa nova conjuntura, com o nome de Coletivo Tarifa Zero.

A natureza fragmentada dos movimentos transnacionais na contemporaneidade que ideologicamente iniciam por se organizar em pequenos grupos, tal qual as múltiplas identidades de cada ator que os compõem, e que advogam pelo pluralismo cultural e pela diversidade

⁷³ Disponível em: <https://partidopirata.org/quem-somos/estrutura-nacional/documentos/programa/>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

(HALL, 2011; SCHERER-WARREN, 2014), talvez justifique a rápida apropriação de ideias, de discursos, de táticas e até mesmo de nomes com os quais se veem momentaneamente identificados, já que seus itinerários constitutivos agora são similares aos processos nascidos na internet, onde as fronteiras de autoria são definitivamente rasuradas.

Hoje residindo em São Paulo e atuante na área de Tecnologia da Informação (TI), Gump acredita que aquele período foi decisivo para sua formação política e para seguir militando pelo que chama de uma “sociedade ideal”, onde prevaleça a igualdade de condições para todos.

2.1.3 Flor

Flor passou a infância e adolescência entre as cidades de Maragogipe e Cachoeira, situadas no recôncavo baiano: residia na primeira e cursava o ensino fundamental na segunda. Em Cachoeira, transitou entre as formações adventista e católica, tendo estudado no Colégio Adventista e nas Sacramentinas daquela cidade. Foi na adolescência que começou a se interessar por temas políticos, quando lhe chama atenção as questões políticas com viés mais institucionalizado, por exemplo, as disputas eleitorais entre candidatos. Contudo isso aflora, como ela relata, “de forma mais ativa e consciente”, quando depois de ter concluído o 2º grau, vem para Salvador e ingressa na universidade, se envolvendo com o movimento estudantil. É o ano de 2003 quando inicia o curso de Direito na faculdade Jorge Amado e começa a se interessar tanto por questões discutidas com relação às melhorias no próprio curso, como com questões de amplitude política maior, a exemplo dos perfis dos professores que compunham o curso, de quais os interesses em torno da universidade e dos interesses em torno da pesquisa. É nesse período que se engaja com outros colegas para um processo de eleição do Centro Acadêmico (CA).

O ano de 2003 é também marcante para Flor, pois é quando ocorre a Revolta do Buzu, as manifestações que ocorreram entre os meses de Agosto e Setembro, quando estudantes secundaristas foram às ruas contra o aumento nas passagens de ônibus e reivindicaram o passe livre estudantil. Ela revelou ter participado das manifestações de forma individual, ainda, como diz, “meio deslocada, sem ter encontrado um universo coletivo que eu me engajassem”. Neste ínterim, prestou vestibular para a Faculdade de Teatro da UFBA e se envolveu mais intensamente com o movimento estudantil

[...] eu já tinha essa experiência inicial, que começou com a faculdade de Direito e quando eu entrei na UFBA, eu já tinha clareza de que era um espaço que eu queria ocupar. E aí foi uma questão de consequência, de conhecer outras pessoas, e começar essa construção no movimento estudantil de Teatro na UFBA, na verdade.

Tendo ingressado na UFBA em 2005, ao final daquele ano já fazia parte do Diretório Acadêmico (DA), até ter se formado. É quando, também, participa de outros grupos como o ContraPonto, que descreve como coletivo relacionado ao movimento estudantil da escola de Teatro da UFBA. Em 2006, organizada naquele coletivo, Flor esteve presente na Frente Única contra o SalvadorCard⁷⁴, movimento criado em plenária na reitoria da UFBA naquele ano, onde se uniam CAs e DAs, associação de grêmios estudantis e o MPL SSA (MPL antigo) em manifestações contra o sistema do cartão que exigia pagamento antecipado da tarifa de ônibus, já que usava o sistema de pré-pago, e dava a União Nacional dos Estudantes (UNE) o poder de utilizá-lo como cartão de meia-entrada, o que obrigava, na perspectiva dos estudantes, à contribuição anual com a entidade. É nesse momento que ela se aproxima do MPL antigo, que já existia na cidade desde 2005 e conhece grande parte dos seus membros, já que o movimento integrava a Frente Única contra o SalvadorCard:

Apesar de não ter, naquela época, me vinculado, me filiado ao MPL, conheci praticamente todos os militantes, mas seguimos caminhos diferentes por um período em relação a construção da militância, mas todo mundo envolvido de certa forma com a luta contra o aumento do transporte, do transporte público, e tudo mais.

Como que já estivesse integralmente envolvida com as questões políticas dentro da universidade, Flor participou, em 2007, já desvinculada do ContraPonto, da ocupação da Reitoria da UFBA, iniciada a partir de um vazamento de gás que ocorreu na cozinha da residência universitária e amplificada com a autorização do então reitor, Naomar de Almeida Filho, à adesão da universidade ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o que os estudantes entendiam como mais um programa de reforma universitária que favorecia ainda mais o sucateamento da universidade pela simples ampliação do número de vagas. Segundo ela, depois da ocupação foram surgindo outros encaminhamentos políticos, que coincidiu com o período de saída da universidade e transitaram entre tentativas de se encaixar politicamente de forma coletiva – essa foi uma preocupação

⁷⁴ Mobilização estudantil criada contra a implementação do SalvadorCard, a Frente Única contra o SalvadorCard a frente única reunia diversos CAs (Centros Acadêmicos) e DAs (Diretórios Acadêmicos), a Associação de Grêmios Estudantis (AGES) e o Movimento Passe Livre (MPL Salvador). A Frente Única acreditava que, com a substituição do SmartCard pelo SalvadorCard, haveria uma diminuição considerável do uso da meia passagem, incorreria em pagamento antecipado da tarifa de ônibus (sistema de bilhetagem eletrônica), aumentando a receita das empresas, e ocasionaria uma demissão em massa de cobradores. As manifestações iniciaram-se em 24 de abril de 2006. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/red/2006/04/351782.shtml>, <https://midiaindependente.org/pt/red/2006/05/353033.shtml>, <https://midiaindependente.org/pt/red/2006/04/351782.shtml>. Cartaz do movimento (https://midiaindependente.org/pt/red/2006/04/351782.shtml). Acesso em: 14 jun de 2017.

latente em seu depoimento, embora deixasse bem claro que a organização partidária não seria o caminho da sua militância –, até o envolvimento com grupos de assessoria aos movimentos sociais.

Neste ponto, já em 2013, participa das manifestações, se envolvendo com o processo de refundação do MPL em Salvador. Contudo, sua militância nas manifestações de 2013 se confundiu com a da profissional do Direito, quando se tornou sobressalente a preocupação com a situação de desamparo legal dos companheiros, à medida do recrudescimento da repressão policial na cidade, o que demandou que ela atuasse numa frente de advogados populares.

Se não fossem os advogados que eram militantes para dar conta de determinadas coisas, as pessoas iam ficar desamparadas. Então a gente acabou se organizando em grupos de assessoria [...]. Foram processos muito difíceis, essa questão que eu te falei que misturou o fato de ser militante e ser advogada e essa atuação por conta desses aspectos. [...] desde 2013 até 2015, muita gente detida, processos. Desde 2013 até o final de 2015, que eu acho que foi quando encerrou esse ciclo, pelo menos em relação às questões como advogada, eu acho que eu acompanhei uns 250 casos de militantes e ativistas que foram detidos e que repercutiu em processo criminal.

Embora, como relatou, nem ela, nem os colegas advogados que atuavam no coletivo mesmo na condição de advogados populares, não fossem da área criminalista, o nível de sensibilização era tamanho que se sentiam impelidos a dar conta daquela situação. Por outro lado, é interessante observar que ao passo que a internet se constituía como espaço de fluxo, onde se davam a criação dos eventos de convocatória para saída às ruas, a abertura dos espaços de discussão de opiniões até a cobertura em tempo real das manifestações, ao mesmo tempo o ciberespaço se constituía como um lugar de coordenação ao serviço de uma repressão articulada do Estado, onde a inteligência policial era pensada para identificação, intimidação e captura de militantes. Nesse sentido, é importante esse trecho de seu depoimento:

[...] depois que a gente viu o processo de recrudescimento da opressão, da repressão, na verdade, da polícia, a gente começou a se dividir. Então, por exemplo, eu não estava mais indo como a gente brincava, “à paisana” para uma manifestação, eu não vestia necessariamente a camisa do coletivo e ia, porque podia ser necessário ir para delegacia e eu tinha que estar com a *cara de advogada*. Então eu ia sempre com uma roupa para botar um blazer, por exemplo, porque ainda tem esse detalhe: *se você chegar na delegacia, se você não tiver com a cara de advogada, o povo não lhe respeita, e por ser mulher menos ainda* (grifos nosso).

É importante observar nessa fala a denúncia de situações preponderantes, ou melhor, que retomaram lugares de destaque nas discussões inflamadas desses últimos tempos: o estado permanente de uma violência justificada e a frequência de situações discriminatórias envolvendo, entre outras questões, o papel da mulher na nossa sociedade. Tais questões aparentemente superadas por uma sociedade outrora “moderna”, ressurgem na ágora das

discussões contemporâneas, tanto em terreno virtual, quanto em físico, onde quaisquer posicionamentos a respeito de tais temas são acompanhados de práticas que vão desde os linchamentos virtuais e debates sanguinários, até os dedos em riste e o confronto corporal, que mais se assemelham às competições de gladiadores da Roma Antiga. Por um lado, nos encontramos em tal estado permanente de alerta que qualquer movimento em falso – que contrarie as formas normativas hegemônicas de pensamentos e atitudes – é considerado um atentado à segurança individual e/ou nacional. Nesse sentido, tanto cidadãos comuns, quanto o Estado-Nação proporciona aos seus cidadãos um estado permanente de exceção, onde a força policial e a robustez pessoal convivem mutuamente para garantir a segurança e a ordem, ou a garantia de ter a sua opinião imposta, ainda que, por exemplo, manifestações, greves e a liberdade de expressão individual e coletiva (desde que seja garantida a premissa “a minha liberdade termina quando a do outro começa”) sejam situações garantidas por uma sociedade, ao menos em teoria, baseada no estado democrático de direito (NEGRI; HARDT, 2014). De outro lado, as construções em torno de uma falaciosa ideologia⁷⁵ de gênero, cujos maiores expoentes advém da escola de pensamento católico⁷⁶ (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), propagam ideias avessas ao que se discute sobre as liberdades sexuais e as situações de igualdade entre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, de tal modo que todo e qualquer engajamento que seja contrário ao modo patriarcal de pensar a construção da família e dos papéis de homens – aquele tradicional do provedor, do que tem a garantia de ocupação hegemônica em cargos e recebimento de salários diferenciados - e mulheres – cujas tarefas devem ser restritas às desempenhadas no lar, na garantia do bem-estar da família, quando muito a ocupação em cargos que são “próprios” para ela, bem como na percepção de salários menores, mesmo desempenhando as mesmas atividades laborais que colegas homens, a restrição a ocupar determinados espaços que são “originalmente” dos homens, (a lista pode ser extensa...) -, ou seja, qualquer movimento para desconstrução das situações subalternas às quais renegamos as minorias de gênero, raça, cor, etnia, é considerado um atentado aos “bons costumes” e à garantia da permanência da tradicional família em nossa sociedade (BUTLER, 2015; 2017). Assim, seria muito interessante pensar em pesquisas futuras considerando como

⁷⁵ Ideologia é aqui entendida como dogma que domina o pensamento das pessoas de maneira acrítica.

⁷⁶ A ideologia de gênero foi introduzida em 1997, no seio da igreja católica, por Joseph Ratzinger, antes de se tornar o papa Bento 16. Já em 2010, o argentino Jorge Scala lança “La ideologia de género”, livro traduzido para o português pela editora católica Katechesis. Este é considerado um ponto de inflexão para as recepções caricaturais sobre gênero na América Latina. De acordo com Campana e Miskolci (2017), para Scala “...a “ideologia de gênero” é um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de “impor uma nova antropologia” a provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade”.

se dá a visibilidade e atuação desse novo tipo de ativismo, a partir do viés de recortes específicos de gênero, raça ou posição socioeconômica, buscando reconhecer quais sejam os perfis mais representativos de atuação nos movimentos da atualidade.

Retomando o processo de interação de Flor com o movimento de Junho de 2013, para ela a utilização da internet teve fundamental importância na articulação nacional e local do movimento, embora destaque o caráter instrumental das redes sociais, que é visto muito mais como lugar de disputa com a mídia hegemônica e garantia de ocupação dos espaços com narrativas e discursos contra hegemônicos, do que propriamente para se transformar em espaço central de atuação desses processos - opina. Destaca que a segurança foi uma questão preocupante que surgiu a partir da atuação em rede que trouxe a reboque uma evidente “criminalização da luta social”.

Porque a gente fala da importância da disputa de narrativas, que essas redes sociais são o espaço para gente fazer isso, mas o processo que a gente viveu de junho de 2013 para cá, e até esse processo de eu ter vivenciado também como advogada, não só como militante, fez, para mim, surgirem coisas relevantes no que diz respeito ao uso dessas ferramentas e da segurança, por causa do processo de criminalização da luta social. [...] Por exemplo, nos casos que eu acompanhei como advogada de junho de 2013 pra cá, a gente viu, alguns dossiês que estavam sendo coletados de militantes, a partir de *posts* e de escritas do *Facebook*, do *Twitter*. Então para mim a grande preocupação é essa. Porque a despeito de ser um instrumento, uma ferramenta que a gente não tem como não usar, por causa das disputas de narrativas, porque é importante, mas que tem esse outro lado pesado, que são ferramentas que a gente utiliza e que depois podem ser utilizadas contra a gente.

Essa fala evidencia um dilema comum aos atores políticos dos movimentos que têm demarcado a internet, e as redes sociais especificamente, como espaço prioritário de articulação: o uso dessas mídias, por parte do Estado, para identificação, perseguição e criminalização de atores que se apresentam como importantes hubs e/ou autoridades (PIMENTEL; SILVEIRA, 2013; REIS, 2015).

Em toda a sua fala foi evidente o interesse por movimentos de ação direta e atuação extraparlamentar, bem como uma preocupação em estar “coletivamente organizada para fazer disputa política”, já que entendia que individualmente não teria condições de construir nada nesse campo. Talvez aí se encontre a justificativa para a identificação com o pensamento marxista e para se reivindicar de esquerda, porém do campo autônomo. À época da entrevista (2017) aos 32 anos e com a maioria do seu percurso profissional tendo sido traçado junto aos escritórios particulares de advocacia associada e atuação em sindicatos, Flor declarou com firmeza que as atuações na assessoria jurídica aos movimentos sociais e no Coletivo de Advogados Populares foi dos trabalhos mais relevantes que acredita ter desempenhado.

2.1.4 Poeta

Poeta aos 44 anos, “nascido e criado” em Salvador, teve como primeira moradia o bairro de Brotas, tendo depois transitado entre a Graça, a comunidade de São Lázaro – quando estudante da UFBA – e o Garcia, onde acabou por se estabelecer. Nos tempos de São Lázaro, cursava, na UFBA, a graduação em Psicologia, curso no qual se tornou bacharel. Logo em seguida à conclusão do curso em 1997, retirou-se para a Chapada Diamantina, região serrana no centro do Estado da Bahia, lá tendo residido nas cidades de Seabra e Boninal. Ele contou que a mudança fez parte de um processo de internalização da profissão na qual acabara de se formar, uma espécie de “mestrado de existência”, relatou, pois “queria me sentir mestre em psicologia.”.

Então eu fui viver outras vidas que eu não tinha vivido, para ganhar esse corpo psicológico que eu precisava para eu atender uma pessoa, para poder fazer um trabalho social. Então, para mim não servia ter conhecimento só técnico. Eu precisava ter conhecimento de vida, de existência.

A experiência na Chapada pareceu ter sido o ponto crucial de aproximação com o trabalho social do qual falou – e de certa forma, alguns anos depois, com a sua participação nas manifestações de 2013 –, pois foi lá que surgiu as primeiras incursões com artistas dos mais variados gêneros, e que culminou com o nascimento do Coletivo ATUAR (Assessoria Técnica de Urgência na Arte da Requenguela), já mencionado na apresentação de Luanda, do qual é um dos idealizadores. O conceito de “arte da requenguela” que compõe a sigla, é ponto nodal de todo trabalho, o qual Poeta define dessa forma:

A arte da requenguela é um conceito de que o artista não precisa ter tudo para poder fazer a arte, ele pode improvisar, adaptar sem perder a qualidade da arte, que é o que acontece no interior da Bahia. Ele não tem um refletor, ele faz de lata; ele não tem um palco, ele faz de plástico preto. Mas isso não perde a qualidade do teatro que está sendo desenvolvido, da arte que está sendo desenvolvida... Então, sem perder a qualidade, a gente improvisa de tudo, mas a arte é de alto nível. Chama estética da requenguela.

Poeta deixa claro, assim, uma virada de sentido na própria acepção da palavra, ressignificando-a, reciclando, por assim dizer, fazendo o termo requenguela transcender do sentido de “coisa” velha, caindo aos pedaços, para algo improvisado em nova serventia, sobretudo, primando pela qualidade estética daquilo que é feito dela. É possível pensar, a partir dessa fala, o problema da emancipação social em relação à uma dimensão estética do ser humano, tema central da obra seminal do filósofo alemão Herbert Marcuse, *Eros e Civilização* (1968), na qual propõe, uma tese contrária à concepção freudiana de civilização, segundo a qual essa só é possível a partir de uma repressão constante das pulsões humanas, em favor da

sociedade. Grosso modo, Freud, na obra *O mal-estar na civilização* (2010), reflete acerca da felicidade humana, cogitando se o homem pode ser feliz de forma duradoura. Resumidamente, Freud (2010) responde negativamente a essa questão, considerando que a civilização só pode existir a partir de uma renúncia, por parte do homem, à satisfação integral de suas necessidades (repressão às pulsões). Ou seja, para Freud, em meio ao inevitável conflito entre os imperativos sociais e satisfação individual das paixões humanas, é mister escolher a sociedade (e suas repressões), ou estaríamos fadados a uma dissolução social, a inexistência do progresso e o retorno à barbárie. Marcuse (1968), propõe, contrariamente, que é real a possibilidade de uma civilização sem repressão, onde os valores predominantes são a solidariedade e a cooperação, ao considerar que essa possibilidade pode ser pensada pela via da dimensão estética como nova práxis política, aberta às dimensões da sensibilidade, da imaginação e do prazer, e porque não dizer, do trabalho. Assim, utópico ou não (em tempos difíceis, a utopia é o que nos move), esse pensamento diz que é preciso resgatar o aspecto político e revolucionário da estética, de modo que a existência estética possa sustentar uma concepção de sociedade emancipada.

Conhecedor do pensamento de Marcuse ou não, fato é, que o que parece é que Poeta tem buscado com sua ação por meio da arte e pela aproximação com o que propunha aquele autor, contradizer o que se pensava desde as sociedades modernas e que se propaga até hoje: uma visão da estética enquanto dimensão irreal, fantasiosa, cujos valores são categorizados como enfeites ou fúteis passatempos. Já que, como dito por Marcuse (1968) “[...] viver com esses valores é o privilégio dos gênios ou a marca distintiva dos boêmios decadentes” (p. 156). Poeta, como se auto proclama (daí se explica a escolha do seu codinome), estando mais para “gênio” que para “boêmio decadente”, hoje trabalha com o que chama de “política de auto sustentação na arte”, e resume o sentido do ATUAR explicando que se trata de um projeto voltado para que o artista possa viver de sua arte, sem precisar enveredar por outras opções laborais para garantir sua subsistência. Sua rotina enquanto poeta, envolve apresentações em ônibus, metrô, ferryboat, recitais de poesia, exposições e outras atividades que envolvem o gênero, além de formação com moradores em situação de rua e outros interessados, para que a arte deixe de ser apenas um *hobby* e passe a ocupar o espaço de atividade principal do artista e ainda, para que se torne via de transformação social e política. Quanto à Psicologia, revela que – afora as intervenções dentro da área de psicologia social que empreende nas formações com grupos ligados à arte –, também atende, de forma seleta, alguns amigos e indicados por esses, avaliando caso a caso, em sua própria residência.

Tomando como ponto de partida para suas incursões no movimento de 2013 o seu cotidiano com as intervenções poéticas, ele é categórico ao afirmar que “[...] a ação política, ela é, desde o início, como poeta. Porque minha ação poética é uma ação política. É uma ação de intervir no mundo com arte, para mudar esse mundo.”. O rapaz que, paradoxalmente, declara nunca ter tido formação política, rechaça veementemente toda atuação parlamentar e revela que seu envolvimento com tais questões iniciou-se com a entrada para o movimento Passe Livre, à época, aos 40 anos.

[...] eu nunca me interessei pela política formal. Mas diante dos acontecimentos de 2013 e como eu tenho formação em Psicologia Social, trabalho com grupos, trabalho com formações de auto sustentação de grupos, eu vi acontecer uma assembleia de ação direta que eu nunca tinha visto na minha vida. Ou seja, você discutir ali, resolver as coisas e agir na mesma hora, sem precisar de burocracia, isso me encantou. [...] Então o que me fez entrar para o movimento Passe livre, foi esse fenômeno das pessoas começarem a se organizar por si mesmo, discutir as questões e agir, não esperar o político aplicar uma lei. [...] essa foi minha formação política, foi essa entrada para o movimento Passe livre.

Até o envolvimento efetivo, de certa forma passional, com o movimento, Poeta conta que de princípio, ao ver toda a movimentação em São Paulo e o aparecimento das primeiras aglomerações na capital baiana, e a emergência de convocações e comentários nas *timelines* de sua rede de amigos em favor de uma solidariedade ao movimento paulistano, se mostrou cético quanto ao avanço das manifestações aqui na cidade: “achei que era um movimento oba-oba”. Explica essa primeira impressão com base na sua participação anterior e nos resultados da Revolta do Buzu: “nós somos os originadores desse movimento, mas ele se estagnou aqui, sumiu...”. Essa avaliação de Poeta não é sem fundamento: Salvador parece ter sido uma das capitais brasileiras que apresentou um dos mais baixos índices de participação política civil (AVRITZER, 2007), que quando acontece é logo reprimida pelas forças policiais do Estado e pela manobra dos representantes políticos em exercício de mandato. Talvez, tal fato esteja relacionado com anos de coronelismo enraizado, não somente na Bahia, mas em boa parte dos estados nordestinos, como foi o caso de Aracaju, com a família Augusto Franco, ou mesmo do Piauí, com Domingos Mourão, para citar alguns exemplos. Na Bahia, a maior representação da dominação coronelística se deu com a conhecida família Magalhães, sendo por isso batizado de “carlismo” em referência ao patriarca, Antonio Carlos Magalhães, cujo período no poder somam três mandatos de governador (dois por concessão da ditadura militar) e oito anos no senado (1994-2002), afora as intervenções no poder executivo da capital, por meio de manobras que garantiam a conquista de cargos almejados para seus aliados, de modo a perpetuar a manutenção da lógica de poder.

Certamente esse quadro político tem incidência na inibição da realização e frequência de manifestações populares, vez que, por um lado, procura controlar o eleitorado a partir da troca de favores e limitação de suas expressões políticas, e por outro, manipula informações, cerceia esclarecimentos políticos à população e cria impedimentos para a fiscalização dos processos políticos, especialmente dos quais fazem parte. Por outro lado, em que pese toda movimentação nas arenas de discussão política nos dias de hoje, que prenuncia a possibilidade de uma nova cultura política, boa parte da sociedade ainda parece optar por delegar funções, seguindo o que apregoa a cartilha de uma democracia representativa. É característico deste regime democrático mais conservador, inclusive, a má vontade dos políticos com relação à participação popular, visto que, a manutenção do analfabetismo político é uma outra prática que garante a dominação da representação parlamentar.

Retomando a inserção de Poeta ao movimento, o primeiro contato se deu quando da realização da primeira assembleia no Passeio Público, vez que foi solicitado por um amigo, também poeta, Roberto⁷⁷ à emprestar uma caixa de som que seria disponibilizada para que todos na assembleia pudessem falar. Ele conta:

Roberto, me pediu a caixa de som, [...], para disponibilizar para todo mundo poder falar, eu emprestei, mas não fui lá. No segundo encontro eu fui, eu me encantei com aquela assembleia, eu achei que ela teria um poder fantástico [...] Então fui oferecer o meu conhecimento para a gente não fraudar aquela ação e aí me envolvi totalmente, porque realmente era aberto, realmente não tinha partido dominando, realmente eu pude me expressar [...] Eu fiquei encantadíssimo, foi como eu disse: eu nunca conseguiria, nem com todo recurso do mundo, fazer aquilo ocorrer, aquilo que espontaneamente ocorreu, eu não conseguiria. Então, eu disse “eu não vou perder essa oportunidade de viver isso aqui, porque isso não vai acontecer de novo [...]”

Poeta se envolveu de tal forma que compôs o grupo de militantes que ocuparam a Câmara Municipal de Salvador durante 31 dias, atuando diretamente na comissão de comunicação levantada para intermediar conversas com imprensa e com parlamentares. Quanto ao fato de até então não ter partido dominando, como ele diz, não foi sempre assim. Ele conta que ainda nas assembleias já era possível ver as disputas entre grupos partidários e manifestantes sem vínculo partidário, o que contribuiu negativamente para articulação do movimento. Após a ocupação estar em refluxo, a interferência de grupos partidários de esquerda se intensifica, as reuniões no Passeio Público começam a minguar, passando a acontecer em sindicatos, até a

⁷⁷ Roberto é um dos 13 participantes que cedeu entrevista para esta pesquisa, e também é um dos dois amigos que foi mencionado por Gump em sua apresentação, com os quais iniciou o evento das convocações no *Facebook* para as Jornadas de Junho aqui em Salvador. Embora seu depoimento não tenha sido escolhido para compor o universo dos DSCs aqui analisados, há registro de suas contribuições ao longo do trabalho.

polarização do movimento e os desmembramentos definitivos, bem como o refluxo na ocupação da Câmara.

Para ele, o resultado dos embates travados nas assembleias, muitos dos quais fez parte ativamente, onde predominavam as disputas pela centralização de falas, geralmente advindas de pessoas que compunham partidos - por conseguinte, o comprometimento da horizontalidade do movimento -, teve um saldo negativo, talvez esperado: os entraves culminaram em sua expulsão do movimento, juntamente com outro colega. A sentença, ele diz, entre outras querelas, se deu por causa de descumprimento de rotatividade no gerenciamento das páginas do movimento no *Facebook*, que estava acordado para troca de gestor a cada 15 dias, uma das quais ele administrava naquele momento, com a parceria de outro militante.

Nós tínhamos regras de funcionamento de assembleia, do funcionamento das páginas (redes sociais). Por exemplo: de 15 em 15 dias mudava o gestor da página para que não ficasse na mão de alguém, né? Então passou 15 dias, Joana (nome fictício) não quis entregar a página. Nós esperamos uma assembleia acontecer e demos uma punição a ela, ela não ia gerenciar mais nenhuma página por 30 dias. Ela não entregou, mesmo depois da punição, e quando voltou a próxima assembleia, já voltou com a ideia de expulsão. [...]. Quando esse golpe de não entregar a página ocorreu, que ela tomou a punição e mesmo assim não entregou a página, a gente não entregou a página maior de todas [...] Ela não cumpriu, “eu vou tomar a mesma punição que ela, fico 30 dias, mas não cumpro essa que você não cumpriu também”. Eles aí usaram isso para justificar nossa expulsão.

Logo depois de ter sido expulso, Poeta e o colega se reuniram no que chamou de Frente Única pela Mobilidade Urbana (FUMU)⁷⁸, dando continuidade ao monitoramento das questões relativas ao transporte público na cidade. Ele relata que a FUMU chegou a se associar com o CTZ em manifestações ocorridas em 2015, quando do novo aumento das passagens de ônibus em janeiro daquele ano, mas os entraves continuaram e as manifestações não seguiram adiante. Ele relatou que em 2017, ano da sua entrevista, a FUMU ainda resistia na rede social, muito mais como canal de informação do que propriamente de ação contestatória nas ruas:

[...] continuamos munindo ela de informações, por exemplo, o que vem acontecendo agora, a retirada de ônibus porque o metrô está surgindo, então está tirando um monte de linha de ônibus. Tudo que atinja a mobilidade urbana nós colocamos na página, mas em termos de ação é preciso alguma coisa acontecer, porque três ou quatro fazem educação, mas não fazem ação.

Com relação ao uso das redes para fins de contestação, Poeta reconhece o papel fundamental que aquelas convocações, a cobertura alternativa e as notificações sobre eventos feitas em rede social foram fundamentais, porém adverte que a atitude de ocupar os espaços urbanos e de se organizar em coletividade em prol do comum é primordial, se o que se deseja é uma mudança real. Dessa forma, considera que a utilização da internet se deu de modo viral,

⁷⁸ Ver <https://www.facebook.com/Frente-%C3%9Anica-pela-Mobilidade-Urbana-1531494273769817/>.

mas sempre abrindo espaço para um processo de organização presencial, ainda que posteriormente essa organização tenha se esvaziado. Não considera que os esforços empreendidos nas manifestações tenham resultado em ganhos expressivos. Para ele, as ações atendidas já faziam parte da agenda da prefeitura e o que ocorreu foi o adiamento das implantações para aquietar os ânimos dos manifestantes.

2.1.5 Zeca

Aos 35 anos em 2017, Zeca, solteiro, nasceu em Salvador, mas morou em Valença até seus 12 anos. O envolvimento com a política guarda um forte vínculo com o percurso familiar: “eu sou filho de uma família de militantes, meu pai e minha mãe são fundadores do PT”. Ele explica que seus pais ajudaram na fundação do partido em Salvador. Desde muito pequeno lembra-se de estar em meio as campanhas políticas que os pais faziam em apoio ao ex-presidente Lula, que no ano de seu nascimento, 1982, concorria às eleições no estado de São Paulo. Àquela época, Lula já era destacado, em meio aos trabalhadores, como um dos mais proeminentes representantes do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Sua trajetória militante está tão vinculada ao núcleo familiar, que é perceptível a dificuldade de destacar um ponto de início de sua caminhada na política: “Porque, Carol, deixa eu falar pra você, eu não sei nem onde começa isso... porque minha vida toda é isso né, minha vida toda foi assim, todo tempo na minha vida tem algum vínculo com a militância, com a política...”.

Contudo, sem muito esforço, Zeca conseguiu apontar o momento em que, de forma independente, constrói seu próprio caminho político, como ele diz, “o momento que eu comecei a fazer minha militância de forma autônoma em relação a meus pais”. Nesse ponto, quando era ainda estudante da Escola de Administração da UFBA (EAUFBA), se referiu à invasão da Faculdade de Direito daquela universidade, aos 16 de maio de 2001⁷⁹, quando policiais

⁷⁹ Conhecida como Passeata de 16 de maio, a manifestação se deu em virtude da denúncia de que o Senador Antonio Carlos Magalhães (ACM) teria violado o painel eletrônico de votação do Senado e marcava a “erosão de poder do carlismo na Bahia” (expressão cunhada pelo cientista político e professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFBA, Paulo Fábio Dantas Neto). Em junho do mesmo ano, ACM renunciava ao mandato de senador para preservar seus direitos políticos e arquivar as investigações sobre a violação do painel. Disponível em: [http://www.atarde.uol.com.br/politica/noticias/1125381-invasao-ao-campus-da-ufba-resultou-em-multa-de-r\\$-65](http://www.atarde.uol.com.br/politica/noticias/1125381-invasao-ao-campus-da-ufba-resultou-em-multa-de-r$-65); <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.repressao-a-ato-anti-acm-deixa-pelo-menos-25-feridos,20010516p37681>; https://pt.wikipedia.org/wiki/Passeata_de_16_de_maio>. Acesso em 24 de fev 2018. Ver também documentário “Choque”, disponível em:

militares receberam ordem para impedir a manifestação que ia em direção ao Edifício Stella Maris, no bairro da Graça (o acesso à morada se dá pela mesma ladeira onde fica o prédio da Faculdade de Direito), agredindo estudantes e professores (25 ficaram feridos) que protestavam pela cassação do então senador Antônio Carlos Magalhães.

[...] comecei a construir meu caminho político mesmo, foi em 16 de maio de 2001. Naquela invasão do campus da UFBA pela polícia, na época era uma mobilização contra a fraude do painel do Senado feito por ACM [...] a polícia entrou na UFBA, bateu em todo mundo, prendeu um monte de gente. Então foi aí que eu comecei a fazer a militância mais efetiva. Eu era o que? Segundo ou terceiro semestre do curso de Administração da UFBA, até então fazia coisas, participava das mobilizações, sempre tinha esse vínculo, mas comecei a me dedicar a isso em 2001 e 2003. [...] Estudante de administração também, que não é um curso tradicional de militância, então é uma militância que já começa com questionamentos, né? O neoliberalismo na época era muito forte, a coisa da privatização e tal.

Os questionamentos a que se refere nessa fala tem relação com o fato de a EAUFBA ser vista, por alunos da própria Escola e de outras graduações, como reduto de elitistas e neoliberais, segundo ele. Naquele momento, Zeca se envolveu ainda com um movimento de Economia Solidária que surgia na faculdade e conta que, para além das questões exclusivamente políticas, passa também a se interessar por formas de organização baseadas na autogestão, no cooperativismo e no associativismo, questões que giravam em torno da temática. Parte dos questionamentos parecem, também, estar relacionados a divisão em duas frentes de atuação militante que ele mesmo costumava separar em dois extremos: heterodoxa e ortodoxa. Ele explica:

[...] tinha a militância política no movimento estudantil, mas ao mesmo tempo eu comecei a participar na faculdade de um movimento de economia solidária. [...] Então sempre teve esses dois lados, esse da militância tradicional, enquanto o liberalismo sucateando a universidade, essas coisas que a gente conhece. E esse lado mais heterodoxo, que é das formas de organização, da economia popular, a cobrança forte para os mais pobres, com os setores dos trabalhadores mais precarizados [...]

Entretanto, o ano de 2003 se destacou como ponto culminante de sua trajetória, vez que ao participar da Revolta do Buzu naquele ano, Zeca viu-se em contradição com suas formas de atuação e passou a questionar a militância vinculada às instituições partidárias.

Essa forma mais ortodoxa, que era muito petista, das reivindicações políticas de caráter mais elitista, de como se organiza de forma partidária, é muito separada do cotidiano dos trabalhadores. Enquanto que a economia solidária é mais vinculada ao cotidiano, as formas de organização, as formas de subsistência. Porque em 2003 você vê que as organizações tradicionais da política não são capazes de dar uma resposta às reivindicações populares. Em 2003 os partidos políticos tentaram, de alguma

ROCHA, Kau. Título: Choque (Parte 1). [Filme-vídeo] Produção/Direção: Kau Rocha. Salvador, Grifo.doc, 2001, 10m16s. color. Filme-documentário disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=j40TX4_3FXE. Acesso em 24 de fev 2018.

_____. Título: Choque (Parte 2). [Filme-vídeo] Produção/Direção: Kau Rocha. Salvador, Grifo.doc, 2001, 9m27s. color. Filme-documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sp2rFJG0dcc>. Acesso em 24 de fev 2018.

forma, aparelhar aquelas manifestações espontâneas de rua. E eram “espontâneas” porque houve profundo e rápido processo de organização das pessoas ali. E aí naquele meio comecei a questionar esse caráter mais petista, mais tradicional da minha militância e enveredei pelo lado mais libertário, mais autonomista, que tenta desvencilhar dos meios institucionais; mais popular, que tenta vincular a forma de organização, a autogestão, a espontaneidade, a autonomia, a pedagogia, a cultura, e as formas de produção econômica também às questões políticas.

No entanto, toda reflexão e revisão de suas formas de atuação não foram suficientes ao ponto de deixá-lo confortável em qualquer das orientações presentes nas correntes políticas comumente atribuídas as variantes recentes de democracia da teoria política, das quais ele destaca, em seu depoimento, a autonomia democrática presente na democracia participativa (HELD, 2007). Antes, ele acredita que pontos positivos de várias orientações de esquerda podem ser aproveitados em suas convicções, sem, contudo, ter quer se enquadrar em alguma delas. Embora ache que o autonomismo ainda não tenha se mostrado capaz de responder às demandas populares de momentos políticos como o de 2013, considerou essa como uma das ideologias políticas com a qual mais se identificou.

Possivelmente, essa crítica ao autonomismo e sua incapacidade de resposta ao sistema então vigente, diz respeito às formas de organização, melhor dizendo, a ausência delas, e por conseguinte a falta de planejamento e estratégia nas formas autônomas de reivindicações por mudanças na sociedade. A partir de uma falsa dicotomia criada entre espontaneísmo e organização, justifica-se que a estruturação do movimento - portanto de estratégias empregadas para potencializar os esforços em busca de mudanças sociais que garantam a igualdade de direitos e a participação em bens comuns – estariam a reproduzir o que consideram processos burocráticos e autoritários da “velha esquerda”. Assim, qualquer forma de estruturação formal (delegação democrática de autoridade específica para fins específicos; distribuição de responsabilidades a tantos membros quanto fosse possível; rotação de tarefas; difusão da informação; sistema de votação ou sorteio etc) e emprego de maneiras que vislumbrasse o alcance de objetivos, foram altamente criticadas no MPL, posto que iam de encontro com os princípios de horizontalidade e do consenso adotados dentro do movimento. Essas recusas, controversamente, não consideravam que qualquer manifestação que surgisse de forma espontânea para que depois continuasse a acontecer e tivesse êxito, deveria necessitar sempre de algum processo de organização formal, mínimo que fosse. Do mesmo modo, adotavam a prática das discussões por consenso pois entendiam que as votações eram processos autoritários de decisão e sempre colocariam em vantagem uma maioria em detrimento de uma minoria discordante, o que minava as possibilidades de diálogo e a construção coletiva, mas não atentavam para a contradição de que essa busca por um consenso que talvez nunca se

alcançasse, tornariam as discussões cansativas, sem aplicabilidade prática e quase sempre obrigariam que pequenos grupos cedessem para evitar que as discussões se arrastassem por longo período. Tais concepções, de acordo com membros, paradoxalmente acabavam por transformar as discussões públicas em tabu e os princípios do movimento em sua própria doutrina, além de contribuir internamente para o surgimento de grupos de amizades⁸⁰.

Retomando a trajetória de Zeca, 2003 e a Revolta do Buzu não se restringiram somente à relevância para sua trajetória de participação política em virtude dos questionamentos e revisão de suas formas de atuação dali por diante, mas também se inscreveu em sua caminhada como elo de ligação entre o militante e o que viria a ser, dois anos mais tarde, o Movimento Passe Livre da Salvador. Naquele momento, a crescente de coletivos - organismos menores com relação aos movimentos sociais tradicionais, partidos ou sindicatos - que surgia à reboque dos movimentos antiglobalização que ocorriam em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), e do movimento zapatista no México, começavam a inspirar movimentos simpáticos à orientação autonomista no Brasil, e encontra terreno fértil em Salvador, à exemplo da Revolta do Buzu. Em seu relato, ele traz para o contexto a importante articulação com o Centro de Mídia Independente (CMI), do qual também participou e que já havia se consolidado na cidade e em praticamente todo o país.

A contribuição do CMI com as publicações e cobertura independentes sobre as manifestações pelo transporte naquele momento, foi de crucial importância para a reverberação do movimento pelo passe livre (ainda restrito à gratuidade estudantil) nas demais capitais brasileiras, o que possibilitou manifestações posteriores como a de Florianópolis, em 2004, e a articulação ainda informal do MPL em outros estados até a sua constituição formalizada no FSM de Porto Alegre, em 2005.

Eu era próximo, eu era parte desse caldo que faz surgir esses movimentos, mas eu atuava em outro coletivo, que era um coletivo de educação popular, chamado Comuna⁸¹, em que a gente tinha um trabalho junto ao Movimento Sem Teto de

⁸⁰ Essas críticas são comumente discutidas em uma série de documentos de rupturas e balanço do movimento de forma nacional, inclusive um deles diz respeito a carta de desligamento (Anexo 2) do coletivo Tarifa Zero, escrita por Zeca, Flor e Lua, divulgada no site do Passapalavra. Para observação mais detalhada ver: PARDAL, Fernando. A crise do Movimento Passe Livre e a falência do autonomismo. **Esquerda Diário**. Coluna Sociedade, sessão Debate de Estratégia. Rio de Janeiro: 10 ago. 2015. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-crise-do-Movimento-Passe-Livre-e-a-falencia-do-autonomismo#nb1>; LEGUME, Lucas. O movimento passe livre acabou? **Esquerda Diário**. Coluna Opinião, sessão Tribuna Aberta. Rio de Janeiro: 8 ago. 2015. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/O-Movimento-Passe-Livre-acabou>; ENRIQUE, Fagner. MPL, a ritualização da autonomia. **PassaPalavra**. Sessão Noticiar, coluna Brasil. 30 jun. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/06/105129>. Acesso em: 8 ago. 2015.

⁸¹ Comuna era um grupo autônomo e significava uma forma de organização dos explorados radical, horizontal e revolucionária. Tinha como objetivos a construção da Universidade Popular através de ações práticas junto a

Salvador, e era um trabalho de formação política. Era algo bem experimental, mas com esse caráter mais libertário, autonomista e sempre se articulou com o MPL, com o CMI. Era uma rede de organização de coletivos.

Cabe aqui abrir um breve parêntese para falar a respeito do CMI, em virtude da ligação de Zeca com o mesmo e do alto nível de relevância que tem, tanto no que diz respeito a reverberação de movimentos sociais de ações diretas anticapitalistas e antiglobalização pelo mundo, quanto no que tange ao fato de se inscrever como um dos maiores expoentes relacionados ao conceito de mídia radical alternativa, esta por sua vez inserida como parte dos esquemas de produção da cultura popular e na malha social de forma geral (DOWNING, 2004). Sobretudo no que diz respeito ao movimento pelo passe livre, o CMI tem um destaque proeminente.

Como todo grupo social, o CMI faz parte de um processo que só existe como construção permanente e inacabada, e isso explica a minha restrição em determinar o dia 29 de novembro de 1999 como o dia da sua criação, tampouco o 23 de dezembro de 2000 como o dia em que a rede Indymedia, através do CMI Brasil, foi ao ar no país. Isso porque a história da rede e dos centros de mídia independente espalhados através de mais de 160 sites⁸² em todo o mundo não começa em Seattle e nem termina em qualquer parte do planeta onde possa estar agora cobrindo, informando, apoiando movimentos sociais de ação de direta, ou simplesmente circulando modos de pensar e refletir o mundo. Nesse sentido, existe um contexto maior por trás da rede, bem como uma série de acontecimentos paralelos ao nascimento da Indymedia, que colaboraram para que o grupo fosse criado, a saber: o movimento zapatista e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), quando em meados dos anos 90 foi defendido pela liderança insurgente que deveriam ter sua própria mídia; e as reuniões do G8, ocorridas na cidade alemã de Colônia, em 1999, quando em junho daquele ano várias cidades do mundo preparavam-se para uma manifestação conjunta contra a globalização do capitalismo (ALMEIDA, 2006). Já nas manifestações contra a OMC em Seattle, em novembro do mesmo ano, a Indymedia, rede agregadora dos CMIs, se constituiu a partir da iniciativa de um grupo de ativistas cientes das quase nulas possibilidades de representação com a mídia hegemônica, hackeiam servidores e escrevem as primeiras linhas de códigos de um site, dando início ao que

estudantes, professores e, principalmente, com os diversos movimentos sociais, especialmente o MSTB (Cartilha do 2º Congresso do MSTB apud MIRANDA, 2008).

⁸² DIAS, Tatiana de Mello. CMI: o coletivo que fundou o ativismo digital. **Revista Galileu**. Reportagem: Mídia Tática. 25 set. 2013. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341647-17773,00-CMI+O+COLETIVO+QUE+FUNDOU+O+ATIVISMO+DIGITAL.html>. Acesso em 26 fev. 2018.

veio a ser o único veículo de comunicação dos manifestantes naquele momento. A partir de um movimento contra-hegemônico se consolidava, não apenas um veículo de mídia independente, mas o primeiro site que permitiria que as pessoas reportassem o que estava acontecendo sem precisar de intermediários. Assim, não é erro afirmar que o Indymedia, a partir do seu ativismo digital expresso na rede de CMI's espalhadas pelo mundo, é o embrião das redes sociais que usamos hoje.

A rede de coletivos de mídia independente congregados a partir do site da Indymedia⁸³, espalha-se de forma rizomática desde então, a partir da prática de protestos de rua, começando a produzir conteúdos com base na cobertura desses eventos, aos poucos centrando trabalhos e publicações no cotidiano de seus lugares de origem, disponibilizando também notícias globais. No Brasil, o centro surge quatro meses depois das manifestações em Seattle, seguindo as mesmas diretrizes dos demais: gerido por um coletivo independente⁸⁴, com publicação livre relacionada à “...ênfase de cobertura sobre movimentos sociais e movimentos de ação direta e sobre as políticas as quais se opõem”, desde que não ferisse sua política editorial (CMI BRASIL, 2018)⁸⁵. Inicialmente com um núcleo em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, já em 2003 o coletivo havia crescido e o Fórum Social Mundial daquele ano foi o ponto de encontro da maioria dos envolvidos. Àquela altura, os centros já tinham se espalhado pelo país e Salvador não ficou de fora, de modo que o CMI na cidade se destacou como um potente articulador da Revolta do Buzu, atesta Zeca.

Aí surge em Salvador o CMI, em Salvador só não, em todo país, cada cidade tinha um Centro de Mídia Independente. Em 2003 já tinha em Salvador, e na Revolta do Buzu foi super importante para a articulação da revolta, e começa a surgir outras revoltas populares contra o transporte em outras cidades. Em ‘Floripa’ e outras cidades menores, é quando começam a surgir os coletivos do MPL.

O surgimento dos recorrentes protestos contra o aumento das passagens do transporte público em outras cidades se configurava como mais um momento emblemático, onde cada CMI local atuava como principal veículo de comunicação dos manifestantes e disseminava, a partir da cobertura na internet, as informações para outros núcleos de movimento do país. É por isso que o CMI é considerado um dos responsáveis pela expansão nacional do Movimento Passe Livre, já que por meio dele não só narrava seus protestos, como a medida que o fazia, espalhava a causa para outros estados. O centro também estava presente no momento da constituição do MPL, revela Zeca, explicando que os diferentes movimentos e coletivos sempre se uniam como

⁸³ Ver <https://indymedia.org/>.

⁸⁴ O filósofo, militante e professor da USP, Pablo Ortellado foi um dos fundadores do CMI no Brasil.

⁸⁵ Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>. Acesso em: 27 de fev. de 2018

uma rede de solidariedade que, conseqüentemente, se convertia em uma rede de mobilização onde as pessoas, quase sempre, participavam de duas organizações ao mesmo tempo.

Nesse sentido, Zeca tanto acompanhou a primeira constituição do antigo MPL no FSM de 2005 – quando ainda atuava junto ao CMI de Salvador e na Comuna -, como participou no que diz ter sido a reconstituição do MPL na capital baiana em 2013, posteriormente tendo adotado o nome de Tarifa Zero. Mesmo acompanhando a reverberação das manifestações de junho por inúmeras cidades no país, já pensando em se deslocar para participar dos atos em São Paulo, ele diz que foi pego de surpresa quando tomou conhecimento, por meio de companheiros de militância, da convocação para a primeira assembleia que precederia o ato que ocorreria no mesmo dia em Salvador. A surpresa ele atribui ao que considera uma “hegemonia do PT em Salvador”:

[...] eu fui pego de surpresa, porque em Salvador é muito difícil de fazer mobilização. Salvador é muito difícil, muito petista, muito Lulista, até tem uma dependência muito grande dos aparelhos, dos sindicatos, do PT, dos partidos políticos e tudo que nasce por fora deles é rapidamente ceifado. O PT, no Brasil todo, mas na Bahia principalmente, tem essa tendência hegemônica de não deixar nada nascer por fora dele. Então eu estava bem desesperançoso das mobilizações em Salvador, se de fato poderia acontecer alguma coisa.

Para ele, essa questão também explica o fato das principais pessoas que rearticularam o MPL em Salvador terem sido as mesmas que participaram da Revolta do Buzu e de quando se constituiu o movimento em 2005: “O MPL de Salvador, o novo, que surgiu depois, o Tarifa Zero, que surgiu depois de 2013, era basicamente o mesmo MPL de 10 anos atrás, basicamente as mesmas pessoas só que 10 anos mais velhos. Então era um MPL tiozão, o coletivo tiozão dos coletivos do MPL”. Seus esforços na participação das manifestações na cidade miravam para articulações internas do coletivo e na estruturação, em conjunto com antigos companheiros, para que o CTZ desse continuidade à luta pelo transporte na cidade e não esmorecesse com a diminuição dos protestos.

A integralidade da dedicação nesse processo acabou sendo abreviada em virtude das divergências internas que começaram a surgir ao respeito da entrada de novos membros no coletivo, e outras relacionadas a organização e compartilhamento de responsabilidades excessivamente policiadas, o que culminou com uma carta de desligamento em conjunto com mais duas companheiras. Embora ele tenha classificado a experiência de 2013 como impactante e intensa, ao ponto de exigir nos dois anos que se seguiram uma dedicação integral ao coletivo, considera que foi natural, já experimentada em outras ocasiões e que certamente acontecerá em percursos futuros de sua trajetória.

À altura de seu depoimento, em maio de 2017, cumprindo parte do doutorado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA na França, pesquisando sobre o tema da mobilidade urbana, Zeca se mostrou cético com relação a constituição de uma nova geração de militantes na capital baiana, embora reconheça que a cidade tenha um importante histórico de participação em lutas sociais. Arriscou, inclusive, uma comparação com o quadro político que acabara de se instaurar no país, em virtude da manipulação de eventos que culminaram com a deposição da presidente eleita Dilma Roussef, tendo assumido o vice Michel Temer, considerado um dos maiores articuladores do impeachment. Assim, avalia que do mesmo modo que as “Jornadas de Junho” em Salvador, as manifestações contra o golpe que se levantaram na cidade – para ele desdobramentos dos acontecimentos iniciados em junho de 2013 - são sempre a reboque e em apoio a outras no país, “sem muita radicalidade, sem muita possibilidade de se tornar algo realmente grande e substancial”. O ceticismo se estende com relação ao papel da internet nesse processo, pois é enfático ao afirmar que “a rede social não tem importância nenhuma na minha militância”, acha que se criou um fetiche em torno das redes sociais que só favorece o corporativismo e a manipulação social advindos de redes como o *Facebook* - tal qual acontece com as grandes redes de Televisão e empresas de jornalismo -, bem como o esvaziamento, cada vez maior, dos espaços públicos, que é onde se deve construir a militância de fato e o encontro com identidades diversas.

2.1.6 Lua

Lua, embora tenha um histórico de formação política e uma experiência de militância bastante movimentada, que perpassa etapas da infância, da faculdade e da vida profissional, declara que foi nas manifestações de 2013 que teve sua “primeira experiência de revolta popular”. Ao tempo que participava das manifestações, desde o início, com adesão às convocações de rua e aos encontros no Passeio Público, sua imersão mais substancial naquele processo estava diretamente ligada à uma espécie de refundação do antigo MPL aqui na cidade – ao qual acompanhou todo o processo de institucionalização no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, como conta –, o que acabou coincidindo com os entraves entre os variados grupos que participavam das assembleias.

Sua preocupação, era sobretudo, aproveitar o ensejo e o potencial daquele momento, para iniciar na capital baiana o que já vinha sendo feito a muitos anos pelo MPL em São Paulo e,

portanto, ali aparentemente consolidado: um trabalho de base que compreendesse o compartilhamento de conhecimento sobre as questões relacionadas ao transporte público e à mobilidade urbana, em contextos local e nacional, atrelado à estratégias e táticas capazes de mobilizar pessoas e mantê-las ativas no processo de luta, de modo que houvesse, de fato, participação social nas políticas e, principalmente, que garantisse uma gestão coletiva das atividades relacionadas ao transporte.

Convicta de que o processo de construção da política em Salvador sempre foi bastante centrado na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade, conseqüentemente na oposição ao “carlismo”, gerando como resultado a absorção das discussões políticas ao nível exclusivo das estruturas do Estado, uma vez que as prioridades do PT passaram a ser outras que não a defesa dos interesses da classe trabalhadora, Lua julga que esse é o motivo pelo qual pairou, por um longo tempo sobre a capital baiana, uma nuvem que dificultava o acesso àquelas discussões e uma interferência mais participativa da população nas decisões políticas pelas quais se viam diretamente atingidos. É com esse argumento, acompanhado de um certo ceticismo, que justifica que o início das manifestações em Salvador lhe pareceu uma retomada de um longo período de abstenção popular, embora ache que os eventos estavam ligados muito mais no apoio aos acontecimentos de São Paulo, do que propriamente a uma insurgência com relação ao aumento das passagens autorizado pela Prefeitura em janeiro de 2013, sem qualquer menção de discordância da instância governamental, gerida, à época, pelo PT através do então governador Jacques Wagner.

Salvador sempre foi uma cidade que tinha uma cultura grande, por conta do petismo, de manifestação popular, e isso veio se perdendo porque as prioridades do partido viraram outras. De repente aquela explosão, aquela quantidade toda de pessoas na rua, no final de semana, pautando o que estava acontecendo em São Paulo, que eram contra aquilo e tal. E foi uma coisa que foi surpreendente. Depois, a dimensão que aquilo foi tomando, do ponto de vista organizativo, virou um espaço de organização de formação política, truncado né, mas virou.

Em meio a esse espaço de organização que ia se configurando a medida do recrudescimento das manifestações, surgiam paralelamente, disputas de poder, relata – à despeito do ajuntamento horizontal e autônomo supostamente originário do movimento. Este, inclusive, não é um relato exclusivo de Lua; podemos verificar o mesmo tipo de inferência advindo dos demais participantes dessa pesquisa e que atestam um forte processo de disputa pelo espaço de poder, especialmente nas assembleias do Passeio Público. Esse tipo de observação recorrente, a partir de olhares diversos, é um importante contraponto que se estabelece frente às análises generalizadas que classificam os movimentos desse período como sendo todos horizontais, consensuais e autônomos, quando na verdade, essas não são

características inerentes, mas que parecem contingentes, se atentarmos e problematizarmos aspectos, estes sim imanentes, como a diversidade e os conflitos internos, em se tratando de agrupamentos sociais (ALDÉ; SANTOS, 2014; GERBAUDO, 2012). Adicionalmente, é possível notar também nos diversos depoimentos, que tais conflitos são sempre atribuídos a militantes partidários de esquerda, sobretudo aqueles vinculados ao PT que, quer seja por estarem em maioria, quer seja por ter certo nível de “expertise” nas questões políticas institucionais frente a um agrupamento inexperiente, acabavam sempre, ainda que por meio de votação acerca das deliberações estratégicas, obtendo sucesso em suas incursões, o que contribuía tanto para a “cooptação” de parte do grupo pelo partido, quanto para o esvaziamento do movimento.

É nesse sentido que Lua considerava, naquele momento, a importância da reestruturação do MPL a partir de uma primeira organização com membros do MPL antigo, em sua maioria, oriundos do movimento anarquista, juntamente com novos companheiros que aderiram naquele contexto.

Naquele momento, eu acho que a grande sensação, do ponto de vista pessoal, era de que tinha uma coisa muito grande acontecendo no país, que a gente não tem nem a dimensão concreta do que é e de onde vai parar. A contribuição que tem que ser dada por nós é essa, nesse momento: tentar garantir que se funde aqui o coletivo e que comece a tocar esse processo de base aqui. Pra essa cidade tão petista, mas que tem um potencial de mobilização espontâneo [...] Aqui o processo é diferente, o trabalho é de formiguinha, pode ser que a gente esteja equivocado, que uma nova explosão aconteça e que de repente as coisas mudem. Mas a sensação era essa: de que tinha uma coisa muito grande acontecendo e que eu tinha um papel à contribuir naquele momento, que era ajudar a refundar, e foi o que eu fiz.

A médica, formada pela Escola de Medicina da Universidade Federal da Bahia, que desde aquela época atuava no Programa Saúde da Família (PSF), à época da entrevista com 32 anos arrazoava que mesmo com os impedimentos das demandas profissionais e acadêmicas – cursava o Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) na mesma universidade – e da militância na área médica em paralelo, que estavam parados por causa da greve dos servidores da saúde do município a qual aderiu, resolveu se envolver na empreitada das manifestações mesmo sabendo que quando as demandas retornassem, poderiam comprometer sua participação naquele processo. De fato, foi o que acabou acontecendo, ela conta que no final de 2013 precisou se afastar do coletivo para retomar as atividades no PSF e da pós-graduação, mas não sem antes instituir, junto com os demais companheiros, o que já era o Coletivo Tarifa Zero - haviam, em meio aos entraves por conta de disputa da sigla, abdicado do nome MPL, tendo, contudo, concretizado a adesão ao grupo de coletivos federados ao Movimento Passe Livre.

Com um extenso histórico de participação e envolvimento com movimentos sociais, que vão desde o movimento estudantil, as atividades no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, quando da vinculação na graduação de medicina, até as relações com os Movimento Sem Terra (MST) e Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), destacou como grandes marcos da sua vida de militância a participação nas ocupações da Reitoria da UFBA em 2004 e 2007, e na Marcha dos Sem Terra, vinda de Feira de Santana à Salvador em 2010, movimento ao qual também prestou assessoria. Mas frisou que a experiência com as “Jornadas de Junho” foi a sua primeira no campo autonomista, “[...] foi um divisor de águas até na minha vida como militante”.

E 2013 acho que guarda dimensões de todas essas coisas, mistura tudo isso né, por conta da explosão que foi no país [...]. Viver a experiência do que eram as assembleias do Passeio Público, do que foram os primeiros grandes atos e o confronto com a polícia [...] foi muito singular, muito singular.

Em seu relato atesta que foram experiências únicas que viveu que, “bem ou mal”, ampliaram sua visão política, as quais vão desde os entraves da reestruturação do coletivo ao “*trashing*”, que disse ter sofrido com mais dois companheiros – Flor e Zeca, também participantes desta pesquisa –, e que culminou com o desligamento dos três do Coletivo e a publicação de uma carta de desligamento no jornal *on-line* do Coletivo independente Passa Palavra⁸⁶. A centralidade dos desentendimentos girou em torno das discussões contenciosas em relação a entrada de novos militantes no grupo, onde uns eram a favor de que o movimento estivesse aberto a novos participantes interessados, desde que se identificassem com a causa e manifestassem disposição para com suas atividades – caso de Lua e seus dois companheiros -, e outros exigiam um perfil de “militante mais qualificado”:

A ala com quem a gente brigou dentro do Coletivo queria instituir um perfil de militante padrão: tinha que ser 100% dedicado. Quase o jogo da baleia azul, você tem alguém que é seu tutor responsável e essa pessoa vai lhe passando tarefas e você, conforme ia progredindo nas tarefas, ia ganhando níveis de confiança e tarefas mais complexas, era essa a ideia das pessoas. [...] E acabou que não rolou. Não rolou essa definição desse perfil, mas também não rolou a abertura total. [...] Porque já tinha não sei quantas reuniões e não se resolvia, e não tinha motivo para não se resolver. Na época que a gente estava, a briga era pra entrar, eu só consegui entrar porque tinham feito um critério antes de que quem tinha frequentado três atividades estava automaticamente na lista de e-mail, então se eu estava na lista de e-mail, eu estava no coletivo. [...] teve toda uma problematização que foi feita para não ficar colocando só os amigos e virar um grupo de amigos...

Essa narrativa é importante para ampliar o debate sobre variadas questões relacionadas aos movimentos sociais contemporâneos que têm como espaços de atuação tanto as redes,

⁸⁶ Para acesso integral a carta pública, ver: < <http://passapalavra.info/2015/05/104551>>.

quanto as ruas, e que se configuram como espaços abertos e sem fronteiras. Paradoxalmente às possibilidades de capilarização proporcionadas pela atuação na internet, esses movimentos esbarram em velhos entraves, outrora encontrados nos movimentos chamados tradicionais, das décadas de 70 e 80, como por exemplo o *trashing* - prática já denunciada nos movimentos de mulheres na década de 70, por Jo Freeman (1970; 1976) -, e as exigências por um perfil ideal de militante, que a despeito das perspectivas atuais, priorizam um alinhamento teórico e ideológico e um regime de dedicação exclusiva totalmente deslocado dos tempos líquidos (BAUMAN, 2001; 2007) em que vivemos. Longe de aprofundar essas questões, mesmo as considerando pertinentes, a centralidade aqui é dada em busca de refletir sobre as tensões produzidas entre uma militância vinculada a instituições constituídas num panorama de produção econômica industrial e, por outro lado, uma militância que emerge numa condição de fluidez social e que reivindica uma prática, dentro dos movimentos sociais, marcada por mais subjetividade e autonomia, e menos centralização e verticalização nos processos de ação coletiva. Nesse sentido, se as dinâmicas nas organizações militantes da era industrial eram emperradas pela dificuldade de abarcar a diversidade que já se apresentava, a expectativa deveria ser outra quase meio século depois.

Como disse, o conflito a que Lua se referiu foi denunciado publicamente em sua carta de desligamento. Naquele caso, a denúncia basicamente se deu em virtude da (1) hostilização contra dois membros consensualmente designados em acordo para coordenar atividade com “movimento parceiro” em situação específica, em que se questionava a forma de condução e a capacidade de representação de ambos; (2) o dissenso com relação à abertura do coletivo para entrada de novos membros, ao que se chamou de “burocratização e elitização do Tarifa Zero Salvador”. Em se tratando da prática do *trashing* nas organizações de esquerda ele se dá a partir de pequenas afrontas feitas à miúdo - geralmente contra pessoas que se destacam, seja por habilidades específicas, seja pela capacidade de inspirar empatia e viabilização de suas ideias - confundindo psicologicamente as vítimas e minando sua confiança no grupo que outrora, além da aderência por compatibilidade ideológica, garantia, sobretudo, o pertencimento. A reprovação, o isolamento, o ostracismo impostos, ocasionam, além da confusão mental – visto que o indivíduo agora começa a questionar sua conduta e sua capacidade de atuação –, a quebra do pertencimento identitário, conseqüentemente a saída do grupo, numa espécie de expulsão consentida do movimento. Nesse sentido, a questão do *trashing*, para além do conflito e desacordos e da oposição em relação às decisões, se estabelece como uma prática poderosa de controle social. Neste caso, uma associação para controle do grupo, vez que procura por meio

da detonação pessoal, da destruição pública ou privada da reputação do outro, manipular e centralizar o poder em torno de uma minoria de membros da organização. Assim, a competição e as pressões sociais como meio de induzir a enquadramentos (BUTLER, 2015) hegemônicos e as intolerâncias que são endêmicas na sociedade, paradoxalmente, terminam por adentrar os espaços do movimento social que, de igual modo, cultivam a imposição de vagos padrões de aceitação e a condenação de quem não se adequa a esses padrões.

Agindo assim por traz de um “pseudo-igualitarismo radical” (FREEMAN, 1979) e em busca de consentimentos e acordos que nunca existiram quando se trata de interlocuções e argumentações políticas (RANCIÈRE, 1996, p. 60), as organizações acabam por mascarar o ódio, a discriminação, e dão vazão à competitividade que tanto combatem nas instituições hegemônicas da nossa sociedade. Valores revolucionários, discursos e teorias em defesa da igualdade, da diversidade, da garantia de direitos, da democracia são contaminados pela negação das qualidades de determinados indivíduos, vez que essas são convertidas em mecanismo de vantagem sobre os demais e contribuem para a concentração do poder em “grupos de afinidades”. De igual modo, a rejeição e a instituição de padrões vagos de aceitação é justificada por uma exacerbação de ideias tradicionais a respeito dos perfis e papéis adequados de militantes (o termo ativista é enfaticamente rechaçado) o que dificultam ou impossibilitam a adesão de novos atores sociais.

Tais procedimentos controversos reacendem e tornam sobressalente a afirmação discriminatória de que não são todos iguais. Indo além, se de um lado o apagamento de identidades que se sobressaem pela capacidade de liderança e a recusa de novos atores dificultam o avanço das atividades e a estruturação do movimento, de outro colocam em xeque a horizontalidade que tomam por princípio. Como primar pela horizontalidade se há impedimento ao compartilhamento de habilidades e, por conseguinte, de conhecimentos práticos, ou se são instituídos critérios baseados em uma espécie de especialização prévia em militância para aceitação de novos atores? É possível inferir daí que tanto o *trashing* quanto a imposição de padrões vagos de aceitação em busca de um perfil ideal, igualmente vago, de militante, possuem raízes na tradição culturalmente propagada por meio de representações sociais com base na hierarquização e adequação de papéis na sociedade, vez que são criados meios alternativos para inculcar a cultura e os valores tradicionais, ao invés de incentivar uma cultura alternativa com valores igualmente alternativos.

Para Lua, a participação nas manifestações serviu para orientar politicamente suas experiências na militância. Esse é um fator de considerável importância que se pode notar não

só em seu discurso, mas no depoimento do total dos participantes desta pesquisa, e junta-se a este ponto uma forte necessidade de pertencimento a um grupo, pois crê-se que essa é uma maneira democrática e participativa que lhes permite articular disposições em comum, no sentido de operar mudanças efetivas no que diz respeito às questões sociais. Nesse sentido, Lua declara que foi a partir do envolvimento com MPL no Coletivo Tarifa Zero que se debruçou sobre as perspectivas do campo autonomista e passou a aderir as suas ideias.

[...] eu tinha vindo de um processo de formação que era muito dentro do campo democrático popular. Então a gente não era do PT no diretório, mas tinha uma bandeira do MST na sala, construiu uma relação com os Sem-Terra [...] um movimento que era 'anticarlista' e que de uma certa maneira tinha uma vinculação com o pessoal do PSOL... hoje em dia eu consigo entender que eu não sou anarco [...], eu me coloco em um campo mais amplo, onde, de certa maneira, há uma interface com o anarquismo, que é o autonomismo.

Na opinião de Lua, o grande ganho de Junho de 2013 para Salvador, foi a possibilidade de retomar “uma tradição de manifestação de rua, popular”, e a certeza que diz ter visto em grande parte dos manifestantes, de que se houver união e ocupação dos espaços públicos é possível operar mudanças substanciais frente às instituições políticas.

Findadas as apresentações, o próximo capítulo segue com os caminhos metodológicos traçados para que pesquisa e método, a partir de uma confluência de movimentos, nos levasse as representações sociais em forma de discursos em comum, desses atores sociais envolvidos no contexto político das manifestações de junho de 2013.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

No contexto desse estudo optei por aplicar, predominantemente, a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvida ao final da década de 90, por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, docentes da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Destaco predominantemente pois, no decurso desta, utilizo de outros caminhos que se complementam, como, por exemplo, histórias de vida e alguns princípios do estudo de caso. Assim procedo, pois entendo que metodologias não podem se apresentar excludentes e estanques. Antes, acredito que a metodologia pode ser entendida como movimentos confluentes, como redes que se entrecruzam, como o fazer artesanal a semelhança de um bricolage (LÉVI-STRAUSS, 1989), que vai se moldando, ao tempo que molda, o fazer do pesquisador. A partir disso, creio, sinceramente, que o método serve ao estudo, da mesma forma que o estudo está a serviço do método; assim, é menos uma via de mão única do que uma via de mão dupla. Pesquisa e método se entretecem, se retroalimentam, são orgânicos, numa constante tentativa de equilíbrio entre o cartesiano e o dionisíaco.

Partindo desse pensamento, com vistas a delinear os caminhos da pesquisa e o quadro teórico-metodológico tomado como base, tal método⁸⁷ aqui utilizado - pesquisa quali-quantitativa - foi trabalhado dentro de uma alegação de conhecimento construtivista social (CRESWELL, 2007) com base na mencionada metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005; 2012), cujos fundamentos partem da análise do discurso, uma vez que pretende “resgatar o discurso como signo de conhecimento dos próprios discursos” (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2005, p. 19) a partir da análise de material discursivo, bem como da Teoria das Representações Sociais (TRS), esta concebida por Moscovici (2007), já que procura expressar, por meio de um “discurso-síntese”, determinado pensar ou representação social (RS) sobre dado fenômeno, a partir da (re) construção de discursos individuais, utilizando-se da mesma estratégia discursiva. Em concordância com o proposto por Creswell (2007), o Construtivismo Social baseia-se no desenvolvimento de significados subjetivos advindos de experiências pessoais, com base numa pluralidade de visões sobre determinado fato, ao invés da restrição de significados em poucas ideias e categorias por parte do pesquisador. Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa constroem o significado de uma situação a partir da

⁸⁷ Adoto o conceito de método proposto por Creswell (2007), Gerhardt e Silveira (2009) e Minayo (1994), que o entendem como o conjunto de técnicas e instrumentos, ou seja, aquilo que será utilizado para amparar a metodologia escolhida na condução da pesquisa. Assim, entende-se por metodologia o caminho escolhido, o plano de ação para abordar a realidade contextual da pesquisa.

interação com e na coletividade e com e no mundo em que vivem. Tais significados também são construídos a partir de processos de extração de sentidos com base em contextos históricos, culturais e sociais de cada um, com e na coletividade. Nesse sentido meu eu pesquisador também procura entender o contexto e o ambiente dos participantes, à medida que visito esse contexto e colho informações pessoalmente, com base em questões abertas previamente estabelecidas. Desse modo, enquanto pesquisadora desse estudo, reconheço que também meus contextos históricos, culturais, sociais, incidiram no fazer fruir e fluir a interpretação a partir de minhas próprias experiências pessoais, culturais e históricas, o que é previsto na condução construtivista social. A pesquisa, quanto ao tipo, é de caráter exploratório e descritivo; no que diz respeito aos procedimentos de coleta e análise de dados, caracteriza-se por ser qualiquantitativa, característica do DSC, que se dá por meio do intercâmbio entre os métodos qualitativo e quantitativo, o que permite valiosas fontes de descobertas dentro do escopo pesquisado.

Na medida em que o Social Construtivismo considera os pontos de vistas e as experiências subjetivas dos indivíduos com relação ao contexto em que vivem (CRESWELL, 2007), e ao estabelecer este contexto como visão filosófica de fundo desta pesquisa, busco possibilidades de respostas para a questão: quais seriam as implicações de possíveis reconfigurações identitárias e culturais, considerando os processos de atuação política em território semântico digital e urbano, no cerne dos movimentos sociais da contemporaneidade, resultantes da grande onda de protestos iniciada no Brasil em junho de 2013? Desse modo, o primeiro objetivo aqui é estudar, no âmbito do Coletivo Tarifa Zero/MPL Salvador, de que forma membros atuantes nas manifestações ocorridas em junho de 2013 em Salvador, significam e valoram as redes nos processos emergenciais de possíveis reconversões identitárias do ator político⁸⁸, em meio a diversidade cultural. Esse objetivo inicial se ramifica em três objetivos específicos, quais sejam:

- Analisar as reconversões identitárias no cerne dos processos de organização e articulação social em novos contextos (uso das redes sociais);

⁸⁸ Não me afastando das noções de sujeito que volta e meia permeiam as discussões aqui tratadas, tomo preferencialmente o termo ator político, sem que isso signifique restrição ao termo “sujeito”. Primeiro, porque consideramos, para fins desta dissertação, se tratar de uma atuação política delimitada pelo episódio em análise; segundo, pela restrição do espaço limitado pelo escopo deste trabalho, que não me permite adentrar em questões aprofundadas sobre as concepções de sujeito já bem estabelecidas no campo das Ciências Sociais.

- Analisar como os membros mais atuantes do Coletivo Tarifa Zero/MPL Salvador valoram o uso das redes *on-line* em processos de mobilização social e construção de outra(s) identidade(s) de atuação política;
- Refletir sobre as reconversões culturais que a luta pela mobilidade urbana suscita à cidade.

Para tanto, procurei delinear inicialmente o contexto dos acontecimentos, a partir do cenário político e social naquele período (capítulo 1), e da perspectiva dos atores políticos naquele processo, ao tempo que destaquei o que foi uma genealogia dos processos que emergiram no ano de 2013, revisitando um cenário de dez anos antes, 2003, e que serviram de disparadores, tanto do nascimento do movimento pelo passe livre, quanto para os eventos que ocorrem em 2013, ao tempo em que foram utilizados alguns conceitos que me serviram de base teórica. A partir daí, empreendi uma análise comparativa entre esses dois cenários: surgimento das bases de uma atuação autonomista em 2003, em Salvador, e a emergência e proliferação das manifestações de 2013 no âmbito nacional e local. Subsidiaram esse primeiro momento extensa revisão e levantamento bibliográfico, leituras com ênfase nos temas relacionados – política, cultura, sociedade, movimentos sociais, hegemonia/contra-hegemonia, subalternidade, alguns aspectos de filosofia e psicologia social –, registros a partir de fichamentos, resumos e resenhas, bem como conteúdos apreendidos nas disciplinas ofertadas e escolhidas com base na proposta da pesquisa. Na sequência, em busca de alcançar o segundo objetivo, analiso a atuação do ponto de vista de valoração dos usos da rede e das múltiplas identidades dos atores políticos participantes desta pesquisa, com base nos resultados obtidos sobre suas percepções a respeito do fato ocorrido, fazendo uso, concomitantemente, das abordagens teóricas aqui utilizadas. Por último, a análise dos mesmos resultados obtidos a partir das percepções participantes – o universo de DSCs gerados -, são o que me subsidiam as reflexões sobre as reconversões culturais suscitadas a partir da luta pela mobilidade urbana, proposta do terceiro objetivo.

No sentido de responder ao primeiro objetivo, assim como aos demais, optei por seguir de forma mais fluida, diluindo os aportes teóricos à medida da exposição dos fatos dentro de dois tempos pré-determinados, como se vê no capítulo inicial: 2013, quando da eclosão das manifestações sobre o transporte coletivo no Brasil, com foco posterior na situação em Salvador; depois retrocedendo à 2003 na retomada de um momento embrionário, o que chamei de arqueologia do movimento, que partia dos acontecimentos na Revolta do Buzu até chegar ao Movimento pelo passe livre e sua constituição no Fórum Social Mundial (FSM) de 2005. Neste espaço, aproveito para também tecer comentários a fim de analisar intercâmbios entre

movimentos iniciadores, como a Revolta do Buzu em 2003, e movimentos precursores de práticas e repertórios, representados pela atuação do MPL/Coletivo Tarifa Zero em 2013 e os desdobramentos políticos-culturais até os dias de hoje. Esse é o percurso feito no intuito de atender ao primeiro objetivo.

Os segundo e terceiro objetivos estão relacionados com a produção dos discursos do sujeito coletivo propriamente ditos, ou seja, a materialidade das discussões que faço a partir da construção e exposição dos DSCs são o que me subsidiam numa análise sobre a valoração dos usos das redes *on-line* em processos de mobilização social e construção de outra(s) identidade(s) de atuação política, bem como a refletir sobre possíveis reconversões culturais que a luta pela mobilidade urbana pode suscitar à nossa cidade. Para consecução desses dois últimos propósitos, realizei, ao longo de um mês, entrevistas com 13 militantes do MPL SSA/CTZ, atuantes nas manifestações de 2013, dos quais 6, com base na análise de seus perfis e considerando a qualidade do material coletado, foram escolhidos para compor os discursos aqui apresentados. As entrevistas procuraram dar enfoque aos aspectos do cotidiano prático do indivíduo relacionados com as manifestações, aos elementos que integram o campo da representação social (percepções sobre participação nas manifestações, sentidos e diferenças entre atuação *on* e *off-line*, usos da tecnologia e relações com a cidade), à compreensão do grupo no indivíduo e do indivíduo no grupo (percepções de pertencimento no grupo, prerrogativas de acessibilidade ao grupo, sentidos das manifestações para a vida do ator político, propósitos, sentimentos e aprendizado das lutas), e por fim, ao acesso de saberes e práticas a partir das interações com o outro. Assim, optei por uma abordagem qualiquantitativa que, sem a pretensão de atingir os limites da representatividade do campo estudado, buscou apreender os significados nas falas dos sujeitos, emolduradas pelo contexto onde estas se inserem, em conformidade com os apontamentos de Moscovici (2007) sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS). De caráter exploratório e descritivo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 2002), todo o percurso foi feito com fins de estabelecer mais familiaridade com ideias e desvelar intuições a partir da prática em campo, a fim de evidenciar o problema delineado, assim como identificar e produzir informações sobre seus variados aspectos conhecendo os fatores envolvidos e buscando descrever as características das manifestações, estabelecendo, assim, relação entre seus principais marcadores, utilizando a exploração bibliográfica e documental e a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo.

Faz-se necessário ressaltar que não desenvolvi a revisão da teoria em um ou dois capítulos isolados; julguei mais pertinente, até mesmo com a característica de recursividade do fenômeno

estudado, abordar temas teóricos dos autores escolhidos no fluxo das descrições e análises aqui propostas. No intuito de situar o DSC no panorama teórico do qual sofreu influências diretas, primeiro retomo as bases conceituais da TRS e a forma como é entendida na perspectiva desse trabalho, o fenômeno das representações sociais, para depois apresentar a metodologia do DSC.

3.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender. (MOSCOVICI, 2007)

É notório a concordância, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto das práticas cotidianas e do senso comum, sobre a importância do papel da comunicação nas (inter) relações sociais e, por conseguinte, nas representações sociais, entendidas na perspectiva da construção e da partilha de saberes. Assim, a sociabilidade das informações constitui uma realidade cotidiana comum e é o meio para estabelecer associações que nos ligam uns aos outros.

A Teoria das Representações Sociais (TRS), concebida por Serge Moscovici (2007) - psicólogo social romeno - na década de 60, foi desenvolvida dentro do contexto de construção de uma psicologia social do conhecimento, com forte influência durkheimiana. Conduzido pelas vias da interação e da comunicação, cuja expressão está relacionada aos interesses humanos nele implicados, o conhecimento se dá no esteio das relações de interação entre as pessoas, espaço onde gravitam suas necessidades, desejos, anseios, frustrações, em última instância, expressos pela linguagem. Fruto das paixões humanas, o conhecimento é então, tanto o produto das construções individuais a partir do social, como das construções que emergem de grupo de pessoas específicas que se encontram em situações específicas e interessadas em projetos definidos no contexto de uma coletividade. Assim, a psicologia social do conhecimento, como sustentáculo da TRS, se interessa por processos através dos quais o conhecimento é construído, transformado e projetado no mundo social (MOSCOVICI, 2007).

Talvez por conta do próprio contexto interdisciplinar em que foi concebida, no entremeio dos campos da Psicologia Social e da Sociologia, e da própria fluidez da noção de Representação Social (elemento central da TRS), esta nunca tenha sido conceituada definitivamente. O próprio Moscovici (2007) se privou dessa tarefa, pois considera as Representações Sociais (RS) como formas características de conhecimento, que são melhor

entendidas pelo espectro fenomenológico do que pela limitação do conceito. Assim, o autor expressa que

(...) o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim. [...] A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior [...], sabia-se que as representações sociais existiam nas sociedades, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. [...] Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível [...]. Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um fenômeno o que era antes visto como um conceito (MOSCOVICI, 2007, p. 45).

Ao divergir da concepção durkheimiana que entendia as representações **coletivas** (neste ponto, Durkheim trabalhava com a proposição de representações coletivas) como algo fixo e estático, orientadas a manter a coesão da sociedade contra qualquer fragmentação ou desintegração, Moscovici se aproxima de uma concepção de representação **social** de caráter dinâmico, proeminentes na sociedade moderna, sendo esta marcada por uma atmosfera política, cultural, científica, altamente fragmentada e pela fugacidade de tempo e espaço, cujas condições de produção se dão no contexto de uma impossibilidade de sedimentação das tradições. Nessas condições, as representações sociais se dão nos espaços atuais do comum, cambiante entre as perspectivas de mudança e da inovação, híbridas e com forte ligação aos processos sociais marcados pelas diferenças na sociedade e por questões de legitimação. Questões de legitimação, aliás, são o fio condutor do argumento de Moscovici para considerar as condições de produção das representações sociais na sociedade moderna, visto que as transformações nas formas de criação coletivas na transição para a modernidade estão relacionadas aos modos de regulação e legitimação de conhecimentos e crenças, caracterizados pela diversidade de centros de poder que, por sua vez, exigem autoridade e legitimação de diferentes modos. Sendo as representações entendidas enquanto fenômenos específicos, relacionadas aos diferentes modos de compreender e comunicar, constituída e constituinte tanto da realidade, quanto do senso comum, justifica-se a ênfase dada ao termo “social” ao invés de “coletivo”, pois “ao dizer que as representações são sociais, nós estamos dizendo, principalmente, que elas são simbólicas e possuem tanto elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos” (MOSCOVICI, 2007, p. 105).

Atenta ao papel ativo do sujeito na construção de significados coletivos, a Teoria das Representações Sociais (TRS) enfatiza o construtivismo social com base na interação e indica que não há um limite claro entre o individual e o coletivo, o subjetivo e o real. Desse modo, as funções das representações sociais se desdobram em construção do saber que orienta e justifica

a ação, e elaboração de papéis e identidades sociais (JODELET, 2001)⁸⁹. Portanto, para além dos vínculos estabelecidos com os campos da Sociologia do conhecimento e da Psicossociologia, onde se destaca a observância dos processos de produção do conhecimento, a TRS interessa-se também, por analisar os impactos dessa produção de conhecimento nas práticas sociais e vice-versa, o que caracteriza o que Moscovici (2007) chama de “poder das ideias”, ou seja, “o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas” (p. 8). A preocupação do autor é, então, somar o estudo das maneiras como as pessoas apreendem, distribuem e representam saberes, que se dá nas linhas das ciências cognitivas, ao entendimento de como grupos, atitudes e ideias se constituem e se inter-relacionam para transformar a sociedade.

Isso posto, este é o ponto onde se estabelece a relação com a proposta deste trabalho, na medida em que o interessa aqui é estudar, com base nas dimensões teóricas e práticas, como membros atuantes nas manifestações de junho de 2013 em Salvador, a partir do MPL SSA/Coletivo Tarifa Zero, significam e valoram as redes nos processos emergenciais de possíveis reconfigurações identitárias do ator político, em meio à diversidade cultural. Compreende, portanto, ter acesso a representação social de saberes compartilhados e distribuídos, no contexto da interação sujeito-movimento, com vistas à transformação individual e coletiva, no contexto da sociedade, visto que

[...] a TRS não concebe o sujeito como passivo diante dos ditames sociais. O sujeito é ativo, faz escolhas, combina e reinventa as imagens carregadas de representações, e recorre a estas para compreender as situações que o despertam, para tomar atitudes ou emitir opiniões. (ARRUDA; POMBO-DE-BARROS, 2010)

Assim, tomando como enfoque a proatividade do indivíduo, as representações expressas em depoimentos e na soma deles, dizem muito sobre a orientação de pensamentos e ações de cunho político/social, bem como de reconversões no que diz respeito a elaboração de papéis e identidades sociais. Suas representações sociais, tão impregnadas pelo sentido semântico de construção e oscilantes entre momentos de estabilidade e de instabilidade, operam na ordem do deslocamento – dos significados, dos sentidos, dos pensares, dos ditos e não-ditos –, tendencialmente desembocam para uma mobilidade conceitual e para o uso de percursos metodológicos variados, não atreladas a um *corpus* teórico específico. Isso significa dizer que diante da pluralidade de concepções que permeiam a noção de representação social, essa

⁸⁹ JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 17-44.

adquire um caráter indutivo para cada pesquisador, mediante a acumulação de dados empíricos apresentados na pesquisa. O que se procura, dessa forma, é colocar em evidência a criatividade desse pesquisador, à medida que permite mais ênfase às descobertas advindas da empiria, ou seja, à observação, do que propriamente verificações ou comprovações do que se está observando. Isso se dá pelo fato das representações sociais serem armazenadas e compartilhadas por meio da linguagem e criadas dentro de um ambiente complexo como a sociedade. Apesar da ênfase dada à observação, Moscovici (2007) não rechaça a importância dos métodos experimentais para aqueles fenômenos que podem ser extraídos de seu contexto, eximindo-se de qualquer possibilidade de crítica aos experimentos. Ele diz:

Estou muito consciente que vários dos meus colegas menosprezam observações, que eles consideram como uma abdicação covarde do rigor científico, um signo de prolixidade, preguiça e vagueza. [...] nós começamos a valorizar as exigências da teoria, de uma análise acurada do fenômeno; mas nós também passamos a valorizar o inverso, a saber, as limitações das teorias que explicam somente o que pode ser experimentado e do experimento como algo ao qual a realidade se ajusta. E o que nós exigimos da observação, é que ela preserve algumas das qualidades do experimento ao mesmo tempo em que nos liberte de suas limitações. Ela obteve sucesso, nesta tarefa, para a etnologia, antropologia e psicologia infantil e nós não vemos razões por que ela não deva ter os mesmos resultados na psicologia social. (MOSCOVICI, 2007, P. 106-107)

Acrescento à listagem do autor, a área dos estudos culturais, da política, da sociedade, acomodadas nas ciências sociais, também como possibilidade de sucesso das práticas de observação aliadas às técnicas experimentais, de modo a superar as amarras da tradição científica, assumindo de fato a transversalidade de uma área como a Cultura, por exemplo, cujos aspectos incidem diretamente na construção e distribuição das representações. Ora, se a transversalidade compreende a relação que se estabelece entre o que pode ser apreendido, a partir de conhecimentos sistematizados teoricamente aliados às questões da vida real e de suas transformações, somadas à dimensão de abordagens epistemológicas dos objetos de conhecimento tratados pela característica interdisciplinar da TRS, creio que não se pode rechaçar as práticas de observação no âmbito da construção, distribuição e representação de saberes como sendo operadores de mudanças práticas na sociedade. Assim, creio que o que se apresenta são possibilidades de intercâmbio entre uma prática experimental e de observação, cujas técnicas não são de modo algum excludentes. Parece ser o que se passa com a propriedade qualiquantitativa na metodologia do DSC, cujos usos nas diversas áreas, com destaque para Saúde e Ciências Sociais, possibilita unir qualidades da pesquisa quantitativa e qualitativa na busca de resultados mais sólidos. Isso, também, dialoga com o já dito caráter interdisciplinar das representações sociais e com suas próprias condições de produção, que levam em conta

todo o acúmulo adquirido no contexto social e político, mediadas pela a historicidade e pelo contexto cultural.

Vale ressaltar que, embora o espaço individual de construção seja de maneira alguma ignorado, não há uma ênfase no caráter individual das condições de produção das representações, uma vez que são consideradas no nível da interação entre um indivíduo e outro ou entre um indivíduo e o grupo. Moscovici não fala das representações como constituídas por um indivíduo de forma isolada. Acima de tudo, é considerado que as representações se dão na ordem do sensível, do saber partilhado, da maneira como o coloca Rancière,

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa [...] um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes [...] que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2012)

Assim, pessoas e grupos partilham fragmentos de saberes intercambiáveis do que lhes é comum e do que lhes é particular, o que estabelece que esse exercício é praticado por e entre agentes que criam, ou melhor recriam representações no circuito da comunicação e da cooperação. Pode-se dizer que elas – as RS - sendo produtos de nossas ações e comunicações, são envoltas numa esfera de materialidade, pois enquanto são partilhadas por tantos, elas penetram e influenciam a mente de cada um de nós, sem que seja possível apreender o lugar onde começam e onde terminam. Detêm a capacidade de influenciar comportamentos de indivíduos participantes da coletividade; criam-se internamente, na esfera mental, pois é desse modo que, de forma determinante, o processo coletivo penetra no pensamento individual. De modo que, representações não são pensadas por nós, mas re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas, adquirindo vida própria, e marcadas por uma recursividade do movimento de atração e recusa, gerando oportunidades para o surgimento de novas e a destituição de velhas representações (MOSCOVICI, 2007). Nesse processo, a tradição, assim como o esquecimento, possui papel fundamental, uma vez que, pelo viés da seletividade, a memória e o esquecimento são elementos indissociáveis de toda ação. Conforme nos esclarece o pensamento de Paul Zumthor (1997, p. 21) “é assim que a ação memorial gera incessantes tensões, como uma corrente energética entre um polo individual e o polo coletivo do desejo de poesia: entre o que mantém a tradição e o que ela preferiu esquecer.”.

Pode-se dizer que as RS são, dessa forma, imposições as quais estamos sujeitos, concebidas por meio de um conjunto de elaborações individual-coletivo e distribuídas num contexto de mudanças que acontecem ao longo do tempo, resultado de sucessivas gerações. A

proposta anteriormente declarada deste trabalho guarda uma singular relação com essa perspectiva e também com a mencionada capacidade de incidência das RS no comportamento de indivíduos participantes da e na coletividade, motivo pelo qual associa-se, para fins de sua delimitação, ao entendimento das RS proposto por Jodelet (1993, p. 4) qual seja: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”. Para a autora, as RS sendo construções de saberes de natureza prática, materializadas pelo discurso, estão ligadas, no nível simbólico, a sistemas de pensamentos mais amplos, o que determina que as mesmas devem ser consideradas por espectros ideológicos, sociais e culturais, bem como à partir da esfera de experiências privadas e afetivas do indivíduo. Dessa maneira, as RS

como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. (JODELET, 1993).

Considerando essa linha de pensamento, os discursos-síntese que aqui são apresentados e discutidos guardam fragmentos de pensamentos marcados por aspectos ideológicos e culturais aderentes às condições sociais vivenciadas por cada pessoa, em processos interacionais no contexto das manifestações ocorridas em junho de 2013, que incidem diretamente na forma de pensar-sentir-agir no e em grupo, com fins de transformações que incidem em todas as esferas sociais. É possível pensar, nesse sentido, as representações sociais como histórias de vidas coletivizadas que carregam códigos narrativos socialmente disseminados, e que ao terem seus sentidos semelhantes apreendidos, possibilitam uma narrativa verossímil e aceitável por um indivíduo cujo pertencimento social seja equivalente aos dos que foram pesquisados (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

Neste ponto, julgo importante atentar para as relações de familiaridade e não-familiaridade que incorrem do processo de formação das RS, uma vez que tais relações encerram seu propósito. Como afirma Moscovici (2007) “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54). Tal abordagem, do mesmo modo, se justifica, pelo fato de que esse movimento conforma uma estreita ligação com o entendimento de algumas figuras metodológicas auxiliares do DSC, bem como com a incidência e a confluência dos compartilhamentos representacionais permeados de saberes comuns e ideológicos na forma como cada indivíduo/grupo (re) age no social, no caso aqui, do contexto estudado. Não resta dúvida de que todos os sistemas de classificações que permeiam a forma como as pessoas significam e valoram imagens, descrições e situações cotidianas a respeito de determinado tema político, cultural, social ou mesmo econômico, na

perspectiva da individualidade e em suas trocas nos espaços comuns, pode ser abordada do ponto de vista da representação social que constroem e expressam, tendo em vista os processos de familiarização que se dão em determinados indivíduos e grupos em suas atuações nas manifestações, bem como as transformações que incorrem dessa atuação, no nível individual e coletivo.

A TRS, em acordo com os estudos de Moscovici, entende as representações como instâncias mutáveis e variáveis, por isso elas são constituídas levando-se em consideração a presença de lutas culturais, desacordos intelectuais, disputas entre formas de pensar, que podem concorrer, muitas vezes, para a hegemonia de determinadas representações por longo período de tempo. Esse talvez seja o ponto de partida para compreender que o processo de produção e compartilhamento das RS tem por fim tornar algo incomum e distante, em algo comum e presente, pois à medida que estamos acostumados a determinadas situações, formas de pensar ou ideologias, tendencialmente procuramos enquadrar tudo que parece estranho a situações pré-existentes para que sejam melhor aceitas. Isto é, acontece que no nível cognitivo, ao nos depararmos com algo que nos é incomum, que nos traz um sentimento de não familiaridade, naturalmente, procuramos associá-lo a algo real e familiar, com intuito de reestabelecer uma continuidade que pareceu perdida ao sermos confrontados com novas imagens e/ou ideias que, por serem novas, transmitem uma suposta descontinuidade e falta de sentido. Esse movimento, para além da acomodação em dado contexto, nos garante pertencimento e identidade na coletividade, além de facilitar juízos de valores ali relacionados. Assim, a todo momento buscamos no mundo da vida uma consensualidade que sabemos inexistente, mas que, aparentemente, nos garante certo nível de segurança, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito; essa é uma tendência que nos é inerente. Contudo, o que se vê, especialmente ao nível das interlocuções políticas, é que elas se dão na ordem do dissenso, ou seja, com base em um discurso dissensual travado entre as partes, que preconiza que na relação entre os atores sociais opera um círculo contínuo entre dissenso e consenso, e isso determina as formas de atuação e representatividade em meio as instâncias sociais (RANCIÈRE, 1996).

Outrossim, ideias, ações e situações não-familiares causam perturbação e tensão a uma ordem pré-estabelecida, em que prevalecem ambientes cognitivos e afetivos familiares marcados por encontros prévios e paradigmas já aceitos, concorrendo para afirmação de uma tradição por meio de ações, discursos e interpretações já familiarizados. A mudança só é percebida e aceita desde que adequada aos padrões de aceitação vigentes, posto que toda dinâmica das relações interpessoais se funda na dinâmica das familiarizações, e é com base

nisso e em processos de adesão e participação, que, normalmente, toda tradição prevalece sobre o novo, ou o passado sobre o presente (MOSCOVICI, 2007; OLIVEIRA et al, 2014). Contudo, com base nas relações intercorrentes entre o dissenso e o consenso, presenciamos situações e ações transgressoras que buscam a todo momento o embate com as formas de tradição arraigadas, ainda que no universo das disputas entre o familiar e o não-familiar toda forma de resolução tenda a favorecer o primeiro em detrimento do segundo, pois que

Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas é outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso. (MOSCOVICI, 2007, p. 55)

O desejo de mudança é intrínseco ao ser humano, assim como também a sua insegurança e recusa diante do que parece transgredir algo já posto. A alteridade repentinamente apresentada para nós, como algo que não é exatamente aquilo que imaginamos, causa medo, rejeição, e mesmo deslocamentos, posto que ela ameaça uma ordem já estabelecida. A partir deste conflito, passamos a julgar tudo aquilo que nos é incomum, anormal e, por conseguinte, não-familiar, que a despeito da diferença, é também assimilado, concorrendo para a mudança de nossas crenças e de pensamentos pré-concebidos. Desse modo, nas intercorrências de reapresentação do novo a partir das dinâmicas relacionais entre o não-familiar e o familiar, o que ocorre, segundo o autor, é uma junção “real, socialmente significativa” do objeto distante com objetos que já fazem parte do nosso universo consensual, de modo que há tanto uma absorção de características daquilo que já é conhecido, como acréscimo de especificidades provenientes do novo. Todo esse processo, por sua vez, contribui para uma mudança de valores e de sentimentos que proporcionam, sem dúvidas, uma reinterpretação de acontecimentos da realidade cotidiana.

Considerando sua interpretação dos estudos precursores de Moscovici (2007), Alves-Mazzotti (2008) destaca o que aquele chama de “polifasia cognitiva” do pensamento natural:

A coexistência, no mesmo indivíduo, de modos de pensamento diversos, correspondentes a estágios de desenvolvimento cognitivo diversos, cada um deles, porém, respondendo a uma necessidade específica condicionada pelo tipo de situação e de interação social. Tal fato refletiria a atuação de dois sistemas cognitivos: o sistema operatório – responsável pelas associações, inclusões, discriminações, deduções – e um normativo – que controla, seleciona e reelabora o material produzido pelo primeiro, com base nas normas e nos valores do grupo. (ALVES-MAZZOTTI, 2008)

Essa polifasia, nos termos da diversidade de imagens mentais e com base em sua situação social, a partir das atividades cognitivas básicas e, não obstante, sua condição e formação cultural, leva o indivíduo a fazer uso de lugares-comuns, de prévias formulações conceituais na avaliação de situações e objetos sem preocupação de integração com um contexto amplo e coerente. Do mesmo modo, a dispersão de informações, a cobrança por emitir opiniões no curso

das conversações cotidianas e a focalização em determinados aspectos e pontos de vista, características das condições sociais de produção das RS, contribuem para que o mesmo indivíduo venha a fazer inferências de causalidade orientado por contingências espaciais ou temporais, por valores, por intenções, levantando conclusões que servem apenas para reforço do que já se encontrava previamente estabelecido.

Destaca-se que todo esse esforço constante de apreensão/recusa/reapresentação do novo nas dinâmicas de não-familiarização – familiarização, que concorrem para a assimilação do não-familiar, se dá por meio de dois mecanismos da instância cognitiva que se fundam na memória e em conclusões passadas, quais sejam: a ancoragem e a objetivação. Grosso modo, o primeiro busca ancorar ideias que nos são estranhas, reduzindo-as à categorias e imagens que nos são comuns, ou seja, trazendo-as para uma perspectiva familiar. O segundo mecanismo procura transformar, aquilo que nos é abstrato em algo concreto, palpável, transferindo aquilo que se encontra na mente para o mundo físico; o imaginário se configura em algo tangível a partir do momento que procuramos objetivá-lo. Assim, ambos deslocam-se da esfera da não familiaridade para atingir uma familiaridade no espaço da nossa particularidade, a fim de que sejamos capazes de comparar e interpretar algo não familiar, para atingir a esfera da materialidade; ou seja, aquilo que podemos ver e tocar e, conseqüentemente, controlar (JODELET, 1993; MOSCOVICI, 2007).

Ancorar é, pois, a maneira que encontramos para, a partir de uma escala de valores pré-concebida, classificar e dar nome a algo que ainda não tem. Consiste no primeiro passo para superar a resistência quando nos deparamos com algo/alguém que nos é estranho; comparamos e colocamos esse algo/alguém numa escala de classificação que nos é peculiar e o rotulamos com um nome familiar. Nesses termos, representamos e reapresentamos o não usual ao nosso mundo familiar, no esforço de classificar o inclassificável, ou nomear o inominável, de forma que tenhamos a capacidade de significá-lo. A ancoragem põe em ação os mecanismos de categorização, rotulagem e de explicação causal que resultam numa matriz icônica constituída de pontos que nos são facilmente identificáveis. A comparação é o ato que rege a ancoragem na medida em que “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.” (Moscovici, 2007). Comparamos o que nos causa estranhamento, a partir da ancoragem, com base em representações já existentes. Sendo assim, ocorre um enquadramento e uma domesticação do elemento novo sob a pressão de valores do grupo, sendo esse um movimento fundamental para a criação de classes a partir dos indivíduos.

O outro mecanismo de constituição das RS relacionado ao movimento de transformar o não-familiar em familiar é a objetivação. Embora estabelecer o momento de formação das RS seja tarefa difícil, onde as possibilidades de observância se dão considerando as aprendizagens sociais no curso do desenvolvimento do indivíduo, tanto a ancoragem, quanto a objetivação são processos relacionados à gênese das representações, e Jodelet (1990)⁹⁰ define a objetivação como sendo uma operação imaginante e estruturante que procura dar corpo aos esquemas conceituais criados por nós, reabsorvendo os excessos de significações, ação necessária inerente ao fluxo de comunicações. Segundo Moscovici (2007), a objetivação une a não-familiaridade com a realidade familiar a partir do momento em que dá forma ao universo intelectual no universo material, ou seja, transforma a abstração ao nível do pensamento e da fala na concretude de uma imagem no nível físico, material. Para explicar, o autor utiliza o exemplo da personificação de Deus, ser invisível e presente no imaginário social, na figura de um Pai; a partir desse deslocamento do intangível para o tangível, o que nos era distante, posto que impalpável, torna-se materializado e visível em nossas mentes na figura de uma pessoa a quem temos acesso como tal. O autor explica que

Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. (MOSCOVICI, 2007, p. 71).

Segundo o autor, toda representação torna real diferentes níveis da realidade que são criados e mantidos pela coletividade, e que tais níveis não existem por si mesmos. Afirma que a materialização da abstração é uma das características mais intrigantes do pensamento e da fala, sendo esta última usada para persuadir e, muitas vezes, subjugar. Assim, ao objetivar estamos reproduzindo um pensamento/conceito ao nível da abstração em uma imagem concreta. Contudo, esse processo opera por meio de seletividade, tendo em vista que nem sempre palavras podem ser ligadas a imagens, ou porque não existem imagens de fácil acesso, ou porque determinadas imagens podem ser tidas como tabus. Nesse sentido, a sociedade seleciona e concede poderes figurativos com base em suas crenças e na pré-existência de imagens. Isso facilita tanto a aceitação de determinados paradigmas, como a possibilidade de capilarização destes por meio do discurso.

De acordo com Jodelet (1993) e Alves-Mazzotti (2008), destacam-se três fases no processo de objetivação: a construção seletiva, a esquematização estruturante e a naturalização.

⁹⁰ JODELET, D. Représentation sociale: phénomène, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (dir.). **Psychologie sociale**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

Na construção seletiva, o sujeito se apropria de informações e saberes sobre determinado objeto; nesta etapa, alguns elementos são retidos – em virtudes de condições culturais de inserção grupal do sujeito -, outros são descartados tendo em vista critérios normativos – retêm-se o que está em acordo com o sistema de valores que o cerca. Em relação a esquematização, determinada estrutura imaginada reproduz visivelmente a estrutura conceitual, de forma que se proporcione uma imagem coerente e facilmente apreensível pelo sujeito individualmente e em suas relações. A naturalização consiste na reconversão dessas imagens em elementos da realidade. É importante ressaltar que as duas primeiras fases do processo de objetivação manifestam os efeitos da comunicação e do controle, que ligados ao pertencimento social, escolhe e agenciam os elementos constitutivos da representação. São, portanto, processos que se fundamentam nos usos da memória com vistas a incorporação das representações no social, onde, por meio da ancoragem, ocorre a fixação das mesmas e de seu objeto representado através de uma rede de significações que as colocam ante os valores sociais, conferindo-lhes coerência; apontamos mentalmente para objetos, pessoas e acontecimentos e os classificamos de acordo com tipos pré-existentes e os rotulamos com nomes. De outro lado, a objetivação extrai conceitos e imagens procurando reuni-los e reproduzi-los no mundo exterior, de modo a fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (JODELET, 1993; MOSCOVICI, 2007).

Considerando a metodologia do DSC, a ancoragem tem um notável papel enquanto figura metodológica, no que diz respeito a sua observância no processo de análise do material discursivo com vistas à produção dos discursos sínteses, embora fique claro que “...nem sempre as ancoragens estão presentes nos discursos analisados.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012, p. 78). Primeiro, por causa do enraizamento de ideias em um sistema de noções já existente interpretado pelas pessoas, com influência direta de ideologias, dos pertencimentos sociais, de conjuntos de valores referenciais; na arena de debate, essas interpretações podem conduzir a situações de consenso ou de dissenso, onde um mesmo acontecimento, por exemplo, pode mobilizar ou desmobilizar, e ser compreendido de diferentes formas. Jodelet (1993; 2009) explica que através da memória “o pensamento constituinte apoia-se no pensamento constituído para incluir a novidade nos quadros antigos, no que já conhecido”, o que ocasiona tanto a reapresentação do familiar no não-familiar, quanto a apreensão do não-familiar pelo que já é familiar. Segundo porque, a partir das classificações e dos enquadramentos que estabelece, a ancoragem em continuidade com a objetivação, gera ampla instrumentalização do saber para interpretação e gestão do ambiente a partir da naturalização das noções que permitem valorar

realidades concretas, nos fornecendo subsídios plausíveis para agir sobre os outros e sobre a sociedade.

Assim, a relação dialética entre os processos de ancoragem e objetivação, evidenciadas principalmente nos apontamentos de Moscovici (2007; 2014) e Jodelet (1993; 2009), permite articular três funções básicas das RS: uma função cognitiva de integração do novo (não-familiar), uma função de interpretação da realidade e uma função de orientação das condutas e relações sociais. Portanto os processos constituintes das RS permitem compreender como ocorre a significação de algo representado, como a RS é útil na interpretação do mundo social e subsidia condutas, como ocorre sua integração em contextos sociais e como influencia e é influenciada por elementos desse contexto. Isso permite inferir que a produção de saberes de um grupo social não se dá apenas com uso da cognição, mas inclui as dimensões dos sentidos e das emoções que se encontram no social. Por conseguinte, as RS são construções que refletem as ideologias e modos de vida de determinado grupo social, e que devem ser consideradas quando nos debruçamos sobre as possibilidades de inferência das mesmas nos espaços de fluxos e de lugares onde se dão a coesão e a reprodução de grupos, considerando a diversidade. Diante disso, na seção que segue, abordo a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), apresentando suas características e aproximações com a TRS, que serviram de base para amparar o estudo e a observação dos eventos de Junho de 2013, e subsidiar a análise dos discursos produzidos sob esse contexto.

3.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

Entendidas, na concepção de Lefèvre e Lefèvre (2014), como conhecimento do senso comum, manifestas nas opiniões, na postura e nas ações de um indivíduo em sua vida cotidiana, as Representações Sociais e a TRS se constituem no fio condutor da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a qual busca resgatá-las a partir de pesquisas empíricas onde opiniões ou expressões individuais de discursos que apresentem sentido semelhante são agrupados em categorias semânticas⁹¹ gerais do mesmo modo quando se trata de questões abertas provenientes de pesquisas qualitativas. Contudo, o simples agrupamento ou reunião de pensamentos ou opiniões não significa dizer que estejamos em face de representações sociais.

⁹¹ Tais categorias são entendidas aqui como esquemas sócio cognitivos compartilhados por atores sociais de determinada formação social (JODELET, 1993), que expressam modos de conhecer, representar ou interagir com o mundo e a vida cotidiana e que revelam formas de pensar em dado contexto histórico.

Observa-se, segundo os autores, que categorias de sentido podem ser de natureza empírica ou teórica e quanto mais afastadas da empiria, maiores são as chances de as categorias estarem vinculadas a teorias interpretativas, o que as distancia das RS, visto que estas não se tratam de teorias interpretativas – ainda que reflitam, muitas vezes vulgarizações de grandes teorias –, mas conhecimentos práticos usados e compartilhados por indivíduos em suas interações sociais, reconhecidos pelo senso comum, figurando como seus conhecimentos familiares.

Observa-se na metodologia do DSC, em conformidade com os apontamentos de Moscovici (2007) sobre a TRS, a importância do papel da comunicação, por conseguinte, do discurso, como elemento central no compartilhamento e apreensão das RS, tendo em vista que “[...]os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum.” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1999, p. 9). Por outro lado, também se destaca o cenário de produção e compartilhamento destes discursos permeados de representações, tendo em vista que, como já discutido na abordagem sobre a TRS, as condições históricas, políticas, ideológicas e tudo que impregna a dinâmica da sociedade, incidem diretamente nas formas como tais discursos são professados e processados e como articulam pensamentos e atitudes com fins de transformações sociais.

Nesse sentido, o entendimento de discurso que adoto aqui está de acordo com a proposta de Foucault (1999), que o vê como uma rede de signos conectada a outras redes, nos circuitos de um sistema aberto, que registra, estabelece e reproduz, não significados que são esperados no interior do próprio discurso, mas valores da sociedade que buscam ser perpetuados. Nos interstícios do discurso que prolifera indefinidamente em nossa sociedade, operam procedimentos de exclusão e interdição, que vão além do aparentemente dito e se revela numa importante organização funcional estruturante e estruturada pelo imaginário social. Torna-se evidente que em toda sociedade a produção do discurso está permeada de controle, seleção e de restrições onde se organizam e se redistribuem procedimentos de reprodução e de dominação, determinando quem, onde, o que e em qual circunstância se pode falar. A fala, aliás, é a via por onde é professado o discurso, mediante um sistema de linguagens comum que lhe permite atribuição de sentido. Portanto uma noção de dialogismo (BAKHTIN, 2006), trabalhada pela primeira vez nos termos da linguagem, muito contribuiu para uma ruptura com uma concepção menos abrangente do discurso, focada apenas em seus usos desconsiderando as circunstâncias de compartilhamento e propagação. Em sua obra seminal para os estudos marxistas no campo da linguagem – *Marxismo e filosofia da linguagem* – Bakhtin (2006) considera, corroborando

todo o exposto até aqui, que uma vez entendido que as interlocuções se dão na esfera do social, necessário é considerar o discurso sob a ótica de uma multiplicidade de contextos, em que seus usos acontecem a partir da intencionalidade – essa materializada através da fala - dos agentes que dele se valem para comunicar e dar sentido ao que se diz sobre algo ou alguém, à quem ouve.

Assim, o discurso é visto como um objeto do desejo e do poder, que para além de meio através do qual se revelam as lutas e os sistemas de dominação, é também pelo que se luta e o poder do qual todos queremos nos apoderar. Foucault (1999) ainda ressalta que essa propensão aos embates em prol do apoderamento do discurso, sempre com fins de se sobressair ou de estabelecer controle e dominação, se dá, por exemplo, no campo da política. Longe de uma transparência e neutralidade do e no campo político - onde se poderia encontrar a pacificação - , o que se dá, através da ordem do discurso, é que a política exerce de forma privilegiada seu poder de subjugar. Assim, quer seja pelo viés do sujeito fundante do discurso, quer seja pela experiência originária em que tal discurso foi professado, quer seja pela mediação universal pelo qual é compartilhado e distribuído,

[...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 1999, p. 49)

Todavia, ao considerar não mais um, mas vários significantes que marcam a natureza interacional do discurso, podemos entendê-lo como o resultado da relação que mantém com outros discursos; este é um pressuposto presente da noção de interdiscurso, proposto inicialmente por Foucault (2008) e depois absorvido sob a ótica do marxismo althusseriano de M. Pêcheux. Em acordo com a perspectiva dialógica do discurso proposta por Bakhtin (2006), a noção de interdiscurso parte da ideia de uma construção de discursos a partir de outros já existentes e pode ser análoga ou ter relação com o sentido proposto pelo conceito de hipertextualidade (Lévy, Cibercultura, 1999; G. Genette, Introduction à l'architexte, 1979), que basicamente diz respeito à construção de texto a partir da agregação de outros conjuntos de informações, conexões com blocos de textos, imagens e/ou sons, cujo acesso é garantido por meio de referências específicas e pré-existentes. Pode-se dizer então, que se trata da construção de pensares a partir de outros pensares, intervenções comunicativas expressas em texto ou em discursos professados. Visto dessa forma, as questões do discurso não se resumem apenas às regras de estruturação do pensamento ou da linguagem individual, uma vez que para ser coerente, além de prefigurar regras lógicas e gramaticais que o compõem e lhe dão substância em significado, é preciso que haja o compartilhamento de uma mesma convenção linguística

existente no universo consensual do comum que, por sua vez, traduz o seu sentido. É por essa razão que, de acordo com Gondim e Fischer (2009) “[...] o discurso se encontra na exterioridade da língua, ou seja, no social. (p. 10)”, está expresso, sobretudo, no pensamento coletivo construído a partir do lugar que ocupamos no mundo social. Dessa forma, quando empreendemos uma análise do discurso consideramos a fala inserida num contexto sem o qual não seria possível compreender de que forma pensamos e agimos no mundo da vida, já que

O enunciador do discurso, portanto, não é somente um sujeito empírico, um sujeito da experiência e da existência individualizada no mundo, mas sim um sujeito discursivo, cuja história pessoal se insere na história social, ideologicamente marcada. Tal sujeito é atravessado pela polifonia e a heterogeneidade que o constituem, vez que participa de diversas produções discursivas que se entrecruzam. (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 12)

Essa polifonia é o ponto de convergência entre questões basilares aqui discutidas *en passant*, tanto da Teoria das Representações Sociais (TRS) quanto da metodologia do Discurso do Sujeito coletivo (DSC), a qual encontra subsídio na primeira para estabelecer praticamente todos os seus princípios basilares. E porque essa polifonia de pensamentos se materializa na forma discursiva, é que uma das premissas fundamentais do DSC nos revela a necessidade de estimular a fala do sujeito, seu discurso sobre determinado tema, uma vez que só assim o pesquisador pode realizar a captação de material rico e consistente, que lhe fornecerá dados importantes na tentativa de reconstrução do pensamento coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, 2012). Por conseguinte, em consideração a importância do papel do discurso para a TRS e a proposta desta pesquisa é que considere ser o DSC a estratégia metodológica mais adequada aos objetivos aqui apresentados em sintonia também com o próprio momento histórico aqui capturado, em que, de forma horizontal, uma polifonia de vozes protestaram contra uma estrutura política, social e econômica que desconsidera suas reais necessidades de acesso aos bens comuns, cerceando seus direitos de participação na arena das discussões políticas, e em favor de transformações para o que consideram uma outra perspectiva de democracia, onde têm garantido seu direito de participação, de acesso às “liberdades substantivas” e ao reconhecimento de sua capacidade de interferência nas discussões políticas do país, cujo desdobramentos vivenciamos até os dias de hoje. Considero esta, especialmente no que diz respeito a uma convergência de vozes que falam em nome de si e de/por uma coletividade de forma sincrônica, sem mediações, umas das questões primordiais em acordo com a proposta metodológica aqui empregada, o que possibilita o acesso aos sentidos e significados que gravitam no pensamento de determinados atores sociais em seus espaços de interlocução.

A metodologia do DSC foi proposta por Lefèvre e Lefèvre (2000, 2003, 2005, 2006, 2012), ao final da década de 1990, para ser aplicada no campo dos estudos da área de saúde – espaço de atuação dos pesquisadores - como uma alternativa de enfrentamento aos problemas comumente suscitados em relação à análise de corpus qualitativo e à análise quantitativa de pesquisas de opinião que findam por negligenciar a discursividade. Nesse sentido, os autores reiteram a importância das representações sociais, e declaram que

O Discurso do Sujeito Coletivo-DSC é uma forma de metodologicamente resgatar e apresentar as RSs obtidas de pesquisas empíricas. Nessas, as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014, p. 503).

Sendo depoimentos coletivos e narrativas socialmente compartilhadas, **os DSCs não são as RSs**, mas traduzem como elas são apreendidas por determinados grupos, sociedades ou culturas. No sentido do método, o objetivo principal do DSC, que também se constitui em desafio, é o de responder a expressão de pensamento da opinião coletiva, de forma que seja respeitada a sua dupla condição de pesquisa quantitativa e qualitativa, onde a ordem qualitativa é o discurso e a ordem quantitativa é expressa na frequência de compartilhamento de discursos entre os sujeitos. Com enfoque qualiquantitativo, o DSC filia-se às correntes do pensamento contemporâneo que consideram a importância “[...] o múltiplo, o complexo, o diferente, mas considerando, com o mesmo grau de importância, que esse múltiplo e complexo convive em tensão dialética com o semelhante[...].” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012, p. 28). Enquanto técnica de base empírica o DSC possibilita o resgate, no campo social pesquisado, do universo da identidade e das diferenças provenientes das visões de atores sociais ou sujeitos coletivos, ao tempo que permite o pesquisador recuperar e descrever empiricamente o que as coletividades produzem enquanto Representações Sociais. Neste sentido, o DSC

Aplicado às ciências sociais em geral, é utilizado para conhecer e descrever opiniões e representações de caráter descritivo, preventivo e avaliativo, possibilitando, por exemplo, promover e/ou reestruturar ações e programas educativos, campanhas de saúde, avaliar serviços privados ou programas políticos governamentais. (COSTA MARINHO, 2015, p. 91)

Para além de se considerar os depoimentos individuais dos participantes da pesquisa, reduzindo suas ideias e opiniões às variantes de categorias, a proposta de análise do DSC busca uma ampliação do conteúdo discursivo, de forma que este represente o pensamento de uma coletividade em destaque. Esse pensamento representa um sujeito coletivo falando – a partir de conteúdos das representações que adota individualmente –, mas que também é falado, visto que profere conteúdos dos outros, representações compartilhadas em seu contexto social e cultural. É importante retomar que todo esse processo de atribuição de sentido por parte dos participantes

da pesquisa leva em consideração suas condições afetivas, comportamentais, cognitivas de conduta e de valores que estão relacionadas à ordem de suas identidades. Em suma, o DSC é um discurso síntese, que tem como matéria-prima os depoimentos organizados, tabulados e apresentados em forma de dados qualitativos, fruto de fragmentos-retalhos dos discursos individuais que ali estão entretecidos por similaridade de sentidos, de forma que a coletividade possa falar diretamente (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Essa soma de discursos é legitimada pela expressão do pensamento individual no discurso coletivo com base nas ideias de sentido semelhante que este evidencia e enuncia; justifica-se, nesse sentido, o uso da “primeira pessoa coletiva do singular” na escrita dos discursos-síntese, posto que a “fala do social” é a própria emissora do discurso. Com relação à característica qualitativa, é possível aferir o grau de compartilhamento de cada opinião, ou seja, como tais pensamentos se distribuem entre grupos, gêneros, níveis de renda, classes, ou até mesmo entre os participantes escolhidos para representar o universo pesquisado, pois à medida que qualificamos/descrevemos ideias em painéis de categorias, também é possível analisarmos seus índices de representatividade e generalização, com base na escolha de uma amostra dos indivíduos a serem pesquisados. A proposta do DSC é, tendo em vista que as pesquisas de opinião são pesquisas de atribuição de sentido, unir as dimensões qualitativa e quantitativa numa perspectiva dialética, interdisciplinar, na medida em que exige a presença de instrumentos qualitativos (questões abertas, análise de discurso) e quantitativos (estatísticas, amostras, percentuais) já que opiniões são geradas nas interações sociais (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012).

De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005), na construção dos discursos-sínteses é importante observar alguns princípios básicos:

- Coerência – sendo uma reunião ou soma não matemática de fragmentos isolados de depoimentos (no caso desta pesquisa), a constituição do todo discursivo deve primar pela coerência, de modo que cada uma das partes se reconheça enquanto constituinte desse todo;
- Posicionamento próprio – para que seja considerado discurso, este deve expressar sempre um posicionamento próprio, distinto, original, específico em face do tema pesquisado;
- Tipos de distinção entre os DSCs – comumente uma resposta apresenta mais de um DSC, cujos critérios de distinção se dão por meio da (1) diferença/antagonismo (neste caso a apresentação em separado é obrigatória); e da (2) complementaridade (a apresentação em separado depende da intenção do

pesquisador em querer resultados mais específicos ou mais genéricos). Pode acontecer também que, embora não sejam iguais ou semelhantes, os discursos não sejam cadeias argumentativas incompatíveis; neste caso eles podem ser reunidos sem provocar contradições ou incoerências ou podemos separá-los se quisermos realçar “matizes de posicionamento”;

- “Artificialidade natural” – o que se considera no DSC como a fala de uma pessoa falando por um conjunto de pessoas, é na verdade, uma construção artificial. Nesse sentido, trabalha-se os fragmentos de discursos selecionados, suprimindo as particularidades, encandeando sequencial e coerentemente a narrativa, evitando as repetições de ideias/textos, de modo que o sentido do discurso esteja completo.

Na análise dos elementos discursivos, o DSC conta com o auxílio do DSCSoft⁹², software atualmente disponível para auxiliar no processamento dos depoimentos na forma de discurso. Com o intuito de agilizar as tarefas mecânicas, que requer um trabalho cuidadoso no intuito de coletar e processar o conteúdo das narrativas, o software intersecciona as dimensões qualitativa e quantitativa, quando associa os pensamentos, crenças e valores aos aspectos identitários dos portadores dessas representações, tais como idade, sexo, grau instrução, renda, conforme sejam esses marcadores utilizados pelo pesquisador. O DSCSoft comporta tarefas relacionadas aos cadastros (dados de entrevistados, pesquisas, perguntas, respostas), análises (quadros de instrumentos de análise do discurso, processos de categorização das ideias que permitem realização das tarefas de construção dos DSCs), ferramentas (importação/exportação de dados e resultados de pesquisas) e relatórios (organização e exposição de dados referentes aos resultados das pesquisas). Os depoimentos são obtidos em pesquisas empíricas de opinião, por meio de questionários de perguntas abertas que viabilizem a emissão de depoimentos, colhido de forma individual, que quando agrupados em discursos de sentido único permitem descrever pensamentos e crenças em escala coletiva. Tal pensamento coletivo manifesto nos discursos revela e legitima o sentido, significado ou percepção que a coletividade professa sobre determinado fenômeno do seu cotidiano (COSTA MARINHO, 2015).

Para fazer com que um conjunto de questões abertas gerem, empiricamente, opiniões coletivas a metodologia do DSC estabelece o que chama de operadores ou figuras

⁹² Assim como a metodologia passou por processos de aperfeiçoamento desde sua criação em 1990, o DSCSoft é resultado de aprimoramentos no software inicialmente utilizado, o Qualiquantisoft. Atualmente na sua versão 2.0, utilizei para o processamento das narrativas e construção dos DSCs aqui analisados a versão Demonstração 1.4.0.0, com limite para 50 respostas. Disponível para download no site do Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito coletivo (IPDSC), <http://ipdsc.com.br/quem-somos/> ou em: <http://www.tolteca.com.br/dscsoft20.aspx>. Acesso em: 8 abr. 2017

metodológicas, quais sejam: Expressões-Chave (ECH), Ideias Centrais (IC), Ancoragem (AC) e Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

As **expressões-chaves** são trechos - contínuos ou descontínuos - das narrativas, selecionados pelo pesquisador, que contêm a essência das ideias e opiniões professadas, tendo a pergunta relacionada como disparador e sempre em conformidade com a cultura e a singularidade de cada sujeito. De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012) “[...] as expressões-chave são uma espécie de prova discursivo-empírica da verdade das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa” (p. 17), são trechos de narrativas “[...] basicamente concretas, expressivas, descritivas, abundantes, afetivas, literárias” (p. 77). Assim, as expressões-chaves, é a literalidade, é como foi dito o depoimento.

Identificadas as ECH, associamos a elas uma breve descrição do seu sentido, da forma mais fidedigna possível, de modo que fique claro o tema do depoimento, ou seja, a **ideia central** da narrativa, o que foi dito. Posteriormente, as ICs de sentido semelhante darão origem as categorias nas quais estarão classificadas para fins de construção do DSC. As ideias centrais não são interpretações do pesquisador, mas sim descrições do núcleo de sentido presente nas respostas. Assim, Lefèvre e Lefèvre (2012, p. 77) indicam que as ICs, em contraste com as ECHs, são “abstratas, conceituais, sintéticas, frias e poucas”, são “o que o entrevistado quis dizer (ou o quê, sobre o quê)”. Pode acontecer de respostas a uma mesma pergunta possuir mais de uma IC; caso isso ocorra elas devem ser reagrupadas em discursos distintos.

Em algumas situações ECH podem desvelar a adesão do sujeito a uma ideia social, de grupo, a partir de expressões generalizantes que procuram enquadrar uma situação específica, como “homem que é homem...”, “um brasileiro de verdade...”, “sempre”, etc. Assim, essas ECH não remetem apenas a uma IC, mas manifesta linguisticamente uma dada teoria, ideologia ou crença com as quais o enunciador se identifica e professa, que diz respeito às **ancoragens**. É importante ressaltar a similaridade de sentido de ancoragem no DSC com a mesma noção dada por Moscovici na TRS,

Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia. (MOSCOVICI, 2007, p. 61)

Apesar de a ancoragem ter um papel importante, sobretudo de motivação prática, com relação a tornar manifestas teorias, ideologias e conceitos que inconscientemente adotamos nas

nossas práticas cotidianas e profissionais, nem sempre elas se encontram presentes nos discursos analisados.

Quando classificamos as ICs e/ou as ACs, podemos agrupar os trechos de depoimentos com sentido semelhante ou complementar em categorias de ideia central e/ou ancoragem, geralmente identificada por códigos (letras, números etc) e por uma descrição sucinta (descrição do que foi dito) que sintetize o seu sentido. Por último, quando reunimos as ECHs extraídas dos depoimentos e as categorizamos em ICs ou ACs, de sentidos semelhantes, temos os discursos-síntese, o **Discurso do Sujeito Coletivo** (DSC) propriamente dito. A cada categoria de IC e/ou AC corresponde um DSC, o que reitera o que foi dito sobre um dos princípios da metodologia com relação aos tipos de distinção do mesmo, ou seja, os discursos-síntese podem se destacar pela diferença ou antagonismo – obrigatoriamente apresentados em separados para análise - ou pela complementaridade, cuja apresentação em separado, ou não, dependerá dos objetivos do pesquisador. A junção dos trechos de narrativa em um discurso-síntese, expressando o que fala a coletividade, não quer dizer que os sujeitos da pesquisa manifestam ideias ou expressões iguais, o que promove uma homogeneização de pensamentos e mesmo atitudes dos participantes. Antes o que se pretende é demonstrar que a união de pensamentos semelhantes naquele discurso pode ser representativa de uma condição grupal.

Abaixo, apresento de forma resumida, os operadores ou figuras metodológicas do DSC:

Tabela 1 – Operadores metodológicos do Discurso do Sujeito Coletivo

Operadores	Descrição
Expressão-chave (ECH)	Seleção de trechos do material verbal (depoimentos) que melhor representam a essência da opinião professada.
Ideia Central (IC)	Descrição do cerne do sentido presente nos depoimentos de cada resposta e nos painéis de respostas com similaridade de sentido ou complementares.
Ancoragem (AC)	Manifestação linguística de crenças, ideologias, valores e teorias dos indivíduos, na condição de estar marcada concreta e explicitamente nas respostas como um pensamento generalizado.
Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Reunião das ECH dos depoimentos de mesma IC e/ou AC de sentido semelhante ou complementar, escrito na primeira pessoa do singular, representando dada coletividade.

Fonte: Própria autora.

Além dos operadores metodológicos, relacionados à dimensão qualitativa do DSC, Lefèvre e Lefrève (2012) apresentam dois atributos relacionados à sua dimensão quantitativa: (1) intensidade e (2) amplitude. A intensidade (ou força) permite conhecer o grau de

compartilhamento de uma ideia entre os atores sociais da pesquisa, ou seja, diz respeito ao número de pessoas que “[...] contribuíram com suas expressões-chave relativas às Ideias Centrais ou Ancoragens semelhantes ou complementares, para a confecção de um dado Discurso do Sujeito Coletivo” (Lefèvre e Lefèvre, 2012, p. 82). A amplitude permite conhecer a capacidade de difusão ou grau de espalhamento de uma ideia no campo pesquisado. No entanto, os atributos quantitativos quando tomados de forma dissociada das interpretações qualitativas presentes nos significados e sentidos dos discursos não possuem valor nem contribuição para a pesquisa social de base construtivista.

Embora tenha sua importância, ao estabelecer, por exemplo, a frequência de compartilhamento de ideias centrais como critério principal na reunião de discursos, como preconizam os autores, pode parecer que o DSC não é uma metodologia utilizável para pesquisas em profundidade, somente aplicável às pesquisas de opinião, posto que a utilização de um número reduzido de atores limitaria a quantificação. Nesse sentido, não tive a pretensão de generalizar resultados, mas de aprofundar conhecimentos acerca do fenômeno e da temática problematizada. Porém, este é um ponto que será retomado quando falar sobre o campo social, ou seja, sobre os atores sociais da pesquisa no subitem da sequência.

Na próxima seção, procuro descrever os procedimentos de coleta e interpretação relativos à construção dos DSCs, detalhando os passos metodológicos e os critérios de utilização técnica em conformidade com a metodologia em questão.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E INTERPRETAÇÃO

Na vida, meter-se em incursões para realizar algum desejo, algum percurso (de viagem, que seja) ou algum projeto, muitas vezes se assemelha ao progresso da concepção ao parto. Lefèvre e Lefèvre (2014) assemelham, por exemplo, o fazer do pesquisador com relação à produção dos DSCs ao do parteiro que dá a luz à uma criança. Nas duas situações, por experiência própria, tenho de concordar, e completo: essa não é uma tarefa nada fácil. Sobretudo, no que diz respeito ao pós-parto, quando se olha para a criança-produção e não se sabe o que fazer com ela. A boa notícia é que, apesar das vicissitudes, a potência de sua voz-choro ao nascer é tão ensurdecadora e vem acompanhada de transformações tão irreversíveis e assustadoras, quanto desejadas e cheia de esperanças, que nada pode impedir o propósito de fazê-la reverberar em todos os espaços.

No caso do DSC, até o momento crucial, o da concepção dos discursos-síntese, é um longo caminho de preparo que envolve a confluência de tecnologias e de produções no sentido de aprimoramento e traçado de percurso, de modo que o “parteiro”, no sentido figurado proposto pelos autores, possa dar à luz às manifestações de representações sociais sob a forma de depoimentos coletivos. Estas opiniões, representadas pelo DSC, são entendidas por duas perspectivas que, evidentemente, retomam o caráter das representações sociais pois que são em essência (1) uma naturalidade expressando uma manifestação da vida em sociedade que preconiza a existência do ser humano, e (2) uma alteridade, posto que sendo uma existência distinta é constituído e constituinte de um coletivo ((LEFEVRE; LEFEVRE, 2014). Assim, a partir do momento que faço nascer tais opiniões, como filhos que criamos para o mundo, elas não mais me pertencem, mas concebidas para a vida, pertencem agora ao social.

A partir dessa reflexão, o fato dos DSCs não me pertencerem simplesmente porque os criei, permite entender duas fases da pesquisa – descrição e interpretação – como momentos claramente distintos, embora ambos envolvam atribuições de sentido por parte do pesquisador, contrariamente ao que comumente vigora sobre as concepções de pesquisa qualitativa, que entende ser esta apenas interpretativa e que somente a interpretação diz respeito a atribuir sentido ao objeto de estudo. Tendo isso em foco, o que não me pertence diz respeito a etapa de descrição, visto que o que me cabe nesta etapa é a reconstituição de um conjunto de pensamentos pré-existent advindos dos sujeitos participantes da pesquisa que convergem em opiniões sobre as manifestações de 2013 em Salvador, expressas num discurso que representa o pensamento de uma coletividade. Tal reconstituição custou-me uma série de ações que foram desde o recorte no tema pesquisado, a seleção de perguntas como estímulos indutores dos depoimentos, até a escolha dos atores sociais envolvidos no fenômeno aqui estudado. Todo esse processo relativo à etapa de descrição já resulta em atribuição de sentido e ultrapassa simplesmente a constatação da presença de representações, já que estou reconstituindo o sentido que os diferentes atores dão ao fenômeno que fizeram parte. Por outro lado, a tarefa interpretativa, é de minha inteira responsabilidade, visto que essa interpretação é criação minha e é o sentido que dou ao sentido dado pelos atores sociais.

Assim, procuro explicar, à luz da metodologia empregada, os processos e critérios que determinei para seleção do campo e dos participantes, da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta dos depoimentos e de como procedeu a descrição e interpretação das informações levantadas. Começando pela escolha da metodologia do DSC, essa se deu pela estreita relação que percebi com o desencadeamento das manifestações de junho de 2013, cuja

organização de destaque ficou por conta do MPL/Coletivo Tarifa Zero, se mostrou espontânea, horizontal e sem a presença de líderes, onde todos falavam por todos. Bem verdade que as vozes eram dissonantes, havia uma pauta disparadora, relacionada às questões do transporte coletivo e ao passe livre, mas haviam outras tantas pautas que diziam respeito a inúmeras questões políticas ligadas ou não ao transporte. Mas, a despeito da polifonia dissonante da voz de uma multidão (Hardt; Negri, 2014) diversa, heterogênea, todas convergiam em prol de um bem comum. Ao meu ver, o DSC permite expressar essa voz que é ao mesmo tempo dissonante – provém de muitas formas de pensar, agir e professar -, mas que também convergem na expressão de pensamentos em forma de discursos (ou de fragmentos deles) comuns a uma coletividade daquela formação social, naquele momento histórico. Permite, sobretudo que essa coletividade fale por si, sem intermediadores, sem nenhuma voz sobressalente, em reunião de diversidades, de diferenças de pensares, que em algum momento convergem para a garantia de um bem comum. O contexto aqui pesquisado, então, não é visto somente do ponto de vista teórico-acadêmico, mas também é considerado - sob a ótica da TRS e das RSs - o seu papel como elemento da identidade grupal. Do ponto de vista da técnica, a metodologia permite tratar dos conhecimentos utilizados pelos indivíduos e grupos sociais nas suas interações cotidianas e produzir, como princípio metodológico aqui discutido, um corpus mais próximo da experiência comum, da experiência da vida cotidiana. Em acordo com Courtine (2009) e Cavalcanti (2015), o corpus é aqui entendido como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo. Essa noção também está associada a visão de Foucault (2008) e indissociada do que ele chama de arquivo:

Entre a *língua* que define o sistema de construção de frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistir e, ao mesmo tempo, modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.* (FOUCAULT, 2008, p. 147-148, grifos do autor)

Assim, arquivo não quer dizer apenas enunciados (acontecimentos e coisas), um “sistema da discursividade” conservados por uma via arquivística, na acepção do termo, mas um modo de acompanhar práticas discursivas de uma sociedade, cultura ou civilização. Portanto, seja em composição de textos variados de diversos gêneros, que circulam em diferentes suportes, seja em composição de sequências discursivas, sobre um mesmo tema, contexto ou acontecimento, ambas as formações devem ser consideradas em sua heterogeneidade, prevalecendo uma operação de leitura do “arquivo”, ou seja, em conexão com sua realidade histórica, cultural,

civilizatória. Portanto, o corpus tem a capacidade de abrigar discursos em relação de complementaridade e de antagonismo.

3.3.1 Do campo social: os atores da pesquisa

O campo social diz respeito ao contexto situacional que estabelece uma relação direta de sentido e de prática com os atores sociais por ele envolvidos e está relacionado a estes de modo que podem ser considerados seus representantes legítimos. São, portanto, pessoas que, reconhecidamente, estão aptas a dar opiniões, emitir julgamentos e fazer argumentações sobre o problema pesquisado, pois estão envolvidos diretamente em sua prática. Entende-se, dessa forma, o campo social como “[...] um espaço que enquadra ou condiciona a ação dos atores sociais” (LEFÈVRE;LEFÈVRE, 2012, p.38), que aqui diz respeito aos protestos desencadeados em Salvador, em Junho de 2013, ocorridos à reboque das “Jornadas de Junho” no Brasil, como ficou conhecida, e que vinham acontecendo, em verdade, desde o mês de Maio daquele ano.

Dado o seu caráter multitudinário, como consequência da série de protestos que vinham acontecendo ao redor do mundo, portanto da amplitude e reverberação das manifestações até mesmo em território nacional, optei por restringir o contexto empírico à cidade de Salvador, primeiro porque a cidade, a meu ver, não tinha, até aquele momento, um histórico de lutas com potência para se tornar algo grande e substancial; segundo porque acredito que os protestos de Junho de 2013 na cidade tenham servido como um considerável ponto de inflexão nos processos de reconfiguração da cultura política e da constituição de novos sentidos de militância na capital baiana, à parte o contexto nacional. Outro recorte refere-se aos grupos de movimentação social que surgiram no contexto daquelas manifestações, pois como referenciado no primeiro capítulo, um dos desdobramentos das “Jornadas de Junho” em Salvador foi a emergência de conflitos (alguns inconciliáveis), próprios da dinâmica de constituição de coletivos grandes e heterogêneos, que resultaram em dissidências e o surgimento de novos grupos de causas similares, dos quais: a União Independente Passe Livre (UIPL), o Resistência MPL, o MPL (aquele que permaneceu com a sigla) e o Coletivo Tarifa Zero (CTZ). Uma vez que as fragmentações se deram em torno da desobediência aos princípios, o movimento que permaneceu com a sigla “MPL” em Salvador, foi desligado da federação nacional, os outros dois coletivos – União Independente Passe Livre Salvador (UIPLS ou UI) e Resistência Passe Livre (Resistência MPL) – perderam força durante as manifestações, não sendo mais atuantes. O quarto coletivo, o Tarifa Zero Salvador, permanecendo fiel aos princípios e submetendo

proposta de federação ao MPL Nacional, foi aceito e passou a congregar os membros antigos do MPL Salvador, oriundos da primeira formação (2005 – 2008), sendo estes os critérios para o segundo recorte. Contudo, o momento da coleta de depoimentos para a parte empírica foi impossível dissociar o que seria o MPL, desvinculado da união dos coletivos à nível nacional e o Tarifa Zero, associado à esta federação. E isso é notório a partir das narrativas próprias de cada ator social participante desta pesquisa ao longo da realização das entrevistas, tendo em vista que eles mesmos, embora no calor das manifestações tivessem optado em que lado atuar, em suas falas, muitas vezes, não sabiam delimitar os espaços de uma e outra organização.

No que diz respeito aos atores sociais da pesquisa, o primeiro critério de escolha foi a separação entre aqueles que tinham uma participação circunstancial e os que tinham uma participação efetiva no processo das manifestações e que pertenciam ao Coletivo Tarifa Zero, optando ter como participantes aqui estes últimos, cuja militância estaria marcada em suas histórias de vida, a atuação no movimento social se fazia constante, bem como nas manifestações na cidade e em seus desdobramentos. Por outro lado, todos os atores sociais participantes desta pesquisa foram compreendidos, em maior ou menor grau, na condição de mediadores e que, na ausência de lideranças, exerciam algum poder de agenciamento. Ademais, em zelo ao princípio de horizontalidade, que diz que todos temos a capacidade de operar mudanças a partir de nossas ações e capacidade de agenciamento em processos de lutas sociais com as quais estejamos envolvidos, seria contraditório estabelecer qualquer matriz de critérios para considerar que tais atores poderiam ou não participar da pesquisa, que não fosse o real envolvimento naquele contexto e sua capacidade de emitir opiniões em virtude dessa prática. Por isso, a influência de tais processos em suas histórias de vida, recentes ou antigas, foram consideradas na perspectiva de se obter um maior aprofundamento e propriedade de conhecimento sobre aquilo que expressam em seus discursos, não estabelecendo juízo de valor sobre suas capacidades críticas e de atuação. São, portanto, participantes dessa pesquisa, membros atuantes naquelas manifestações, em sua maioria do Coletivo Tarifa Zero, mas que transitaram também no MPL Salvador, quando este era ainda um só movimento, na emergência das mobilizações na cidade e nas reuniões abertas no Passeio público. Veremos, inclusive, a partir dos depoimentos, que à despeito dos rachas e do “sequestro da sigla” (utilizando expressão deles) pelo dito MPL da capital baiana, em determinados momentos da pesquisa eles não conseguem estabelecer separação de atuação entre os grupos, como já mencionado anteriormente.

Em termos de representatividade do número de participantes desta pesquisa, foram entrevistados 13 atores no total, contudo, em virtude da quantidade muito grande, pela riqueza de material falado e pela restrição de espaço estipulados nos conformes da Academia para esta dissertação, foram considerados os depoimentos de 6 deles, sendo 3 homens e 3 mulheres. Para este recorte, foi observada a relação de sentido que se estabelecia entre o problema investigado e a escolha dos atores sociais, de modo que não considere apenas a quantidade, mas a variabilidade e a qualidade de depoimentos que poderiam ser extraídos dos mesmos.

Acredito ser este o ponto oportuno para tratar das questões relacionadas à quantificação - intensidade e amplitude das ideias compartilhadas nos discursos – sobre as quais os autores fazem afirmações, por vezes contraditórias, a respeito do número de representantes do campo social. Em um de seus livros Lefrève e Lefrève (2005) afirmam a respeito da propensão à quantificação do resgate do imaginário social sobre determinado tema, que “[...] quando a via de acesso a esse imaginário é o depoimento de pessoas, obtidos por meio de entrevistas individuais, um maior número de entrevistados aumenta, em princípio, a chance de que o imaginário obtido seja mais rico” (p. 33). E, mais adiante, prosseguem:

[...] quanto mais os instrumentos para esse tipo de pesquisa qualitativa forem sendo aperfeiçoados, análises envolvendo um número maior de depoimentos poderão estar sendo feitas ou propostas, aumentando, com isso, a riqueza do imaginário obtido. (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2005, p. 34)

Em outro livro de sua autoria, os autores afirmam sobre a quantidade de entrevistados que:

[...] com base em nossa experiência, quando se trabalha com o DSC, mesmo que a pesquisa seja exploratória, não se obtém um panorama mínimo e consistente das opiniões possíveis sobre o tema com poucas entrevistas. Isso acontece porque nesses casos não há uma quantidade mínima de “matéria-prima” para conformar verdadeiras categorias de opinião [...]. (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2012, p. 46)

Contudo, mais adiante no mesmo escrito, afirmam que a escuta por diferentes ângulos é capaz de estabelecer a representatividade da amostra “não pela quantidade dos entrevistados, mas pela sua variabilidade na composição do tecido social” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012, p. 116). O próprio autor, ainda neste mesmo livro, declara com base na noção de *habitus* de Bourdieu, que a decisão sobre quais e quantos sujeitos serão necessários para configurar o campo social poderá ser orientada a partir da posição que tais sujeitos ocupam no âmbito da pesquisa. Em outro artigo de sua autoria, os autores explanam sobre o DSC destacando o sentido de polifasia (MOSCOVICI, 2007) das representações sociais, ou seja, uma vez que o sujeito apreende e elabora, ele também reelabora e distribui pensamentos no contexto de suas interações sociais, sendo portanto, instituído e instituinte das representações, ou como os

autores colocam “sujeito falando e falado” que traz consigo os conteúdos das RS que individualmente adota como prática discursiva (falando), mas também retém os conteúdos (falados) dos outros (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2014). Isso leva a crer que a representatividade do campo social não se relaciona com a quantidade de indivíduos, mas está legitimada pela variabilidade dos seus diferentes lugares de fala, ou seja, dos espaços que ocupam na sociedade e dos sentidos que emitem a partir desses lugares. Ainda mais ao tomar como base o pensamento de Bourdieu (1983) explícito na noção de *habitus*, cuja concepção se baseia em “princípios geradores e organizadores de práticas e representações” que permitem aos indivíduos se orientarem em seu espaço social adotando práticas que estejam de acordo com sua vinculação social. Sem que seja um sistema rígido, o *habitus* não se dispõe apenas à mera reprodução social, ele está sujeito a mutações; portanto, as diferentes trajetórias dos indivíduos e grupos sociais levam às suas variações e à sua mutabilidade, orientadas para funções e ações do cotidiano. Ademais, Bourdieu afirma que o *habitus* é, ao mesmo tempo, materialização e a incorporação de uma memória coletiva que reproduz para os sucessores as aquisições dos precursores.

Ao definir o número de participantes Minayo et al. (2002) diz que, na pesquisa qualitativa, a garantia da sua representatividade não toma como base a quantificação da amostra. O que deve ser observado é quais são os atores sociais que têm um vínculo mais significativo com o problema ou fenômeno a ser investigado. A partir daí o que determina que uma amostra tem boa representatividade deve ser a capacidade de abrangência do problema/fenômeno pesquisado em sua totalidade, ou seja, se esse universo de atores sociais, de fato, garantem a polifonia materializada na possibilidade do problema em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, ao meu ver, o DSC não precisa estabelecer a quantidade como condição *sine qua non* para ter legitimidade, visto que a expressão individual é sempre compartilhada em alguma medida, e que todo discurso individual representa um discurso socialmente compartilhado anteriormente, ou seja, expressa o individual e o coletivo ao mesmo tempo. Apesar da possibilidade de vir a ser considerado pouco o conjunto de atores sociais que forneçam o substrato (depoimentos) para formular os discursos desta pesquisa, tal substrato não representa apenas um ponto de vista pessoal, mas traz consigo uma subjetividade construída em um cenário social. Assim, o que deve legitimar a composição do DSC é a amplitude de significado, ou seja, a variabilidade de sentidos presente nos discursos de um grupo de pessoas sobre determinado tema. Podemos considerar ainda, como previsto na TRS, que o sujeito ao responder uma questão sobre tal situação que vivenciou, o faz com base em sua memória de

atuação, sob a qual incidem variáveis psicológicas oriundas de estado emocional, de experiências bem ou mal sucedidas. Isso me garante que, ainda que em número reduzido, cada um apresentará modos diferentes de ver uma mesma situação, e que à parte suas diferenças individuais, o que os une são trajetórias comuns, mesmo que estas sejam circunstanciais e tenham se dado sobre determinado enfoque ou sobre determinado período de tempo.

Dito isso, todo processo de procura dos atores que melhor representassem os sentidos e desdobramentos das manifestações em Salvador se baseou no argumento da representatividade, levando em consideração o quão estariam vinculados, tanto em termos práticos da participação, quanto em termos de vínculos afetivos, de suas histórias de vida, considerando não apenas o processo de construção de sua militância no decorrer do tempo, mas tendo como disparador deste processo sua própria atuação naqueles eventos, tendo em vista que aqueles momentos serviram para muitos como um processo de iniciação no exercício de sua cidadania. Diante disto, desde a escolha dos 13 entrevistados iniciais até a opção pelos 6 atores que melhor expressaram o teor das questões do roteiro de entrevista, todos tinham uma íntima relação com o processo das manifestações em Salvador, ou por já estarem envolvidos na militância desde sempre, ou porque as manifestações representaram o ponto de inflexão para exercitarem sua cidadania. O levantamento destes participantes foi facilitado pela minha participação desvinculada, independente de qualquer movimento social, nas manifestações, através da indicação de amigos pesquisadores da mesma temática e, sobretudo, a partir de um post em um grupo do qual faço parte no Facebook⁹³, baseado na sororidade, onde solicitei a contribuição dos membros no sentido de me indicarem contatos de pessoas atuantes nas manifestações em Salvador e que tivessem o vínculo com o Coletivo Tarifa Zero ou com o Movimento Passe Livre. A partir disso, toda uma rede de informações (listagem de nomes, reconhecimento dos atores, viabilização dos contatos telefônicos, primeiras aproximações via *Messenger-Facebook/Whats App/ E-mail*) foi tecida, culminando com os primeiros agendamentos e realização das entrevistas de abril à junho de 2017.

Dos 6 entrevistados escolhidos, foram 3 homens e 3 mulheres, cuja faixa etária variava dos 25 aos 44 anos. No que diz respeito à formação acadêmica, todos possuíam nível superior completo ou ainda em curso, variando da graduação ao doutoramento, onde 1 estava cursando a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1 concluiu a

⁹³ O grupo a que me refiro chama-se “Eu aceito... Eu ofereço...”, e foi criado em Dezembro de 2016 por e para mulheres (cisgênero e transgênero). É um grupo secreto no *Facebook* de ajuda mútua, onde se oferece e/ou se aceita todo e qualquer tipo de auxílio, seja material, seja imaterial, tendo suas premissas baseadas na sororidade.

graduação em Psicologia na UFBA, 1 concluiu a graduação e especialização em Direito na Universidade Católica de Salvador (Ucsal) e na Faculdade Bahiana de Direito, 1 possui graduação em Gestão de Redes na Universidade Salvador (UNIFACS) e especialização inconclusa em Sistemas Distribuídos (LaSiD) na UFBA, 1 concluiu graduação em Medicina e cursava o mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) na UFBA e 1 conclui a graduação e mestrado em Administração e cursava o doutorado em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), ambos na UFBA. São pretos declarados em sua maioria (4), sendo 2 declarados brancos, conforme classificação étnica proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que diz respeito à atuação profissional, 3 são profissionais liberais, 1 é autônomo, 1 é concursado da prefeitura e 1 é estudante. Com base nos índices de classe social do IBGE, os participantes oscilam entre as classes C, D e E.

3.3.2 Da Coleta e análise dos dados

Essa pesquisa se fundamenta no construtivismo social, na medida em que a construção de significados subjetivos se deu com base na pluralidade de visões sobre as manifestações em Salvador, ocorridas de junho a agosto de 2013 e advindas das experiências pessoais dos atores sociais aqui apresentados, cuja extração de sentidos partiu desse contexto histórico, considerando aspectos culturais e sociais de cada ator em interação com e na coletividade. De caráter exploratório e descritivo (GIL, 2002; CRESWELL, 2007; GERHARDT; SILVEIRA, 2009), sua proposta tem vistas a estabelecer familiaridade com ideias e desvelar intuições a partir da prática em campo, por isso utilizei um questionário de perguntas abertas que pudesse evidenciar o problema desenhado, identificar e produzir informações sobre seus variados aspectos e que me permitisse conhecer os fatores envolvidos, objetivando descrever as características das manifestações por meio dos atores participantes, ao tempo em que pudesse compreender suas representações acerca daqueles eventos.

Para o levantamento de informações realizei entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro de perguntas abertas, sendo este formulado com base na orientação de Lefèvre e Lefèvre (2005; 2012) sobre a construção técnica e criativa de instrumentos de pesquisa. O roteiro de perguntas foi concebido considerando o perfil dos atores sociais e a natureza do tema pesquisado, a fim de obter respostas autênticas, sobretudo de modo que viabilizasse a tessitura de um rico material discursivo, amplo o suficiente para amparar os objetivos da investigação, elemento necessário à metodologia do DSC e condizente com os princípios da pesquisa

qualitativa. O instrumento de coleta de dados/roteiro de entrevista (Apêndice A) consta de um breve texto de apresentação e um conjunto de 36 perguntas abertas, divididas em 5 grandes blocos, sendo o último (Bloco 5) referente aos dados sócios demográficos. Destas, sob orientação, foram escolhidas 16 questões, sendo: as questões de nº 11 a 16, do Bloco 2, e todas as questões do Bloco 3 e 4, tendo em vista os objetivos desta pesquisa. A tabela 2 demonstra como sistematizei os blocos de discussão do questionário e os objetivos das perguntas a eles relacionados, a fim de produzir o material discursivo para processamento e análise:

Tabela 2 – Subdivisão do Roteiro de Entrevista

Blocos de Discussão	Objetivos
Bloco 1 – Concretude do fenômeno	Investigar aspectos do cotidiano pratico do indivíduo relacionados com o tema das manifestações.
Bloco 2 – Elementos integrantes do campo da representação social	Busca percepções sobre participação nas manifestações, sentidos e diferenças entre atuação <i>on</i> e <i>off-line</i> , usos da tecnologia e suas relações com a cidade de Salvador.
Bloco 3 – Compreendendo o indivíduo no grupo e o grupo no indivíduo	Investigar percepções de pertencimento no grupo, prerrogativas de acessibilidade ao grupo, os sentidos das manifestações para a vida do ator político, propósitos, sentimentos e aprendizado das/nas lutas.
Bloco 4 – Zona muda das representações	Acessar saberes e práticas a partir do não dito; acesso de saberes e práticas a partir das interações com o outro.
Bloco 5 – Condição de produção da representação social	Investigar as condições de inserção social dos atores sociais e coletar dados sócio demográficos.

Fonte: própria autora.

Para a realização das entrevistas, depois das indicações dadas pelos contatos da rede amigas no Facebook e de colegas pesquisadores na mesma temática, entrei em contato com os potenciais depoentes e marcamos encontros presenciais ou via Skype. Todas as entrevistas foram realizadas por mim, por via de agendamentos individuais. Do total das 13 entrevistas, a maioria foi conduzida na UFBA, nos *campi* de Ondina e São Lázaro, geralmente ao ar livre, sendo duas realizadas na sala de reunião do PosCultura, gentilmente cedida por este programa, duas realizadas via Skype e outras três realizadas fora da universidade, devido à solicitação dos entrevistados. Todas as entrevistas foram cedidas de livre e espontânea vontade dos depoentes,

gravadas e transcritas integralmente, perfazendo um total de 22 horas e 9 minutos de depoimentos.

Tabela 3 – Protocolo da entrevista

Protocolo de Entrevista
<p>Agradecimento pela cessão voluntária da entrevista para a pesquisa sobre os sentidos de participação nas manifestações de 2013 na cidade de Salvador e pedido de escolha de um codinome que mantivesse sua identidade anônima;</p> <p>Apresentação do estudo e da metodologia do DSC;</p> <p>Abertura para exposição de dúvidas por parte do entrevistado, demonstrando disponibilidade para perguntas;</p> <p>Apresentação do instrumento para a entrevista semiestruturada, fornecendo o roteiro escrito para visualização e leitura;</p> <p>Abertura para exposição de dúvidas sobre o roteiro. Em caso negativo, dá-se início do registro de áudio e início da entrevista, realizando apontamentos durante a mesma;</p> <p>Após a conclusão do roteiro de entrevistas, questiono existência de considerações finais, agradeço e finalizo o encontro.</p>

Fonte: Própria autora.

A condução da entrevista foi feita de maneira a deixar o participante à vontade, pedindo que, à sua escolha, determinasse um codinome para preservar o anonimato de sua identidade de modo que facilitasse o processo de análise e identificação. Seguiu-se o protocolo e roteiro de entrevista previamente estabelecido com os depoimentos sendo registrados através do gravador de voz do meu smartphone. Durante toda a realização das entrevistas, bem como nas transcrições, os depoentes foram referenciados pelo codinome correspondente, cujas escolhas foram preservadas quando da alimentação da base de dados da pesquisa no DSCSoft. Assim, o corpus da pesquisa constitui-se de 6 (seis) dos 13 (treze) depoimentos coletados nas entrevistas, tendo como base o roteiro de perguntas semiestruturadas previamente produzido, onde das 40 questões, 16 foram processadas a fim de responder aos objetivos aqui propostos, e das quais resultaram 33 DSCs. Contudo, em virtude da limitação espacial dessa dissertação, foi necessária uma segunda triagem que resultou na utilização final de 7 (sete) perguntas escolhidas levando-se em consideração a relevância frente aos objetivos propostos. O conjunto das 7 questões deu origem aos 14 DSCs, analisados no capítulo seguinte. Como previsto na metodologia, os DSCs sofreram pequenas alterações, como: supressão de nomes e determinadas expressões para

garantir o anonimato dos participantes; o uso de conectivos para fazer a ligação entre as partes do discurso; por fim, a eliminação de particularidades e de repetições de ideias.

Todo tratamento dos depoimentos e consequente mineração dos conteúdos e argumentos dos depoimentos individuais de sentido semelhante, para posteriormente serem abstraídos em categorias que os unifica em DSCs, se deu por meio do DSCSoft, software já apresentado, especialmente desenvolvido para dar suporte à técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, facilitando as tarefas mecânicas da pesquisa, tais como: reunião de cadastros para formação de banco de dados de entrevistados, pesquisas, perguntas, grupos; análises a partir de quadros – chamados Instrumentos de Análise do Discurso (IAD 1 e IAD 2) que permitem a realização de todas as tarefas necessárias à construção dos DSCs; ferramentas de exportação e importação de dados e resultados de pesquisa; produção de relatórios, através dos quais sistematiza os resultados da pesquisa. No momento da tabulação dos dados, foram seguidos, na ordem apresentada na Tabela 4, os seguintes passos metodológicos, conforme recomendados por Lefèvre e Lefèvre (2005; 2012) para a construção dos DSCs:

Tabela 4 – Percurso da tabulação de dados

Percurso da Tabulação de dados
1. Leitura do conjunto de respostas de uma determinada questão por vez (Ex.: leitura de todas as respostas da questão 1 e assim por diante);
2. Leitura de cada resposta em particular, identificando as expressões-chave (ECH);
3. Identificação da(s) Ideia(s) Centrai(s) (IC) de cada resposta;
4. Análise de todas as Ideias Centrais/Ancoragens (AC), buscando agrupar as semelhantes em conjuntos homogêneos ou categorias;
5. Nomear as Categorias do conjunto homogêneo;
6. Construção do ou dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) de cada Categoria obtida na etapa anterior;
7. Na construção do DSC, sequenciar as ECH, obedecendo a uma esquematização clássica do tipo começo, meio e fim, ou do mais geral para o menos geral e mais particular.

Fonte: Adaptado de Lefèvre e Lefèvre (2012, p. 89-90).

Para análise e criação dos DSCs no DSCSoft segue-se os passos acima, porém antes é necessário que se proceda com a alimentação de sua base de dados, conforme orientação dos autores no tutorial do programa, iniciando com cadastro da pesquisa, das perguntas e dos

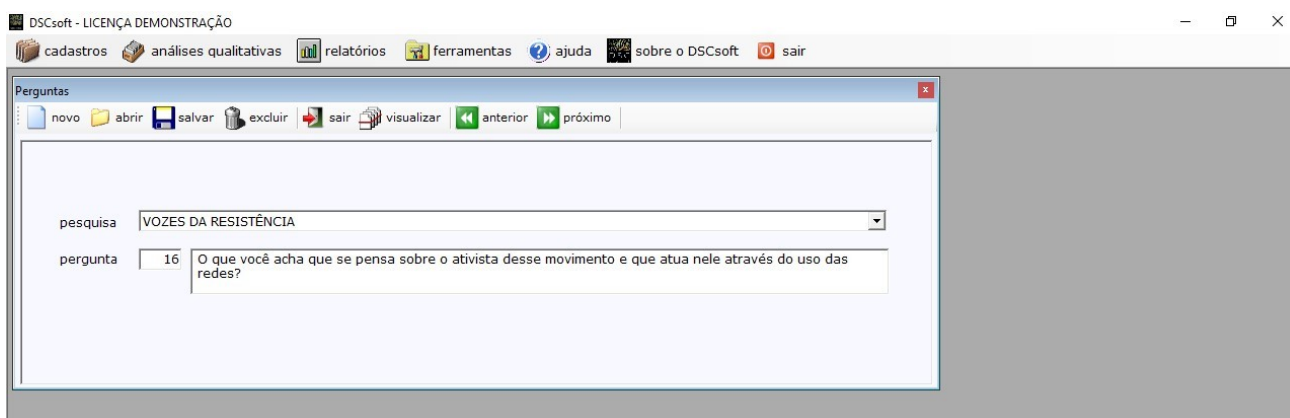
entrevistados, nesta ordem, opções listadas no menu “cadastros” conforme mostram figuras 1, 2 e 3:

Figura1 - Tela de cadastro da pesquisa



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Figura 2 – Tela de cadastro da pergunta



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Figura 3 – Tela de cadastro do entrevistado

Fonte: DSCSoft, versão demonstração.

Os passos seguintes no DSCSoft correspondem a análise qualitativa que envolve a escolha da pergunta e do entrevistado para inclusão da resposta no quadro - acessível através do menu “análises qualitativas” - denominado Instrumento de Análise do Discurso 1 (IAD1), inclusão da expressão-chave (EC) e da ideia central (IC), conforme figuras 4 e 5, respectivamente:

Figura 4 – Tela do IAD 1, inclusão de resposta

Fonte: DSCSoft, versão demonstração

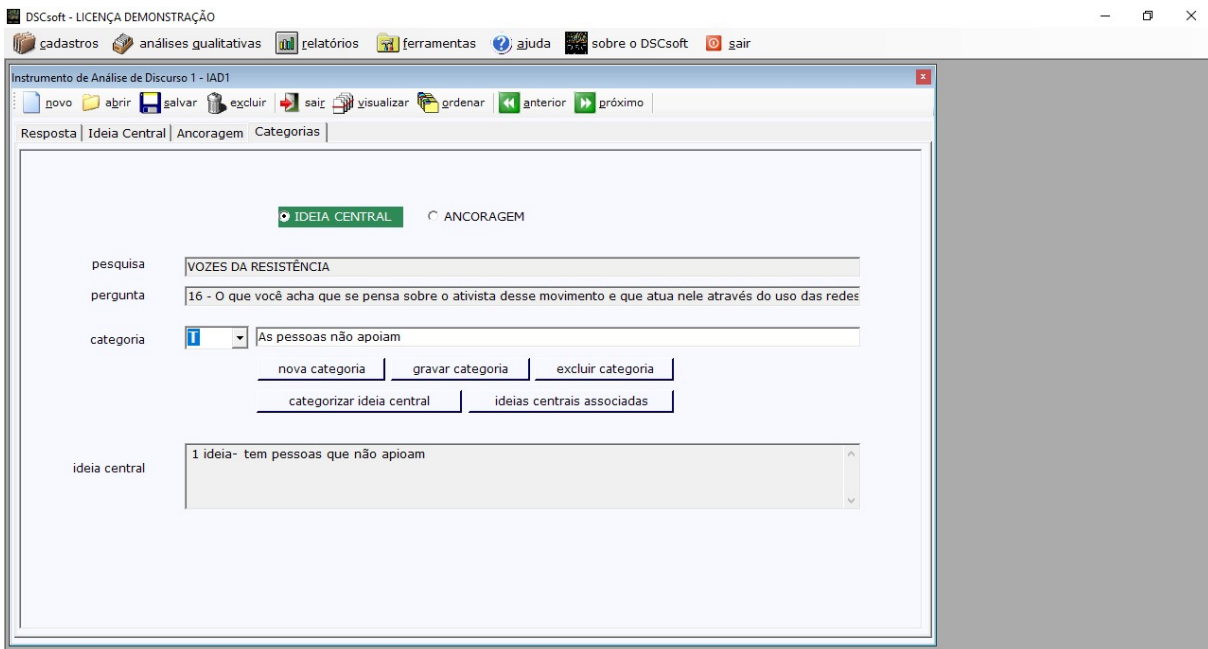
Figura 5 – Tela do IAD1, inclusão de EC e IC



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Após o processamento das ECH e IC, procede-se à categorização das IC. Clicando no botão “categorizar” (conforme figura 5) o programa abre a seguinte tela, como mostra a figura 6. Escolhemos a ideia central a ser categorizada por meio do botão “ideias centrais associadas”, onde aparece uma lista das ICs referentes àquela pergunta, implantamos a categoria no software por meio do botão “nova categoria” e gravamos, clicando no botão “gravar categoria”. Após implantação da categoria no software é possível classificar cada ideia central relativa a cada resposta em tal categoria, ou implantar, pelo mesmo procedimento, novas categorias.

Figura 6 – Tela do IAD1, inclusão de categorias de IC



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Caso a pergunta gere respostas com ancoragem, o procedimento de cadastro segue a mesma linha das ideias centrais, com registro da ancoragem, categorização da mesma por meio de implantação da nova categoria de ancoragem no software e, por fim, a listagem da ancoragem para classificação dentro da categoria criada. Abaixo, a figura 7 representa captura de tela com espaço para registro da ancoragem:

Figura 7 – Tela para registro de ancoragem



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Após o registro e análise de todas as respostas e ideias centrais e/ou ancoragens relativas, bem como à categorização das mesmas, partimos para o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Para tanto, na mesma função “Análises Qualitativas” do menu do software, que dá acesso ao quadro IAD1, temos acesso ao quadro do “Discurso do Sujeito Coletivo (IAD2)”. Na aba IAD2, ao localizar a pesquisa, escolher a pergunta e a categoria de IC, temos que todas as ECH relacionadas a essa categoria aparecerão na janela correspondente, conforme figura 8:

Figura 8 – Tela do DSC IAD2, listagem de ECH



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

Posteriormente, na aba DSC, temos acesso ao discurso do sujeito coletivo em seu estado bruto ao clicarmos no botão “copiar expressões-chave”, quando as ECH listadas no quadro anterior (figura 8) são transferidas para o espaço reservado “discurso do sujeito coletivo” (figura 9). Após os ajustes textuais (introdução de conectivos, supressão de expressões particulares, ordenamento da expressão mais geral a particular ou vice-versa), temos o DSC definitivo para a categoria S, conforme mostra figura 9.

Figura 9 – Tela do DSC propriamente dito



Fonte: DSCSoft, versão demonstração

No próximo capítulo são apresentados os DSCs, bem como a análise e interpretação de cada um à luz dos temas e autores escolhidos na pesquisa.

4 VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA: ANALISANDO E DISCUTINDO OS DSCs

[...] Na fúria das cidades grandes
 Eu quero abrir a minha voz
 Cantar, como quem usa a mão
 Para fazer um pão
 Colher alguma espiga
 Como quem diz no coração:
 Meu bem, não pense em paz
 Que deixa a alma antiga [...]
 Eu quero que a minha voz
 Saia no rádio, pelo no alto falante [...]

(BELCHIOR, Voz da América, Era uma vez um homem e seu tempo, 1979)

Considerando as trajetórias apresentadas, esse é o momento onde as vozes se unem numa única canção, agregando os territórios semânticos digital e urbano, transversalizando os espaços e o tempo, para falar em nome da coletividade. Esse falar por, contudo, não compreende a anulação da voz de outrem em relações circunstanciais de subalternidade, mas ao contrário, são vozes que, ainda que temporariamente, estiveram/estão em condições de igualdade em meio às diferenças, em prol de um objetivo comum e que por isso mesmo, se legitima em representação à polifonia que advém da voz da multidão. Essa voz não só se abre em rádios, alto falantes em forma de jograis pelas ruas e avenidas locais e nacionais, alçando o mundo pelas redes através da internet, mas pretende ressoar também nessa pesquisa. E, quem sabe, depois de cumprir o itinerário das palavras lançadas a fim de produzir transformação, ocupe com esse mesmo propósito os espaços das estantes que passeiam pelos lugares sagrados desta Academia.

Conforme descrição do corpus dessa pesquisa no segundo capítulo, nesta seção serão analisados um bloco de 7 perguntas relacionadas aos objetivos propostos, constituindo um conjunto de 14 DSCs. A análise buscou uma convergência entre minhas interpretações sobre as narrativas dos discursos e o aporte de teóricos alinhados com as perspectivas temáticas propostas por cada DSC. O Sujeito Coletivo que tem a palavra neste capítulo nasce das categorias de discursos coletivos constituídos a partir do depoimento de 6 atores políticos com base nas perguntas do roteiro de entrevistas. Conforme descrito no capítulo anterior, utilizei o DSCSoft para mineração e processamento de dados de cada pergunta, por meio da análise de primeiro e de segundo nível – IAD1 e IAD2, respectivamente. A partir destes instrumentos, para cada pergunta foram produzidos os DSCs, que são apresentados e discutidos abaixo, em suas categorias. Na sequência são apresentadas as 7 (sete) perguntas escolhidas e suas respectivas categorias, bem como os DSCs construídos a partir das mesmas com base nos fragmentos selecionados das narrativas constituintes do corpus dessa pesquisa.

4.1 DSC 1 - DE QUE MANEIRA VOCÊ PARTICIPOU DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013? QUAL O SENTIDO POLÍTICO DESSE SEU ATO? FALE SOBRE ISSO

Esse discurso foi gerado a partir da pergunta “De que maneira você participou das manifestações de junho de 2013? Qual o sentido político desse seu ato? Fale sobre isso.”, pertencente ao segundo bloco de questões. Com base na pergunta, a intenção era captar as formas de ação e os sentidos de participação de cada ator social no contexto do campo representativo. As respostas a essa pergunta geraram 16 ideias centrais que foram agrupadas em 3 categorias, conforme tabela:

Tabela 5 - Discurso do Sujeito Coletivo 1

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
1 - De que maneira você participou das manifestações de junho de 2013? Qual o sentido político desse seu ato? Fale sobre isso.	A – Solidariedade aos companheiros de SP	6	43,75%	100%
	B – Mudança na cultura política local	6	37,50%	100%
	C – Autonomismo como via de reordenamento político	4	18,75%	66,67%
	TOTAL DE IDEIAS	16		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.1.1 Categoria A: solidariedade aos companheiros de São Paulo

A primeira categoria do DSC produzido a partir da pergunta 1 descreve fortemente o sentido de solidariedade do movimento em Salvador ao movimento disparado em São Paulo no junho de 2013 e se destaca como a de maior frequência (43,75%), reunindo 6 das 16 ideias centrais, que combinam o sentido de solidariedade com o sentido de estar coletivamente organizado. A partir da pergunta disparadora, o sujeito coletivo argumenta:

Em 2013 o Movimento Passe livre, em São Paulo, fez manifestações fortíssimas e teve um dia lá que eles fizeram uma manifestação na Paulista, que eles apanharam muito, aquilo chocou o Brasil inteiro, e teve reações aqui. Então o Movimento Passe Livre aqui, ele se estagnou, sumiu, e só voltou como apoio aos meninos de São Paulo que apanharam. Eu lembro quando teve o primeiro ato em São Paulo,

então eu vi que Salvador poderia ter alguma coisa também. Inicialmente, foi de solidariedade mesmo, inicialmente foi solidariedade, vamos fazer um ato em solidariedade ao que está acontecendo lá, ponto. Mas foi um movimento que acabou sendo um tanto quanto a reboque do que estava acontecendo em São Paulo. À princípio numa perspectiva de solidariedade contra a violência, à repressão que estava rolando lá. Foi uma consequência muito tranquila, era o que tinha, era o que a gente tem que construir. E foi no sentido de acreditar na força da população, na força da voz e está ali se manifestando e dizendo que não aceitávamos o que estava a posto.

Embora aqui não mencionada, essa fala traz subentendida uma indignação que dispara e traz à centralidade motivacional do movimento em Salvador a solidariedade dos atores aos companheiros das manifestações na capital paulista ao referenciar a ação policial, iniciada no dia 6 de junho e culminando no dia 13 do mesmo mês, que repreendeu fortemente a massa de manifestantes que marchavam pelas ruas do Centro em direção à Av. Paulista, situação abordada no primeiro capítulo. Sobretudo, é possível notar que as questões afetivas são iminentes à maneira de participação naquele processo e que, corroborando Castells (2013), os movimentos sociais são, em primeira instância, emocionais, posto que seu corpo e forma estão fundamentados nas pessoas.

Assim, podemos observar que as estratégias e os programas políticos não foram a causa inicial das insurgências, como não foi em Salvador, e se bem observarmos, também não o foi em São Paulo e em outras capitais, embora naqueles lugares o MPL já estivesse bem estruturado e a questão do transporte extensamente debatida e problematizada ao longo de anos. Tal qual nas outras partes do país, quando desde janeiro de 2013 já se iniciavam os primeiros protestos, também em Salvador a explosão do movimento começou quando a emoção se transforma em ação. Nesse caso, não pela indignação causada pelo aumento da tarifa do transporte, já que esta tinha sido reajustada desde janeiro daquele ano, mas sim, quando passando da indignação à solidariedade ao movimento em São Paulo, irrompem-se os primeiros protestos na cidade, para depois ganharem vulto já com uma série de outras pautas sociais.

Castells (2013) nos oferece um caminho para entender essa primeira instância motivacional dos movimentos sociais ao lançar mão da teoria da inteligência afetiva⁹⁴, que vê nas questões emocionais (afetos) o disparador motivacional de tais movimentos, já que os mesmos ganham corpo a partir da composição de atores. Segundo essa teoria, as emoções

⁹⁴ O autor faz referência ao trabalho de CRIGLER, A. N.; MACKUEN, M.; MARCUS, G. E; NEUMAN, W. R. (Orgs.). *The affect effect: dynamics of emotions in political thinking and behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 2007. Nesse trabalho, os autores - com base no pensamento de que a paixão e a emoção incidem profundamente na política - propõem um estudo sobre como os sentimentos influenciam nosso pensamento político. Desenvolvem o assunto dando centralidade a descrever os fundamentos filosóficos e neurocientíficos da emoção na política; a forma como as emoções funcionam dentro e entre os indivíduos; e como a política funciona ao nível da sociedade.

relevantes para mobilização social e para o comportamento político são o medo (afeto negativo) e o entusiasmo (afeto positivo), que são interligados por sistemas motivacionais básicos de aproximação e distanciamento, inerentes a evolução humana. O sistema de aproximação está direcionado aos objetivos do ser humano que podem conduzi-lo, pelo entusiasmo, à uma experiência gratificante. Por isso, as pessoas geralmente mobilizam esforços para fazer algo que admiram, projetando o que pode acontecer no futuro. Ou seja, a partir de cenários prospectivos constituídos com base numa representação do futuro, as pessoas se entusiasmam na realização de algo, pela esperança de ver se concretizar mais à frente.

Entretanto, para que se entusiasme e projetem um comportamento no futuro, as pessoas precisam superar a ansiedade e o medo que surgem como emoção negativa, parte do sistema motivacional que busca o distanciamento daquilo que é novo. Assim, a ansiedade ou medo são reações a uma situação externa, a qual a pessoa não tem controle. E o medo tem sobre a ação um efeito paralisante. Observando o comportamento sociopolítico, a superação da ansiedade ou do medo parte de outra emoção negativa, a raiva, que aumenta a medida da percepção de uma **ação injusta** e da identificação do **agente causador**. Quando isso ocorre e a pessoa supera o medo a partir do estado exaltado de raiva (ou indignação), as emoções positivas assumem o controle e impulsionam a ação, com a esperança de que se projete algo recompensador no futuro.

Para que daí se forme um movimento social é necessário que a ativação emocional promova uma conexão com outros indivíduos, o que exige um processo de comunicação de experiências de um indivíduo a outros. Portanto, para existir empatia é necessário que haja consonância cognitiva entre as partes, por meio de um canal de comunicação eficaz. E o que determina a empatia nesse processo são as vivências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Por isso, em casos de indivíduos que têm experiências semelhantes de exploração, humilhação, que são ignorados, que são mal representados, há uma suscetibilidade grande de que transformem a raiva em ação a partir da superação do medo em rebelar-se contra tal situação.

O encadeamento das experiências com vistas à formação de um movimento social, já foi dito, se dá por meio de um processo de comunicação e quanto mais rápido e interativo for esse processo, tanto melhor e maior será a probabilidade de formação de uma ação coletiva com raízes na indignação. Nos dias de hoje, ao redor do mundo e no caso das manifestações em Salvador, as redes sociais cumpriram esse papel, já que, a despeito do corporativismo a que estão suscetíveis, frente aos meios de comunicação tradicional, se constituem em vias

alternativas, horizontais e autônomas, que possibilitaram a articulação dos atores para constituição do movimento.

Em termos práticos, parece ter sido o que ocorreu com a irrupção das manifestações em Salvador, já que ao tomarem “conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificaram” (CASTELLS, 2013, p. 19) os atores baianos, motivados pela indignação causada pela forte repressão (ação considerada injusta) sofrida pelos companheiros paulistas empreendida pela polícia militar (agente causador), têm a indignação logo superada pela solidariedade e, em cooperação, inicia-se a onda de protestos na cidade: uma ação que esperava mudança de comportamento no futuro. De imediato, embora não tenha causado mudança no comportamento policial, já que as manifestações soteropolitanas também colecionaram momentos de confronto e forte repressão, esse processo na cidade ocasionou o reagrupamento dos atores para trazer de volta à cena política da cidade aquilo que “se estagnou” durante alguns anos, conforme fala do sujeito coletivo, referindo-se ao MPL SSA.

É, sobretudo necessário ressaltar, que a passagem da ação emocional para a discussão e produção de projetos, não dispensa o papel das ideias, das propostas programáticas, das ideologias que advêm das experiências de seus participantes, e que reunidas dão corpo à mudança social. Do mesmo modo que na dimensão dos afetos, esse também é um processo com base na comunicação que torna o movimento mais representativo e instigante, tanto quanto mais forem geradas internamente ideias fundadas nas vivências dos participantes, que vão dando corpo à deliberação e elaboração de projetos com vistas a mudança.

4.1.2 Categoria B: mudança na cultura política local

A segunda categoria relativa a pergunta 1 destaca, como sentido da participação nas manifestações, a mudança na cultura política local na perspectiva de participação dos atores naquelas manifestações. Reunindo outras 6 ideias centrais, apresenta uma frequência um tanto menor – 37,5% - que a categoria anterior. Esse DSC aponta:

Você estava ali e tinha que participar do processo, eu acho que essa foi a grande questão. Então foi um processo de efervescência. Naquele momento eu acho que a grande sensação era de que tem uma coisa muito grande acontecendo no país que a gente não tem nem a dimensão concreta do que é e de onde vai parar. Depois, que as coisas foram acontecendo, as pautas foram nascendo e as pessoas perceberam que tinha força. Sabe, pô, conseguimos mobilizar por uma solidariedade, então vamos fazer a coisa pra aqui também, sabe? A gente precisa enxergar a sociedade e enxergar o outro, outros modos de existência, outros modos de vida que são válidos, que são

importantes, que precisam ser vistos e ser respeitados. Foi uma consequência muito tranquila, era o que tinha, era o que a gente tem que construir, a gente estava num processo, em Salvador, de refluxo de lutas muito grandes e as últimas coisas que a gente tinha na cidade, que tinha reverberado, tinha sido justamente lá em 2006, tendo a Revolta do Buzu antes, depois a Frente Única contra o Salvador Card, e as coisas estavam um pouco paradas. A participação nas manifestações tem a marca de, obviamente, estar construindo algo que você acredita, que é relevante, que você acha que vai trazer mudanças sociais concretas. Então, eu não vou perder essa oportunidade de viver isso aqui, porque isso não vai acontecer de novo.

Esse discurso destaca a importância de participação no processo, mesmo não tendo ideia do que viria pela frente. Salienta a esperança de que a participação geraria mudança, agora com enfoque na perspectiva de cultura política da cidade de Salvador, que seria empreendida, a princípio pelo empenho em fazer parte daquele acontecimento histórico, uma vez que aquele acontecimento apareceria como uma oportunidade singular numa cidade onde o refluxo de lutas se dava a quase 10 anos, se considerarmos que as manifestações oriundas da Frente Única contra o Salvador Card em 2006, não foram protestos de grande vulto e tinham especificamente como pauta a recusa à implantação do SalvadorCard e ao favorecimento das entidades estudantis de meia-entrada. Essa narrativa traz ainda muito forte o sentido da crença na construção de algo novo para si e para os outros, que para além da utopia em superar o sistema capitalista (“enxergar outros modos de existência”), proporcionaria “mudanças sociais concretas”.

De fato, não é possível que um processo disruptivo de revolta como esse não provoque nenhum tipo de mudança de viés político (entendendo que o político rapidamente se vincula ao econômico, ao social e ao cultural), principalmente considerando os 10 anos de encolhimento de lutas sociais em Salvador. Essa, é inclusive, uma questão relacionada a formas de compreensão dos movimentos sociais e diz respeito a avaliação dos possíveis impactos que uma ação conjunta de redes de atores políticos possa causar sobre instituições da sociedade e sobre si mesmos. De todo modo, nesses processos há sempre um confronto das características das redes de poder institucionais pelas características das redes de mudança social, ou seja, das redes de contrapoder (CASTELLS, 2013; SCHERER-WARREN, 2014). Tais confrontos, querendo ou não, ocasionam, em perspectiva macropolítica, uma reprogramação da organização política (vinculadas as dimensões econômica e cultural) pela introdução de novas instruções das redes de contrapoder nos programas das instituições, e em perspectiva micropolítica, novos encaminhamentos e sentidos também nas vidas de seus atores, e isso é necessário para que, de alguma forma as redes de mudança social possam prevalecer.

É possível notar aqui a constituição de um movimento social a partir da conexão entre atores e na criação de redes de colaboração que suscitaram ações coletivas para além da defesa de interesses particulares, buscando intervenção na formação de políticas institucionais de

organização ou de transformação da vida social, conforme sentido dado por Touraine (1989). Assim, mesmo que esses confrontos não tenham causado mudanças substanciais na problemática de dominação, assujeitamento e manutenção de privilégios dessas instituições tradicionais, cujas raízes parecem ser estruturais e não sistemáticas (SOUZA, 2006; 2015), não se pode negar que não tenha havido transformação nas relações de poder, visto que vozes que se encontravam em estado de letargia durante praticamente 10 anos, agora voltam a ressoar não só nas ruas da cidade, mas também nas redes articuladas no ciberespaço. E essa transformação diz respeito, sobretudo, a autonomia dos atores em relação às instituições da nossa sociedade. Começando pela mudança de mentalidade individual, essa transformação vai se desenvolvendo por conexões construídas entre diferentes e novos atores que agora designam a si mesmos como protagonistas da história em curso. Sobretudo, movimentam as interlocuções entre as instituições tradicionais da cena política local - porque abala de alguma forma a estrutura interna do aparelho estatal - e os atores sociais nas ruas, ainda que sejam interações enviesadas, muito mais com sentido de aquietar os ânimos ou mesmo barrar o movimento, do que atender suas demandas ou parte delas.

De forma concreta, aquelas manifestações inflexionaram concessões (ainda que para acalmar os ânimos) que elevaram a questão da mobilidade urbana a centralidade da execução de trabalhos da prefeitura e governo do Estado. O fim dos impasses com relação ao andamento das obras do metrô é um exemplo mais recente. Demarca, sobretudo, um retorno aos espaços públicos como lugares de construção social de autonomia. Nesse sentido, podemos ver que, após 2013, a cidade, assim como o país de forma geral, se torna palco de constantes manifestações nos anos subsequentes, passando pelos protestos contra a Copa, em 2014, aos protestos contra e a favor do governo federal, em 2015, contra e a favor do *Impeachment*, em 2016, até as polarizações e manifestações Fora Temer até os dias de hoje, para citar algumas.

4.1.3 Ancoragem C: autonomismo como via de reordenamento político

Com relação a esta categoria, se faz necessário retomar traços que a fizeram se distinguir como uma ancoragem na perspectiva da TRS e da metodologia do DSC, que tem a primeira como teoria fundante. Tendo em vista que a ancoragem se distingue pelo fato de se encontrar nos discursos professados “manifestações linguísticas explícitas” de teorias, ideologias ou crenças na tentativa de “enquadrar situações específicas”, após análise mais fina, é possível

notar nesse discurso, a partir das expressões-chaves, um movimento de generalização de ideias pertencentes à corrente política do Autonomismo que permite articular nesse discurso pelo menos duas, das três funções das RS que dizem respeito (1) a interpretação da realidade e (2) a orientação de condutas e relações sociais (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005; JODELET, 2009; MOSCOVICI, 2007). Assim, a ideia de que os princípios contidos na corrente autonomista, que reside no direito de todos os cidadãos participarem e deliberarem nas questões públicas e no seu ideal de cidadão ativo, em que, por conseguinte, se exige reconhecer às pessoas o direito e a possibilidade de atuar na vida pública, não só traduz a interpretação do mundo social por parte desse sujeito coletivo, como também o orienta nas suas condutas e em suas relações sociais.

Dessa forma, essa categoria de ancoragem, com uma frequência de 18,75%, reúne 4 das 16 ideias centrais que sublinham fortes traços de elementos orgânicos do campo autonomista atrelados a uma esperança de quebra de hegemonia político-partidária (pelo menos na forma em que se encontra na democracia dita representativa) em Salvador, por meio das manifestações. Nesse sentido, um dos traços do autonomismo mais relevantes dizem respeito a liberdade enquanto valor e objetivo político, especificamente no sentido de que as pessoas devem ter autonomia, dispor igualmente de direitos e, conseqüentemente, obrigações nos processos de deliberações que envolvam as condições de suas vidas e nas determinações destas condições, sem que haja um marco institucional que, em contrapartida limite ou negue esses mesmos direitos. Um outro traço igualmente relevante é a minimização dos inúmeros centros de poder na vida pública e privada, respectivamente associados ao estado e a sociedade civil (HELD, 2007). O sujeito coletivo desse discurso diz o seguinte:

A principal tarefa histórica da gente naquele momento, enquanto militante, era tentar reconstituir o processo organizativo desse campo autonomista. Me envolvi totalmente porque realmente era aberto, realmente não tinha partido dominando. Não tínhamos liderança estabelecida, eu não vou perder essa oportunidade de viver isso aqui, porque isso não vai acontecer de novo. Salvador é muito difícil, muito petista, muito lulista, até tem uma dependência muito grande dos aparelhos, dos sindicatos, do PT, dos partidos políticos e tudo que nasce por fora deles é rapidamente ceifado. Então, em 2013 foi bem legal, a gente conseguiu puxar atos com, sei lá, 20 mil pessoas, teve atos de 20 mil pessoas em Salvador, quase. Então foi muita gente, muita gente. Ato puxado sem grana, com pouca estrutura, há muito tempo isso não rolava em Salvador.

Basicamente é nesses dois pontos que se sustenta a fala desse sujeito coletivo para tratar do que esperava por uma quebra de hegemonia político-partidária, que diz respeito à uma tese onde se credita ao PT e suas coligações, uma grande influência em Salvador capaz de limitar os espaços de atuação e o recrudescimento de movimentos autônomos que se desviem de seus interesses, ou seja, que “tudo que nasce por fora deles é rapidamente ceifado”, se considerarmos o espaço temporal que compreende os anos de 2003 a 2013. Não obstante esse espaço de tempo

demarcar 10 anos de governo Lula (PT) na instância federal, e 6 anos de governo do mesmo partido no Estado da Bahia, essa não é uma tese de todo infundada. Especialmente, se consideramos os resultados das eleições de 2006 que, mediante a derrota de Paulo Souto ao que esperava ser seu segundo mandato, levou o candidato do PT, Jacques Wagner ao governo do Estado por duas gestões consecutivas, constatamos que o carlismo, elite política dominante até então, já dava sinais de definhamento (DANTAS NETO, 2008). De acordo com o cientista político Dantas Neto (2008), apesar de nas urnas de 2004 o carlismo tenha obtido cerca de 80% das prefeituras, um ano de governo Lula (desde 2003) somado a derrota eleitoral em 2006, remeteram ao passado a condição de hegemonia daquela elite política na Bahia e sua considerável influência em nível nacional.

Terreno propício para o desenrolar de alianças políticas que conectaram o PT à grande parcela da oposição baiana daquela época, formou-se, sob a liderança desse partido e com cooperação de aliados relevantes, um campo político favorável que se converteu em proeminente alternativa de poder. É importante destacar, nesse sentido, a relevância do PMDB tendo à frente Geddel Vieira Lima, ex aliado carlista e ainda bastante próximo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que deu ao PT aqui na Bahia, acesso a novas áreas da geografia eleitoral, além de ter contribuído para “condições de governabilidade”⁹⁵ no nível nacional, fato que o levou, inclusive, a ocupar a cadeira de Ministro da Integração Nacional do governo Lula, depois a vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal, no governo Dilma, chegando ao cargo de Ministro de Governo na gestão Temer, pós *impeachment* dessa última presidente. Para fechar o parêntese Geddel, é bom registrar que o mesmo se encontra encarcerado, desde setembro de 2017, acusado por lavagem de dinheiro e associação criminosa, após ter sido encontrado o montante de 51 milhões de reais em um apartamento ligado a ele, no bairro da Graça, em Salvador, numa das operações deflagradas pela Polícia Federal.

Retomando as alianças engendradas pelo PT que o levaram ser uma alternativa de poder na Bahia, de acordo com Dantas Neto (2008), esta se deu a partir da convergência de 11 partidos políticos (entre coligados e apoiadores, formais e informais), possibilitando não só a

⁹⁵ Não é preciso muito esforço para concluir os resultados das costuras de alianças com partidos tradicional e ideologicamente opostos em prol das condições de governabilidade engendradas pelo PT, pois os fatos históricos que se desenrolaram a partir do segundo ano do governo Dilma falam por si, e falam até os dias de hoje, com a assunção (provavelmente planejada?) ao poder do, até então, vice-presidente Temer (PMDB), e o estado de crise das instituições, e de exceção, que tomou conta de todas as instâncias do país na sequência, bem como a onda constante de manifestações, polarizadas ou não, que se tornou lugar comum nas ruas e nas redes brasileiras. Mas esse é, provavelmente, outro tema de pesquisa que pode se converter em futuras teses e dissertações.

candidatura de Wagner, mas o benefício de outros fatores favoráveis como certa autonomia junto à presidência da república e atuação na política estadual “como um protagonista com ares de contra-elite” (p. 8). Esses movimentos *a la* “transformismo” que une tanto bases aliadas como adversárias, na maneira como o entendia Gramsci, ou seja, por meio de ondas reformistas moleculares que expressam a conciliação entre classe política dominante, por parte de elementos ativos ou grupos inteiros, e grupos representantes/lideranças de classes subalternas - como o é (ou era) o partido dos trabalhadores - no interior do aparelho estatal, ocasionaram a desmobilização, tanto das classes subalternas, quanto de movimentos sociais que viam no partido uma via de representação, defesa e execução de seus interesses na arena política.

E é nesse sentido que se refere a fala do sujeito coletivo em análise, quando aponta a dificuldade de recrudescimento dos movimentos sociais e de protestos de classes subalternas nos últimos anos que coincidem com a gestão do PT em âmbito local e nacional, e que sugere uma espécie de restrição consentida de atuação dos movimentos de base popular e sindical nas deliberações políticas. Dessa forma, à maneira de uma “hegemonia às avessas”, Oliveira (2010) parece ter razão ao afirmar que “[...]enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada.”. Ou seja, não houve na gestão PT, grandes avanços na socialização da política, tampouco alargamento dos espaços de participação nas decisões para a população marginalizada, a despeito de pequenas inclusões e aumento do poder de compra de classes que até então não o tinham, o país continuou obscenamente desigual, vez que foi colocada de lado uma intensa e necessária redistribuição de renda, e não houve nenhuma reforma na e da política que suprimisse a persistência do patrimonialismo.

De um lado, aquele governo consegue desmobilizar movimentos sociais integrando-os à gestão nas instâncias administrativas do aparelho de Estado em nome de aparentes realizações de bandeiras históricas desses movimentos. De outro, emudecidas, as classes subalternas se veem emaranhadas na rede de dependência das políticas públicas, pois que se acham “[...] esgotadas por uma década e meia de cruentas lutas sociais ofensivas somada a outra década e meia de obstinadas lutas sociais defensivas.” (BRAGA, 2010). Em virtude disso é que, a partir de uma perspectiva de práticas autonomistas evidenciadas nas manifestações de 2013 em Salvador, esse sujeito coletivo se diz esperançoso com a quebra desse quadro hegemônico, ainda que às avessas, deveras instalado no âmbito político da capital. Contudo, parece que a esperança não ultrapassou o âmbito das quimeras utópicas, pois além de encontrar as dificuldades no campo da esquerda que já se distinguia como campo alternativo de poder na capital, encontraria naquele primeiro ano de mandato municipal de Antônio Carlos Magalhães

Neto (ACM Neto), estabelecida a demarcação de um campo oposicionista na Bahia, à frente do Partido Democratas (DEM), mais uma barreira para abertura de espaços de participação e interlocução para as reivindicações da multidão.

4.2 DSC 2 – NAQUELE MOMENTO QUAL O ARCO DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO? QUAIS FORAM SEUS DESDOBRAMENTOS?

Construídos a partir das respostas à pergunta 2 do segundo bloco do roteiro de pesquisa, “Naquele momento qual o arco de atuação do movimento? Quais foram seus desdobramentos?”, estes DSCs foram destinados a aprofundar o entendimento sobre como reverberaram aquele movimento na cidade de Salvador, mas sem esquecer da vinculação desse em âmbito nacional, no sentido de captar o que o mesmo provocou para além do imediato. Ou seja, entender, no que se desdobraram os esforços empreendidos naquelas manifestações que certamente atravessaria o ano 2013 e a pluralidade de pautas ali postas. As respostas para essa pergunta geraram 9 (nove) ideias centrais que foram reunidas em 2 (duas) diferentes categorias, identificadas conforme tabela, e que se distinguem também por suas abordagens: enquanto a primeira considera os âmbitos local e nacional, a segunda tem bem demarcado pelo sujeito coletivo o âmbito local.

Tabela 6 – Discurso do Sujeito Coletivo 2

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
2 - Naquele momento qual o arco de atuação do movimento? Quais foram seus desdobramentos?	A – Mudanças no comportamento social e institucional	6	66,67%	100%
	B – Esfacelamento do movimento por disputas	3	33,33%	50%
	TOTAL DE IDEIAS	9		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.2.1 Categoria A: mudanças no comportamento social e institucional

Como resposta à pergunta, a primeira categoria identifica como desdobramentos daquelas manifestações uma “mudança no comportamento social e institucional”, não só na cidade, como

no âmbito nacional. Reúne 6 (seis) ideias centrais, com uma frequência de 66, 67%. O Discurso do Sujeito Coletivo dessa categoria alega:

Os desdobramentos daquele processo, dentro da própria atuação do Tarifa Zero, foi a refundação, enquanto Coletivo do MPL, e o reavivamento das lutas em favor do transporte público, contra os aumentos de tarifa e, no limite, a favor da tarifa zero aqui na cidade de Salvador. Como também foram feitas uma série de manifestações, o processo se desenrolou para além de 2013 e eu acho que tem consequências até mais à frente, porque já em 2014 houve uma série de manifestações que eu entendo que tem origem a partir das articulações que surgiram em junho de 2013. Na verdade, aconteceram na cidade até 2015. Houve a intensificação da repressão policial, simplesmente por estar se manifestando. Então, entendo que o movimento foi capaz de capitalizar e catalisar o processo de explosão da luta social, que ganhou proporções de revolta popular. Inicialmente, o fim não era só o passe livre, mas a pauta era essa, a pauta era o Passe Livre, discutir sobre a questão do transporte, discutir porque os mecanismos, a infraestrutura de lazer, de Cultura e de outras coisas só tem no centro e não na periferia. Tinha também uma outra pauta, que era minoritária na época, mas era presente, que era a questão da especulação imobiliária. E essa pauta entra em várias outras pautas que não só o transporte, por exemplo, quando a gente fala de IPTU Progressivo. A gente teve a primeira manifestação, e aí, a galera que era do antigo coletivo do MPL, federado ao MPL nacional, alguns deles participaram, só que não quiseram tomar o protagonismo. Depois da terceira ou quarta (manifestação), que o antigo MPL (antigo) passou a participar mais ativamente, fez uma oficina lá no Passeio Público. O movimento aqui esteve presente em manifestações, audiências públicas, mas sem grandes avanços. Muitos consideram o Bilhete Único uma conquista do movimento. Sem dúvida, no que se trata do comportamento social muita coisa mudou de 2013 pra cá, mas existiam objetivos políticos que não foram alcançados. Apesar de estar na cidade de Salvador, o movimento tinha vinculação com todos os outros, havia comunicação com todos os outros Passe Livre. A presidente Dilma atendeu o Movimento Passe Livre, deu um desconto para as empresas de transporte, para a tarifa ser reduzida e eles não reduziram. (Jacques) Wagner abriu uma porta na Comissão de Transporte, é uma comissão vinculada ao setor de Transporte Público Estadual, e que se a gente conseguisse provar tecnicamente que aquele desconto que Dilma deu, de 30% nos impostos, poderia ser revertido em passagem... Quando a gente provou e foi aprovado na Câmara de Transporte, ele não assinou a lei. Fundou-se uma Frente Única pela Mobilidade Urbana (FUMU) que ainda hoje existe, com muito pouca gente, porque na verdade desmobilizou mesmo. A gente continua fazendo uns marcos legais, fiscalizando a licitação do transporte, fiscalizando o que eles não cumprem... Eu não posso mais brigar no 1º de janeiro pelo aumento da tarifa, para que não aumente a tarifa porque isso está em Lei de Licitação, eles ganharam a licitação e está previsto que tem um aumento. Eu posso brigar para não ser exorbitante, mas eu sei que o aumento vai acontecer todo ano. O MPL tinha por estratégia não deixar a pauta da mobilidade urbana sair de evidência e provocar o caos. Então, partia sempre de algo imediato, que é o preço das tarifas, e puxava pra algo mais amplo até então, que é a Tarifa Zero e o Direito à Cidade. Mas fazia isso provocando manifestações quase cotidianas, obrigando que todas as demais questões ficassem subordinadas a estas. E o movimento obteve uma vitória surpreendente e rápida, mas que marcou definitivamente a agenda política nacional quando o assunto é mobilidade urbana – o direito ao transporte foi elevado a direito social, por exemplo. E o país, graças ao MPL, voltou às ruas.

Uma das primeiras questões destacadas por esse sujeito coletivo diz respeito a um novo ajuntamento de antigos e novos ativistas para reconstituição do que foi o Movimento Passe Livre aqui em Salvador, entre os anos de 2005 e 2008. Esse foi um ponto abordado pela totalidade dos atores sociais da pesquisa e destacado como um sentido de alta relevância para eles, a medida do avanço das manifestações na cidade, tendo como principal local de discussão

dessa questão as assembleias ocorridas no Passeio Público. Em princípio, com certa resistência de membros antigos do movimento ao adentramento de novos membros e colaboradores de redes de mobilização atuantes nos primeiros anos de atuação em Salvador, logo depois se viram impelidos à refundação, visto que se iniciavam as interferências de integrantes de partido e sindicatos de esquerda e, com elas, os embates nos espaços das assembleias.

O aumento dos embates é também um determinante para a mudança de sigla do movimento de MPL SSA para Coletivo Tarifa Zero (essa questão gera também uma categoria a esse respeito), este integrante da federação de coletivos do MPL, em virtude do que os atores nomeiam como “sequestro de sigla” por integrantes de partido de esquerda, especialmente de coligações partidárias ligadas ao PT, como abordado no capítulo primeiro. Nesse sentido, é bom lembrar que, desde o seu nascimento no Fórum Social Mundial de 2005, a maioria de integrantes do Movimento Passe Livre, agora Tarifa Zero, se identificam com os ideais anarquistas, anarco-punk, libertários, socialistas utópicos, e que isso pode justificar boa parte dos enfrentamentos com participantes partidários nas assembleias e nos protestos. Essa é uma questão que, inclusive, compromete boa parte das avaliações feitas sob o viés da esquerda tradicional, já que esses movimentos estão muito mais próximos dos ideais anarquistas, autonomistas, libertários, do que de uma esquerda “ortodoxa”, levando em consideração a quase totalidade dos atores participantes desta pesquisa, por exemplo.

Outro ponto relevante dessa preocupação de se (re) organizar o Coletivo para que se desse o “reavivamento das lutas em favor do transporte público” mostra para esse sujeito coletivo uma necessidade muito clara de transpor o limite da ação coletiva para chegar à uma ação coletiva que viesse a **confrontar** o sistema político local nas questões relativas às condições precárias de transporte público oferecidas à população, e nas restrições a mobilidade urbana que essa precariedade proporciona, problemática debatida ao longo de anos sem avanços. Essa distinção entre ação coletiva e ação coletiva de confronto pode ser explicada a luz das contribuições de Tarrow (2009), quando o autor enfatiza que a ação coletiva pode assumir múltiplas formas, sendo breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. Mas, enquanto “ato irredutível” constituinte que está na raiz de todos os movimentos sociais, protestos ou revoluções, a ação coletiva torna-se confronto quando empreendida por pessoas sem nenhum acesso regular as instituições, “[...] que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades.” (p. 19).

Com a (re) organização do Tarifa Zero Salvador no calor da sucessão de protestos nas ruas de Salvador, as ações coletivas de confronto, longe de sugerirem situações violentas ou extremas de ação, tornam-se a base dos protestos porque parecia ser o único recurso que pessoas comuns tinham contra o aparelho estatal mais bem equipado e poderoso. E nesse sentido os protestos de 2013 tem muito clara a marca do retorno da população às ruas após 10 anos, desde a Revolta do Buzu, em 2003. Tarrow (2009), ainda nos lembra que o confronto não é o que resume o movimento social; outras atividades são desempenhadas envolvendo mobilização e socialização dos membros, formando organizações e engajando-se no autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas, por exemplo. O conflito, por outro lado, está muito mais na forma de relacionamento com as autoridades, uma vez que são elas as detentoras da lei e da ordem, são a fonte do estabelecimento de normas para a sociedade (CALHOUN, 1994b apud TARROW, 2009). Nesse sentido, o confronto violento se deu, quando do encontro entre manifestantes e polícia militar, nos protestos em Salvador e nas demais cidades brasileiras. A intensificação da repressão policial “simplesmente por estar se manifestando”, demarca a disputa pelas ruas no exercício da cidadania e da política, do ponto de vista dos direitos humanos, especialmente considerando a reação violenta das autoridades e das forças de segurança do Estado (HABERMAS, 2012). Fato que começou no de 13 de junho em São Paulo se alastrando pelos demais locais de protestos Brasil afora, e que deu vazão ao princípio das manifestações em Salvador, que teve também seus episódios de forte repressão a partir do 3º ato, no dia 22 de junho de 2013, como abordado no capítulo primeiro.

Os episódios com a polícia, que se estenderam de 2013 até os dias de hoje, têm a marca, portanto, da consolidação de uma problemática de gerenciamento do Estado ante ao direito garantido por Constituição Federal (1988) da livre manifestação, quando rege em seu artigo 5º, inciso XVI, que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização. Do ano de 2013 até hoje presenciamos uma constante de manifestações ano a ano, mas em contrapartida repetidos esforços do Estado no sentido da criminalização⁹⁶ desse direito. Em documento lançado em 2017, sob o título "*Nas ruas, nas leis, nos tribunais: violações ao direito de protestos no Brasil 2015-2016*"⁹⁷, a ONG Artigo 19,

⁹⁶ É importante ressaltar que o processo de criminalização das manifestações é de amplitude internacional, ocorrendo em praticamente todos os países em que reverberaram as lutas a partir da chamada Primavera Árabe. Um caso emblemático, por exemplo, é o decreto da Lei Mordaza, na Espanha, em 2015. Trato desse assunto em artigo de minha autoria intitulado "*Mi holograma favorito: convergências entre estética e política e a intervenção artístico-cultural Hologramas por la libertad*" (2016).

⁹⁷ Documento disponível em: < <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/02/Nas-Ruas-Nas-Leis-Nos-Tribunais-viola%C3%A7%C3%B5es-ao-direito-de-protesto-no-Brasil-2015-2016-ARTIGO-191.pdf>>. Acesso em: 28 de mar. 2018.

atuante na área de direito à informação e violação à liberdade de expressão, traz o saldo do contexto brasileiro no período pós manifestações de 2013, avaliando o cenário de direito ao protesto no país.

O documento analisa o processo de criminalização dos manifestantes sob o viés das três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Seu conteúdo traz uma narrativa que demonstra as intersecções entre a repressão policial nas ruas e uma série de medidas restritivas que vieram sendo implementadas por outros agentes públicos para aprimorar as táticas de repressão e inibir o exercício de liberdade de manifestação. Advogados da ONG também constataam uma mudança de postura na política pública do Estado em relação ao direito de protestos, a partir de uma série de ações coordenadas e estratégicas, no sentido de se limitar o direito de manifestação. Em contrapartida, o relatório também propõe algumas ações como demanda urgente para garantir a plena liberdade de manifestação da sociedade civil, tais como: documento claro que exija a legalidade e uniformidade da ação policial, ou seja, um protocolo operacional padrão das ações policiais, o que também impediria a “criminalização seletiva” em virtude de manifestações de diferentes cunhos ideológicos, já que registram casos de manifestações reprimidas e outras não com base nesse argumento, principalmente após as polarizações evidenciadas a partir de 2014, outro desdobramento que vieram a reboque de 2013.

No sentido das instituições políticas internas do Estado, não há como negar que os protestos provocaram, em certa medida, uma abertura dialógica em relação ao que vinha das ruas. Em que pese a situação local, o sujeito coletivo dessa categoria relata que “(Jacques) Wagner abriu uma porta na Comissão de Transporte...”, mediante acordo de isenção de 30% nas empresas de transportes para redução de tarifa dado na instância federal, ainda que não tenha cumprido o acordado. A recusa em dialogar com o movimento é debitada ao âmbito municipal, onde o prefeito ACM Neto se exime de atender os manifestantes, quando da primeira publicação de carta de reivindicações com 21 pontos em junho de 2013 (Anexos A e B) – restringindo suas declarações aos jornais e coletivas em TV de seu conglomerado – e mesmo depois da ocupação da Câmara Municipal, já em julho daquele ano, quando o movimento publica segunda carta de reivindicações, agora resumida em 6 (seis) pontos. No entanto, apenas três das reivindicações foram atendidas, a maioria parcialmente: o Conselho Municipal de Transportes, que foi reativado nos primeiros dias de setembro daquele ano; o programa “Domingo é Meia”, que vigorava desde março daquele ano, passa a valer para portadores de bilhete avulso, mas usuários de cartão de estudante e de vale transporte continuam sem acesso ao benefício; e, implantação do Bilhete Único em três etapas – atualmente dá o direito de

isenção da segunda tarifa de deslocamento no intervalo de 2h, nas formas Ônibus-Metrô, Metrô-Ônibus ou Ônibus-Metrô-Ônibus. Vê-se que, ressalvadas essas questões, houve em certa medida, uma mudança nas interações com o âmbito institucional, em virtude de uma mudança de comportamento social que passa a exercer maior grau de protagonismo nas interações políticas.

Contudo, por maiores que tenham sido as implicações dos protestos de 2013, esse sujeito coletivo deixa claro que em nenhum momento a luta deixa de ser contra as formas precárias de organização do transporte - tanto em âmbito local, quanto em nacional -, contra o esforço cotidiano das pessoas para pagarem tarifas de deslocamento, que muitas vezes é subtraído de alimentação, moradia, saúde, lazer. Em 2005 estimava-se que 37 milhões de brasileiros não acessavam o transporte público por falta de recursos; com 10 anos à frente, o transporte público perdeu 30% de passageiros, passando a consumir 26% da renda familiar das classes mais baixas (MARICATO, 2017). Assim, a despeito das infinidades de pautas abordadas nos protestos o foco sempre esteve por conta da luta pelo transporte público e pelo direito às cidades. Dada a relevância do tema, e certamente com grande influência de 2013, em setembro de 2015 o transporte é reconhecido como direito social garantido pela Constituição Federal, em decorrência da PEC 74/2013, de iniciativa da deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), com mudança do texto constitucional em seu Artigo 6º, onde já figuram temas de direitos sociais do cidadão como saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, ainda há espera que se dê a observância e cumprimento devidos, quando na prática nada, de fato, tem sido realizado.

4.2.2 Categoria B: esfacelamento do movimento por disputas

O “esfacelamento do movimento por disputas” é a segunda categoria gerada a partir das respostas à pergunta “Naquele momento qual o arco de atuação do movimento? Quais foram seus desdobramentos?”. Representa 33,33% de frequência, reunindo três ideias centrais que remetem, enquanto desdobramento daquele processo, ao sentido de enfraquecimento do movimento em virtude das disputas que se deram concomitantemente e a medida do avanço dos protestos em Salvador. Essa é uma categoria que representa, de forma exclusiva, uma realidade local. De acordo com o sujeito coletivo, a narrativa expressa:

Nós tínhamos uma amplitude muito grande, o que nos prejudicou foi a participação de partidos políticos dentro do movimento que a gente nunca impediria, mas que tinham interesses pessoais. Pessoais que eu digo, partidário. A ocupação da Câmara, estava num refluxo, estávamos em 30, 40 pessoas, quando eles chegaram com 80. Eles eram maioria, era multidão, eles nem seguiram regras e já começaram a pleitear uma

expulsão de quem estava se confrontando com aquele movimento. O Movimento Passe Livre morreu, morreu porque ele foi tomado, ele parou de se reunir no Passeio Público, espaço público, começou a se reunir em sindicatos, partidarizou-se. O movimento anarquista, parte dele era da Revolta do Buzu, chamava 'o Movimento Passe livre Velho' - eles não conseguiram dar continuidade depois da Revolta do Buzu -, se filiaram ao MPL Nacional... Logo depois que o Passe Livre partidarizou e foi para os sindicatos, o Tarifa Zero conseguiu a filiação... Isso fez todo mundo se afastar. No momento em que houve o tensionamento para a virada da pauta, e que as manifestações estavam na rua [...] totalmente abertas e em disputa, o movimento não teve capacidade de amplificar seu arco de atuação e agir articuladamente, no cenário nacional, disputando as pautas com o sentido de direcionar as lutas novamente numa perspectiva concreta, a tarifa zero, e com um sentido mais amplo, o direito à cidade, como uma bandeira anticapitalista. Contudo, o país, graças ao MPL, voltou às ruas. Mas, essa volta às ruas foi capturada pela Direita graças ao medo do povo, que se viu diante de uma Esquerda burocratizada e mais preocupada em defender governos do que em conquistar direitos. Os desdobramentos ainda acontecem, mas agora assistimos pela TV.

Se por um lado a fala desse sujeito enfatiza bem a relação conflituosa entre movimento e partido político, na figura de seus afiliados, por outro traz, de igual modo, bem demarcada a problemática de relações entre membros no que no âmbito da organização interna do movimento. De forma ampla, apresenta essa problemática como um desdobramento do processo de manifestações na cidade de Salvador que imputa restrição às possibilidades de crescimento e consolidação do movimento, conseqüentemente de prosseguir com a articulação da luta em virtude das relações conflituosas, e por que não dizer, do choque de identidades diversas.

Se nas assembleias os conflitos já se tornariam lugar comum, conforme relato desse sujeito coletivo, quando as interferências de interesses partidários e a presença do sindicalismo já se fazia ostensiva, tudo se intensificara a partir da ocupação câmara, onde sobressaiu mais os conflitos internos do que com o próprio corpo de representantes municipais. Conforme abordado no panorama inicial dessa pesquisa, os embates giravam em torno da aprovação/reprovação de alguns quanto ao movimento de ocupação da câmara: alguns entendiam que aquele movimento enfraqueceria as assembleias; outros acusavam os que ocuparam de sabotar o ato do dia 23 de julho de 2013, que confrontaria o então governador Jacques Wagner (PT). Por outro lado, o contingente expressivo de petistas nas assembleias recebia cobranças quanto a um posicionamento mais contundente em relação ao governo do estado da mesma forma que se procedia com o representante da prefeitura, ACM Neto, do partido Democratas (DEM). Contudo, o maior desentendimento ficava por conta da organização da ocupação da câmara sem divulgação prévia para o coletivo, justificada pelo fato de que em assembleias anteriores tinha-se deliberado que “qualquer ação direta” poderia ser empreendida sem aprovação.

Não obstante, a dificuldade de coordenação dos interesses de assembleias que experimentava de uma diversidade de atores se intensificava a cada reunião. O aglomerado de distintas ideologias políticas impossibilitava as moderações, das quais se destacavam choques de interesses entre os membros antigos – anarquistas e libertários em sua maioria – e os partidários de esquerda. Nesse sentido é interessante notar que princípios do anarquismo do século 19, em que se destacavam as figuras de Proudhon e Kropotkin, se fazem presentes nas ideias e ideais contemporâneos dos manifestantes. A liberdade, a igualdade, a independência de um governo e a organização da sociedade por meio de associações livres de contato chocava-se a todo tempo com a ideia de associação para propaganda política e as interações por via parlamentar. Tal situação não causa estranheza com relação aos problemas internos se pensarmos que os movimentos de indignados na contemporaneidade são constituídos por coletivos diversificados e diferenciados onde grupos querem a todo momento acionar ações próprias e/ou se destacar apresentando suas bandeiras partidárias (GOHN, 2014).

É nesse momento que ocorrem as cisões, cuja de maior destaque resulta na federalização do Coletivo Tarifa Zero, após reajuntamento de membros do MPL Antigo. Tais cisões, como demonstram o sujeito coletivo, ocasionam o enfraquecimento do movimento em virtude dos esgotamentos e afastamentos graduais de manifestantes, impedindo-o de resistir aos tensionamentos ocasionados pelas “viradas de pautas”, ou seja, amplas demandas em relação aos direitos básicos e projetos de lei que tramitavam no âmbito federal, que desviavam o foco da problemática do transporte e da mobilidade urbana. Na cidade, com o fim da ocupação da Câmara Municipal que durou 31 dias, ainda houveram reuniões no Passeio Público, porém com contingente bem menor.

Nos anos que se seguiram, especialmente o de 2014, quando da Copa do Mundo e das eleições presidenciais, novos protestos ocorreram, mas com um volume de manifestantes reduzidos a pouco mais de uma centena em Salvador. É nesse ano que se efetiva de forma mais clara a polarização de manifestantes que se iniciara no ano anterior, o que o sujeito nomeia de “captura pela Direita” de um lado, e uma “Esquerda burocratizada preocupada em defender governos do que em conquistar direitos” de outro. A partir daí ocorre uma onda crescente de conflitos no espaço público, juntamente com questionamentos de códigos e práticas tradicionais, com indivíduos e coletividades que se alinham à esquerda e à direita do governo, posições marcadas por maior radicalização e polarização política (BRINGEL, 2016).

A “captura” presente nos anos seguintes a que o sujeito se refere certamente fica por conta do aproveitamento de um espaço aberto pelos protestos iniciais e pelos movimentos iniciadores,

como o MPL. A partir dali outros atores se unem para dar seguimento a outras reivindicações (contra corrupção, a favor do impeachment etc.) sem necessariamente manter ligações com os atores que outrora desencadearam o processo, com a cultura de organização e referências ideológicas prévias, e sem repetir formas/repertórios de ação dos iniciadores daquelas manifestações. Não obstante, em acordo com o proposto por Charles Tilly, o fato de identificarmos usos de mesmo repertório de ação não significa que estejamos diante de um mesmo movimento, mas sim de uma nova gramática cultural e histórica disponível e interpretada livremente pela sociedade e pelos grupos sociais.

Como extensão, os anos vindouros são de igual modo marcados por total ambivalência nas redes on-line que se formam em alternância com as manifestações, onde passa a ser lugar comum os embates ferrenhos e os linchamentos virtuais intensificando a polarização e as hostilidades.

4.3 DSC 3: PARA VOCÊ HÁ DIFERENÇA ENTRE O ATIVISMO ON-LINE E O ATIVISMO OFF-LINE? QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS?

Utilizando as respostas à quinta pergunta do segundo bloco – elementos que integram o campo da representação social –, “Para você há diferença entre o ativismo on-line e o ativismo off-line? Quais são as diferenças?”, foram elaborados esses Discursos do Sujeito Coletivo, que se desdobraram em duas categorias. O objetivo era demarcar, por parte dos envolvidos, possíveis traços diferenciadores entre práticas de ativismo em espaços off e on-line no contexto daquelas manifestações, sobretudo de apresentar indícios do cultivo de elementos tradicionais de atuações anteriores e certa resistência aos novos modos de atuação em contexto contemporâneo. Os depoimentos gerados pela questão deram à luz 10 (dez) ideias centrais, organizadas posteriormente em 2 (duas) categorias que longe de serem antagônicas, se complementam quando enfatizam o sentido de diferença, visto sob dois aspectos: pela ênfase dada na ocupação dos espaços públicos; de outro lado, pela ênfase dada a uma mudança de cunho prático.

Tabela 7 – Discurso do Sujeito Coletivo 3

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
3 - Para você há diferença entre o ativismo on-line e o ativismo off-line? Quais são as diferenças?	A - Existe diferença, mas é necessário ocupar a rua	6	60.00 %	100.00 %
	B – Somente ativismo <i>on-line</i> não provoca mudança	4	40.00 %	66.67 %
	TOTAL DE IDEIAS	10		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.3.1 Categoria A: existe diferença, mas é necessário ocupar a rua

Destacando o sentido de diferença, essa categoria se constrói pela reunião de 6 (seis) ideias centrais com ênfase na condição de ocupação dos espaços públicos, cuja frequência relativa é de 60%. Assim, esse sujeito coletivo enfatiza que:

Sim, há, claro que há. Óbvio que as redes sociais têm uma importância e Junho de 2013 sofre uma influência direta da internet. Aqui em Salvador, por exemplo, o processo de organização começou a partir de uma chamada feita numa rede social para uma assembleia, a rede social foi uma maneira muito importante para articular por exemplo os sujeitos. Tem uma diferença muito óbvia aí entre ativismo *on-line* e ativismo *off-line*. O ativismo não pode se resumir ao ativismo *on-line*, porque a luta tem que ser construída real. Mas, a maioria das manifestações que aconteceram em 2013 foram convocadas por redes sociais, então não dá para desprezar a potência que elas têm. É importante, porque querendo ou não, essa manifestação que teve de 2, 3, 5 mil pessoas na rua, aconteceu por um ativismo *on-line*. As pessoas *on-line* se indignaram e criaram um evento, e a partir desse evento teve o *off-line*. Tem limites que são muito marcados, eu acho que uma coisa potencializa a outra, mas do ponto de vista concreto, as redes sociais e esse ativismo *on-line*, potencializam processos de mobilização de massas, de manifestações populares em rua. Então, existe sim, um papel do ativismo *on-line* que eu acho importante, mas para essas questões mais maciças, como esse enfrentamento ao governo, a exigência das Diretas agora, e tal, é necessário a ocupação dos espaços do ponto de vista físico, sabe? Eu acho que o ativismo *on-line* é importante desde que ele reverbera pro *off-line*. A diferença está quando você vê que a partir do *on-line*, consegue reverberar pro *off-line*. [...] a gente pode usar a internet, os meios de comunicação como ferramenta, como forma de comunicação e de se unir, mas a militância tem que acontecer de “corpo presente”. Nós, militantes temos que estar presentes dentro de comunidades, desenvolvendo dentro das comunidades, seja artisticamente ou de forma educacional. Na real, a boa parte fica muito *on-line* e vai muito pouco para rua, e esse é o problema, pronto. Eu acho que a questão não é militância *on-line* e militância *off-line*; é ter ou não ter o espaço público, que é o espaço de que a gente precisa para construir uma militância, pra construir programa político, para construir um debate. Compartilhem ideias, compartilhem leituras da realidade e construam coletivamente, nem que não seja por consenso, discordando, mas construam coletivamente. O *Facebook* é uma simulação de espaço público, mas não é um espaço público, porque ele tem uma manipulação. É

uma rede que forma bolhas, ela forma comunidades, não é um espaço público, porque no espaço público você encontra com o diferente. Movimento social é na rua, é ocupando, é fazendo acontecer. Tem importância, o movimento, eu participo do movimento na internet, *on-line*, mas só isso não é política.

Considerando a enorme relevância das articulações em rede para inflexão dos protestos de 2013, esse sujeito é enfático ao declarar, que o ativismo *on-line* não pretere, de maneira alguma o ativismo *off-line*. Ou seja, para que mudanças sociais se construam coletivamente, é necessário, invariavelmente, a presença nos espaços públicos de discussão política, pois é lá que “você encontra o diferente”. No entender desse sujeito coletivo, embora o ativismo *on-line* tenha imputado sua potência às manifestações com uma celeridade jamais vista antes da onda de protestos ao redor do mundo, é necessário que os esforços empreendidos nesse espaço desemboquem na articulação de sujeitos nas ruas. De forma geral, esse sujeito vê as duas formas de ação política em separado; para ele, existe um limite concreto que separa o ativismo *on-line* do ativismo *off-line*. Mas, na contemporaneidade, é possível preterir a relação de interdependência, a simbiose existente entre as redes e as ruas?

Certamente, apenas em termos de abstração para demarcar “limites virtuais” de natureza metodológica possa ser possível prescindir da linha esmaecida, praticamente apagada, entre esses dois espaços, em contexto contemporâneo. Em se tratando de Brasil, e igualmente no contexto local de Salvador, desde que os protestos de 2013 foram propagados em rede e articulados usando novas tecnologias de comunicação, evidencia-se que essas tecnologias não se resumem apenas em ferramentas que descrevem o mundo ou de compartilhamento do que se está a pensar ou a acontecer a respeito de algo ou alguma coisa. Antes, elas se constituem em novas formas de criação e construção-desconstrução da realidade, operando numa relação de interdependência, em recursividade com essa mesma realidade. Tal realidade permeia tanto o modo *on*, quanto o modo *off-line*, sem delimitação aparente, como sendo extensão um do outro, tal qual membros de um só corpo. Aí reside a sua potência, tal qual proposta em Nietzsche: quando se expande, entretecendo lugares, superando espaços, juntando-se a outros, tornando-se maior, ultrapassando o estabelecido para afirma-se na vontade de dizer sim aos devires.

Quando pessoas atuam por meio das chamadas redes sociais não estão simplesmente reportando algo, “resumindo” sua atuação a uma esfera única, delimitando espaços, mas estão engendrando, transformando, tecendo a realidade, em alteração inédita do ativismo político e social, e por extensão, os modos de construção e participação no discurso. Nesse sentido, a celeridade da difusão por meio de um ativismo *on-line*, não só rompe as barreiras entre dois espaços separados por tradição, mas desmantela uma sugestão de esvaziamento da política que veio à reboque desse novo contexto, já que rompe barreiras tradicionalmente postas de

mediação, em contraponto, fazendo brotar uma “demanda de política” e intervindo no fulcro do funcionamento social ao constituir novas formas de participação (COSTA-MOURA, 2014; SAFATLE, 2011). Vê-se rasuradas não só as instâncias de representação relacionadas aos partidos e as estruturas da própria política (regimes, ideologias, sistemas), mas também as instituições tradicionais e o campo do discurso em que o sujeito constitui e é constituído, ou seja, seus sistemas de crenças e valores, suas representações do social.

Visto dessa forma, o transbordamento da internet nas ruas, e vice-versa, é consequência natural diante da transmutação das insatisfações em acontecimento na forma de ações de confronto que apostam não mais em ideais de uma vida toda – ainda que muitos sejam impelidos por seus valores e vivência política de anos a fio –, mas numa efetividade dos meios, da presença real que ocupa agora dois espaços a um só tempo. Assim, a construção do programa político, do debate e da própria militância, se faz possível concomitantemente na rede e na rua, na medida em que se articula os dois espaços ocupando-postando com discursos em forma de imagem e sons que vêm dos espaços de lugares, mas também se espalha, convoca, comove, compartilha, incita nos espaços de fluxos contínuos da rede; nas duas formas, pela extensão do hardware (o smartphone, a câmera, o tablet) e dos afetos, produzidos de dentro da mobilização e da rede a um só tempo.

À despeito das possíveis diferenças que podem ocorrer, levantadas pelo sujeito coletivo desse discurso, parece que não foi levado em conta que a ocupação-mediação de um espaço e de outro se faz em regime de revezamento e que ela impele a participação ao mesmo tempo nos dois âmbitos, se considerarmos, como propôs Malini e Antoun (2013) que nas lutas atuais a informação se faz catalisadora do afeto dos atores, revelando-se condutora de suas ações e paixões e “[...]pondo os movimentos sociais sob a forte influência das expressões incorporais.” (p. 189). Afetos, à propósito, no sentido dado por Spinoza (2013) parece ser o impulso que move a multidão (des) conectada, se assim entendermos que a forma como somos afetados determina como e com qual intensidade se dará a nossa forma de agir.

Um outro ponto de destaque nesse discurso é a referência desse sujeito à manipulação, possivelmente de dados e de conteúdo, presente nas redes sociais que tem por trás uma corporação desenvolvidora. De fato, de 2013 para cá, vários registros de denúncias de postagens “apagadas” por parte do Facebook vieram à tona, bem como o registro de sentenças de censura e perda do direito de se manifestar na rede em pleno século XXI, onde liberdade de

expressão e de manifestação garantidas pela Constituição Federal são ignoradas e atropeladas⁹⁸. Acrescente-se aqui os rastreamentos e acompanhamentos de perfis na rede empreendidos pela inteligência da polícia, informações estas amplamente utilizadas para fins de infiltração e repressão ostensiva dos protestos nas ruas. Pelo visto, os limites entre espaços estão cada vez mais se desintegrando, vez que formas de repressão comumente vistas nos espaços de lugares têm desembocado nos fluxos da internet.

É certo também que a internet e nós, como em conluio, formamos as tais “bolhas”: a internet porque pré-seleciona, com base em nossos rastros, aquilo que nos interessa; nós porque, nos interessando, silenciemos ou excluimos os tais “amigos” que nos incomodam em virtude das divergências de toda sorte, certos, todavia, de que essa é uma via de mão dupla. Compartilhamos celeremente tudo o que e com quem concordamos, opinamos enfaticamente sobre temas em voga que nos afeiçoam e incitamos, entre nós e hubs, a que façam o mesmo, pelo aos da nossa “rede” de amigos. Mas não creio que isso gere satisfação e sensação de dever cumprido a ponto do esvaziamento da política e da rua. Pelo menos, entre aqueles que trazem consigo uma história de vida no *front* que o faz agonizar e ao mesmo tempo o impele a lutar.

Por outro lado, é possível olhar essa questão a partir da possibilidade de reconversão (CANCLINI, 2013) desses espaços de modo que venham a ser utilizados agora em novas condições favoráveis de produção, compartilhamento e articulação desses movimentos. Nesse sentido, a multidão conectada reconverte o espaço para propagação de uma multiplicidade de narrativas, “[...] forçando a subversão da sociedade dos metadados das grandes corporações: ao invés de ser o paraíso do monitoramento, esta sociedade se vê transformada em campo de agregação do capital social.” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 232). Essa reconversão vai gerar mudanças nas formas de produção dessas narrativas e uma mobilização política contrária em relação aos mecanismos de captura de fluxos de dados nas redes.

A multidão de diferentes agentes criativos utiliza a seu favor o que Hardt e Negri (2014) tratam metaforicamente como uma “inteligência de enxame”, ou seja, combinação e compartilhamento de modos coletivos de solucionar um problema para modificar o que antes

⁹⁸ Em março de 2013, o morador da Vila Mariana (SP), Ricardo Fraga, foi sentenciado a não mais se pronunciar no Facebook a respeito de denúncias que fazia sobre três torres que vinham sendo construídas no bairro pela Construtora Monfarrej. A liminar proibiu por tempo indeterminado Ricardo Fraga de publicar no Facebook qualquer comentário sobre a construtora, participar de qualquer protesto num raio menor que 1 km das torres, e cassou a página “O outro lado do Muro” em que centralizava as discussões. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/sob-censura-o-brasileiro-proibido-de-se-manifestar-no-facebook/>. Acesso em: 2 abr. de 2018. Um registro mais sistemático sobre o tema da censura no Facebook é encontrado em LIMA, Wilhelm R.M. **Facebook: casos de censura no Brasil**. 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

seria um empecilho à resistência. Usufruindo politicamente dos dados compartilhados coletivamente, a multidão de interagentes subverte a vigilância em vigor. Assim, o mesmo rastro de compartilhamento de dados que serve à represália e ao saciar da fome do capitalismo, antes denuncia em tempo real. Independentemente da dimensão dos revezes e dos próprios movimentos, cada vez mais novas formas de pensamentos e de lutas estarão circunscritas pelo agenciamento entre internet e rua e a ocupação de uma e de outra é ao modo #tudoaomesmotempoagora, já que ambas possibilitam em comum o ressoar da voz da multidão.

4.3.2 Categoria B: somente o ativismo *on-line* não provoca mudança

Essa segunda categoria “só o ativismo *on-line* não provoca mudança” proveniente das respostas à pergunta “Para você há diferença entre o ativismo *on-line* e o ativismo *off-line*? Quais são as diferenças?”, é complementar à categoria anterior e reúne ideias centrais que dão ênfase a uma diferença do ponto de vista da ação concreta, ou seja, da (não) possibilidade de mudança que o ativismo *on-line* pode proporcionar. Com 40% de frequência e reunindo 4 ideias centrais, esse discurso professa:

O ativismo *on-line* é confortável, você faz o ativismo de casa, e não digo que é desimportante. Mas quando você vê que tem pessoas que só se interessam por estar *on-line*, você vê que, na verdade, [para essas pessoas] não há necessidade de mudança, é só ego, né? As pessoas se perdem muito em ficar falando via *Facebook*, eu acho que isso comunica, mas não muda a coisa. Precisamos de ações diretas, trabalhos de base para poder colocar a mão no processo político, para desenvolver, precisamos superar esse processo. Chamavam, em 2013, de ‘*militabooks*’. Agora, o que a gente vê também é que a rede social funciona como um processo anestésico, catártico de você ficar nas redes sociais atuando e deixando de construir luta real. Eu chamo ‘*militabook*’ não sai de casa, a bunda (sic) na cadeira... Muito fácil para mim... É muito cômodo você, de longe, dizer que curte a pessoa que está lá tomando bala. Eu acho que a gente tem que ir pra rua, eu acho que a gente tem que enfrentar esse poder. Se não for assim, não tem o meu respeito. (grifo nosso)

Em complemento ao que foi analisado anteriormente na categoria inicial deste DSC, talvez seja interessante observar aqui duas questões cruciais: um possível ruído no que se entende por mudança – qual o sentido de mudança? – e a aparição do termo “*militabook*”, sob um viés de desqualificação presente no discurso desse sujeito coletivo.

Se o próprio sujeito coletivo admite, na categoria complementar, que as manifestações em Salvador foram articuladas de dentro da rede, esse já se torna um forte indício de que alguma operação de mudança foi levada a cabo. Atesta que novos devires foram empreendidos a partir da articulação de uma multidão em rede que transbordou nas ruas e ali permaneceu por 15 dias

do mês de junho de 2013, somados aos 31 dias de ocupação da Câmara Municipal, naquele mesmo ano. Ainda que se considere que boa parte da multidão de gente que se indignava ao sabor dos compartilhamentos em rede das notícias de repressão ao movimento em São Paulo não ultrapassou o incitamento que resultou na superlotação das ruas, o que certamente não constitui fundo de verdade, não se pode afirmar que os mesmos “indolentes” não tenham inflexionado uma mudança considerável em termos políticos e culturais na cidade, como temos debatido e como os próprios depoimentos prenunciam.

A catarse das redes não parece ter promovido o esvaziamento das ruas, tampouco deixou de produzir mudança na acepção do termo, uma vez que toda movimentação *on-line* transcendeu o ato de compartilhamento para chegar na partilha do sensível e na construção de narrativas catárticas coletivas, tecidas a partir de relatos onde se evidencia uma descarga emocional do indivíduo na estrutura dos seus discurso que não só promove uma contínua interface entre o *on* e *off-line*, mas transborda nesse último lugar.

Em segunda instância, a utilização do termo “militabook” presente na narrativa desse sujeito coletivo desvela um sentido de desqualificação do ativista em rede que se dá sob a égide da discussão entre as velhas práticas do militantismo e uma perspectiva de ativismo relacionada à contemporaneidade debatida em seção anterior, qual seja: um claro ressentimento e uma dificuldade de lidar com a fluidez daquele que recusa o sacrifício da própria vida no lugar santo da revolução, para inventar formas de viver que conciliem realização pessoal e atuação social como sentidos de uma mesma empreitada política. Em um outro plano, se de um lado o emprego desse termo insinua visivelmente um esvaziamento político daquele que atua no espaço *on-line*, posto que a bagagem intelectual de esquerda é algo que ele não tem e que deve ser condição necessária, de outro descortina uma resistência à mudança que tanto reclama por meio da crença de que apenas seu conjunto de ideais ou seu *modus operandi* é capaz de desencadear transformações no seio de uma sociedade injusta e desigual.

É precário, ou por vezes escasso, o entendimento de que as redes, considerados os reveses, possibilitem restituir aos lugares uma cidadania real, afirmando que a “luta real” é também uma partição do ciberespaço. Que nele a democracia torna-se possível porque uma multidão movida por uma potência sensível, delineada no labiríntico narrativo e munida da comunicação partilhada e interfaciada pela expressão coletiva, converge a problemática da cidadania contemporânea e da vigilância em direção da organização de movimentos sociais e coletivos, inaugurando nova ordem democrática.

4.4 DSC 4: VOCÊ ACHA QUE A TECNOLOGIA, ESPECIFICAMENTE O USO DAS REDES, INFLUENCIOU NAS MANIFESTAÇÕES E NA SUA PARTICIPAÇÃO? COMO?

Esse quarto conjunto de DSCs foi construído a partir da composição das respostas apresentadas à questão desse tópico que procura perscrutar os sentidos da tecnologia enquanto influenciadora na participação dos atores da pesquisa e como estes significam e valoram as redes para fins de organização e prática de suas interações e intervenções políticas. Essa questão compõe o bloco 2, sobre o campo de representação social, correspondendo originalmente à pergunta de número 16. Do conjunto de respostas foram extraídas 6 (seis) ideias centrais, que classificadas em 2 (duas) categorias antagônicas, empatam no que diz respeito à frequência relativa das ideias, conforme apresentado na tabela:

Tabela 8 – Discurso do Sujeito Coletivo 4

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA
			RELATIVA (IDEIAS)	RELATIVA (ENTREVISTADOS)
4 - Você acha que a tecnologia, especificamente o uso das redes, influenciou nas manifestações e na sua participação? Como?	A - Influenciou na minha participação e nas manifestações	3	50.00 %	50.00 %
	B - Não influenciou na minha participação, mas influenciou nas manifestações	3	50.00 %	50.00 %
	TOTAL DE IDEIAS	6		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.4.1 Categoria A: influenciou na minha participação e nas manifestações

Essa primeira categoria congrega ideias centrais que respondem positivamente aos dois âmbitos da questão central, com frequência relativa de 50%. Assim o sujeito coletivo desse discurso declara:

Sim, influenciou pela questão da comunicação mesmo. É muito interessante como conseguimos nos comunicar com outros estados, a questão da comunicação das chamadas dos eventos. A gente via o que estava acontecendo e isso nos motivava a estar na rua também. Poxa, o pessoal está ali, está na rua, está militando, então é importante que Salvador se faça presente também. E a questão da organização de

combinar o ato, local de encontro, teve grande influência também. Influenciou totalmente, no poder de alcance, né? A gente não tem mídia, a única mídia que a gente tem é a internet, e aí lhe digo que foi determinante. [...] mas eu faço uma leitura das redes sociais como um instrumento, não como algo principal. Até para o próprio MPL enquanto movimento nacional, as redes sociais tinham um papel fundamental. Porque para os coletivos conseguirem fazer uma articulação nacional, ter reuniões, as redes sociais, as mídias sociais, eram, de alguma maneira, o caminho. Seja de divulgação conjunta das estratégias, dos chamados, de lutas, seja para operacionalizar reuniões. Muitas delas eram feitas, por exemplo, através de chats. Aqui em Salvador, não é que a coisa começou por causa disso, mas o *Facebook* foi uma ferramenta fundamental. Foi a partir dele que se organizou a primeira assembleia aqui, foi o instrumento de convocatória da assembleia e que fez os sujeitos - os ativistas, os militantes - se encontrarem e a partir dali desencadear o processo de luta aqui, entendeu? Assim como a comunicação das lutas, a disputa do discurso com a grande mídia é feita pelas redes sociais, isso é inegável. A gente não tem acesso às grandes mídias e acaba que as nossas narrativas são disputadas a partir das redes sociais.

É possível notar pela narrativa, que embora admita a importância do uso das redes nas manifestações e na sua participação, o sujeito coletivo desse discurso imputa à internet, às redes um caráter instrumental. Enfatizam o aspecto comunicacional, e significam as redes com base na potência da reverberação das suas dinâmicas de ações coletivas – como comunicam, colaboram e manifestam de forma alternativa, sem o controle da mídia, para mobilizarem e coordenarem protestos e as próprias ações em território urbano. Tendo em vista a concordância em ser este o seu principal meio de difusão daquelas manifestações, podemos aqui distinguir tais práticas como ciberativismo. E se podemos distinguir como ciberativismo, podemos concluir que se trata de uma contracultura.

No caso aqui, uma contracultura do midialivrismo ou ativismo midiático, onde o hackeamento por narrativas e linguagens dilacerantes do corporativismo que capitaliza o comum, abre espaço para a resistência de dentro dos poderes do capitalismo para uma outra partilha do sensível que se dá em fluxo e no fluxo inflexionada, como bem expressa Ivana Bentes (2013), por uma “poética do descontrole” e do acontecimento que emerge de um enxame de singularidades que é a multidão, esse “[...] ator social ativo, uma multiplicidade que age. [...] um ator ativo da auto-organização.” (NEGRI, 2004, p. 18).

Uma contracultura em rede que subverte os meios de produção do capitalismo cognitivo que emerge no corporativismo das redes a partir da cooperação e do compartilhamento que potencializa e cria acontecimentos repetidos pelo mundo – ondas de intensa participação numa partilha afetos e indignações. Não à toa, suas bases genealógicas se encontram nas lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70, como batizadas por Foucault, épocas das insurgências com vistas à transgressão da normatização e do controle, da destruição da disciplina como dispositivo primordial das relações de poder na sociedade, cujo propósito primeiro era a produção de corpos dóceis, corpos domesticados. Aqui fica claro que para esse sujeito coletivo

a internet é o “instrumento” que lhe possibilita pôr em prática o exercício de liberação da voz e do corpo, um desejo de voz e de corpo que atravessa os algoritmos e que ressoa e se personifica nas ruas das cidades, resultado da produção imaterial dos afetos e do trabalho cognitivo.

Nesse ambiente híbrido – redes que convergem em ruas e vice-versa – onde esse sujeito coletivo do discurso se movimenta, se organiza, dissemina, (re)cria, coopera, compartilha - abrem-se portas para uma política radical por meio da comunicação compartilhada e das experiências singulares que se expande na convergência de tecnologias e colaboração em rede, onde o principal resultado é um mundo sem intermediários, onde impera a livre produção do comum, como propõe Malini e Antoun (2013): “[...]sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos” (p. 22). Nesse sentido, a internet e o mundo que possibilita construir supera a ideia de instrumentalização para se estabelecer como extensão do espaço físico, como lugar de convergências que apaga os limites e as dicotomias aparentes de espaço-tempo, real-virtual, local-global.

Provavelmente, a dificuldade em processar essa nova realidade, atravanque a possibilidade desse sujeito coletivo de pensar a internet não como separação do território urbano, como um instrumento ou ferramenta, mas como a junção, não mais separável, de espaços de fluxos e de lugares. Certamente seja por isso, que tal sujeito incorre em contradições à respeito de como se deu as manifestações na cidade, já que na mesma afirmativa ele declara que não foi o Facebook o disparador daquele período de protestos que aconteceu em Salvador, para no mesmo instante admitir que foi a partir das articulações na rede que ocorreu a primeira assembleia em território urbano, assim como o encontro de ativistas nas ruas da cidade (“a partir dali desencadearem o processo de luta aqui”) – não seria esse, inclusive, um indício de que a mobilização se deu primeiro em território ciberespacial para depois transbordar para o urbano?

A narrativa desse DSC, assim como os discursos individuais que o geraram, parecem atestar o peso de representações passadas provenientes de hábitos e condutas compartilhadas e reproduzidas socialmente relativas às ações políticas em comum e mesmo individuais ao longo do tempo, no contexto de suas trajetórias políticas e dos movimentos sociais dos quais fizeram parte. Sobretudo, o esforço praticamente inconsciente de perenizar representações e sentidos baseados em modos de agir da militância de característica pastoral e da militância vanguardista dos movimentos de esquerda tradicionais dos quais guardam forte influência, podem demonstrar a consolidação de obstáculos à aceitação desses atores de forma integral e não em parte, de que a emergência e a popularização das NTICs, especialmente da internet, reverteram as dinâmicas de ação coletiva para atuação em ambientes híbridos, assim

mutando a maneira pela qual os ativistas comunicam, colaboram e manifestam. Pois como afirmam Hardt e Negri (2014) “[...] a representação não envolve uma natureza imutável e fixa nem a liberdade individual espontânea, residindo na realidade entre os dois, numa espécie de agir em comum baseado na colaboração e na comunicação.” (p. 261).

4.4.2 Categoria B: não influenciou na minha participação, mas influenciou nas manifestações

A segunda categoria proveniente desse conjunto de DSC congrega ideias centrais que respondem antagonicamente aos âmbitos individual e coletivo da questão central: nega a influência da tecnologia na sua participação, mas reconhece a ação desta em âmbito coletivo, nas manifestações. Congregando uma frequência relativa de 50%, em empate com a categoria anterior, o sujeito coletivo desse discurso fala:

Eu acho que acabou não influenciando tanto assim. As convocatórias aconteceram a partir do *Face*, mas me considero uma pessoa já previamente mobilizada, então eu iria, independentemente. Então, na minha participação não. Mas influencia muito, é muito importante a gente consegue fazer a coisa viralizar. Vídeos, por exemplo, da ocupação foram viralizados por causa da rede, então é muito importante. Pra mim não começa em 2013 e nem vai acabar em 2013, vem de antes e continuou depois disso. Se o *Facebook* deixar de existir, se o *Twitter* deixar de existir, eu vou continuar sendo militante. Mas, sem dúvida, no geral, para as pessoas que não eram militantes e que continuaram não sendo depois daquilo ali, que foram só naquele momento, as redes sociais têm sim importância fundamental, sem dúvida nenhuma. Aquilo ali era onde estava sendo disputado a narrativa, depois a televisão, principalmente a Globo se apropriou, e construiu uma narrativa própria.

Se no âmbito individual essa categoria antagoniza com a anterior, no âmbito coletivo ela se faz complementar. Contudo é importante observar aqui como a subjetividade inerente as experiências e aos hábitos individuais podem ser generalizados na medida que proporciona um discurso que representa um grupo de pessoas a partir da construção de um discurso que não é mais de um só, mas de um sujeito coletivo. O que quero dizer é que a subjetividade na experiência, nas práticas e nos comportamentos diários de uma única pessoa possibilita a produção de um hábito que é comum na prática, que é detectável em conjunto e que serve de base para nossos atos, constituindo a nossa natureza social e revelando a potência das interações sociais (HARDT; NEGRI, 2014; MOSCOVICI, 2007).

Em perspectiva analítica, havia um certo desconforto, notável na época das entrevistas, por parte dos atores – alguns com mais ênfase - em admitir a interferência das redes nas suas

participações nas manifestações desencadeadas em Salvador e em todo o processo organizativo que se deu a partir da internet, bem como de uma prática ciberativista que brota daquele momento. Talvez o sentido de tal constatação, e aí a responsabilidade recai sobre esta pesquisadora, esteja em certa resistência em aceitar que, hoje, o ator político não necessariamente precise desenvolver uma relação de permanência com as lutas que trava, tampouco seja necessário uma imersão tão profunda com as causas sociais, como a renúncia de todas as demais esferas da vida, para que este seja considerado digno de lutar por tal causa e construa, a partir dela, uma biografia político-social. E dizendo mais, uma resistência de que este ator seja considerado, do mesmo modo, digno de envolvimento com tal causa, sem que seja atestada antes a licença que só a dedicação de todos os seus esforços empreendidos nesse sentido poderia lhe propiciar.

Por outro lado, essa resistência talvez esconda as contradições que nutre em respeito as separações que insiste em consolidar, primeiramente para si mesmo, entre o que é ser militante e o que é ser ativista, não admitindo de forma alguma, a unidade entre as representações, tornando-as fixas e permanentes. Nesse sentido, é emblemática a frase: “[...] para as pessoas que não eram militantes e que continuaram não sendo depois daquilo ali, que foram só naquele momento, as redes sociais têm sim importância fundamental, sem dúvida nenhuma.”. Proferida pelo sujeito desse discurso, ela representa com veemência tal interpretação aqui feita. Coincidência ou não, essas leituras e significados, considerando a variável idade desta pesquisa, advêm dos atores fixados numa faixa etária maior (32 a 44 anos) e que possuem uma biografia de ativismo construída desde a adolescência.

Em que pese essas considerações, não restou dúvidas da importância da internet e das redes como espaço que propicia uma ampla difusão social e que por isso consolida espaços não só de “disputa de narrativas”, mas de condições que tornam possível um novo projeto de democracia baseada na livre expressão, na vida em comum e na subversão da lógica da identidade em geral. Sobretudo, vai tecendo uma nova consciência, um choque cultural que terá efeitos a longo prazo na sociedade brasileira.

4.5 DSC 5: COMO VOCÊ SE DEFINE: ATIVISTA OU MILITANTE?

Esse quinto DSC foi elaborado com base na pergunta originalmente de número 32, do terceiro bloco de questões do roteiro de entrevista, tornando-se aqui a 5ª pergunta escolhida para análise do DSC em vista dos objetivos em questão. O bloco originário dessa intencionou

abordar, no conjunto de 8 (oito) perguntas, as percepções de pertencimento no grupo, as prerrogativas de acessibilidade ao grupo, os sentidos das manifestações para a vida do ator político, propósitos, sentimentos e aprendizado das e nas lutas.

No caso específico dessa questão, a mesma foi introduzida a partir da percepção de um debate em torno dos termos “militante” e “ativista” com estreita relação com a trajetória de vida do ator político, que mais que encerrar um simples dissenso sobre como se descrever a prática de engajamento com base na perspectiva histórica, compreende uma problematização entre dois aspectos que emergem à luz da TRS. De um lado, (1) da necessidade de categorizações para valorização de si e dos outros na tentativa de integração do não-familiar, ou seja, aquilo que é estranho porque aparentemente em desacordo com o que se entende por uma prática militante tradicional, com base no que se propaga ao longo do tempo em termos de representação social; de outro, uma (2) necessidade de orientação de condutas e das relações sociais a partir de posturas tradicionais.

As respostas geraram 6 (seis) ideias centrais, sendo que uma delas demandou uma separação das demais, uma vez que a mesma em nada às primeiras se assemelhava ou complementava. Observando o princípio de distinção entre os DSCs, muito embora não possa considerar essa categoria B isolada como um discurso representativo de uma coletividade, portanto um DSC, por causa da incidência em apenas 1 dos participantes e por isso de baixa frequência e amplitude, ela é aqui descrita e analisada em virtude do antagonismo com relação ao universo de narrativas da questão aqui relacionada e constituinte do corpus desta pesquisa. Dessa forma, a partir da nulidade entre um e outro sentido apresentado na questão, a categoria B foi aqui introduzida especificamente com vistas a realçar matizes de posicionamento com enfoque na questão artístico-cultural que emergem de processos políticos como o fenômeno aqui em observação.

Tabela 9 – Discurso do Sujeito Coletivo 5

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
5 - Como você se define: ativista ou militante?	A – Militante	5	83,33%	83,33%
	B – Nem militante, nem ativista	1	16,67%	16,67%
	TOTAL DE IDEIAS	6		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.5.1 Categoria A: se define militante

A partir das respostas à questão relacionada, a primeira categoria traz de forma contundente - embora seja notável uma certa resistência ao enquadramento - um entendimento de si de suas práticas como sendo militante. Essa é, inclusive, a categoria que abrange grande maioria das ideias centrais, conseqüentemente de maior frequência – 83,33%. O DSC afirma:

Me considero militante. Quando eu vou falar dessa distinção não é com base nesse debate teórico, é muito mais numa experiência do que a gente vive, de que o ativismo está direcionado a coisas mais pontuais, mais efêmeras, menos pensadas, digamos assim, talvez ideologicamente, a longo prazo. E a militância tem mais a ver com isso: com você se forjando enquanto ser político, enquanto sujeito político, e entender que seu caminho é esse. Talvez até em algum momento a gente esteja mais ativista e menos militante, mas eu acho que tem essa distinção e que tem a ver com perspectiva de vida, de visão do mundo e do que você entende que quer realmente; com perspectiva de mudança de sociedade a longo prazo, e aí os desdobramentos políticos que vêm disso, que tipo de organização que você tem que construir, né? Que tipo de luta você está disposto a construir. Não gosto de nenhuma das duas, acho que falo mais militante pela força do hábito. Não que eu me sinta confortável com essa palavra... Militante, pela minha trajetória política, eu me encaro muito mais como militante.

De fato, em que pese o “debate teórico” em torno da temática de movimentos sociais, ao menos dentro do arcabouço de autores pesquisados – entre clássicos e contemporâneos –, como abordado na seção anterior sobre a perspectiva em questão, é possível verificar uma alternância no uso dos dois termos nos mesmos escritos, sem que se faça distinção semântica ou mesmo valorativa, ao contrário do que traz o mote principal desse discurso. O que se nota é que essa distinção é feita, no mais das vezes, por parte dos próprios atores e que quando ela ocorre na literatura é justamente na problematização da utilidade das distinções em contraponto com um contexto social marcadamente liquefeito em que se tornou lugar comum à resistência aos enquadramentos de toda sorte (MALINI; ANTOUN, 2013; MODONESI, 2016).

Por parte dos atores, as distinções estão relacionadas às tentativas de desvalorização/supervalorização do que vem a ser um nível de envolvimento com as causas sociais que se distinguem entre a prática do que entendem como militante e como ativista, e uma espécie de esvaziamento político por parte dos considerados ativistas ante a uma vanguarda do militantismo, o que em ambos os casos traz marcadamente uma visão genealógica do termo militante, embora paradoxalmente rejeitem as relações com o militarismo. É, por exemplo, emblemática a justificativa do sujeito coletivo desse discurso para demarcar as diferenças entre as duas práticas em resposta a abordagem da questão relacionada quando diz: “[...] o ativismo está direcionado a coisas mais pontuais, mais efêmeras, menos pensadas, digamos assim, talvez

ideologicamente, a longo prazo.”, denotando um esvaziamento político do que eles consideram como ativista – no sentido de uma despolíticação do ator político –, uma ação circunstancial voltada para uma satisfação de necessidade pontual, uma efemeridade de interesse, sobretudo uma carência de especialização intelectual que marca a prática do ativismo.

Por outro lado, numa atitude de supervalorização do que ele entende por militante, esse sujeito revela um esforço por deixar claro o processo constante de construção da atitude política e cívica, um enaltecimento em virtude da dedicação da vida e da abnegação em favor da luta, perceptível na fala: “E a militância tem mais a ver com isso: com você se forjando enquanto ser político, enquanto sujeito político, e entender que seu caminho é esse.”. É possível notar que tal pensamento corresponde a uma referência com a prática do militantismo pastoral de um lado, reduzindo todas as esferas da vida aos objetivos da causa, e por outro, aos grupos de vanguarda militante, experimentados tanto no quesito intelectual, quanto na capacidade de condução dos demais companheiros do grupo, uma “massa de proletários” como se via com o surgimento das primeiras organizações de esquerda. É preponderante o fato de que as distinções estão fortemente relacionadas à trajetória política – “[...]pela minha trajetória política, eu me encaro muito mais como militante” –, ou seja, para esse sujeito fica claro que a trajetória de vida voltada para a dedicação das causas político-sociais é o que determina o fato de ser militante e não ativista.

Algumas implicações decorrem dessa narrativa. Se por um lado esse sujeito coletivo rejeita toda sorte de enquadramento, classificação ou rótulo identitário que designa quem ele é, o que faz e porque faz, por outro lado ele submete o outro a processos significantes que restringem, que emolduram as possibilidades desse outro, tanto do ponto de vista prático, no que tange a limitação dos seus espaços de atuação, comparando-o a um paradigma de categoria que se pensa ser a apropriada, quanto do ponto de vista subjetivo, da consciência de si, que age no mundo e nos outros (GOFFMAN, 1985; JODELET, 1993; MOSCOVICI, 2003; BUTLER, 2015), delimitando a própria consciência de si desse outro, que se vê enquadrado numa condição à parte do que se espera de alguém que é inclinado aos “valores elevados” das questões políticas, sociais e culturais. Daí decorre uma condição de restrição do ativismo que opera através da perpetuação de práticas tradicionais de uma esquerda militante, imersa na dificuldade de reconhecimento dos novos contextos onde prevalece (ao menos em teoria) um abandono da rigidez de normas e padrões. Sobretudo, implica em um paradoxo com as práticas horizontais dos movimentos em novos contextos contemporâneos, já que limita ou impede a entrada de

novos atores no grupo porque esses não se encaixam no perfil ideal de militante – que não se sabe qual seja – com base nesse pensamento.

4.5.2 Categoria B: nem militante, nem ativista

Essa categoria foi dissociada da categoria de maior frequência das ideias centrais relacionadas à pergunta “Como você se define: ativista ou militante?”, pois revela uma nulidade de sentido do que se apresenta na indagação em questão. Indo além, desconsidera qualquer possibilidade de significação proveniente dos processos de ancoragem/objetivação inerente às representações sociais nas tentativas de construir familiaridade com o que não temos identificação, com o que não nos é familiar. Em suma, é negada a possibilidade de trazer o não-familiar para o mundo familiar; nega-se uma função de identidade impressa nas representações, que as conduzem a expressar um valor simbólico. A partir dessa ideia central, nega-se, sobretudo, o que propunha Moscovici e Jodelet, quando diziam que a RS é uma forma de conhecimento prático que conecta um sujeito a um objeto. Esse sujeito responsável por essa ideia central, e a partir da imposição dela, desconecta-se dessa possibilidade, na medida em que recusa a classificação para si e permite apenas a conexão com sua prática autoral, que é a sua maneira de interferir no mundo. Então, ele declara:

Nem um, nem outro, eu sou poeta.

Por isso, essa categoria B, isolada, apresenta limitação em se considerar um discurso que represente uma coletividade – um DSC –, visto que se relaciona isoladamente a um ator social da pesquisa em relação aos demais.

Essa categoria de discurso se manifesta de forma contundente na expressão de recusa, de anulação da moldura aplicada comumente ao ator político/social envolvido em questões dessa natureza. Em que pese a problemática levantada pela questão, ao contrário dos demais, o ator desse discurso anula as possibilidades de conflitos semânticos e sociais transcendendo da ação à (sua) arte contestatória. É pela poesia de cunho social e político que se faz ativo e que transpõe os regimes de invisibilidade para transgredir, em seus interstícios, por meio da arte a tal estado de anulação de corpos imposto pelo sistema político em curso.

Aqui há um exercício do poder político mediado pela arte. A poesia aqui é um tipo de política radical onde se almeja algo diferente na raiz dos protestos, que para além de objetivos

governamentais definidos, busca “gerar novas relações e subjetividades” e acessar um futuro naturalmente indeterminado (STALCUP, 2016). Existe um objetivo político, mas esse converge em primeira instância, para uma compreensão da política que exige, especialmente, uma mudança no interior do ator político. Um sentido de pedagogia imanente à arte-poesia que produz um novo ator, pois o faz por intermédio da libertação deste; libertação da obediência e da disciplina que se impõe distintamente sobre os corpos subalternos. Faz-se também pelo retorno a consciência de si como sendo passível do exercício de sua cidadania e do direito ao acesso político que lhe é cotidianamente negado. O direito de fala por si pela via estético-política da arte-poesia se constitui em resgate, ainda que circunstancial, do que seria a soberania popular; resgate esse que se dá de forma cambiante entre o individual e o coletivo: em interações sociais no calor das manifestações ele emposta a voz e declama o protesto poético que passa a ser de todos. Para esse sujeito, a poesia, a arte, é tida como a via estética que produz, primeiramente, a transformação “dos espectadores em participantes ativos nos conflitos que os inspiram” (STALCUP, 2016, p. 28), recolocando essa soberania em lugar de princípio primordial da democracia, embora ela ainda não se concretize de maneira integral na instância popular, porque cerceada cotidianamente pelas hierarquias sociais e culturais (CUCHE, 1999).

Podemos apreender por esse discurso o sentido da palavra estética em sua simbiose com a política, conforme a proposição de Rancière (2005), já que “[...] arte e política têm em comum o fato de produzirem ficções. Uma ficção não consiste em contar histórias imaginárias. É a construção de uma nova relação entre a aparência e a realidade, o visível e o seu significado, o singular e o comum.” (p. 8). Nessa proposta, as ficções no sentido que o autor traz, são “rearranjos materiais” das relações entre o visto e o dito, entre o feito e o que se pode fazer. Rearranjos que, na nulidade e recusa imposta pelo ator desse discurso aos termos “militante” e “ativista”, possibilitam outros sentidos e interferências a ele atribuídos na forma, não de sua ação contestatória, mas do seu ser poeta que contesta em ação. A partir do discurso em foco, essas relações entre o que é aparente e a realidade vista por esse ator – as limitações sociais e as condições precárias que lhe são impostas em contextos individual e coletivo, razão de seu envolvimento nas questões sociais – são passíveis de ressignificação e de transformação por meio de suas “práticas estéticas” de performance poética em condições de intervir, corroborando Rancière (2009), nas maneiras de fazer política e nas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade.

4.6 DSC 6: QUAL A IMPORTÂNCIA DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 PARA SALVADOR? E DOS MOVIMENTOS QUE DELAS DECORRERAM?

O sexto DSC corresponde à pergunta de 34 do roteiro de entrevista e foi construído com base nas respostas a ela relacionadas. Essa questão teve o propósito de extrair os significados e reflexões sobre os sentidos e impactos das manifestações para a cidade de Salvador, bem como dos movimentos que se desdobraram naquele contexto, sob os pontos de vista dos atores que vivenciaram aqueles momentos entre os meses de junho e agosto de 2013. As respostas geraram 9 (nove) Ideias Centrais, divididas em 2 (duas) categorias complementares, tal como se segue:

Tabela 10 – Discurso do Sujeito Coletivo 6

PESQUISA	VOZ (ES) DE RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
6 - Qual a importância das manifestações de junho de 2013 para salvador? E dos movimentos que delas decorreram?	A - Retomada das manifestações políticas da população	6	66,67%	100%
	B - Saliou diferenças entre espectros políticos	3	33,33%	50%
	TOTAL DE IDEIAS	9		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.6.1 Categoria A: retomada das manifestações políticas da população

A partir dos fragmentos de discurso das respostas à questão “Qual a importância das manifestações de junho de 2013 para salvador? E dos movimentos que delas decorreram?”, essa primeira categoria salienta a importância da retomada de movimentação política da população na cidade de Salvador. Essa categoria se destaca pela maior frequência, 66,67%, e reúne ideias que giram em torno da centralidade dos processos organizativos e construção de luta nas ruas; das manifestações como recurso de interferência política da população; de retorno, após um longo período sem a interferência ostensiva da população nas questões políticas da cidade; a centralidade da mobilidade urbana para a administração pública de Salvador. Assim, essa reunião de ideias deu origem ao seguinte DSC:

As manifestações de junho de 2013 aqui em Salvador foi mais um processo de retomar uma tradição de manifestação de rua, popular, de cunho espontâneo. A existência de 2013 colocou no imaginário da população - até pela resposta que o governo deu, de ter conseguido fazer o governo recuar, de ver representantes do movimento social indo pro Plenário lá no Senado, no Congresso Nacional - a ideia de que se a gente se unir e for pra rua a gente consegue. Ficou clara a importância de estar na rua, de protestar, de vocalizar aquilo que se pensa e o exercício disso. Isso junho de 2013 trouxe para o país inteiro e para Salvador também. Então, toda ação política da população, como tem acontecido atualmente, é válida, é importante. A gente não discutia política antes disso. Por mais que hoje seja uma coisa quase binária, direita-esquerda, vermelho-azul, foi determinante numa perspectiva de retomar essa coisa da manifestação. Para Salvador as manifestações de junho cumpriram esse papel de dar uma sacudida, de dar uma acendida mesmo no processo de organização da Esquerda, de auto-organização. Era fato que desde de Revolta do Buzu, Frente Única do SalvadorCard, a gente não tinha tido nenhuma manifestação expressiva de rua da Esquerda aqui em Salvador. Então, acho que cumpriu esse papel de lembrar à cidade que existe luta para ser construída e sendo construída, ir para as ruas e disputar as ruas tem a ver com isso. Quando surgiu a mobilização em 2013, o atual prefeito o ACM Neto, percebeu o que estava se passando naquele momento, e adaptou as políticas públicas do seu plano de governo às exigências que vinham das ruas. Se você pegar a gestão dele, houve um foco na mobilidade urbana que talvez nunca tenha acontecido em Salvador. De repente a mobilidade urbana passou a ser algo central na gestão da cidade de Salvador. Em 2014, teve uma ementa constitucional que elevou o direito ao transporte como Direito Social. Então, eu acho que começa a haver uma compreensão diferente sobre mobilidade urbana no país. Está para emergir algo muito novo nos campos da política baiana, é que a gestação de processos sociais é demorada, cheia de curvas e desconfianças.

O sujeito coletivo desse discurso destaca de forma enfática o retorno da participação social de um passado recente de lutas sociais em Salvador, aberta pela adesão ao ciclo de protestos em torno do transporte público que ocorrem na cidade naquele junho de 2013. De fato, embora Salvador guarde um reconhecido histórico de lutas populares, após a Revolta do Buzu, em 2003 - onde aderiu não só estudantes secundaristas, universitários, agremiações e organizações estudantis, mas grande parte dos trabalhadores soteropolitanos, cujo transporte público era o único meio de locomoção -, e dos protestos menores iniciados pela Frente Única contra o SalvadorCard, em 2006, com participação limitada a estudantes universitários e secundaristas, temos na capital baiana uma lacuna de 10 anos, se considerarmos as manifestações de maior vulto.

As manifestações de junho de 2013 em Salvador representaram, para esse sujeito coletivo, a volta à cena política da participação popular e dos movimentos sociais nas ruas da cidade com contingente substancial de atores que, para além da tarifa, reclamava a precariedade do transporte público e as limitações que isso impunha à população periférica, somado a tantas outras precariedades com relação aos serviços essenciais de assistência a essa mesma população. No esteio das demais manifestações em território nacional, Salvador também fazia coro a uma gama de pautas que, afora os serviços públicos de qualidade que fossem de fato gratuitos, reunia interferências no âmago das instituições políticas. Uma multidão reinaugurava

não só um retorno a arena política, mas também estaria disposta a segurar o leme e conduzir a uma outra direção: do horizonte de abissal desigualdade à desde sempre sonhada e esperada terra firme da equidade social.

Mesmo esmaecidas pelos regimes de invisibilidade de que nos fala Rancière (1996), regime este dado a distribuir os corpos em espaços visíveis/dizíveis e invisíveis/indizíveis conforme suas conveniências, a população em Salvador estava determinada a se fazer ver e ouvir, e a interferir não só na administração pública municipal da cidade, desde janeiro daquele ano sob a tutela de um representante da Direita, mas também na administração estadual consolidada em dois anos de gestão petista. O ciclo de protesto na cidade, inicialmente a reboque do ciclo paulistano, tomou corpo e soou para aquela “multiplicidade irreduzível” (NEGRI, 2004; HARDT; NEGRI, 2014) como a certeza de que a união de diferenças em torno de um comum e a ocupação da cidade, seriam capazes de promover uma nova consciência que conduziria a transformação cultural em sentido amplo – política, social e econômica. Uma nova consciência coletiva que seria o prenúncio capaz de realizar, concretamente, um outro projeto de democracia. Talvez a interferência ainda não tenha alcançado o fim desejado, talvez esteja longe disso, mas um passo com certeza foi dado.

Assim que junho de 2013, abre oportunidades para a população se organizar, mas não creio que essa seja uma organização com restrições de espectros políticos – direita ou esquerda –, pois, uma vez acendida a fagulha, vimos que ela alcança a todos a medida de seu avanço, e que convictos de direita se apropriam democraticamente daquele contexto para dar início a um a processo de auto-organização independente e, do mesmo modo, de seus movimentos sociais.

Em se tratando dos significados que todo o ciclo de protestos em torno do transporte de 2013 traz para a perspectiva urbana de Salvador, em acordo com o sujeito coletivo desse discurso, a balança pende para um peso aqui tido em alta conta: a centralidade da mobilidade urbana. Sabemos que essa não uma questão problemática não só em Salvador, mas na quase totalidade das cidades brasileiras, não à toa, aqueles eventos tiveram um nível de alcance nacional. Mas para uma cidade que via o imbróglio metroviário se arrastar a quase 15 anos, e na qual crescia desenfreadamente a aquisição de veículos particulares, resultado da abertura e de políticas de financiamento introduzidas e consolidadas no setor automotivo e de crédito ao longo das gestões do governo Lula, o problema estrutural da mobilidade urbana tinha um peso considerável.

A precariedade do transporte público de Salvador, que atingia não só o número de linhas, mas a própria frota sucateada – uma quantidade ínfima de ônibus era e ainda é considerada em

bom estado de conservação e razoáveis condições de uso – mal serve a população, especialmente a que vive nas periferias, prolongando o percurso de até 3h diárias no itinerário casa-trabalho/trabalho-casa (MARICATO et al., 2013), encolhendo a renda e dificultando a atividade laboral dessas pessoas, incluindo os próprios rodoviários. Adiciona-se a essa perpetuação de péssima qualidade do transporte público, o contínuo favorecimento do empresariado de transportes na cidade de Salvador por meio de licitações engendradas a partir da administração municipal. Esse é um debate que não se encerra, mas o fato é que em meio a essa realidade, parece que as manifestações, como traz a fala desse sujeito coletivo, alçou à centralidade das discussões o tema da mobilidade urbana numa capital como Salvador, que se via desde sempre, em termos de transporte público, diante desse quadro de sucateamento. Creio que não se pode negar, portanto, que a prefeitura municipal, ainda que tivesse intenções políticas a esse respeito, pressionada pelas interferências do ciclo de protestos na cidade e da intervenção de manifestantes na Câmara de Deputados, acelerou planos que davam conta da execução de projetos dentro da temática da mobilidade urbana. Como exemplo, assumindo e acelerando as inacabadas obras do metrô, colocando em funcionamento após 14 anos, em 2014, o primeiro trecho de obra referente a Linha 1, que compreende as estações da Lapa, Campo da Pólvora, Brotas e Acesso Norte. Outro exemplo foi a implantação de um centro de monitoramento do transporte público de Salvador, o Centro de Controle Operacional (CCO), a criação do CittaMobi, um aplicativo gratuito de celular para auxiliar os usuários de ônibus da cidade, que consolida na plataforma os horários dos ônibus em tempo real, a localização dos pontos de parada e terminais da cidade, bem como as linhas disponíveis em cada um deles.

A despeito dessas que podem ser consideradas ínfimas providências em meio a uma enormidade de questões que necessitam ser postas em prática com vistas a diminuir as distâncias entre camadas sociais, talvez o maior sentido das manifestações para Salvador, com relação a centralidade da mobilidade urbana, tenha sido a emergência de uma nova consciência da população no que diz respeito a certeza do direito de sua livre circulação na cidade e da ocupação de seus espaços sem empecilhos de qualquer ordem. Uma consciência que certamente põe termo aos confinamentos periféricos da maior parte da população, que se vê restrita à circulação e ao lazer precários em seus bairros de moradia, e que propõe a seus habitantes a transição do “turista” ocasional para o reconhecido cidadão de sua própria cidade.

4.6.2 Categoria B: salientou diferenças entre os espectros políticos

Com base nos fragmentos de respostas dos atores para a questão relacionada, essa segunda categoria apresenta 33,33% de frequência das ideias que destacam a importância das manifestações para Salvador e para movimentos delas decorrentes, reunindo sentidos que salientam as diferenças entre os espectros políticos – Direita x Esquerda – que ia se revelando a medida dos avanços e que tiveram continuidade até os dias de hoje. Tais ideias salientam reavaliações dos movimentos de esquerda disparadas, segundo esse DSC, pela apropriação das ações contestatórias, e por isso mesmo, pela permanência e recrudescimento de movimentos da direita partidária, com base em uma organização melhor orquestrada; além disso, tais ideias revelam um sentido da emergência de uma crise institucional, que perpassa os movimentos de esquerda, salientando o âmbito federal. De acordo com esse DSC:

[Com relação aos movimentos decorrentes] o que aqui não rolou, foi uma capacidade organizativa concreta em cima disso, parece que a galera da Direita conseguiu fazer mais, essa possibilidade de conseguir constituir uma organização aqui em Salvador não rolou, talvez o Tarifa fosse, talvez não fosse, mas não deu reggae não. Não foi. Mas é importantíssimo porque a gente estava, e continua, num processo da cidade sendo governada pela Direita, no âmbito municipal, e isso faz obviamente a cidade ser pensada para uma elite, para um determinado grupo específico. Então assim, essas manifestações e esses movimentos é a quem cabe o papel de opor, de resistir contra isso. Por isso, cumpriu um papel importante para Esquerda, mas a gente enquanto Esquerda falhou em uma série de aspectos. E acho que a Esquerda Institucional também fracassou muito, e o PT especificamente. Mas é importante, nada do que a gente viveu deixou de ser importante ou não deixou marcas muito profundas, inclusive, para gente se repensar enquanto campo autônomo. Por exemplo, [repensar] nossos limites e nossas fraquezas e ressignificar na perspectiva de superação, de construção da luta. Há uma crise política que surge a partir das falências das instituições que também é derivado de 2013. A partir do momento que os poderes estabelecidos, percebem que os partidos de esquerda, principalmente o PT que estava no poder, não tinham mais capacidade de conter as insatisfações populares e que havia uma desconexão, que havia uma separação entre os de baixo, os trabalhadores, os trabalhadores precários principalmente, e o partido do governo, então já abre de novo no país uma disputa pelo poder. Acho também que 2013 é um estopim dessa crise política de hoje sem dúvida nenhuma. Tem muita coisa pra gente entender sobre 2013, quais são as consequências daquelas mobilizações.

De acordo com a narrativa desse sujeito coletivo, a despeito dos impactos positivos que as manifestações tenham causado em contexto local, como explicita a categoria anterior, e embora tenha o sentido de trazer à cena política a população baiana e os movimentos que a parte suas causas centrais, lutam pelo acesso das minorias à uma real democracia, aquele ciclo de protesto representa para esse sujeito coletivo, por outro lado, a representatividade de ter colocado em xeque a capacidade de organização desses movimentos de esquerda, propriamente o Coletivo Tarifa Zero.

Contudo avalio que essa organização posta por esse discurso está aquém da organização que, de fato, representa a multidão de singularidades que foi às ruas naquele ano e permanece indo. Isso porque essa concepção de organização que o sujeito coletivo aqui parece se referir e dar conta do insucesso, está no limite da visão de organização pensada em termos de um partido, de sua representação de hegemonia e de sua liderança central. Essa visão, de uma forma ou de outra, respinga até hoje nos movimentos sociais de orientação esquerda, talvez seja por isso mesmo que eles e os partidos com os quais dialogam têm sido colocados tão em xeque ultimamente. A partir dos acontecimentos de 2013 vemos, e isso até hoje, discussões acerca da “crise da esquerda” e, mais especificamente, do PT. Essas principais discussões englobam uma gama substancial de desafios já que compreendem questões ideológicas, éticas, organizacionais, de liderança, e até mesmo de sentido.

A pretensão não é entrar aqui na seara dessas discussões, que têm sido extensamente debatidas em todos os âmbitos nacional e internacionalmente, mas fato é, que um dos pontos relevantes desse debate reside no atraso da esquerda, leia-se PT, com relação a uma sociedade que cada vez mais tem resistido e recusado as relações verticais. A sociedade, hoje, tem cada vez mais se baseado numa horizontalidade que rege as interações, muito embora, os padrões hierárquicos ainda resistam. Nesse ponto, a esquerda – e boa parte da gama de partidos – tem ficado para trás, pois parece ainda valorizar uma estrutura verticalizada. Essa estrutura inviabiliza, por tabela, uma comunicação baseada no formato *peer-two-peer* (P2P), ou seja, com base na descentralização, no compartilhamento, de igual para igual, que tem se consolidado na contemporaneidade, na qual a internet e as redes sociais potencializam essa perspectiva de sociedade horizontalizada, onde “[...] todos falam abertamente sobre tudo, e num mesmo nível. Assim, a estrutura vertical do partido, com seu monopólio do discurso, perdeu o sentido.” (FORNAZIERI, 2017)⁹⁹. A mediação não é mais para um grupo desse ou daquele partido, mas para uma multiplicidade de grupos, os quais não escutam nem dialogam mais com uma organização partidária baseada na verticalização. E nesse sentido a constatação desse sujeito coletivo parece urgente: é necessário ressignificar para superar.

Por outro lado, a multidão que foi às ruas em 2013, parece cultivar outra noção de organização: a que surge a partir da colaboração e da cooperação entre atores sociais singulares. Essa cooperação traz consigo o peso de seus hábitos, de suas performances políticas – seja ela

⁹⁹ RACY, Sonia. **Para superar sua crise a esquerda tem de aprender a ouvir, diz professor**. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/para-superar-sua-crise-a-esquerda-tem-de-aprender-a-ouvir-diz-professor/>. Acesso em: 27 de abr. 2018.

principiante, seja experimentada – e do desenvolvimento das linguagens, e de acordo, com Hardt e Negri (2014) essa combinação, essa produção social comum “[...] nem é dirigida a partir de um *ponto central de comando* e inteligência, nem resulta de uma *harmonia espontânea* entre indivíduos [...]” (p. 286, grifo nosso). Essa produção comum emerge dos interstícios desses dois pontos, que é o espaço social da comunicação. Assim, essa concepção de organização que se desenvolve simultaneamente aos protestos, se dá pela comunicação, pelas interações sociais em colaboração e cooperação. No contexto atual, grupos que antes tinham características aparentemente antagônicas, como sindicalistas, anarquistas, grupos religiosos, agem circunstancial e conjuntamente sem qualquer coordenação central que os unifique e apague suas divergências. Para além disso, as atuais interações com base na colaboração e na cooperação parecem ter estreita relação com o que nos propõe Canclini (2009a; 2009b) com o conceito de interculturalidade, ou seja, os modos de produção social não mais se baseiam na aceitação do heterogêneo preconizada antes pela multiculturalidade, mas implica agora “[...]que os diferentes se encontram em um mesmo mundo e devem conviver em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.” (p. 145). A contradição entre identidade e diferença é deslocada pela partilha dessas diferenças em prol da luta por algo em comum.

No que diz respeito a apropriação, pela Direita partidária, de formas de mobilização que tradicionalmente se mostram mais incidentes no movimento de esquerda, talvez essa possa ser uma possibilidade. Afinal, em termos hegemônicos, a Direita sempre representou as elites, como coloca esse sujeito coletivo, e como hegemonia pouco esforço sempre teve que fazer para se manter na posição privilegiada de poder. Por isso mesmo, pouco empreendia de esforços nesse sentido, nem considerava e praticava os embates para esse fim. Com a mudança de contexto, onde a participação na política vem sendo cada vez mais reivindicada, seria natural que isso acontecesse. Nesse sentido, talvez a apropriação maior tenha sido por parte da esquerda e do PT, no âmbito da gestão federal, quando se afastando das periferias, dos sindicatos, dos movimentos sociais, das minorias, ou seja, das lutas que sempre travou historicamente, se desviando cada vez mais dos seus princípios fundantes, ia se aproximando mais das associações em prol da permanência e controle do poder, ao ponto de se confundir com a Direita.

Se não há dúvida de que 2013 foi um “estopim para essa crise política de hoje”, mas também não se deve perder de vista que se tudo precisa ser reformado, inclusive as instituições políticas, é urgente que se faça com base em novas práticas, novas ideias, novos conceitos.

4.7 DSC 7: EM SUA OPINIÃO, HOUE UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM (POLÍTICO, DE ENGAJAMENTO CÍVICO, CIDADANIA) DISPARADO PELA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO? FALE SOBRE.

O sétimo DSC foi elaborado com base nas respostas apresentadas à questão “Em sua opinião, houve um processo de aprendizagem (político, de engajamento cívico, cidadania) disparado pela participação no movimento? Fale sobre.”, 37ª pergunta, do bloco 3, levando em consideração a sequência do roteiro de entrevista. O objetivo através desta pergunta foi perscrutar a percepção dos participantes quanto às possibilidades de aprendizagem em amplos sentidos, com base no fenômeno social desencadeado com a série de protestos em contexto nacional e local naquele ano de 2013. Sobretudo, captar essa percepção por parte desses atores, no sentido pessoal e coletivo. Foram extraídas seis ideias centrais, que por unanimidade de sentidos semelhantes, são agrupadas em uma única categoria, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 11 – Discurso do Sujeito Coletivo 7

PESQUISA	VOZ (ES) DA RESISTÊNCIA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
7 - Em sua opinião, houve um processo de aprendizagem (político, de engajamento cívico, cidadania) disparado pela participação no movimento? Fale sobre.	A – Com certeza houve aprendizado	6	100%	100%
	TOTAL DE IDEIAS	6		
	TOTAL DE ENTREVISTADOS	6		

Fonte: Própria autora.

4.7.1 Categoria A: com certeza houve aprendizado

Essa única categoria levantada em resposta aos aprendizados que emergiram sob o contexto dos protestos de 2013 afirma positivamente tal experiência com base no sentido dado pelos participantes, nas quais se revelaram 6 (seis) ideias centrais, por unanimidade, com significados semelhantes, reunindo significados que variavam entre o aprendizado pessoal com possibilidades de experienciar suas convicções ideológicas na prática resultando em amadurecimento e mudança de si, a noção de continuidade do processo de aprendizagem, o aprendizado que inflexiona o retorno ao coletivo, o aprendizado que faz emergir uma nova

consciência coletiva, o aprendizado que oportuniza e impulsiona novas gerações a vivenciar a política e a cidadania. Assim, o sujeito coletivo desse discurso fala:

Sim. Muito aprendizado, eu acho que só o contato com outras pessoas já é um processo de aprendizado. E pessoas que já tem um estudo político, já tem um desenvolvimento político. Esse processo de transformação, do impulso de trazer novas ideias, de uma consciência coletiva. Eu acho que um dos maiores ganhos sociais foi esse processo de consciência, de transformação. Houve uma aprendizagem geral sim, porque as pessoas foram pra rua, perceberam que não era apenas aquilo, que tinha um limite e voltaram pra dentro dos seus movimentos, pra dentro dos seus coletivos para poder trabalhar. Várias pessoas, uma geração que ainda não tinha vivenciado esse aspecto político de estar nas ruas, se aproximou a partir dessas manifestações de junho de 2013. Não teria como pensar esse processo não sendo um processo de aprendizado. Uma coisa é estar lendo livro, outra coisa é estar lá vivenciando e participando, ajudando a tomar decisões, vivendo os efeitos das decisões que foram tomadas e reavaliando essas decisões. Então foi uma coisa que foi muito rica. Todo mundo amadureceu, quem participou durante algum tempo não saiu igual. Foi um mega aprendizado, no sentido da gente colocar à prova coisas que a gente elaborava de forma muito abstrata ainda teoricamente, de colocar em xeque nossos princípios de auto-organização, de autonomia e ver na prática alguns limites da nossa própria teoria, das nossas próprias concepções. E a gente vê que nossa teoria não é capaz de dar conta dessas escalas maiores, dessas revoltas maiores e dessas questões mais amplas. Então isso é um puta aprendizado, isso nos obriga a estar revisando e repensando tudo que a gente tinha pensado, até então, sobre o que é participação, democracia, democracia direta, espaço público, formas de organização, consenso, movimento social, Estado, relação com partidos políticos, poder da mídia, todas essas questões políticas. E o aprendizado geral, social amplo, acredito que isso ainda está em disputa. Ainda está em aberto, penso que nesse aspecto 2013 ainda não acabou. Abriu-se uma possibilidade de construir uma nova saúde para política, novas organizações, novas formas de luta. Mas nesse momento, a derrota de 2013, a captura de 2013 pela direita, a revolta passou a ser canalizada pelos setores conservadores da sociedade e isso levou boa parte desses setores que estavam rompendo com o PT, as formas tradicionais, a recuarem e voltarem de novo para baixo da asa do petismo, pior ainda, pro Lulismo. Os grupos mais libertários, autonomistas, mais de extrema esquerda, que seria uma alternativa a isso, não deram resposta à situação, pelo contrário, se mostraram tão ineficientes quanto. E o grupo dos conservadores aprenderam a ir pra rua, fazer política, disputar a sociedade. Então, eu acho que o ciclo de aprendizagem de 2013 ainda não se fechou e não sei quais conclusões a gente vai tirar. Com certeza, está em aberto.

Sempre foi destacável nos movimentos sociais – entendidos como ações sociais coletivas de essência sócio-política-cultural que promovem formas distintas de organização da população e de expressão de suas demandas (GHON, 2011, 2013; MELUCCI, 1989; TOURAINE, 1989, 2005) – um caráter pedagógico, que de forma orgânica, opera na medida do estímulo a um olhar crítico que resulte em maior envolvimento dos indivíduos na luta para a superação da opressão e da desigualdade. Portanto, há uma relação intrínseca da educação com qualquer que seja o movimento social ou ação coletiva, estes podendo ser considerados como um espaço de produção de saberes e aprendizagem de caráter não formal, prefigurando uma concepção ampla de educação, aquela que se dá para além dos espaços formais das escolas e das universidades (GOHN, 2011, 2012; MELUCCI, 1997). Assim, a participação social que acontece em

movimentos e ações coletivas gera, com a mesma relevância, novas aprendizagens e novos saberes, o que é enfatizado no discurso desse sujeito coletivo.

A narrativa evidente na fala professada sobre “as pessoas irem para as ruas, perceberem que não era apenas aquilo”, ou seja, que não seria mais um lugar de figurante na cena política que contentaria a população, passando essa agora a tomar para si o lugar de protagonista comumente invisibilizado nesse cenário, dá pistas de que o exercício da cidadania coletiva é, numa primeira instância, parte de um devir-ser que se dá de forma endógena sem intervenções externas, assim entendido como movimento educativo, uma metamorfose que se dá de dentro para fora. Numa segunda instância, por ser coletiva, se desenvolve no interior e nas interações da prática social como reflexo das experiências vivenciadas e imanentes à construção da identidade político-cultural, que elimina um quadro de pobreza política e viabiliza a emancipação dos atores diante da manipulação e da tutela. Agora conscientes, críticos e propositivos, esses atores se veem aptos à tarefa de transformar suas realidades sociais no exercício de uma cidadania emancipada.

Ponto importante dessa narrativa está na menção sobre o processo das manifestações em 2013, que se estenderam em anos posteriores, oportunizar um espaço de engajamento de “uma geração que ainda não tinha vivenciado esse aspecto político de estar nas ruas”, ou seja, da maioria dos jovens que ali se encontravam; novos atores jovens que se apresentavam como grande parte da composição daquelas manifestações (considerando jovens e jovens adultos, na faixa etária entre 12 e 39 anos, na qual se encaixa o perfil de participantes que compõem os DSCs dessa pesquisa) e que correspondiam a uma média de 80% (IBOPE, 2013; GOHN, 2014; SINGER, 2013) daquele contingente, considerando o contexto nacional. Nesse sentido, é possível inferir que, exceto os mais experimentados nas lutas sociais, a grande maioria desses atores não fazia parte, nem pretendia condicionar a sua participação aderindo a nenhum movimento social ou coletivo, tendo em vista que são abertos às utopias, a cultura digital e a revolta contra injustiças, sem levar em conta possíveis orientações político-ideológicas que, se não tiveram antes, naquele momento passariam a ter contato.

Todavia, independente da experiência ou falta dela, é proeminente nesses processos uma imersão na dimensão educativa, essa entendida e observada na capacidade de aprendizagem dos ativistas, no poder de reflexão e elaboração de sínteses da realidade a partir da prática. Ou seja, há uma inflexão de uma cidadania petrificada na letra da lei para a experimentação de uma cidadania real, propositiva reveladora de novos modos de organização, posto que “os coletivos e as manifestações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a

política.” (GOHN, 2014, p. 84). Esse pensamento encontra um nítido sentido de concordância e complementaridade com a fala desse sujeito quando ele diz que “uma coisa é estar lendo livro, outra coisa é estar lá vivenciando e participando, ajudando a tomar decisões, vivendo os efeitos das decisões que foram tomadas e reavaliando essas decisões.”. Por outro lado, esse destaque de sentido e a importância que esse sujeito coletivo dá uma vivência prática, parece aqui contraditório diante das separações que ele mesmo outrora imputara aos sentidos de militância e ativismo discutidos anteriormente.

É nesse sentido que esse sujeito coletivo agora admite uma limitação em lidar com os novos contextos e abandonar as velhas práticas, visto que deixa claro que uma das aprendizagens nas manifestações compreende um significado de “colocar em xeque nossos princípios de auto-organização, de autonomia e ver na prática alguns limites da nossa própria teoria”. A biografia e a própria identidade, nesse contexto, se constroem a partir de uma organização e sequenciamento de eventos em tempo real, com base nas interações entre situações internas e externas à coletividade e na escala de investimento emocional nas várias situações. É importante ressaltar que, nesse contexto temporal fluido, esse sequenciamento não se dá de forma linear e que a tessitura de interações e experiências se dão em forma de retalhos, pequenos fragmentos que vão compondo uma nova biografia e identidade de ativismo, independente dos direcionamentos e proposições dos próprios coletivos e movimentos em que se associam. Mais do que nunca, em acordo com Melucci (1997, p. 9) “[...] a biografia dos dias de hoje tornou-se menos previsível, e os projetos de vida passaram mais do que nunca a depender da escolha autônoma do indivíduo.”. Assim, esse pensamento traduz de forma assertiva a condição de aprendiz desses atores, mesmo considerando certa experiência de participação ativa nas questões sociais, visto que esse sujeito se vê diante da necessidade contínua de “estar revisando e repensando tudo que a gente tinha pensado, até então, sobre o que é participação, democracia, democracia direta, espaço público, formas de organização, consenso, movimento social, Estado, relação com partidos políticos, poder da mídia”.

Destarte, o olhar sobre as manifestações como um espaço onde a participação desses atores é tida como disparadora de (re) aprendizados, longe de desconsiderar experiências anteriores que porventura vieram a existir, se abre para uma possibilidade de considerar que, na contemporaneidade, os sentidos e significados adquiridos com a experiência são muito menos uma realidade transmitida do que uma realidade construída com base em representações e relacionamentos: “[...] menos algo para se ter e mais algo para se fazer.” (MELUCCI, 1997, p. 9). Isso deve ser visto como uma oportunidade de aprendizado que se abre ante as vivências

das lutas sociais e de permitir uma redefinição de si quantas vezes se considere necessário no sentido de revisão de ideias e escolhas. Tal possibilidade, em novos contextos, são gestadas no presente enquanto experiência única, onde cada um se realiza, como encoraja Guatarri (1985), nas “revoluções moleculares” de si, nas suas “pulsações políticas do desejo” que movem a ciranda da vida comum, ao tempo que contribui para empreender transformações sociais em coletividade.

Por esse ângulo, os modos como um movimento estimula olhares críticos que resultam em intensificação do envolvimento dos atores na luta para superação da opressão e da desigualdade cotidiana são, em todos os sentidos, processos de aprendizagem que se dão numa dimensão pedagógica. Essa aprendizagem engendra uma inclusão e uma condição de encaminhar os projetos de transformação que esses atores historicamente excluídos dos espaços públicos de poder trazem para o cenário político. O comprometimento com a realidade, enfatizada pelo envolvimento nos protestos e motivado pelo anseio de mudança, a participação autônoma, de forma voluntária e não tutelada, e a sensação de realização da cidadania por ter participado de um momento importante, se manifesta ao se ver cooperando, em tempo real, na consolidação de um espaço singular de expressão de demandas que não são individuais, mas de toda a sociedade. Tanto os poucos participantes que têm uma trajetória consolidada na militância e experiências associativas anteriores, quanto os que não tem essa bagagem, hoje, embora participem circunstancial ou continuamente de coletivos, passam a cultivar valores que são capazes de traduzir a si mesmos, irrompendo uma revolução silenciosa no interior do ator político, na qual a autonomia passa a ser significada em simbiose com aspirações qualitativas, e onde a ordem econômica é condição necessária, mas não suficiente. Parecem apreender uma nova gramática da autonomia, na qual a semântica volta-se para o respeito à diversidade cultural, o interesse pela causa pública, à cooperação com o outro, à liberdade de escolha.

Assim, as manifestações se mostram à maneira de um laboratório onde emergem novos códigos culturais, novas formas de relacionamento, onde outros pontos de vista são testados, ao mesmo tempo em que são colocados em prática. Conviver com pessoas diferentes constitui o grande desafio, e a cooperação passa a ser uma via para essa convivência. Todavia, não considerando o consenso, mas pensando na solidariedade que supera os conflitos para agir em conjunto, em prol de um propósito comum. Uma cooperação que é um processo espinhoso, mas pensada, como propôs Sennet (2012), como a habilidade de “[...] entender e mostrar-se receptivo ao outro [...]” (p.10).

Seriam, então, as manifestações de 2013 uma possibilidade que se abre para a criação de novos espaços de cooperação? Esse é um questionamento que parte de uma análise, mas não procura respostas prontas. Antes, faz refletir a proposta na narrativa desse sujeito coletivo, e tem por certo que a potência da multidão foi capaz de conduzir aquele processo na direção da produção de rasuras em formas de compreender e absorver os sentidos de democracia. Trouxe uma possibilidade de nova saúde para instituições – mesmo que ainda se mostrem convalescentes –, e fez irromper a vontade de transformação. Em vista disso, por certo que foi iniciado um processo de aprendizagem, independente de extremidades político-ideológicas, em um cenário que ainda se encontra em aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeira instância, a intenção desse trabalho foi - a partir da eclosão rizomática de uma série de manifestações multitudinárias que se dava desde dezembro de 2010, inspiradas na Primavera Árabe - pensar o significado e o valor das redes on-line enquanto vias condutoras para (re) construção de uma identidade política e participativa em meio à diversidade cultural. Intrigava-me o fato de ser exatamente essa tal diversidade, construída em torno de singularidades culturais, espaciais e identitárias, a teia sobre a qual se fixavam relações comuns de indignações e solidariedades em prol da garantia de direitos substantivos numa sociedade global, mas ao mesmo tempo desigual. Ao mesmo tempo que a cooperação de singularidades em prol de uma produção política e social comum me instigava, tal cooperação se apresentava como uma controvérsia e me fazia absorta na inquietação de acontecimentos marcados por uma recursividade e transitoriedade, resistente aos modos de se analisar, de maneira mais consistente, movimentos sociais em contexto contemporâneo, marcadamente inconstantes.

Como que as manifestações já houvessem alcançado território brasileiro desde meados de 2013, com a notícia de aumento das passagens de transporte público urbano em algumas regiões do país, delimito como corpus desta pesquisa o Movimento Passe Livre Salvador (MPL SSA), cidade em que igualmente já víamos protestos massivos iniciados em solidariedade ao movimento em São Paulo, mas que ao longo do processo e em meio à pluralidade de pautas, delineava demandas locais em torno da questão do transporte público, questão extensamente debatida por décadas. A proposta foi possibilitar um espaço de reflexões sobre novas práticas de se lograr uma democracia mais participativa, acreditando ser este um caminho para entender os poderes oblíquos envolvidos na emergência de novas narrativas identitárias, a partir da interação de grupos heterogêneos em território semântico ciberespacial e urbano.

São múltiplas as categorias que se apresentam para análise, não só de um ciclo de protestos, mas de um processo ainda em aberto e inacabado, cujos desdobramentos presenciamos até hoje, ainda que com menos incidência, e isso inclui ampla reconfiguração do ativismo social. E é exatamente para este ponto que a pesquisa aponta: para os possíveis impactos político-culturais na trajetória ativista. Assim, o enfoque se dá, não tanto no Coletivo Tarifa Zero/Movimento Passe Livre Salvador, mas nas implicações de uma nova perspectiva de ator político – sobretudo no que diz respeito a uma nova biografia de ativismo - e nas possíveis reconfigurações culturais e políticas neste contexto.

Há um notável crescimento das subjetividades em ações coletivas multitudinárias, lastreado pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), em especial, das redes sociais *on-line*, território onde grande parte desses movimentos são germinados, transbordando celeremente para os espaços urbanos. Por compreender que a importância da consciência de si é o sentido da existência para agir com liberdade e para resistir em coletividade, e que esse é um processo altamente influenciado por um contexto de produção social e histórica específico, é que os caminhos metodológicos me conduziram ao Discurso do Sujeito Coletivo. A partir do DSC vi a possibilidade de uma polifonia de sentidos e discursos convergirem em uma única voz; voz essa legitimada a falar por todos, porque ela é de todos. Assim, a voz do sujeito coletivo dessa pesquisa é um construto comum que ressoou das múltiplas vozes as quais representou.

Em primeiro momento, recuperei e problematizei as manifestações em contexto nacional, mas frisando o espaço da cidade de Salvador, para o qual se voltou essa pesquisa. Nesse sentido, foram enfatizadas as relações das manifestações de 2013 com movimentos iniciadores na capital baiana, onde se circunscreve a Revolta do Buzu, movimento que se deu em 2003 a partir da reunião de estudantes secundaristas em torno do transporte público e embrião do Movimento Passe Livre. Esse resgate argumentativo se fez com base no contexto político nacional iniciado em 2013 e em temas que tratam, por exemplo, de biopolítica/biopoder, cordialidade/patrimonialismo, discurso e composição social das manifestações, procurando extrair daquele fenômeno social, sentidos e tendências que poderiam nos conduzir a condição material de uma outra política, como incentiva Milton Santos. Esse empreendimento, vale ressaltar, não se deu linearmente; houve idas e vindas no espaço temporal entre 2003 e 2013, a fim de resgatar as origens do movimento, seus aspectos gerais e nuances sociais em diferentes momentos, de modo a melhor apreender elementos emergentes e possíveis reconfigurações políticas e sociais a partir de seus desdobramentos.

E são desses desdobramentos que se pôde observar a reapropriação e o aperfeiçoamento de repertórios de ação e formas de organização semelhantes entre manifestações anteriores e as “Jornadas de Junho”, no que se constata a existência do que chamamos de movimentos iniciadores e derivados. De igual modo, vê-se que a emergência de novos meios de comunicação foram sempre considerados fomentadores, tanto de participação, como de transformação social. Inúmeros exemplos ressaltam a dimensão constitutiva imanente às tecnologias da comunicação, que contribuem para conformação de movimentos sociais e de transformações nos códigos culturais desde a década de 60, por exemplo, quando do surgimento

de uma nova esquerda progressista e de movimentos contra culturais. Essa não é uma qualidade distintiva fundamental apenas da internet, mas também da inscrição dinâmica de atores sociais em contextos onde operam, simbioticamente, rupturas e continuidades.

Nos caminhos metodológicos dessa pesquisa se encontraram histórias de vidas singulares, mas também a tessitura dessas singularidades que dão luz e potência, a partir de seus múltiplos fragmentos de narrativas, a um discurso único construído com base na Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Essa metodologia, de base social construtivista, se funda na TRS e nas RS, para, como propõe seus criadores - Fernando Lefrève e Ana Maria Lefèvre -, resgatar o discurso (coletivo) como signo de conhecimento dos próprios discursos (individuais). A metodologia consiste na utilização de operadores, como expressões-chaves, ideias centrais e ancoragens, para processar os fragmentos de narrativas individuais de sentido semelhante e/ou complementar, e extrair deles o pensamento da coletividade analisada.

É por meio dos fragmentos de discursos desses atores e das representações sociais da produção comum, no contexto pelo qual estiveram circunstancialmente unidos, que nascem os discursos falados por um sujeito coletivo que é um, mas ao mesmo tempo é todos; que representa a si, mas também representa uma multidão ávida por interlocuções políticas e pela cooperação em que se efetive uma democracia onde valha, de fato, a soberania popular. Assim, o sujeito coletivo que ganha voz nessa pesquisa se expressa a partir de sua narrativa sinalizando a presença de um sujeito singular do discurso, mas também expressa uma referência coletiva, na medida em que ele fala pela e na coletividade, possibilitando, como diria Geertz, que a sociedade e a cultura possam ser lidas como a um texto, tendo como referência temporal a eclosão das manifestações de 2013, na cidade de Salvador.

Contudo, antecedendo a análise empírica dos DSCs, levanto uma discussão acerca da problemática em torno dos termos militante e ativista, questão que se fez urgente no período em que realizara as entrevistas. Os dissensos, altamente profícuos para compreender os sentidos de militância e/ou ativismo em contexto contemporâneo, diziam respeito aos pensamentos pré-concebidos sobre as possibilidades de atuação individual e na coletividade, ora efêmera e circunstancial, ora perene e continuada, em movimentos sociais desses tempos fluidos. A fluidez contemporânea, aliás, considerada a partir do pensamento baumaniano, é o pano de fundo para constatar que há uma tendência em reproduzir sentidos hegemônicos do militantismo de esquerda perpetuados desde as origens do termo militante, da idade Média até os tempos atuais. Essas representações naturalizadas, todavia, não passam ilesas as recursividades que incidem nas práticas militantes, que ressignificadas no decurso do tempo,

ora adquirem um caráter afetivo em relações produtivas de poder – a exemplo do militância pastoral, cuja atuação inaugura relações de poder horizontais e positivas –, ora um retorno às relações verticalizadas, com base nas hierarquizações, a exemplo de um vanguardismo intelectual, quando do resgate pelo socialismo. Essa reprodução se constata ainda hoje, tendo em vista a vivência com os atores dessa pesquisa e com o universo do qual fazem parte.

Constata-se, ainda, a ideia de que militar significa se voltar por completo para as causas sociais as quais aderem, subjugando todas as demais esferas da vida, empreendendo um movimento de totalização da dimensão política. Agindo assim anulam a percepção da efemeridade e da transitoriedade do nosso tempo, e cerram seus olhares para absorver as confluências entre as formas de atuação política que, cada vez mais, se adaptam a fluidez contemporânea. Mais que isso, esse proceder eleva os ruídos na percepção da potência dos espaços híbridos como lugar comum de produção social e termina por rechaçar atuações políticas, as quais classificam como “ativismo de sofá” ou “militabooks”, que para além de típicas da contemporaneidade, são altamente semelhantes ao seu lócus de origem: a internet e as redes, onde imperam a célere proliferação de agenciamentos subjetivos, capazes de (re) produzir considerável volume de dados e de operar significativas transformações em curto espaço de tempo. É mister salientar que esse pensamento se reproduz com mais incidência, não no universo total de atores da pesquisa, mas nos que têm uma trajetória política consolidada e donde se nota certo “profissionalismo revolucionário”, sem relação, ao menos no universo em questão, com faixa etária maior ou menor. Juntamente com a prática do *trashing* denunciado pela metade dos seis atores que compuseram a pesquisa, as competições e padrões de aceitação internos, podemos observar que essas tensões costumeiras dos movimentos ultracentralistas dos tempos de Lênin e da própria sociedade capitalista e competitiva na qual nos encontramos, paradoxalmente, adentram os movimentos sociais contemporâneos de caráter autônomo e autogestionado, colocando em cheque não só a horizontalidade que tanto primam, mas os demais princípios autonomistas que os regem.

A história de vida desses atores, pensada para anteceder a composição dos DSCs, que com suas narrativas ajudaram a construir, desvela ainda outros sentidos e tendências daquelas manifestações que são reafirmados nos DSCs, com destaque para o processo de mudança de si no decurso da participação em coletividade. Se por um lado parte desses atores reproduzem práticas e dão continuidade a representações passadas, por outro, eles, em movimento inverso para dentro de si, repensam suas trajetórias políticas e de vida nos espaços comuns de resistência. Nesse sentido, vemos esses movimentos como iniciadores em amplo sentido, não

só no que diz respeito às ações contestatórias, agora produzidas nos interstícios dos espaços de fluxos da internet e dos espaços de lugares urbanos, onde os limites são profundamente esmaecidos. Se de um lado podemos observar um processo de profunda reformulação das trajetórias políticas de atores com experiência prévia, por outro fomos espectadores de um registro memorável, em tempo real: acompanhamos a iniciação, uma espécie de “batismo revolucionário”, de alguns atores que nunca antes viveram o exercício da cidadania na prática, assim se inscrevendo definitivamente no espaço aberto de participação no cenário político, social e cultural até os dias de hoje.

Frise-se que, ainda que essas novas inscrições tragam consigo vestígios de atuação herdeiros de uma militância pastoral transmitidos ao longo do tempo, mas com a qual era passível a aprendizagem naquele contexto, ela também desenvolve a resistência a esses procedimentos, a partir da consciência de si, quando se desfazem de amarras e impõem a si mesmos a liberdade de ser um ator, assim orientando-se pela máxima nietzschiana que diz: “torna-te quem tu és”. Como consequência a essa postura, é notável a inclinação para uma atuação desvinculada de qualquer instituição - seja partido, sindicato, movimento social -, aderindo a estes desde quando percebem a potência da ação em coletividade em relação ao atuar de forma individual. As adesões institucionais têm a marca da circunstancialidade e da observância de seus interesses em relação às causas as quais aderem, entretanto, majoritariamente, há uma recusa às adesões em partidos.

Em contrapartida, há a questão do pertencimento como fator de importância substancial para esses atores, visto que acreditam que ocupar um lugar na coletividade é uma maneira democrática e participativa que lhes permite articular disposições em comum, no sentido de operar mudanças efetivas com respeito às questões sociais. O sentido de pertencimento, produz um significado altamente relevante para que esse ator se identifique com ideias e ideais no campo político, conforme sua propensão, e venha a realizar redefinições em sua própria trajetória política.

Torna-se evidente, à medida que se busca contextualizar o amplo espaço de atuação onde se deslocam novos atores políticos, uma possibilidade de reversão de práticas autoritárias e clientelistas que vigoraram por longo período, sobretudo em contexto baiano, a partir da reprodução e do avanço das manifestações em Salvador, em junho de 2013. Nesse sentido, a estada do PT nas instâncias municipal e governamental da cidade não garantiram uma democratização das discussões políticas, tampouco a participação da população nas decisões pelas quais era diretamente afetada. Portanto, as manifestações em Salvador, inflexionadas pelo

MPL/CTZ, têm a marca da retomada da participação após longo período de abstenção popular, além de colocar em evidência controvérsias dentro do espectro político da esquerda, que se apresentaram nos espaços de poder em na cidade, onde a representação continua por conta do PT, ao nível do governo do Estado.

Alcançando agora a análise empírica, o capítulo 4 dá voz aos DSCs ao tempo que resgata e discute importantes contribuições teóricas para essa pesquisa. Esse movimento foi empreendido com base em 7 (sete) perguntas relacionadas aos objetivos propostos, constituindo um conjunto de 14 (quatorze) DSCs. A maneira da participação nas manifestações teve um forte sentido afetivo, em princípio, onde um fluxo compartilhado de afetos proliferou em rede e transbordou para as ruas. Vislumbrando um cenário de mudança, a partir da materialização dessa dimensão afetiva nos espaços urbanos, segue-se que a perspectiva concreta de mudança cultural no esteio do campo autonomista, em um cenário marcado pelo encolhimento de lutas populares havia 10 (dez) anos, não só é pensada do ponto de vista macro, mas também, numa perspectiva micropolítica. Assim, aquele sujeito coletivo do discurso destacou como desdobramentos da atuação do CTZ/MPL SSA, uma grande frequência de ideias no sentido de mudança nos comportamentos social e institucional, assim como (mesmo com menor frequência), uma deterioração do próprio movimento, em contexto soteropolitano.

Para além do exercício em maior grau de protagonismo nas interações políticas relativas ao âmbito social, destaca-se nesse ponto, sobretudo, um considerável retrocesso das instituições nas formas de condução de um novo quadro de participação e intervenção popular em âmbito político quando parte para uma ofensiva de criminalização desses movimentos, cerceando o direito a manifestação popular. Em que pese os retrocessos, a centralidade das lutas fundadas na precariedade do transporte público e no direito dos cidadãos às suas cidades, deixou de legado o reconhecimento do transporte como direito social garantido pela Constituição Federal, embora muito ainda precise ser feito para que esse direito seja posto em prática. No que diz respeito ao Coletivo, aquelas manifestações ao tempo que trouxeram a pauta passe livre e o próprio movimento para o centro das discussões e direcionou para si os holofotes da mídia hegemônica, também foram a causa de sua própria desintegração frente aos conflitos internos e externos que se apresentavam paulatinamente. Abrem-se os espaços de discussões políticas na arena, agora de fato pública, mas que também são marcadas por ampla polarização direita x esquerda e por uma onda violenta de radicalização de posicionamentos.

Com relação aos espaços híbridos onde se estabeleceram, em regime simultâneo, as manifestações de 2013, o discurso coletivo enfatizou uma distinção entre os usos e sentidos de

um ativismo *on-line* e *off-line*, condicionando o primeiro a efetividade no segundo, deixando claro com sua narrativa, que os limites do ativismo *on-line* precisam ser transpostos. Embora as redes *on-line* se apresentem como um importante espaço de convocação prévia, e campo alternativo de agregação, compartilhamento e proliferação do capital social, para esse sujeito existe uma diferença bem delimitada entre as duas formas de atuação que perpassa linhas de pensamentos pré-concebidos, não só no que tange o território semântico, mas que conduz a uma visão separatista das duas formas de atuações, em algum momento. Ou seja, para esse sujeito é ainda um tanto nebulosa a visão que mira nos imbricamentos *on* e *off-line*, em tempos fluidos, insinuando, inclusive, uma desqualificação e despolitização do ativismo *on-line*. Nesse sentido, há dois discursos: um que rechaça a influência da internet nas suas participações nas manifestações, e outro que reconhece a potência agregadora das redes, mas deixa claro que é necessário que haja efetivação dessa intervenção ciberespacial nas ruas.

A partir daí toda a celeuma em torno das discussões circunscritas aos regimes representacionais que se impuseram sobre os enquadramentos de militância x ativismo se apresentaram como consequência. Mas, emergiu desses discursos, uma via estética que se fez luz e abriu as possibilidades de sentidos da ação artística como potência de ação política; porque viu a arte como intervenção no e para mudar o mundo. Viu, sobretudo, as intervenções artístico-culturais como forma de superar os regimes de (in) visibilidade continuamente impostos na sociedade em que vivemos. Assim que, a importância das manifestações de 2013 para Salvador veio com a potência de inaugurar uma nova consciência coletiva de que a cidade é de todos e para todos, e que uma forma de usufruir desse direito é ter garantida a sua livre circulação, que se faz tendo a sua disposição um serviço de transporte público digno e de qualidade. Mais ainda: o tensionamento popular em direção às instituições foi e é capaz de produzir mudanças materiais, mínimas que sejam, fazendo convergir os interesses particulares no âmbito da administração pública para políticas que sejam, de fato, públicas.

Por fim, há uma dimensão pedagógica, que ressalta o sentido de produção de saberes e de aprendizagem de caráter não formal das manifestações, altamente destacada pelo sujeito coletivo dos discursos. Essa aprendizagem em duas vias – do coletivo para o individual e do individual para o coletivo – se apresenta crucial para o exercício de uma cidadania emancipada, posto que elimina pouco a pouco um quadro de pobreza política e intelectual, consequentemente, restringe as possibilidades da manipulação e da tutela. Sobretudo, abre um espaço de emancipação para jovens, que compuseram em grande parte o contingente dessas manifestações, muitos dos quais tiveram ali sua primeira experiência de participação política.

Por outro lado, experiências prévias de ativismo agora são questionadas e remodeladas diante de novos aprendizados que se fazem em tempo real, como que *streamings* dos espaços urbanos. Nesse sentido, tanto as biografias, quanto as identidades de ativismo são passíveis de (re) construção.

No que diz respeito a importância do CTZ/MPL, a intenção era apreender o significado desse coletivo frente ao vasto território onde se moviam atores políticos, a maioria deles sem prévia experiência no engajamento cívico ou cujas experiências suscitaram reavaliações. Nesse sentido, esse percurso, ao mesmo tempo, de iniciação e de reavaliação de convicções políticas e, conseqüentemente das suas trajetórias, empreendido pela vivência e pelo desenrolar de uma pedagogia social no calor dos acontecimentos, trouxe a magnitude da importância do CTZ/MPL SSA, enquanto agrupamento coletivo, visto que seguramente o movimento serviu de disparador desse fenômeno social. Associado a isso, deve-se ter em vista o contexto baiano, cujas práticas autoritárias e clientelistas perduraram por um longo período de carlismo, onde a participação da população era paulatinamente cerceada e as insurgências, raramente registradas, eram rápida e violentamente reprimidas.

Entretanto, o fortalecimento, na Bahia de uma esquerda institucional coordenada pelo PT nos últimos 8 (oito) anos anteriores ao ciclo de protestos, não significou a participação popular em decisões políticas pelas quais sempre foram profundamente afetadas. Ao contrário, verificava-se uma ampla absorção e institucionalização de movimentos, ONGs e sindicatos simpáticos ao partido dos trabalhadores, o que significara a migração de suas atuações na instância popular para uma concentração na instância parlamentar. Nesse ponto, a relevância do CTZ/MPL esteve em trazer novamente à cena política a participação popular, além de provocar um tensionamento das instituições no sentido da construção de um projeto de democracia mais inclusivo e participativo. Foi assim, tanto do ponto de vista regional, quanto do ponto de vista nacional.

Findada a visão panorâmica dessa dissertação, é chegada a hora em que não posso me furtar de tratar de algumas limitações que se apresentaram no decurso desse trabalho. Nesse sentido, uma das primeiras questões que vieram à tona foi me deparar com questões de gênero, para mim, obviamente, muito caras, e que surgiam já no calor das manifestações com as abordagens de cunho machistas por parte da cobertura midiática aqui na Bahia, relacionadas às situações que envolviam mulheres integrantes do coletivo. Especialmente na fase empírica, essa temática se fez ainda mais presente, porque mais próxima do enredo, ao ouvir os depoimentos das atrizes políticas quando da aplicação do roteiro de entrevista. Essa problemática foi

rapidamente abordada quando da apresentação da história de vida da participante Flor, mas que se reproduzia sob várias facetas nos depoimentos das outras mulheres que cederam entrevistas. Nesse aspecto, foi interessante constatar como nos espaços do CTZ/MPL SSA, de maneira controversa, ressurgiam representações naturalizadas, em contexto social, de práticas relacionais e operacionais, consideradas, por essas atrizes, mantenedoras do machismo e do patriarcalismo. Longe de vitimizações, esse é um tema que aponta para continuidades simbólicas que se fazem como barreiras para equidade social e que favorecem, muitas vezes sutilmente, assimetrias mesmo no interior dos agrupamentos mais libertários.

Uma outra questão que se fez instigante e urgente, mas sem condições favoráveis de abordagem no escopo desse trabalho, diz respeito às práticas subversivas de desobediência civil na contemporaneidade por um viés estético, onde foi possível constatar um movimento interfaciado por política e arte. Nesse sentido, o olhar se voltava para as poucas ocorrências de ações BlackBlocs em Salvador, no decorrer daquele ciclo de protestos, sobre as quais se tentou aproximação com uns poucos atores, porém sem sucesso. No próprio escopo do trabalho, diante dos objetivos que aqui foram propostos, já foi possível notar a existência de temas relacionados que poderiam ser abordados mais enfaticamente, por exemplo, uma perspectiva contracultural que se fazia latente a partir do fenômeno pesquisado e um aprofundamento das discussões sobre um desdobramento das manifestações que ocorreu durante a escrita, como foi o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Continuidades que se davam celeremente e que se mostravam praticamente impossíveis de se alcançar, até pelos próprios limites dessa dissertação. Enfim, retomado o fôlego, essas são algumas possibilidades que podem se converter em trabalhos futuros.

A polifonia de sentidos e práticas políticas abrigadas na coletividade, em contexto contemporâneo, se estabelece numa dinâmica de construção que aponta para processos dissensuais e inaugura uma gramática social e singular que reflete as situações relacionais dos espaços onde surgem e para onde desembocam: os territórios digital e urbano. Tal constatação indica, por hora, que esse trabalho aponta para essas associações essencialmente conflituosas, mas que abrigam grande potencial democrático, já que entendemos que são justamente as capacidades analíticas e argumentativas individuais, no exercício comum da deliberação, da solidariedade, da cooperação, que conduzem a criação de espaços públicos onde se defendem as liberdades substantivas, ao tempo em que se mantêm em estado de vigilância para que estas sejam garantidas. Não seria essa uma possibilidade de representação real da democracia?

Muitas são as respostas e a satisfação que elas proporcionam, mas creio que maior é força das interrogações que animam as almas inconstantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C de. **Centro de Mídia Independente Brasil: a mídia como ação direta**. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10752>. Acesso em: Fev. 2018.
- ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2ª ed. Brasília: Technopolitik, 2014.
- ALMEIDA, G. S. S. de. **Da política pública à prática pedagógica: usos e sentidos da interdisciplinaridade nos BI da UFBA**. 2016. 179 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21076>. Acesso em: 15 maio 2017.
- ALMEIDA, Jorge. **Cultura política e hegemonia**. In: *Compólitica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, IV*, Rio de Janeiro: Anais Eletrônicos, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: mai. de 2016.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. *Revista Múltiplas Leituras*, vol. 1, nº 1, p. 18–43, 2008.
- AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 7-19, Julho/2002.
- ARRUDA, A M S; POMBO-DE-BARROS, C F. **Affection and social representations: Contributions of a transdisciplinary dialogue**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 2, p. 351–360, 2010. Disponível em: http://www.openpsychodynamic.com/?page_id=32. Acesso em: Dez. 2017.
- ARTIGO 19 BRASIL. **Nas ruas, nas leis, nos tribunais: violações ao direito de protestos no Brasil 2015-2016 (relatório)**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2017.
- AS RUAS E A DEMOCRACIA: entrevista com o filósofo Marcos Nobre. **CPFL Cultura**, 11 de junho de 2014. 52m 43s. Disponível em: <https://vimeo.com/97925695>. Acesso em: 13 jul. de 2016.
- AVRITZER, L. A participação social no Nordeste. In: AVRITZER, L. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BANDEIRA, M. G. A hipermídia e as novas formas de se produzir e experimentar a cultura. Disponível em: <https://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/04/texto-2-messias-bandeira-hipermidia-e-cultura.pdf>.
- _____. A assimetria tecnológica e a nova economia na sociedade global da informação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n.26, p. 47-55, 2005.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Filosofia .
- BAKUNIN, M. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Ed. Ícone, 2003.
- BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- _____, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2003.
- BRANDÃO, H. H. N. **Analisando o discurso**. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Brandao_AnalisandoODiscurso.pdf. Acesso em: Dez. 2017.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

- _____. **Legisladores e intérpretes:** sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Tempos Líquidos.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.
- BRINGEL, Breno. **2013-2016:** polarização e protestos no Brasil. OpenDemocracy, Seção: Democracia Abierta, Fev. 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>>. Acesso em: 10 out. de 2016.
- _____. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013.** Insight-Inteligência, Rio de Janeiro, Jul./Ago./Set. 2013, p. 42-51.
- _____; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires. P. 4-17, out. 2015.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre a constituição de corpus em Análise do Discurso. v. 44, n. 2009, p. 1087–1096, 2015.
- CHAMARELLI FILHO, M. O que é (ou deve ser) discurso na análise do discurso. **Primeira versão**, ano 2, nº 125 v. 8, Dezembro, Porto Velho, 2003.
- COSTA MARINHO, M. L. **O discurso do sujeito coletivo:** uma abordagem quali-quantitativa para a pesquisa social. *Revista de Investigaciones en Intervención social* v. 5, n. 8, p. 90–115, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa.** 2ª edição. Porto Alegre: ARTMED S.A., 2007.
- CAMPANA, M.; MISKOLCI, R. **Ideologia de gênero:** notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 32, nº 3, Set./Dez. 2017.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2013.
- _____. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- _____. **Diversidade e direitos na interculturalidade global.** In: *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* – n. 8 (abr./jul. 2009). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009, p. 143-152. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>. Acesso: 18 mai. de 2015.
- CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. [et al]. **Ocuppy:** movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. 1ª edição. Rio de Janeiro, Zahar: 2013.
- _____. **A sociedade em rede:** a era da informação – economia, sociedade e cultura. 10ª edição, V. I. São Paulo, Paz e Terra: 2011.
- _____. **Galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAUÊ, O. C. **As origens do movimento passe livre:** do trabalho em escolas à autogestão no transporte. In: II Jornadas de Estudios de América Latina y el Caribe, Universidad de Buenos Aires – Argentina, Set. 2014. **Anais.**
- CAVA, B; COCCO, G. (orgs.). **A multidão foi ao deserto:** as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.
- COCCO, G. A dança dos vagalumes. In: CAVA, B; COCCO, G. (orgs.). **A multidão foi ao deserto:** as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

- CHAUÍ, M. As manifestações de junho em São Paulo. **Teoria e Debate**, São Paulo, Ed. 113, 2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>. Acesso em: 20 ago. 2013
- MARILENA CHAUÍ. Pela responsabilidade intelectual e política. **Revista Cult**. São Paulo, nº 182, Ago. 2013. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>. Acesso em 1 de out. 2013.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. 2ª Reimpressão. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- COLETIVO MARIA TONHA. Ele ajudou a fundar o Movimento Passe Livre: entrevista com Marcelo Pomar. **TarifaZero.Org**, São Paulo, 25 jul. 2013. Disponível em: <http://tarifazero.org/2013/07/25/ele-ajudou-a-fundar-o-movimento-passe-livre-entrevista-com-marcelo-pomar/>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: _____. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DANTAS NETO, P. F. (2008). **Mudança política na Bahia**: circulação, competição ou pluralismo de elites. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao_texto_BA_rev.pdf. Acesso em: 21 fev. 2018.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 129-142.
- DEUTSCHE WELLE. Crise deixa reforma política ainda mais distante. **Carta Capital**, Política, 16 mar. 2015. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/crise-deixa-reforma-politica-ainda-mais-distante-5477.html. Acesso em: Mai. 2016.
- DUARTE, Rebeca B. **Mobilização ou baderna**: o discurso midiático sobre o Movimento passe livre. In: Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, nº 1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12851>. Acesso em: mai. 2016.
- EAGLETON, T. A ideia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- EM UMA SEMANA, quatro protestos contra aumento da tarifa em são paulo. **Estadão**. 13 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,cidades,196224>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- ENCONTRO COM MILTON SANTOS: o mundo global visto do lado de cá. Produção de Sívio Tendler, Brasil, 2006. 89 min.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto Comunista**. Ebooks Brasil.com, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: maio. 2016.
- FILHO, Mário H. de S. A. **Passe Livre, jornadas de junho e comunicação no contexto dos movimentos sociais**. In: INTERCOM, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Natal/RN, jul. 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2246-1.pdf>. Acesso em: Mai. 2016.
- FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. **ALEA**: estudos neolatinos, v. 11, nº 1, Jan-Jun 2009, p.148-165.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ditos & Escritos V** - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (p. 285-315).
- _____. **Microfísica do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _____. **A arqueologia o saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- _____. **A ordem do discurso**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FREEMAN, J. Trashing: o lado sombrio da sororidade. In: **PassaPalavra**. Seção Ideias e debates, 11 dez. de 2014. Disponível em: < <http://passapalavra.info/2014/12/101362>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- _____. **A tirania das organizações sem estrutura** (1970). Disponível em: < <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- FREITAS, C. Retrospectiva: manifestações de junho agitaram todo país. **Jornal do Brasil**, Notícias, 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/retrospectiva-2013/noticias/2013/12/17/retrospectiva-manifestacoes-de-junho-agitaram-todo-o-pais/>. Acesso em: mai. 2016.
- FREITAS, P. P. de. **As Verticalidades e as Horizontalidades do Transporte Público de Salvador-BA**. Dissertação. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19362/1/Patr%C3%ADcia%20Ponte%20de%20Freitas.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras completas**. Vol. 18 (1930-1936). São Paulo: Cia da Letras, 2010, p. 9-89.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **A pesquisa científica**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª ed., 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- _____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- _____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- _____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. de Educação, v. 16, nº 47, p. 333-513, Maio-Ago, 2011.
- _____. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política**. Caderno CRH, v. 27, nº 71, p. 417-429, Salvador, Maio-Ago/2014.
- GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. **O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural**. Cadernos de Gestão Social v. 2, n. 1, p. 09-26, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/75>. Acesso em: Ago. 2016.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

- GUATARRI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HABERMAS, J. **Sobre a constituição da Europa**. São Paulo: Unesp, 2012.
- HADDAD, F. **Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro**. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 11ª edição, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- _____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Revista Educação e Realidade**, v. 22, nº2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, D. **A Liberdade da cidade**. In: *Cidade Rebelde: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. P. 27-34. São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2013.
- _____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 26ª edição, 1995.
- LACERDA, Renata; PERES, Thiago. Jornadas de junho: explorando os sentidos da indignação social contemporânea no Brasil. **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 1, p. 43-72, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *Writings on cities*. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1996, p. 158.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas**. *Texto e Contexto Enfermagem* v. 23, n. 2, p. 502–507, 2014.
- _____. **O discurso do sujeito coletivo**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.
- _____. **Pesquisa de Representação Social: um enfoque quali-quantitativo**. 2ª edição ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 1ª edição. São Paulo, Editora Paulus, 2010.
- LÊNIN, V. I. **O estado e a revolução**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm> . Acesso em: 2 dez. 2016.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- LIMA, Dandara. A luta do movimento estudantil pelo passe livre. **Portal Vermelho**, Movimentos, 21 jan. 2015. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/257485-8>. Acesso em 27 jul. 2016.
- LIMA, Luiz Costa. Como devemos entender hoje o homem cordial, de Sérgio B. de Holanda. **Zero Hora-Caderno PROA**, Rio de Janeiro, 5 set. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/09/como-devemos-entender-hoje-o-homem-cordial-de-sergio-buarque-de-holanda-4841240.html>>. Acesso em: 13 de maio 2016.

- LIMA, Wilhelm R.M. **Facebook: casos de censura no Brasil**. 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LINHA DO TEMPO das manifestações. **Globo.com**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. Acesso em: 18 mai. de 2016.
- LOCATELLI, Piero. Entenda a reforma política. **Carta Capital**, Política, 31 out. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-reforma-politica-6840.html>. Acesso em: Mai. 2016
- LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia: O romantismo na contracorrente da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.
- LUBISCO, N. M. L.; SANTANA, I. V.; VIEIRA, S. C. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 4ª edição. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Questões de organização da social-democracia russa**. In: LUXEMBURGO, R.; LOUREIRO, I. (org.). Textos escolhidos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 37-46.
- MALATESTA, E. **Cadernos Anarquistas**. Ceará: Organização Resistência Libertária (ORL), 2010.
- JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p. 1–21.
- _____. **Représentation sociale: phénomène, concept et théorie**. In S.MOSCOVICI (dir.). Psychologie sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1990 (2ª ed.).
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017.
- _____, H. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2013.
- MARINGONI, Gilberto. A nova noção de classe média é ilusória. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, 2015. Ano 12. Edição 85, 20 jan. 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3200&catid=30&Itemid=41. Acesso em: Mai. 2016.
- MARQUES, Rosa M.; MENDES, Áquila. O governo lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**, vol.18 n° 3, São Paulo Jul./Set. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300002. Acesso em: Mai. 2016.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, set./dez., 1997.
- _____. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova, São Paulo, jun. 1989.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.
- MODONESI, M. **Activistas y/o militantes**. Disponível em: <https://desinformemonos.org/activistas-yo-militantes/>. Acesso em: 2 mar. 2018.

- MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidade Rebelde: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. P. 13-18. São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2013.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Carta de Princípios**. 2005. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/cartadeprincipios/>. Acesso em: Mai. 2016.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **MPL São Paulo**, Histórico. Disponível em: < <http://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2>>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- MPL-SP. Nota sobre a manifestação do dia 6. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>. Acesso em 18 mai. 2016.
- NEGRI, A. **A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- NEGRI, A. **Para uma definição ontológica da Multidão**. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, Jan./Jun., 2004.
- NEGRI, A; HARDT, M. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2014.
- NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Ed. Schwarcz – Cia. das Letras, 2013.
- NETO, A. B. **Orlandi e Foucault: interdiscurso e formação discursiva**. 2013. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/orlandi-e-foucault-interdiscurso-e-formacao-discursiva/115067/>. Acesso em: 29 set. 2017.
- OLIVEIRA, A. M. de; et al. **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2ª edição. Brasília: Technopolitik Editora, 2014.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Ed. Pontes, s.d.
- PIMENTEL, T.; SILVEIRA, S. A. da. **Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013**. Interagentes: Comunicação digital e ações em rede, Jul. 2013. Disponível em: <http://interagentes.net/?author=1> <http://interagentes.net/?author=1> . Acesso em: 19 de jul. 2016.
- PLEYERS, G. Ativismo das ruas e on-line dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, nº 31, p. 87-96, jul./dez. 2013.
- POMAR, M. Nossa concepção de transporte coletivo. **Jornal MPL**, nº 1, p. 6, São Paulo, Out. 2005. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/334521.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- PUJOL, A. F. T. I; ROCHA, F. G.; SAMPAIO, F. dos S. **Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político**. In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, El control del espacio y los espacios de control, Barcelona, Maio, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Antoni%20Francesc%20Tulla%20i%20Pujol.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2016.
- QUEROL, R. de. Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha” (entrevista). **El País**, Espanha, 9 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em: 6 fev. 2016.
- RAMTHUM, R. Um ensaio sobre o mês de junho de 2013. **Observatório da Imprensa**, Jornal de debates, Protestos Urbanos, Edição 755, Brasília, 16 jul. 2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013/. Acesso em: jun. 2016
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

- _____. **O desentendimento:** política e filosofia, 1996.
- _____. Política da Arte (apresentação de Jacques Rancière). Tradução: Mônica Costa Netto. In: **Seminário São Paulo S.A, práticas estéticas, sociais e políticas em debate**. São Paulo: Sesc Belenzinho, 17 a 19 de abril de 2005. Disponível em: <<https://perfopraticas.files.wordpress.com/2011/09/ranciere-jacques-apolc3adtica-da-arte.pdf>>. Acesso em: 20 abr. de 2018.
- REIS, J. **#Desocupa e as manifestações de junho de 2013:** trajetórias políticas construídas em espaços de fluxos e espaços de lugares. 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- REVOLTA DO BUZU. Direção: Carlos Pronzato. Prefeitura 13 de maio (RS), Fórum Gaúcho da Juventude, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>. Acesso em: Ago. 2013.
- REZENDE, Renata. **Política e afeto no tempo das redes:** ou a catarse coletiva - uma análise da Mídia Ninja. Revista AÇÃO MIDIÁTICA, n. 10. Jul/Dez. 2015. Curitiba: PPGCOM-UFPR.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RUSKOWSKI, B. de O.; SILVA, M. K. **Condições e mecanismos do engajamento militante:** um modelo de análise. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 21, Brasília, Set./Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n21/2178-4884-rbcpol-21-00187.pdf>>. Acesso em: Fev. de 2018.
- SAFATLE, V. Amar uma ideia, in HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SANTOS, L. G. dos. **Em torno das dificuldades de singularização do Brasil**. In: Tempo de Ensaio. São Paulo: Cia das Letras, 1989 (p. 53-57).
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. **Inventário da sociologia do engajamento militante:** nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias, ano 13, nº 28. Porto Alegre: Set – Dez/2011, p. 200-255.
- SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- SHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SINGER, A. **Brasil, junho de 2013:** classes e ideologias cruzadas. In: Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções, v. 1, 2013. Novos estudos – CEBRAP, nº 97 São Paulo: Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003>. Acesso em: 4 mai. 2016.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica (p. 153-188). Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 2006.
- _____. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.
- SOUZA, N.R. **Esquerda Militante:** entre o engajamento pastoral e os revides locais. Revista de Sociologia e Política, nº 12: 131-146, Curitiba, Jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a08.pdf>>. Acesso em: Mar. de 2018.
- SOUZA, P. F. de. **A genealogia das Lutas Multitudinárias em Rede:** o #vempruar no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.

- SPINOZA. **Ética**. 2ª edição. São Paulo: Autêntica, 2013.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- STALCUP, Meg. A estética política do ativismo através de novas mídias. In: OLIVEIRA, M. P. de; WARREN, J. **Miradas sobre o Brasil: cultura, arte e poder**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.
- TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho, 2010, pp. 133-160.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Trad.: Iraci D. Poleti. Campinas: Trajetória Cultural; Ed. da Unicamp, 1989.
- _____. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- VINADÉ, T.F.; GUARESCHI, P.A. **Possibilidades militantes na liquidez contemporânea**. Revista de Psicologia Política, nº 14, vol. 7. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=15&layout=html>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- WILDE, O. **A alma do homem sob o socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- ZIBECCHI, R. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.
- _____. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **Observatorio Social de América Latina**. Ano XIV, nº 34, p. 15-35, publicação semestral, novembro de 2013, CLACSO.
- ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. **Blog da Boitempo**. São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraíso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/>. Acesso em: 13 set. 2013.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

- 4º PROTESTO contra tarifa em São Paulo tem novo confronto e mais de 200 detidos. **Portal G1**, 14 de junho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/4-protesto-contratarifa-em-sp-tem-novo-confronto-e-mais-de-150-detidos.html>. Acesso em 18 mai. 2016.
- Alessandro. ‘Revoltas’ decretam o fim do ciclo de redemocratização. **Jornal da Unicamp**, nº 9, Campinas: 1 a 28 de julho de 2013. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_567_pagina_09.pdf. Acesso em: 13 jul. 2016.
- MANIFESTAÇÕES foram realizadas em 388 cidades do país. **Estadão**. 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216>. Acesso em: 17 mai. 2016.
- MANIFESTAÇÕES. **Confederação Nacional dos Transportes (CNT)**. Brasília: IBOPE, 2013. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Pesquisa/pesquisa-cnt-manifestacoes-junho-2013>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- MANOLO (Manoel Nascimento). **Teses sobre a Revolta do Buzu**. Salvador, 2004.
- MARETTI, E. Vontade de Dilma enterrada pelo Congresso, plebiscito da reforma política volta à tona. **Rede Brasil Atual**, Política, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/08/reforma-politica-proposta-por-dilma-foi-barrada-no-congresso.html>. Acesso em: maio. 2016.

- MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidade Rebelde: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. P. 13-18. São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2013.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Carta de Princípios**. 2005. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/cartadeprincipios/>. Acesso em: Mai. 2016.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. **MPL São Paulo**, Histórico. Disponível em: < <http://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2>>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- MPL-SP. Nota sobre a manifestação do dia 6. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>. Acesso em 18 mai. 2016.
- PAREDES, M. de M. A atualidade de Sergio Buarque de Holanda na interpretação do Brasil de hoje. **Zero Hora-Caderno PROA**, Rio de Janeiro, 5 set. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/09/a-atualidade-de-sergio-buarque-de-holanda-na-interpretacao-do-brasil-de-hoje-4841219.html>. Acesso em: 13 maio. 2016.
- PROTESTOS no Brasil em 2013. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013/ . Acesso em :17 mai. 2016.

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com os atores sociais da pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco 1 - Concretude do fenômeno – aspectos do cotidiano prático do indivíduo que estão relacionados com as manifestações:

1. Como se deu sua formação política? Quando começou a atentar para questões político-sociais?
2. Neste processo, houve influência do núcleo familiar ou algum parente próximo?
3. Estudou em escola pública ou particular? Qual?
4. No período escolar houve envolvimento com agremiações, partidos ou movimentos sociais?
5. Com relação ao seu histórico de atuação política, a quais movimentos/ grupos/eventos se vinculou? Destes, qual teve maior representatividade para você? Por que?
6. Nestes primeiros contatos com temas políticos sociais algum gênero artístico foi o disparador ou teve influência para que prosseguisse no interesse? Se sim, qual/ quais: literatura, cinema/vídeo, teatro, música?
7. Atualmente algum representante específico (autor, diretor, ator...) de tais gêneros exerce influência para você? (no caso de resposta positiva para questão anterior)
8. É ou já foi vinculado a alguma organização civil?

<input type="checkbox"/> sindicato	<input type="checkbox"/> Associação de bairro
<input type="checkbox"/> ONG	<input type="checkbox"/> Coletivos
<input type="checkbox"/> Movimento social	<input type="checkbox"/> Nenhum
<input type="checkbox"/> Grupo cultural	<input type="checkbox"/> Outros _____
<input type="checkbox"/> Grupo religioso	
9. Tem alguma filiação partidária?

<input type="checkbox"/> Sim, Partido _____
<input type="checkbox"/> Não, sou apartidário
<input type="checkbox"/> Não, sou antipartidário
10. Como você define sua orientação política? Fale sobre isso.

<input type="checkbox"/> Anarquismo	<input type="checkbox"/> Não tem orientação
<input type="checkbox"/> Direita	
<input type="checkbox"/> Esquerda	

Bloco 2 – Elementos que integram o campo da representação social

11. De que maneira você participou das manifestações de junho de 2013? Qual o sentido político desse seu ato? Fale sobre sua experiência.
12. Naquele momento, em 2013, qual era a sua visão sobre o governo nacional e local (Dilma/Jacques/ ACM Neto)?
13. Como você entendia a pauta das manifestações?
14. Naquele momento qual o arco de atuação do movimento? Quais foram seus desdobramentos?
15. Para você há diferença entre o ativismo *on-line* e o ativismo *off-line*? Em que sentido? Quais são as diferenças?
16. Você acha que a tecnologia, especificamente o uso das redes, influenciou nas manifestações e na sua participação? Como?
17. Que tipo de influência essa tecnologia exerce? Mudou algo para você?
18. Algo te preocupa com relação ao papel exercido pelo uso dessa tecnologia?
19. Quando iniciou sua trajetória na internet e a partir de que momento você viu nela possibilidade de ação política?
20. Qual (is) sua (s) principal (is) fonte (s) de informação?
21. Fale da sua rotina quando conectado relacionada às questões políticas: que grupos acessa, segue algum perfil ativista?
22. Contribui com algum canal de informação na internet?
23. Acredita que sua atuação no movimento varia conforme os espaços que ocupa: *on-line/off-line*?
24. Em que lugares já morou em Salvador?
25. Nestes locais, participou de projetos comunitários ou participou de associações relacionadas aos bairros? Se sim, por que.
26. Como é a sua circulação na cidade, que espaços frequenta?
27. Como você entende a pauta do “direito à cidade”?
28. Desenvolveu relações mais estreitas com integrantes do coletivo no processo das manifestações? Como sustenta essas relações?
29. Rompeu relações com alguém do coletivo no processo das manifestações?

Bloco 3 - Compreendendo o grupo no sujeito e o sujeito no grupo (identidade do sujeito/ identidade do grupo):

30. Como é fazer parte do Coletivo Tarifa Zero/ MPL? Como se deu esse contato e por que?
31. Quem pode fazer parte desse movimento? Existe um perfil ideal para fazer parte desse movimento?
32. Como você se define: ativista ou militante?
33. Qual o sentido, a importância desse processo para sua vida?
34. Qual a importância das manifestações de junho de 2013 para Salvador? E dos movimentos que delas decorreram?
35. Qual o propósito da sua luta? Você acredita que está em consonância com o movimento?
36. Que tipo de sentimento motivou esse movimento? Qual foi a sua motivação?
37. Em sua opinião, houve um processo de aprendizagem (político, de engajamento cívico, cidadania) disparado pela participação no movimento? Fale sobre.

Bloco 4 - Zona muda das representações (acessando saberes e entendo as práticas a partir do não dito):

38. O que você acha que as pessoas pensam sobre o uso das redes neste movimento?
39. O que você acha que as pessoas pensam sobre o Coletivo Tarifa Zero/MPL?
40. O que você acha que se pensa sobre o ativista desse movimento e que atua nele através do uso das redes?

Bloco 5 – Condição de produção da representação social - Dados sócio demográficos:

Nome: Codinome:	
Gênero (IBGE) () feminino () masculino	
Estado civil () solteiro(a) () casado(a) () divorciado(a) () união estável () outros	
Onde mora?	
Com quem você mora? () sozinho(a) () pais () outros parentes () companheiro(a) () amigos () outros	
Idade:	Cor/raça: () branca () preta () amarela () parda () indígena
Escolaridade (pedir que informe onde estudou em cada nível e curso que fez)	

Ensino fundamental: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Ensino médio: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Graduação completa: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Especialização: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Mestrado: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Doutorado: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto. Onde?	
Está trabalhando no momento? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Cargo/função:
Instituição em que trabalha:	
Trabalhava no período das manifestações? Onde?	
Carga horária semanal de trabalho: <input type="checkbox"/> 20h <input type="checkbox"/> 30h <input type="checkbox"/> 40h <input type="checkbox"/> 44h	
Regime de trabalho:	
Trabalhos mais relevantes acredita ter desempenhado:	
Tem filho(s)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantos?
Tels:	
E-mail:	
Perfil no FB:	
Quantidades de amigos no FB:	
Quantos amigos em comum com o grupo do movimento no FB?	
Possui ou já possuiu perfil em mídias sociais on-line? Em quais se considera ativo? <input type="checkbox"/> youtube <input type="checkbox"/> twitter <input type="checkbox"/> instagram <input type="checkbox"/> facebook <input type="checkbox"/> whats app <input type="checkbox"/> google plus <input type="checkbox"/> outros _____	

APÊNDICE B – Demais conjuntos de DSCs da pesquisa¹⁰⁰

DSC QUESTÃO 13: NAQUELE MOMENTO, COMO VOCÊ ENTENDIA A PAUTA DAS MANIFESTAÇÕES?

Categoria A – Centralidade da mobilidade urbana

Já naquele primeiro momento, estava muito claro que a pauta dizia respeito às questões da mobilidade urbana e de sua melhoria, ao aumento da tarifa e contra a Copa do Mundo. As manifestações conseguiram por um mês segurar a pauta da mobilidade urbana no centro das lutas e derrotou mais de 100 prefeitos que tiveram que baixar as tarifas. Outros tantos prefeitos congelaram os aumentos e passaram a colocar a mobilidade urbana como algo central em seus governos, a exemplo de ACM Neto. Tinha um tensionamento para que a gestão da cidade tivesse como prioridade as pessoas, e não as empresas de ônibus e a indústria automobilística. É a partir da mobilidade urbana a gente tem acesso a outras necessidades básicas. Precisa do transporte público para trabalhar, ir ao médico, para estudar, para procurar um emprego, para o lazer. Eu entendia que a pauta era válida e continuo entendendo, até hoje, que direito de ir e vir é um direito inalienável, que ter uma catraca, toda vez que tem uma catraca as pessoas que já tem acesso financeiro se beneficiam com isso. Então você diz que a pessoa tem o direito de ir e vir, mas esse direito não existe! Quando a pessoa tem que pagar pra exercer esse direito. O direito ao transporte é o direito à educação. Porque se eu tenho direito a educação pública e tenho que me transportar para ir lá e pagar um transporte, ela não é mais pública. Se eu tenho direito à saúde pública, estou doente e gasto um dinheiro para ir até lá, ela não é mais pública. Então o direito ao transporte público é um direito essencial, como todos os outros direitos da Constituição Federal.

Categoria B - Passe Livre é pauta central, mas não é única

Ainda era muito difusa, ainda se pedia muita coisa, mas as assembleias fizeram a gente centralizar as pautas. Tanto que a gente fechou uma carta de 21 pontos que nós solicitávamos a integração dos transportes, solicitávamos a meia passagem para os domingos, (...) nós queremos passe livre para todos, porque o direito ao transporte é o direito à educação. Então eu acho que a pauta do Passe Livre é importantíssima, tem que ser livre as pessoas têm que ter a possibilidade de se locomover. Eu entendia a pauta das manifestações como uma pauta localizada, concreta, de tensionamento do poder público para que a gestão da cidade tivesse como prioridade as pessoas, e não as empresas de ônibus e a indústria automobilística. Contudo, a pauta, por influências diversas, foi ampliada e, desfocando-se da luta pela redução da tarifa, passou a abarcar temas sociais de forma abstrata e, também, a genérica bandeira da luta contra a corrupção. Eu entendia que o central da pauta das manifestações deveria ser como era, o que mobilizou mais as pessoas foi a questão da melhoria do transporte público, contra aumento de tarifa e também contra a Copa do Mundo, o que representava o Brasil sediar a Copa do Mundo e toda sorte de consequências que isso trazia, como: remoções de populações, de especulação imobiliária e tudo mais. Mas, acho que não

¹⁰⁰ Aqui a numeração segue a ordem do roteiro de entrevistas.

foi só o Passe Livre que motivou as pessoas a irem para as ruas. Foi uma insatisfação geral quanto à corrupção, com o descaso com a saúde, com educação, questões de transporte, de mobilidade também estavam nessas insatisfações e reivindicações, mas não foram as únicas pautas. O processo até se tornar o passe livre foi bem complexo, pois nem todo mundo concordava com esse fato de resumir o movimento a uma pauta que seria o passe livre. Essa é uma pauta estruturante, muito importante. Mas não é única.

Categoria C - Pluralidade de pautas, desvio da pauta Passe Livre

Então, porque tem as pautas que surgiram, que era a questão do otimismo, né, do reformismo. E aí tinha uma proposta de lei, uma PEC 37, tinha algumas coisas relacionadas à ter mais escolas, ter mais hospitais, tinha essas pautas que eu acho importantíssimas, mas, velho, não tinha como, gente! Então, perdeu sentido ter o MPL enquanto referência, então abriu-se um vácuo político que foi preenchido rapidamente pela pluralidade de demandas reprimidas e de insatisfações não formuladas objetivamente, ou seja, a revolta pela revolta, e logo após as forças conservadoras canalizaram as insatisfações para questões moralistas, como o combate à corrupção. Claro que, além dessa pauta contra as tarifas, tinha os megaeventos - em algumas cidades eles vieram com desapropriações - e a violência policial, principalmente por conta das UPPs, mas não só. Havia as pautas identitárias e difusas, racismo, homofobia, machismo, etc. A partir do momento que a pauta virou, entendo que a abstração e o tensionamento social provocado por milhares de pessoas na rua, reivindicando saúde, educação e dizendo não à corrupção, foi amplificado pelas frações das classes capitalistas que estavam interessadas no fim da hegemonia petista e sua consequente saída do Governo Federal.

DSC QUESTÃO 30: COMO É/FOI FAZER PARTE DO COLETIVO TARIFA ZERO/ MPL? COMO SE DEU ESSE CONTATO E POR QUE?

Categoria A – Importante para experiência política, contato a partir das assembleias

Foi bem complexo, para começar [...], tentava colaborar e participar do movimento, mas tinha ainda uma imaturidade política muito grande. Acho que foi importante para o processo de crescimento e desenvolvimento pessoal. O contato com o movimento foi a partir das manifestações, as reuniões no Passeio Público e a partir dessas reuniões foram surgindo a ideia de criar, de ser a representação do Movimento Passe Livre em Salvador. Como eu já estava inserido nesse contexto das reuniões das manifestações, acabei ficando e resistindo nesse processo. Eu já estava fazendo parte das manifestações ... e aí comecei a colar com a galera a partir disso. Foi fantástico, foi fantástico. Enquanto o movimento Passe Livre era um movimento público, foi fantástico. Porque a gente tem um poder em conjunto que nenhum grupo tem, a gente conseguir ver uma manifestação nossa dar 40, 50 mil pessoas por uma articulação de 500, é simplesmente maravilhoso. É um poder indescritível a gente poder ocupar uma Câmara com 20 pessoas dentro e 30 fora, e conseguir o que a gente conseguiu. É fantástico. Teve a primeira assembleia eu não participei, na segunda eu fui ver e me encantei com a assembleia em si, não era o movimento era a possibilidade de termos um fórum público aberto que decidiria coisas sem precisar passar por nenhum político.

A gente com aquele poder ali de quinhentas, de mil pessoas, a gente podia fazer qualquer coisa. Qualquer coisa que eu digo assim, exequível pelo certo.

Categoria B – Importante para experiência política, contato a partir do agrupamento antigo

Particpei do processo de fundação do primeiro MPL em Salvador, que foi em 2005, mas não coleí no coletivo. Nas manifestações de 2013 a gente sentiu a necessidade de refundar o MPL aqui em Salvador, então a gente trouxe as pessoas do antigo coletivo de volta por conta da forma como estava sendo reconstituído o MPL aqui em Salvador, por fora dos princípios da carta do movimento. [...] Foi uma experiência bastante rica e foi minha primeira experiência dentro do chamado campo autonomista. Assim, o processo de fazer parte do Tarifa Zero esteve diretamente associado a fundar o próprio Tarifa Zero, no caso, refundar o que era o MPL aqui em Salvador. Eu acho que como em qualquer outro espaço político que você está construindo, tem a ver com você se auto organizar e você entender que individualmente você não vai construir nada, você precisa estar coletivamente organizado para fazer disputa política. Para construir luta social você precisa estar organizado coletivamente. Era uma rede de militantes de organizações que haviam se dissolvido, as organizações todas haviam se dissolvido, mas as relações continuavam, inclusive relações militantes. Então, pontualmente, a gente se encontrava para fazer uma ou outra atividade coletivamente, as pessoas já se conheciam. Foi super intenso, exigiu uma dedicação brutal, a vida era Tarifa Zero por dois anos, né? Normal, já tinha acontecido antes com outros coletivos, vai acontecer de novo com os próximos, é cíclico, faz parte.

DSC QUESTÃO 31: QUEM PODE FAZER PARTE DESSE MOVIMENTO? EXISTE UM PERFIL IDEAL PARA FAZER PARTE DESSE MOVIMENTO?

Categoria A – Existiam exigências e procedimentos para entrar

A intenção era concordar com a ideia do Passe Livre e entender o movimento como apartidário. Mas, chegou um determinado momento em que algumas pessoas ligadas aos partidos políticos, que estavam dentro do processo, começaram a se articular para barrar a entrada de novas pessoas. A partir do momento que as reuniões eram feitas em espaços públicos que qualquer pessoa poderia participar e você passar a fazer em espaços fechados, você limita a participação de outras pessoas. Então, essa questão de quem pode fazer parte do coletivo ou não, foi uma das causas de rupturas internas, por exemplo, do coletivo. Porque veja, não é uma organização que tenha critérios pré-definidos, que você tem que obedecer para que você entre na organização, né?! Basicamente, de maneira implícita, é que você precisa ter um acordo com o que são os princípios do MPL, então as pessoas tinham algum tipo de interesse, se reivindicavam de esquerda e com um acordo mínimo com os princípios e a pauta, e começaram a participar. Só que, a partir de tudo que aconteceu em junho de 2013, a gente estava nesse limite entre ser um movimento pautado em grupos pequenos, que muitas vezes se confundem com grupos de afinidade, ou de virar um movimento social que possibilitasse a participação mais ampla de outras pessoas. E isso virou uma disputa política aqui em Salvador, porque havia algumas pessoas que defendiam quase regra de conduta para você adentrar o coletivo, entendeu? É! Manual quase, regra 1, regra 2, regra 3 e investigação da vida particular da vida dessa pessoa, coisa com a qual a gente não concordava porque a luta se faz se fazendo. Se você tem alguém que

está chegando, colando junto e construindo, não tem porque essa pessoa não começar a participar, até pela própria questão que o MPL trata como fundamental da horizontalidade, não dá pra gente ficar criando hierarquia entre militante, né, e hierarquia entre as pessoas que compõem o coletivo. Era super restrito, era um mega procedimento para entrar no MPL, uma série de exigências, era super rígido a entrada de novos militantes. Precisava de ter um “selo de qualidade” de militante revolucionário e libertário... Tinha que ser 100% dedicado, você tem alguém que é seu tutor responsável e essa pessoa vai lhe passando tarefas e você, conforme ia progredindo nas tarefas, ia ganhando níveis de confiança e tarefas mais complexas, era essa a ideia das pessoas. Era incoerente, do ponto de vista até do que significava isso, do nível de autoritarismo e da contradição com os princípios. Mas, não rolou a abertura total, eles tinham delírios de que iam se infiltrar e estavam em uma onda de patrulhamento que era surreal. Teve toda problematização que foi feita para não ficar colocando só os amigos e virar um grupo de amigos, mas na prática...Existia a questão... na verdade, qualquer pessoa podia fazer parte, né, em tese. Precisava ser aceito, precisava seguir uma carta de diretrizes que era o que a gente imaginava que fazia sentido.

DSC QUESTÃO 33: QUAL O SENTIDO, A IMPORTÂNCIA DESSE PROCESSO PARA SUA VIDA?

Categoria A – É projeto de vida

Eu acho que eu nem sei ser outra pessoa. É o que eu sou, porque eu não sei ser outra coisa, a verdade toda é essa. É a forma que eu estou no mundo, né? Sendo militante. Eu teria que ser outra pessoa para deixar de ser militante. Até gostaria, às vezes, seria até mais legal. Mas não, é a forma que eu tô no mundo. A construção da luta social, que é a construção de uma sociedade anticapitalista, para mim é um tema central. Não é um projeto do qual eu entrei, participei e saí. Não. Para mim é o sentido de vida, não dá para pensar em viver se não construindo esse tipo de luta e de perspectiva de mudança, de superação da sociedade capitalista. Eu acho que é base, né, eu entender que a mudança não acontece sem a minha participação, sabe, eu acho que é determinante. É o sentido de ter consciência política e a importância da participação no cenário político, no diálogo, no desenvolvimento de ideias junto com as pessoas que estão no entorno. Então foi divisor de águas, repensar o sentido da minha trajetória de militância política e o Tarifa Zero me deu essa dimensão, micro mas me deu, do que é o campo autonomista. Então, é onde eu hoje me enxergo, me situo...De uma certa maneira foi a porrada que eu precisei tomar, para poder tomar vergonha e começar a racionalizar as experiências de militância prévia que tinham sido mais ativistas. Mudei totalmente a minha vida. Depois disso eu participei muito mais das ações da minha cidade, pois eu não fazia isso antes, eu não tinha uma participação política ativa. Então minha mudança política alterou-se completamente. Hoje em dia eu sou uma pessoa da rua, minha ação está na rua.

DSC QUESTÃO 35: QUAL O PROPÓSITO DA SUA LUTA? VOCÊ ACREDITA QUE ESTEVE EM CONSONÂNCIA COM O MOVIMENTO?

Categoria A - Propósito de igualdade social, em consonância com o movimento

A gente estava defendendo a pauta. Então, acho que estava em consonância com o que o coletivo se propunha, que o movimento nacional se propunha. Acredito que é um sentido de vida: se eu não concordo com as relações capitalistas de produção e a manutenção dela, o sentido é construir práticas que apontem para uma ruptura com isso. E o movimento, de uma certa maneira, aponta para isso, por ampliar a discussão, que não era só para a tarifa, era para o direito à cidade, de questionar a apropriação da vida das pessoas pelo capital. Eu tenho o propósito, no limite, da superação da sociedade capitalista e, enquanto pauta específica, havia a questão do transporte público e da tarifa zero. Estava em completa consonância com o que defendia o coletivo, que tem essa pauta específica do transporte, da mobilidade urbana, mas que tem esse propósito da superação da sociedade capitalista, nos próprios princípios isso está colocado. Porque eu era o coletivo, eu estava ali fazendo o que eu acreditava, acho que eu tenho que fazer o que eu acreditava. Estou muito vinculadx a essa ideia do direito à cidade, que já é algo além da mobilidade urbana. Eu acho que o objetivo mesmo, sem constrangimento de falar, é construir um mundo onde as pessoas não precisem estar subordinadas as outras, né? Eu acho que, no final das contas é isso, construir um mundo mais livre e igual. A busca da igualdade social e a questão do Passe Livre era um ganho para mim e para toda população. Para qualquer lugar você precisa do meio transporte e muitas pessoas não tem esse acesso. Então a ideia do Passe Livre é um primeiro passo para questão da igualdade social e minha luta se comunica com isso. Nós queríamos o Passe Livre, nós queríamos mais liberdade, nós queríamos um mundo justo.

DSC PERGUNTA 36: QUE TIPO DE SENTIMENTO MOTIVOU ESSE MOVIMENTO? QUAL FOI A SUA MOTIVAÇÃO?

Categoria A - Indignação

A motivação maior é a indignação, a revolta de ver tanta barbaridade, é a questão da possibilidade da transformação, além de um senso de justiça, de coletividade, de solidariedade, né, de superação da desigualdade dos indivíduos. Era necessário viver aquilo para entender o que era aquele momento de explosão e de insatisfação da população com o *establishment*. Então, tem uma indignação aí, né? Então eu acho assim: quando essas coisas acontecem eu tenho obrigação de participar, ponto. Assim, era uma insatisfação, indignação, pelo menos o sentimento mais geral, acho que era esse, sim. Além da indignação contra a violência que fizeram com o Passe Livre de São Paulo.

Categoria B – Esperança

Era um sentimento de esperança, pois existe um outro caminho, não é só esse, vamos por aqui. Eu queria ver, eu sou prático eu quero ver a coisa acontecer, então é vontade de potência.

DSC QUESTÃO 38: O QUE VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS PENSAM SOBRE O USO DAS REDES NESSE MOVIMENTO?

Categoria A – Redes *on-line* como espaço único de atuação X Ruas como espaço prioritário de atuação

Algumas pessoas não acreditam no processo de militância através das redes sociais, acham que tem que estar na rua, embora utilizem, de certa forma. Outras acreditam que seja uma ferramenta de comunicação, então veem como uma ferramenta de ação, de militância. Eu acho que tem um determinado grupo de pessoas que pensa no sentido de que é ferramenta, é instrumento, é meio. Mas acho também que existe uma galera do ativismo 2.0, digamos assim, que é essa galera que está nas redes e só está nas redes, que é ativista somente estando nos espaços das redes, entendeu? Então, acho que existe esses dois entendimentos: tanto de gente que entende as redes sociais como ferramenta, como as pessoas que utilizam as redes sociais de forma prioritária, para construção de seu ativismo. Por um lado elas pensam que era importante, se for falar de maioria de pessoas, elas acham que é fundamental, elas acham que na verdade é ali que está o lugar da participação. Por outro, uma minoria sabe que o uso das redes é fundamental para a articulação, para a visibilidade, mas a luta de verdade está nas ruas, nas ações diretas, no pressionar corpo a corpo os políticos, constrangê-los.

Categoria B – Espaço legítimo de atuação X Atuação financiada por partidos

Eu acho que algumas pessoas vêm com otimismo: está vendo que é possível, as redes são legalzinhas, elas não proibem, ó, a praça pública que vocês têm. Uma outra parte fala: ó, tá vendo? tem político por trás, tem dinheiro, tá vendo, esses baderneiros estão recebendo financiamento de alguém e estão sendo pagos pra fazer isso.

Categoria C – As redes são indissociáveis da atuação política

Me parece que, de uma certa forma, pelo papel que as redes já vinham cumprindo antes dessas manifestações terem rolado, das experiências prévias, parece que para as pessoas não é nem só uma coisa natural, mas é uma coisa que faz parte, entendeu? É como se fosse intrínseco, não se dissocia. Acho que as pessoas pensam que é revolução, todo mundo se sente agora ator político, é o mais próximo que as pessoas chegaram de um processo democrático. Eu acho que as pessoas veem as redes sociais, hoje, como algo muito importante, muito interessante, e muito radical na vida delas, radical no sentido positivo, não tenho dúvida nenhuma disso.

ANEXO A

Carta de reivindicações do MPL SSA – 20/6/2013¹⁰¹

Carta Aberta do Movimento Passe Livre Salvador

Nós, Movimento Passe Livre Salvador, formado por setores da sociedade civil, de caráter apartidário (mas não anti-partidário), viemos, através desta, esclarecer os objetivos e expor as reivindicações do movimento.

O Movimento Passe Livre surgiu como desdobramento da série de manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus ocorrida aqui, em Salvador, no ano de 2003, que ficou conhecida como “Revolta do Buzu”. Tem como objetivo aprofundar o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil, na defesa de um sistema de transporte público, gratuito e de qualidade, que garanta acesso universal a todas as camadas da população.

Salvador ainda tem um longo caminho a trilhar. A população soteropolitana, sem grandes alternativas para se locomover dentro da capital, sofre diariamente com os engarrafamentos e com um sistema de transporte público caro e de má qualidade: ônibus sucateados, superlotados e que demoram a passar.

Visando romper com a lógica do modelo rodoviarista e da política tarifária, e garantir aos moradores da capital baiana e da Região Metropolitana o seu direito à cidade, seguem abaixo nossas principais reivindicações para que possamos dar os primeiros passos neste sentido.

Primeiramente, requeremos ao Poder Municipal a imediata redução da tarifa de ônibus – Salvador tem de longe a tarifa mais cara do Nordeste – e a garantia de que não haverá aumento até o final do mandato do atual Prefeito.

Reivindicamos, também, outras ações do Poder Público para que se produzam melhorias na situação caótica em que se encontra a mobilidade urbana em Salvador e Região Metropolitana, tais como:

1. Passe livre nos ônibus para todos os estudantes, inclusive estudantes de curso pré-vestibular;
2. Ampliação e renovação da frota, com a introdução de veículos de piso baixo, visando garantir a maior acessibilidade a pessoas com dificuldades ou necessidades especiais;
3. Ônibus 24 (vinte e quatro) horas em atividade;
4. Criação do Bilhete Único, benefício tarifário permitindo a realização de 04 (quatro) viagens dentro do prazo de 03 (três) horas, como já existe em São Paulo e outras capitais brasileiras;
5. Ampliação do Programa “Domingo É Meia” para os feriados e inclusão dos usuários do Salvador Card no programa, eliminando-se a restrição do pagamento em dinheiro;
6. Extinção do pagamento de taxa para cadastramento no Salvador Card;
7. Construção de novas estações de ônibus e imediata reforma e integração de todas as estações já existentes, com garantia de acessibilidade a pessoas com dificuldades ou necessidades especiais;

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mplssa/posts/355433774559614>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

8. Construção de mais faixas exclusivas para ônibus;
9. Abertura da caixa preta do SETPS, com a revisão dos custos e contratos pelos órgãos competentes, promovendo com transparência o debate público sobre as regras dos contratos de concessão e sobre o cálculo do preço da tarifa;
10. Ativação e ampliação do metrô, com estabelecimento de calendário para o cumprimento destas solicitações;
11. Investigação, pelo Ministério Público, dos gastos com a construção do metrô, iniciada há 13 anos;
12. Integração dos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário;
13. Execução do projeto “Cidade Bicicleta”- que prometeu ampliar a malha cicloviária da região metropolitana para 217 Km;
14. Extinção de tarifa para os trens do subúrbio de Salvador, garantindo passe livre a todos os seus usuários;
15. Ampliação e reforma das calçadas, com garantia de acessibilidade a pessoas com dificuldades ou necessidades especiais;
16. Melhorias no sistema de transporte intermunicipal aquaviário do estado da Bahia, além da instituição do pagamento de meia passagem por estudantes;
17. Retomada do caráter deliberativo do Conselho da Cidade;
18. Reativação do Conselho Municipal de Transporte;
19. Integração da Região Metropolitana;
20. Estatização dos sistemas de transporte público;
21. Por fim, solicitamos a alteração do nome do Aeroporto Internacional de Salvador, hoje “Deputado Luís Eduardo Magalhães”, para o seu antigo e verdadeiro nome: “2 de Julho”, data magna dos baianos.

Além disso, o Movimento Passe Livre Salvador gostaria de repudiar a violência promovida pela Polícia Militar às manifestações pacíficas em Salvador e em todo o Brasil. Apenas uma pequena amostra da violência cotidiana e sistemática da Polícia nas periferias, resultando no extermínio da juventude negra. Repúdio também à violência, hostilidade e intolerância por parte de alguns manifestantes a militantes de partidos políticos, tal como aconteceu em São Paulo.

Repudiamos, ainda, os gastos indevidos do dinheiro público com eventos esportivos de grande porte, como a Copa do Mundo. Repudiamos o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), conhecido como “Cura Gay”. Repudiamos a presença do pastor e deputado Marcos Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Repudiamos o projeto que cria o “Estatuto do Nascituro”. Repudiamos o projeto de lei 7663/10, de autoria do Deputado Osmar Terra (PMDB/RS) que prevê, entre outros equívocos, a internação forçada de dependentes químicos. Repudiamos a PEC 215, que transfere a autonomia para decidir sobre demarcação de terras indígenas para o Legislativo. Repudiamos a construção da Usina de Belo Monte e o extermínio das comunidades indígenas.

Para finalizar, nos posicionamos a favor dos 10% do PIB para educação pública Já, da utilização de 100% dos recursos do petróleo para as áreas sociais, da Reforma Política, da desmilitarização das polícias no Brasil, tal como recomendado pelo Conselho de Direitos Humanos da

Organização das Nações Unidas (ONU) e de uma lei nacional que implemente o passe livre em todo o país!

Com esta Carta, o Movimento Passe Livre Salvador, espera ter deixado de forma bastante clara e específica suas reivindicações e posicionamentos, com intuito de não dá margem a equívocos e à invasão do movimento por grupos oportunistas com pautas conservadoras. Esperamos agora uma resposta da Prefeitura Municipal de Salvador, do Governo do Estado da Bahia e do Governo Federal para iniciarmos o diálogo.

Salvador, 26 de Junho de 2013.

Alan Valadares

ANEXO B

Carta de reivindicações do MPL SSA, pós desocupação da câmara municipal

Nós, CIDADÃOS SOTEROPOLITANOS,

Estamos aqui na Câmara Municipal de Salvador para reivindicar respeito à voz popular e aos anseios do povo, com o objetivo de um transporte público de qualidade e acessível para toda população, pois consideramos que este direito, afeta diretamente, inclusive, o acesso a outros fundamentais como saúde e educação.

O Sr. prefeito de Salvador, que em campanha defendia ouvir a população, mostra hoje completo descaso e desrespeito às reivindicações desse movimento, que é de iniciativa popular. Prova disso foi sua ausência à audiência pública realizada em 14 de julho de 2013, quando poderia ter protagonizado o princípio da solução, mostrando respeito ao esforço democrático do MOVIMENTO PASSE LIVRE SALVADOR, ao procurar a via do diálogo aberto, significando para todos nós uma falta de compromisso público em atender os anseios da população e do movimento.

Diante desses fatos, sem mais alternativa, tomamos a decisão de, pacificamente, nos manter nas dependências dessa Câmara até que o Senhor Prefeito se digne a ouvir e dialogar com os cidadãos aos quais ele representa.

Estamos provisoriamente OCUPANDO a Casa do Povo e, como representamos os interesses desse povo, ela é também a nossa Casa. Portanto, não se trata de uma INVASÃO. Temos consciência do valor cultural e histórico da nossa "Câmara Municipal" e por isto NÃO cometeremos atos de vandalismo ou esbulho. Para que isto fique claro e comprovado, iremos, periodicamente, filmar e fotografar todos os fatos ocorridos nesses momentos para divulgação na internet, a fim de dar transparência das nossas ações.

Em contrapartida à forma respeitosa e séria como manifestamos esse protesto, esperamos merecer tratamento igual por parte do Governo Municipal e da Polícia Militar.

Lutamos por nada mais que uma vida sem catracas, onde cidadãos terão direito a cidade e aos serviços públicos de forma universal, mas acreditamos que antes de programar o PASSE LIVRE podemos com as exigências a seguir, iniciar um processo de vitórias em prol da mobilidade urbana, sustentável e acessível. Como nossas reivindicações são JUSTAS e PALPÁVEIS, bastando apenas a vontade política do prefeito para realizá-las, só sairemos daqui quando formos atendidos.

São nossas reivindicações:

- 1) Redução imediata da tarifa para R\$2,50 por causa da redução dos impostos federais dados pela presidenta DILMA, que ao invés de reduzir a tarifa, aumentaram a possibilidade de lucro do empresário, o que é o mesmo que um reajuste, já que a cidade não teve aumento, mas o empresário, aproveitou dessa desoneração como se fosse aumento e penaliza o povo soteropolitano.
- 2) Ampliação do "Domingo é meia", para o usuário de "Salvador Card", como também o fim da taxa de revalidação do "Smart Card"
- 3) Bilhete único com duração de 4 horas, que poderá ser reduzido em momento futuro para 3 horas, quando houver corredores especiais para ônibus, já que no quadro atual com engarrafamentos, o bilhete de 3 horas não seria suficiente.
- 4) Ônibus 24 horas entre os principais terminais e logradouros da cidade contemplando a orla, centro, subúrbio e a região do miolo da cidade.
- 4) Abertura da planilhas escusas da SETPS, que possibilita saber o lucro dos empresários, e acesso ao anuário de transporte que está na biblioteca da TRANSALVADOR.
- 5) Criar o conselho municipal de transporte com poder deliberativo e composto de forma tripartite por representantes do poder público, trabalhadores do transporte e representantes da sociedade civil eleitos democraticamente.
- 6) Realização da Conferência Municipal de Transportes convocada pelo Conselho Municipal de Transporte, para debater entre outras coisas a implementação do PASSE LIVRE via decreto municipal, com a participação do governo estadual e federal na formação do fundo para esse fim.

Pedimos a todos que nos apoiam, que se juntem a nós fazendo vigília na frente da Câmara, enquanto estivermos aqui dentro lutando por melhorias da nossa tão sofrida cidade do Salvador.

SALVADOR, 22 de julho, MOVIMENTO PASSE LIVRE SALVADOR.